

**Renata Adriana de Souza**

**O ENUNCIADO *LIBERDADE DE EXPRESSÃO* EM *WEBLOGS* PROGRESSISTAS:  
PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE SENTIDOS**

**PORTO ALEGRE  
2015**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ESTUDOS DA LINGUAGEM  
ESPECIALIDADE: ANÁLISES TEXTUAIS, DISCURSIVAS E ENUNCIATIVAS  
LINHA DE PESQUISA: ANÁLISE DO DISCURSO

**O ENUNCIADO *LIBERDADE DE EXPRESSÃO* EM *WEBLOGS* PROGRESSISTAS:  
PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE SENTIDOS**

**ORIENTADORA: Profa. Dra. SOLANGE MITTMANN**

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Letras, área de concentração: Estudos da Linguagem. Linha de pesquisa: Análises Textuais, Discursivas e Enunciativas.

Porto Alegre, agosto de 2015

*Aos meus pais, Terezinha Babugia de Souza e  
Francisco David de Souza,  
pelo amor e apoio incondicional  
durante toda a jornada.*

## AGRADECIMENTOS

À minha família que, de diferentes maneiras, me acompanhou durante a vivência do doutorado.

À Profª Solange Mittmann, querida orientadora e amiga, agradeço imensamente a presença constante durante todo o processo da pesquisa. Presença materializada na forma de inúmeras leituras sempre tão pontuais, encaminhamentos, direcionamentos, apoio, conversas, incentivos.

À Profª Carme Regina Schons, pela amizade, carinho e confiança depositados.

À Juliana da Silveira, amiga de todas as horas e parceira em algumas práticas ritualísticas que contribuíram consideravelmente com todo o processo de escrita.

Aos amigos amados, Elaine Santos, Samuel Ronobo Soares, Kátia Santos, Jefferson Campos, Fabiane Biondo, Edson Carlos Romualdo que mesmo de longe tiveram um papel importante nessa trajetória de minha vida.

À Marcela Lopes pela amizade e por ter me recebido de braços abertos durante os 4 anos de viagens a Porto Alegre.

À Profª Freda Indursky por todos os apontamentos feitos durante minha qualificação que tanto contribuíram com o amadurecimento da pesquisa.

À Profª Andréia Daltoé que também participou de minha banca de qualificação e fez contribuições pontuais, enriquecedoras e que me fizeram rever uma série de questões no trabalho.

À Profª Gesualda de Lourdes dos Santos Rasia pelas importantes considerações feitas no início da tese.

À Profª Maria Cristina Leandro Ferreira por todos os apontamentos levantados e as inúmeras provocações feitas durante a qualificação do projeto de tese.

À Profª Silvia Coneglian, primeira professora e orientadora em Análise do Discurso, e responsável por fazer com que eu me inquietasse com essa teoria.

Ao Departamento de Letras da Universidade Estadual do Centro-Oeste pelo apoio e compreensão durante o doutorado.

Às meninas do grupo de pesquisa Gláucia da Silva Henge, Laís Medeiros, Debbie Mello Noble, Magda Cyrre, Michele Teixeira Passini, Mônica Ferreira Cassana, Paula Daniele Pavan, Caroline Foppa Salvagni, pelas discussões sempre acaloradas e motivadoras.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS, em especial, ao Canísio.

A Capes pelo apoio financeiro durante quase 3 anos de doutorado.

## RESUMO

Esta pesquisa, inserida no âmbito da Análise do Discurso de linha francesa, tem por objetivo analisar o enunciado *liberdade de expressão*, considerando sua aparição em discussões divergentes sobre os meios de comunicação e sobre o acesso a esses veículos, questão que pode ser observada em muitos canais midiáticos como, por exemplo, televisão, jornais e ciberespaço. Para realizar nosso movimento de análise, fizemos, inicialmente, um percurso histórico sobre a concepção de *liberdade* e sua importância para os sujeitos em diferentes momentos, fato que nos ajudou a compreender as condições existentes em cada período que condicionaram a rede de significações relacionada a essa temática. Por meio do estudo, compreendemos o surgimento e a constituição de sentidos para *liberdade de expressão* e *liberdade de imprensa*, assim como a disputa pelos sentidos de tais princípios no âmbito dos veículos de comunicação. Trabalhamos também com a história dos meios de comunicação no Brasil para problematizar a questão da *liberdade de expressão* em nosso país. Ao situarmos a discussão em dias atuais, percebemos um deslocamento das fronteiras do meio impresso para o ciberespaço, fenômeno que resultou em implicações outras a serem analisadas. Diante de tal conjuntura, estabelecemos como foco principal de nosso trabalho compreender o funcionamento do enunciado *liberdade de expressão* em weblogs progressistas, tendo em vista que os sentidos produzidos nesses lugares têm estabelecido um posicionamento antagônico em relação aos discursos dos veículos de comunicação tradicionais. Esse fato faz com que os blogs sejam considerados lugares de resistência contra os sentidos dominantes em circulação. Assim, apesar de priorizar os weblogs, tornou-se necessário também analisar o ponto de vista apresentado pelos representantes da grande mídia para entender melhor a disputa travada. Nesse terreno de embates, percebemos que o enunciado *liberdade de expressão* desencadeia sentidos divergentes, tendo em vista sua enunciação em diferentes formações discursivas, o que significa que seu funcionamento está diretamente relacionado ao exterior contraditório, resultando na série de conflitos associados ao domínio sobre o setor de comunicação. No percurso, percebemos ainda que o direito à *liberdade de expressão* em veículos de comunicação de grande circulação está associado ao domínio sobre o território, ou seja, sobre o espaço ocupado e produzido pelos sujeitos. Na contemporaneidade, o território é transnacional e seu funcionamento ocorre por relações verticais que estabelecem um controle sobre a parcela política da produção mundial. Tal prática é realizada e mantida, dentre outras formas, por meio de um controle sobre a produção discursiva de informações em circulação, principalmente, em canais midiáticos. Embora essa problemática perdure, o ciberespaço possibilitou a existência de um processo de resistência a partir da criação de linhas de fuga que fizeram surgir novos sentidos. Trata-se de um movimento que altera o que está instituído sobre *liberdade de expressão*. Abordar esse movimento e o surgimento ou emergência de dizeres que desestabilizam a ordem pré-estabelecida remete-nos ao conceito de arquivo, que é regido por relações de força que determinam o que será produzido e posto em circulação. Pode-se dizer que o arquivo sobre *liberdade de expressão* sempre foi controlado pelos meios de comunicação tradicionais, responsáveis por fixar determinados sentidos, mas os weblogs progressistas têm contribuído para a modificação do arquivo existente, ao possibilitar a visibilidade de discursos outros.

*Palavras-chave:* Arquivo; Enunciado; Liberdade de Expressão; Resistência; Território.

## ABSTRACT

Current research featuring French Discourse Analysis investigates the enunciation *freedom of speech*, a term used in divergent discussions on the social media and their access. The term occurs on several media channels such as television, newspapers and cyberspace. A historical analysis of the term *freedom* and its importance for agents at different moments is provided and reveals the situation that conditioned the network of meaning in each period related to the theme. The rise and constitution of meanings in the terms *freedom of speech* and *freedom of the press* are analyzed, coupled to the discussion of the meanings of these principles within the communication vectors. The history of social communications in Brazil was also discussed to problematize current issue on freedom of speech. A displacement of borders from the printed media to cyberspace has occurred which brought about further implications to be analyzed. Current analysis focuses on the functioning of the enunciation *freedom of speech* in progressive weblogs since the meaning established on these sites features an antagonistic stance with regard to the discourses of traditional communication vectors. Blogs are now considered resistance sites against predominant meanings. Although weblogs are given priority, the point of view provided by the representatives of streamline media should be discussed to understand better the theme. Within this conflicting stance, the enunciation *freedom of speech* triggers divergent meanings due to different discursive formations. This boils down to the fact that its function is directly related to the contradictory exterior which results in a series of conflicts associated to the dominion on the communication segment. The right to *freedom of speech* in streamline media is associated with dominion to territory or space occupied and produced by the subjects. Territory is currently transnational and its functioning occurs by vertical relationships that establish control on the political segment of world production. Among other forms, practice is materialized and maintained by control on the discursive production of information, especially in media channels. Even though such an issue is long-lasting, cyberspace makes possible a resistance process through the establishment of escape lines that provide new meanings. It is a movement that changes the established *freedom of speech*. Dealing with the movement and with the emergence of enunciations that destabilize the pre-established order provides the concept of archive ruled by power relationships that determine what will be produced and what will be circulated. The *freedom of speech* archive has always been controlled by tradition communication media which fix meanings. However, progressive weblogs contribute towards the modification of current archive when they make possible the visibility of other discourses.

**Keywords:** Archive; Enunciation; Freedom of speech; Resistance; Territory.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>LIBERDADE: A PRODUÇÃO DISCURSIVA DE UM OBJETO.....</b>	<b>16</b>
1.1 O conceito de liberdade para os antigos: do campo político ao filosófico.....	17
1.2 Liberdade e liberalismo.....	22
1.3 A crítica de Marx ao modelo liberal.....	27
1.4 O liberalismo no Brasil.....	31
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>A HISTÓRIA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NO BRASIL.....</b>	<b>35</b>
2.1 A formação dos grupos midiáticos.....	39
2.2 Liberdade de expressão e liberdade de imprensa.....	50
2.3 <i>Weblogs</i> progressistas.....	54
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>O ENUNCIADO LIBERDADE DE EXPRESSÃO SOB A ÓTICA DA ANÁLISE DO DISCURSO: DISCUSSÕES TEÓRICAS.....</b>	<b>57</b>
3.1 Contradições relacionadas ao enunciado liberdade de expressão no Brasil.....	68
3.2 <i>Weblogs</i> progressistas como lugar de resistência.....	74
3.3 O enunciado em uma perspectiva discursiva – Michel Foucault.....	79
3.4 O enunciado em Courtine.....	84
<b>CAPÍTULO 4</b>	
<b>WEBLOGS PROGRESSISTAS COMO LUGARES DE PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE SENTIDOS.....</b>	<b>93</b>
4.1 O blog como ferramenta de publicação.....	94
4.2 Produção e Circulação de sentidos em rede.....	98
4.3 A produção discursiva nos domínios do território.....	102
4.4 Relação e Produção de sentidos no ciberespaço.....	116
<b>CAPÍTULO 5</b>	
<b>A CONFIGURAÇÃO DE UM ARQUIVO SOBRE LIBERDADE DE EXPRESSÃO.....</b>	<b>122</b>

5.1 O arquivo na concepção de Derrida.....	124
5.2 O arquivo na concepção de Foucault.....	128
5.3 O arquivo na concepção de Pêcheux, Guilhamou e Malidier.....	129
5.4 Arquivo e memória.....	134
5.5 Sentidos em movimento no arquivo sobre <i>liberdade de expressão</i> .....	136
5.6 Relações com o mercado.....	143
5.7. Uma “imparcialidade” parcial.....	148
5.8 Uma outra posição sujeito sobre os meios de comunicação.....	153
<b>6. LIBERDADE DE EXPRESSÃO: DA DISPUTA AO MOVIMENTO DAS FRONTEIRAS.....</b>	<b>171</b>
<b>7. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>176</b>



## 1 INTRODUÇÃO

No ano de 2010, o enunciado *liberdade de expressão* despertou nosso interesse devido à forma como circulou no Brasil e em meios diversos entre os quais destacamos: os veículos de comunicação tradicionais e as mídias digitais, no ciberespaço. Começamos a perceber que havia posicionamentos diversos relacionados a essa questão, fato que apontava para diferenças de sentido sobre o enunciado na contemporaneidade.

Um dos posicionamentos fortemente marcado foi o dos veículos de comunicação tradicionais que se ergueram contra o que eles consideravam ser uma ameaça à *liberdade de expressão* existente. O foco principal desse ataque foi o governo do Partido dos Trabalhadores, PT, mais precisamente, a implantação do *3º Programa Nacional dos Direitos Humanos* (PNDH-3), no final de 2009. O posicionamento contrário ao programa ocorreu, especialmente, por causa da Diretriz 22 e de alguns pontos nela estabelecidos:

Diretriz 22:

Garantia do direito à comunicação democrática e ao acesso à informação para a consolidação de uma cultura em Direitos Humanos.

Objetivo Estratégico I:

Promover o respeito aos Direitos Humanos nos meios de comunicação e o cumprimento de seu papel na promoção da cultura em Direitos Humanos.

Ações Programáticas:

Propor a criação de marco legal regulamentando o art. 221 da Constituição, estabelecendo o respeito aos Direitos Humanos nos serviços de radiodifusão (rádio e televisão) concedidos, permitidos ou autorizados, como condição para sua outorga e renovação, prevendo penalidades administrativas como advertência, multa, suspensão da programação e cassação, de acordo com a gravidade das violações praticadas.

Responsáveis: Ministério das Comunicações; Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Ministério da Justiça; Ministério da Cultura.

Parceiro: Ministério da Ciência e Tecnologia

Recomendações:

- Recomenda-se inserir a Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados na discussão sobre outorga e renovação de concessões públicas.
- Recomenda-se ao Ministério Público assegurar a aplicação de mecanismos de punição aos veículos de comunicação, autores e empresas concessionárias.

(BRASIL, 2010, p. 164).

A proposta em questão abordava o respeito aos Direitos Humanos nos veículos de comunicação, falava em democratizar o acesso a esses veículos e em regularizar os serviços do setor, punindo as práticas consideradas contrárias a tais direitos. As ações programáticas visavam a corroborar – e mostravam caminhos para – o estabelecimento das propostas feitas.

Para os veículos de comunicação tradicionais, a democratização da comunicação, a criação de um marco regulatório do artigo 221 da Constituição Federal e a possibilidade de punições aos veículos que infringissem ao que estava sendo estabelecido foram atos

considerados como uma afronta, uma ameaça à *liberdade de expressão* no Brasil. Como resposta, esses veículos começaram uma verdadeira campanha contra o documento, contra o governo e a tentativa de regularizar a área. O discurso por eles produzido afirmava a defesa da *liberdade de expressão*, princípio existente e consolidado.

Para a realização desse ataque, os veículos de comunicação mobilizaram uma forma linguística fluida, veloz e capaz de produzir sentidos logicamente estabilizados para atender aos objetivos propostos, ou seja, atacar, prejudicar e impedir a implantação do Programa. Consideramos que os canais midiáticos tradicionais fizeram funcionar, por meio de diferentes práticas discursivas, a *língua de vento*, conceito formulado por Gadet e Pêcheux (2004), que possibilita o exercício do poder sobre os sujeitos no meio social. É importante destacar que a *língua de vento* funciona como *língua de madeira*, ou seja, a língua do direito e da política que contribui para assegurar as relações de dominação e promover uma gestão social dos indivíduos, tendo em vista um controle sobre a produção dos sentidos.

A materialização de tais formas linguísticas produziram sentidos que permitiram aos meios de comunicação tradicionais manter o controle sobre a discussão, perpetuar o domínio existente e continuar produzindo informações discursivas para assegurar os próprios interesses. Diversas vezes, os discursos produzidos adquiriram um caráter agressivo, pois o objetivo ia além das críticas ao Programa, visava também a sua destruição.

Encontramos um posicionamento antagônico ao exposto pelos grandes grupos de comunicação no ciberespaço, mais particularmente, em muitos *blogs* denominados progressistas. Nesses *blogs*, o posicionamento defendido pelos veículos de comunicação tradicionais foi alvo de crítica, e o PNDH-3 considerado um avanço nas discussões sobre a situação da mídia no Brasil e o direito de exercer *liberdade de expressão* por meio de algum canal de comunicação. Ao classificarem como um avanço as diretrizes propostas pelo documento, os *blogs* progressistas produziram um efeito de denúncia aos ataques realizados pelos meios de comunicação tradicionais.

Isso foi feito a partir da materialização de discursos de protesto que criticaram e definiram como ultrapassadas as leis existentes que possibilitavam a poucos grupos o controle sobre os veículos midiáticos e, assim, domínio sobre a produção e circulação de informações no meio social. Os *blogs* se lançaram como lugares de resistência na disputa para exercer *liberdade de expressão* em um veículo midiático. Diante disso, percebemos certo confronto relacionado à existência de *liberdade de expressão* no Brasil.

Mesmo com o apoio dos blogueiros, o governo federal recuou e modificou alguns pontos do documento, tendo em vista o grande número de ataques feitos pelos grandes grupos midiáticos. Um dos pontos alterados foi a Ação Programática A, da Diretriz 22. O texto final ficou da seguinte maneira:

a) Propor a criação de marco legal, nos termos do art. 221 da Constituição, estabelecendo o respeito aos Direitos Humanos nos serviços de radiodifusão (rádio e televisão) concedidos, permitidos ou autorizados. (Redação dada pelo Decreto no 7.177, de 12.05.2010) (BRASIL, 2010, p. 202).

Essa versão do documento substituiu a proposta de regulamentar o artigo 221 da Constituição Federal. O modo de apresentação dessa Ação Programática estabelece a criação de um marco legal nos termos da constituição. É importante destacar que o artigo 221 da Constituição refere-se à programação que pode ser veiculada em rádio e na televisão: educativa, ética e que exponha diferentes aspectos da cultura nacional e regional. Foram excluídas também as referências à aplicação de advertências e punições contra qualquer forma de desacato ao estabelecido. Tais alterações deixaram os movimentos sociais e os *blogs* progressistas em estado de alerta em relação à discussão sobre *liberdade de expressão* e os meios de comunicação.

Isso porque, falar em *liberdade de expressão* nos *blogs* em questão significa democratizar os veículos midiáticos para que façam circular múltiplos pontos de vista no meio social, ou seja, *liberdade de expressão* encontra-se diretamente relacionada à liberdade de poder produzir e fazer circular informações diversas em diferentes canais de comunicação. O posicionamento das empresas tradicionais de mídia sobre esse princípio é contestada, pois os sujeitos nos *blogs* denunciam o controle exercido por poucos grupos no setor.

Embora essa discussão sobre *liberdade de expressão* tenha chamado nossa atenção em 2010, ela é muito anterior a esse período e continua forte ainda em nossos dias, principalmente nos ambientes digitais. Os *blogs* progressistas têm utilizado o ciberespaço como meio de comunicação e, assim, produzido muitos discursos sobre essa questão, os quais, a partir da circulação, são responsáveis por múltiplos efeitos de sentido. Um fato que comprova tal afirmação é o deslocamento da discussão dos ambientes virtuais para o âmbito social; isso foi feito por meio da organização de eventos, lançamentos de livros e produção de materiais diversos sobre *liberdade de expressão* em veículos de comunicação. Todos esses materiais propiciaram visibilidade a sentidos antes silenciados relacionados a essa causa.

É este o foco de nossa pesquisa: analisar a produção de sentidos para *liberdade de expressão* quando o enunciado encontra-se associado ao direito de produzir informações, expressar-se em veículos midiáticos. Percebemos a forma como *liberdade de expressão* adquire sentidos diferentes a partir de sua produção por sujeitos que possuem posicionamentos ideológicos antagônicos. Trata-se do enunciado como unidade dividida (COURTINE, 2009), cuja produção de sentidos se altera a partir de sua inscrição em diferentes formações discursivas. Diante desse fato, foi importante entender e discutir o conceito de enunciado, assim como seu funcionamento, para podermos iniciar nossas análises. Nesta pesquisa, o enunciado foi abordado como um objeto contraditório cujos sentidos se alteram a partir do lugar de sua produção.

Pudemos perceber a existência de relações de força e de sentido envolvendo o enunciado que materializam um confronto sobre essa questão na contemporaneidade. Esse confronto promove modificações em outras instâncias, pois a disputa pelo direito de exercer *liberdade de expressão* envolve o controle sobre os meios de comunicação, o domínio sobre a produção e circulação discursiva e atinge os limites do território existente.

Falar em território é abordar o espaço humano habitado e constituído por práticas, ações e objetos pré-determinados. Analisar o uso do território é entender as relações de poder que se materializam de modo horizontal (definidas no cotidiano dos sujeitos) e vertical (estabelecidas pelo Mundo). No território, é a informação que une as diferentes partes, sendo que essa informação pode consistir, no caso das horizontalidades, em regras formuladas e reformuladas localmente ou, nas verticalidades, em normas estabelecidas pelos governos mundiais e o mercado universal.

Tendo a informação um papel decisivo em nossa contemporaneidade, é necessário um controle sobre os meios de comunicação, pois é por meios deles que a informação circula para levar as normas e regras sociais a serviço da classe hegemônica. Por isso, há um controle sobre a liberdade de se expressar em veículos midiáticos. Nesse sentido, percebemos a importância do ciberespaço e dos *blogs* progressistas para mexer em estruturas fortemente consolidadas. Isso ocorre devido ao fato de o meio digital poder ser utilizado como veículo de comunicação para fazer circular sentidos outros, que possuam um direcionamento contrário aos dominantes; com isso, é possível mexer com o que se encontra instituído, determinado.

O resultado produzido mexe com a própria configuração da *liberdade de expressão* como objeto discursivo e estabelece ao enunciado outras relações de sentido, alterando aquilo que estava preservado, estipulado por relações de autoridade. Esse fato parece apontar para

um movimento no próprio arquivo existente sobre essa questão. Por isso, a discussão sobre *liberdade de expressão* está relacionada ao domínio sobre a produção e circulação discursiva, assim como ao estabelecimento de um lugar de poder para ditar regras e condutas e estabelecer o controle sobre os sujeitos e o sentido.

Nesta pesquisa, para analisar a contradição e as relações de força estabelecidas sobre o enunciado *liberdade de expressão*, a partir de sua inscrição em diferentes formações discursivas, vamos trabalhar o movimento sobre essa questão nos domínios do território e do arquivo. Para isso, dividimos nosso trabalho em cinco capítulos.

No primeiro capítulo, *Liberdade: a Produção Discursiva de um Objeto*, discutimos as regras e normas existentes em diferentes períodos sócio-históricos responsáveis pela produção de diferentes sentidos para liberdade, ou seja, abordamos as condições de produção desse conceito e sua relação com as estruturas políticas vigentes em cada período. A forma como os gregos relacionavam esse princípio à política na Antiguidade foi alterada na Idade Média, onde ele passou a ser considerado como livre arbítrio. Na doutrina liberal, a liberdade passou a ser vista como uma característica constitutiva e que faz parte da natureza de todo ser humano; com isso, essa questão passa a ser contemplada e relacionada a diversas esferas da vida social: liberdade de escolha, liberdade de mercado, liberdade de religião, liberdade da política etc. Entre tantas formas de liberdade, o liberalismo pregou a *liberdade de expressão*, por isso, compreender essa doutrina foi imprescindível para esta pesquisa.

Para analisar o enunciado *liberdade de expressão* nos domínios dos meios de comunicação, foi importante compreender a formação desses veículos. Diante disso, no segundo capítulo, *A História dos Meios de Comunicação no Brasil*, discutimos as condições que possibilitaram a implantação e o desenvolvimento dos veículos de comunicação em diferentes períodos. Buscamos mostrar as relações de poder envolvendo a área, a consolidação do atual quadro, assim como o significado dos *blogs* progressistas.

O terceiro capítulo, *O Enunciado Liberdade de Expressão Sob a Ótica da Análise do Discurso: Discussões Teóricas*, tem por objetivo lançar um gesto de interpretação sobre o enunciado *liberdade de expressão* a partir dos conceitos da linha teórica em que nos inserimos. Retomamos a relação entre liberdade e liberalismo, tendo em vista que é no interior desse sistema que a questão da *liberdade de expressão* é introduzida no meio social. Discutimos a forma como o enunciado *liberdade de expressão* surgiu em documentos jurídicos, adquiriu importância em relação aos meios de comunicação e atualmente aparece em várias produções nos *blogs* progressistas e em discussões que tomaram o meio social.

Feito o percurso de contextualizar o enunciado *liberdade de expressão* no interior do movimento liberal e após inserir a discussão no âmbito da Análise do Discurso, situamos, no quarto capítulo, *Weblogs Progressistas como Lugares de Produção e Circulação de Sentidos*, a discussão no ciberespaço e nos *weblogs*. Discutimos a importância do ciberespaço em nossa contemporaneidade e como os *blogs* podem ser considerados, entre outras funções, como instrumentos de protesto e lugar de resistência a pontos de vista dominantes. Em relação à questão da *liberdade de expressão*, os *blogs* progressistas têm dado voz e visibilidade a sentidos silenciados, por isso, acreditamos que o funcionamento do *blog* está relacionado à configuração de um lugar de resistência, tendo em vista buscar conquistar espaço na forma de produzir e fazer circular discursos que questionam a ordem pré-estabelecida em nossa sociedade. Discutimos ainda nesse capítulo o conceito de território e situamos sua importância nesta pesquisa.

O quinto capítulo, *A Configuração de um Arquivo sobre Liberdade de Expressão*, tem por objetivo discutir a forma como a configuração desse lugar de resistência movimenta a produção de sentidos no interior do arquivo sobre *liberdade de expressão*. Com isso, discutimos nesse capítulo o conceito de arquivo, situamos essa discussão na teoria da Análise do Discurso e analisamos algumas produções que têm movimentado os sentidos no arquivo existente sobre *liberdade de expressão* no Brasil.

O percurso exposto e as discussões propostas têm por objetivo compreender os processos de produção de sentidos para *liberdade de expressão* na contemporaneidade, tendo em vista a contradição existente sobre essa questão que se encontra relacionada à produção e circulação do enunciado em diferentes formações discursivas. Para isso, foi importante estabelecer algumas questões norteadoras:

1. Como está estabelecido o quadro relacionado aos veículos de comunicação tradicionais no Brasil?
2. O que são blogs progressistas?
3. Os blogs progressistas funcionam como veículos de comunicação?
4. Como ocorre a produção de sentidos nos meios de comunicação tradicionais e nos blogs progressistas?
5. Por que o enunciado *liberdade de expressão* possui posicionamentos antagônicos e se inscreve em diferentes formações discursivas?
6. Quais são essas formações discursivas?
7. Quais saberes são constitutivos de cada formação discursiva?

8. Há uma formação discursiva dominante?
9. Qual a relação da discussão proposta nesta tese com o conceito de território?
10. Como ocorre o funcionamento do território na contemporaneidade?
11. Qual é a importância do ciberespaço na contemporaneidade?
12. Os blogs progressistas podem ser considerados como lugares de resistência?
13. Como está constituído o arquivo sobre *liberdade de expressão*?
14. É possível falarmos em um movimento no arquivo existente sobre *liberdade de expressão*?

Esse é o caminho que nos propusemos a percorrer para compreender determinadas produções de sentidos para o enunciado *liberdade de expressão* na contemporaneidade.

## 1. LIBERDADE: A PRODUÇÃO DISCURSIVA DE UM OBJETO

Analisar o enunciado *liberdade de expressão* em nossa contemporaneidade não é uma tarefa fácil, pois seu sentido envolve o de liberdade, e essa temática foi foco de discussões em diversas áreas e em épocas distintas. Por isso, para falar em *liberdade de expressão*, é necessário, inicialmente, um direcionamento de nosso olhar aos diferentes períodos históricos que trataram a questão da liberdade no meio social.

Nosso objetivo com essa busca é compreender a multiplicidade de sentidos atribuídos à liberdade, os quais envolvem diversos setores da vida do ser humano. A maneira como o tema foi focado em diferentes momentos contribuiu para a constituição de sua significação, assim como para a significação do enunciado *liberdade de expressão*, em dias atuais.

Para tanto, vamos nos apoiar na noção de condições de produção. De acordo com Pêcheux ([1969] 2010, p. 75), tal conceito refere-se a um sistema de normas sociais constitutivas de qualquer discurso e que derivam de uma estrutura ideológica política. Essas normas não podem ser vistas como universais, elas mudam de acordo com a posição ocupada pelo sujeito de determinado discurso e com o lugar de circulação desse objeto. Isso materializa a existência de relações de força, as quais são responsáveis por fazer com que as palavras mudem de sentido de acordo com a posição de quem as pronuncia.

O que diz, o que anuncia, promete ou denuncia não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa; a mesma declaração pode ser uma arma temível ou uma comédia ridícula segundo a posição do orador e do que ele representa, em relação ao que diz: um discurso pode ser um ato político direto ou um gesto vazio, para “dar o troco”, o que é uma forma de ação política (PÊCHEUX, 2010, p. 76).

Falar em condições de produção de um discurso é ainda fazer referência às relações de sentido nas quais ele é produzido, ou seja, um discurso remete sempre a outro, trata-se de um objeto que se vincula a um dizer prévio como resposta direta ou indireta, para concordar ou anular os argumentos expostos. Segundo Pêcheux ([1969] 2010, p. 76), o sujeito, quando utiliza determinadas palavras, evoca acontecimentos que já foram objetos de discurso, faz remissão a esses objetos, mas com as “deformações” que a situação presente introduz e da qual pode tirar partido.

Assim, podemos dizer que sempre que o discurso sobre liberdade foi utilizado como objeto histórico, ele esteve relacionado a diferentes sistemas de normas sociais que estabeleceram regras de produção de sentidos a partir das relações de força existentes. Tais regras resultaram em significações diversas para o objeto em questão e são essas significações que vamos discutir neste capítulo.



## 1.1 O conceito de liberdade para os antigos: do campo político ao filosófico

De acordo com Arendt ([1961] 2009), na Antiguidade, a noção de liberdade, como um fato da vida cotidiana, encontrava-se concatenada ao político, ao domínio de ação no campo político e tinha por propósito servir aos livres. Esse grupo era composto por indivíduos que não eram escravos ou sujeitados a coerção por outros nas relações sociais e de trabalho. Então, a questão da liberdade teve uma importância primordial na Antiguidade, pois envolvia a forma de vida do indivíduo no Estado e na sociedade, isto é, o ser humano possuía liberdade de ação e decisão em sua esfera.

A liberdade, segundo Arendt ([1961] 2009), foi o pressuposto de toda ação pública e, em contrapartida, essas ações atribuíam visibilidade à sociedade e aos sujeitos que se caracterizavam como livres. A finalidade do político, no sentido da *polis*, era estabelecer e manter em existência um espaço em que a liberdade pudesse aparecer.

Ao considerar o ponto de vista sustentado pela autora, podemos dizer que o discurso sobre liberdade, na Antiguidade, era produzido para atender às normas sociais do período, atendimento oriundo a partir do estabelecimento da relação entre liberdade e esfera pública. O discurso social pregava a liberdade pública resultante da participação coletiva dos indivíduos na soberania, ou seja, o indivíduo era interpelado a participar de todas as decisões que envolviam a vida em sociedade.

Essa questão foi discutida por Benjamin Constant, em *A Liberdade dos Antigos*, texto escrito em 1819, onde o autor aborda o exercício coletivo e o direito à soberania governamental dos antigos. O processo de participação coletiva envolvia a deliberação em praça pública a respeito de questões importantes para vida dos cidadãos como, por exemplo, decidir sobre guerras e paz, formar alianças, votar em leis, pronunciar julgamentos, examinar as contas, os atos, a gestão dos magistrados etc. Esse modelo impunha a submissão do indivíduo à autoridade do todo.

Para manter esse sistema, de acordo com Constant (1819), havia severa vigilância, pois nada podia ser decidido na esfera individual, nem mesmo a religião. O modelo descrito demonstra que o indivíduo era considerado soberano apenas nas questões públicas, tendo em vista que podia decidir sobre a paz e a guerra. Nas questões particulares, o sujeito permanecia limitado, observado e até reprimido em todos os seus movimentos.

Todas as ações privadas estão sujeitas a severa vigilância. Nada é concedido à independência individual, nem mesmo no que se refere à religião. A faculdade de escolher seu culto, faculdade que consideramos como um de nossos mais preciosos direitos, teria parecido um crime e um sacrilégio para os antigos. Nas coisas que nos

parecem mais insignificantes, a autoridade do corpo social interpunha-se e restringia a vontade dos indivíduos. Em Esparta, Terpandro não pode acrescentar uma corda à sua lira sem ofender os Éforos. Mesmo nas relações domésticas a autoridade intervinha. O jovem lacedemônio não pode livremente visitar sua jovem esposa. Em Roma, os censores vigiam até no interior das famílias. As leis regulamentavam os costumes e, como tudo dependia dos costumes, não havia nada que as leis não regulamentassem (CONSTANT, 1819, p. 1).

O ponto de vista ocidental exposto aponta para o fato de as condições de produção para o exercício da liberdade na Antiguidade estabelecerem uma série de normas sociais para a participação dos indivíduos no cenário político. As questões abordadas expõem que as relações de força existentes naquele período apresentavam um contraponto entre liberdade pública e liberdade individual, com isso havia a materialização da diferença entre tais formas de liberdade.

Outro autor a discutir a liberdade na Antiguidade é Vernant (1989, p. 25), de acordo com seu trabalho, na Grécia, um fator importante relacionado à impossibilidade de escolhas particulares era o vínculo estabelecido entre o conceito de liberdade e o que os gregos denominavam de aptidões naturais, isto é, a sociedade considerava que o homem nascia predeterminado para exercer certas funções: senhor, comerciante, camponês, marceneiro, alfaiate, sapateiro etc. As aptidões estavam relacionadas não apenas ao nascimento, mas também às múltiplas necessidades sociais que inseriam o sujeito em determinado ofício e limitava sua capacidade.

A perspectiva produzida por Vernant (1989, p. 25) expõe que a divisão social do trabalho tinha por função permitir aos vários talentos individuais exercerem atividades que lhes seriam próprias e criar, por esse meio, obras o mais bem feitas possíveis. O sujeito deveria levar à perfeição suas capacidades técnicas, tendo em vista estarem ligadas à qualidade natural e às necessidades sociais de vida e sobrevivência. Nesse sentido, o esforço humano não possuía valor social de produção, pois estava vinculado à necessidade do usuário.

Esse quadro nos mostra que os diferentes ofícios não eram significados pelo produtor, como expressão de um esforço humano criador de um valor social, a relação estabelecida entre o fabricante e o usuário era de serviço. O trabalho era visto em função do produto e existia para suprir as necessidades do usuário, por isso, o produto era considerado em seu valor de uso, e não pelo valor de troca. Na conjuntura descrita, a relação estabelecida entre usuário e artesão era de servidão.

Vernant (1989, p. 40) ainda destaca a diferença entre a fabricação do objeto e seu uso, pois nenhum artesão detinha, enquanto trabalhava, o uso do que fazia. Temos aqui, segundo o

autor, uma relação de escravidão, visto que, nas mãos do usuário, o artesão desempenhava o papel de um instrumento destinado a satisfazer suas necessidades.

Compreendemos que, nesse sistema social e mental, o homem ‘age’ quando utiliza as coisas e não quando as fabrica. O ideal do homem livre, do homem ativo, é ser universalmente usuário, nunca produtor. E o verdadeiro problema da ação, pelo menos para as relações do homem com a natureza, é o do ‘bom emprego’ das coisas e não o de sua transformação pelo trabalho (VERNANT, 1989, p. 41).

Embora o sujeito que nascesse predestinado a ser artesão vivesse em um sistema considerado de servidão, ele não era considerado escravo, pois vivia da comercialização do produto de seu ofício. Por sua vez, existiam indivíduos classificados como “escravos por natureza”. Trata-se daqueles que eram tidos como incapazes de decidir ou cuidar deles próprios de forma independente.

Questão similar foi discutida por Aristóteles (384a.C - 322 a.C), no livro I de *A Política*. Segundo o autor, o Estado é uma reunião de famílias que são compostas de várias partes: o senhor e o escravo, o marido e a mulher, os pais e os filhos. Nesse cenário, existe a autoridade do senhor, a autoridade material do homem em relação à mulher e a procriação dos filhos.

Em relação aos escravos, Aristóteles (2008, p. 19) expõe que eles eram indivíduos inferiores e tinham, mais ou menos, a mesma utilidade dos animais domésticos, por isso a natureza os fez fisicamente diferentes dos homens livres. Assim, os escravos podiam ser explorados em sua força física, para trabalhos pesados, ou na vida civil, para trabalhos de guerra ou de paz.

Há na espécie humana indivíduos tão inferiores a outros como o corpo o é em relação à alma, ou a fera ao homem; são os homens nos quais o emprego da força física é o melhor que deles se obtêm. Partindo dos nossos princípios, tais indivíduos são destinados, por natureza, à escravidão; porque, para eles, nada é mais fácil que obedecer. Tal é o escravo por instinto: pode pertencer a outrem (também lhe pertence ele de fato), e não possui razão além do necessário para dela experimentar um sentimento vago; não possui plenitude da razão (ARISTÓTELES, 2008, p. 19).

Na perspectiva histórica em questão, a divisão do trabalho que se impunha como forma de melhorar as condições de vida, consistia em uma redução da liberdade para os gregos, sendo que o “escravo por natureza” representava justamente a ausência total de liberdade – o caso em que o homem estaria condenado a permanecer no mesmo nível do animal. Para manter tal sistema político, o Estado legitimava a coação com o objetivo de estabelecer tanto a ordem social, quanto as convenções tidas como universalmente adequadas.

As reflexões abordadas apontam para o fato de a escravidão ter sido uma prática de grande importância na Antiguidade grega e romana. Conforme Trabulsi (2007, p. 3) relata, a

liberdade dos nobres era mantida com a escravidão, conseqüentemente, quase todas as instituições supunham a existência de escravos. Segundo expõe o autor, em Esparta, uma aristocracia de trinta mil homens era mantida por seiscentos mil escravos e, em Atenas, havia quatro escravos para cada homem livre.

A partir do exposto, podemos dizer que a visão ocidental relacionada à liberdade na Antiguidade aponta para uma série de regras para a organização social dos indivíduos e, nesse contexto, a liberdade era considerada apenas na esfera pública. Esse conceito de liberdade estava inserido no campo político por possibilitar ao indivíduo agir e manter o formato de organização de acordo com os critérios estabelecidos pela maioria, mas essa liberdade era cerceada por regras. Sobre essa questão, Arendt ([1961] 2009, p. 205) nos diz que a liberdade na Antiguidade grega e romana era um conceito exclusivamente político, a quintessência da cidade-estado.

Com a ascensão do Cristianismo, podemos perceber o estabelecimento de outras relações de força que alteram a visão sobre liberdade, promovendo um deslocamento do campo político para o religioso. Para Veyne (2010, p. 179), na Antiguidade Tardia, houve a ascensão de uma nova autoridade a quem todos deviam obediência: o bispo. Tem início uma fase que vai resultar na inserção do poder da igreja católica na sociedade ocidental, assim como no estabelecimento de novas regras a serem seguidas pelos indivíduos.

Nessa conjuntura, há novas condições de produção para a liberdade, esse conceito passa a ser considerado como algo existente no interior do próprio sujeito. Um dos fatores que motivou essa visão sobre liberdade, segundo Arendt ([1961] 2009, p. 191), foi a conversão de Santo Agostinho ao Cristianismo. Nesse período, liberdade tornou-se um fenômeno de pensamento mediante o qual o homem poderia se dissuadir do mundo e centrar-se em seu interior, ou seja, era algo para ser vivenciado em completa solidão. Trata-se de uma concepção relacionada ao próprio *eu*, seja na forma de um diálogo interior, seja na forma de um conflito interior que diferenciava o *querer fazer* do que realmente *era feito*.

De acordo com Leão (1987, p. 14), a concepção de liberdade centrada no interior do sujeito é considerada, no trabalho de Agostinho, como um caminho a ser percorrido para o sujeito encontrar a verdade de Deus. Essa concepção de liberdade consistia em algo universalizante, tendo em vista que todos os homens podiam, a partir de um esforço pessoal, se libertar e encontrar a Deus.

Um ponto importante no conceito de liberdade em Agostinho é a relação estabelecida com livre arbítrio. O arbítrio, no interior do Cristianismo, sempre esteve vinculado à ausência

de desejo, por isso só foi alvo de atenção quando se descobriu que o ser humano possuía vontade. A descoberta da vontade possibilitou o imbricamento desse princípio com a vontade de poder e a força de vontade, noções que se tornaram quase sinônimas e eram vivenciadas no contato do sujeito com ele mesmo.

A esse respeito, é interessante nos atentar às reflexões de Agostinho ([397-401] 1987, p. 182), pois, para esse autor, temos uma alma hesitante entre diversas vontades, algumas são boas e outras más. Diante desse fato, as pessoas são más, quando seguem uma má doutrina e são boas quando sentirem a verdade, a bondade e concordarem com tais princípios. Assim, a liberdade é conquistada por um esforço individual, uma luta interior, cujo objetivo consiste em libertar-se para conseguir alcançar e seguir a verdade.

A alma manda ao corpo, e este imediatamente lhe obedece; a alma dá uma ordem a si mesma, e resiste! Ordena a alma à mão que se mova, e é tão grande a facilidade, que o mandato mal se distingue da execução. E a alma é alma, e a mão é corpo! A alma ordena que a alma queira; e, sendo a mesma alma, não obedece. Donde nasce este prodígio? Qual a razão? Repito: a alma ordena que queira – por que se não quisesse não mandaria – e não executa o que lhe manda!

Mas não quer totalmente. Portanto, também não ordena terminantemente. Manda na proporção do querer. Não se executa o que ela ordena enquanto ela não quiser, porque a vontade é que manda, pois, se a vontade fosse plena, não ordenaria que fosse vontade, porque já o era. Portanto, não é prodígio nenhum, em parte querer e em parte não querer, mas doença da alma (AGOSTINHO, 1987, p. 181).

Percebemos que Agostinho ([397-401] 1987) estabelece uma diferença entre corpo e alma (espírito) e explicita uma integração entre as duas instâncias. É a alma que ordena para o corpo que realize determinada prática e a alma, por sua vez, é constituída por diferentes vontades. Como a vontade é responsável pela realização dessas práticas, as ações só deverão ser realizadas se corresponderem à plenitude da verdade.

Esse fato estabeleceu um conflito no interior do sujeito, porque, ao vivenciar tais sentimentos em completa solidão, havia certa paralisação e o encerramento da vontade humana. A vontade cristã do poder transformou-se em uma forma de autoliberação e, imediatamente, descobriu-se sua precariedade. O problema dessa concepção, tal como discutida por Arendt ([1961] 2009, p. 210), é que do conflito entre o que o sujeito deseja, o modo como ele pode executar esse desejo e se deve fazê-lo em sociedade resulta em uma forma de opressão. Com isso, no momento em que os homens desejavam a liberdade, eles a perdiam.

No acirrado conflito com os desejos e intenções mundanos, dos quais o poder da vontade deveria liberar o eu, o mais provável ganhador era a opressão. Devido à incompetência da vontade, sua incapacidade para gerar um poder genuíno, sua constante derrota na luta com o eu, na qual o poder do eu-posso se exauria, a vontade de poder transformou-se de imediato em uma vontade de opressão (ARENDR, 2009, p. 210).

O vínculo entre liberdade, livre-arbítrio e vontade foi incorporado pela tradição cristã também na Idade Média. A relação entre esses três conceitos fez com que o sujeito fosse visto como aquele que tem em si a causa dos próprios movimentos, sendo também considerado causa de suas ações. Na concepção de Abbagnano (2007, p. 700), a causa dos movimentos e ações é aquilo que o sujeito escolhe enquanto juiz das circunstâncias externas, logo tal definição privilegiava o indivíduo isolado, de forma que ele passava a ser o responsável por seus atos.

Abbagnano (2007, p. 700) expõe que um pressuposto existente considerava livre o homem que não fosse coagido pelo poder do outro, ele era alguém que deveria determinar-se a agir segundo sua própria vontade. Esse fato é responsável pelo estabelecimento de outros princípios humanos como, por exemplo, responsabilidade e culpa. Em outras palavras, no momento em que o livre arbítrio é considerado como uma característica humana, o indivíduo passa a ser responsabilizado e culpabilizado por qualquer escolha realizada. Podemos acrescentar que tais fatores contribuam ainda mais para o indivíduo sentir-se oprimido em sociedade.

As condições de produção da Antiguidade Tardia e Idade Média deslocaram o conceito de liberdade do terreno político para inseri-la no âmbito individual, como algo existente no interior do sujeito. Foi a partir desse momento que os filósofos mostraram interesse pela questão da liberdade, ou seja, quando tal princípio não era mais considerado como forma de ação e na associação com outros, mas como algo existente na vontade e no interior do próprio sujeito. A temática liberdade passa a ser considerada um problema filosófico quando seu sentido se desloca do campo político e passa a ser concebido como livre-arbítrio.

## **1.2 Liberdade e liberalismo**

A Idade Moderna estabeleceu as bases para uma nova concepção de liberdade que encontrou suporte nos ideais do liberalismo. A doutrina liberal prega os direitos que todos os homens têm por natureza independente de suas vontades. São direitos considerados fundamentais como, por exemplo, o direito à vida, à liberdade, à segurança, à propriedade. Direitos esses que o Estado, ou melhor, os responsáveis por seu comando devem respeitar, assegurar e proteger.

De acordo com Bobbio ([1988] 2005, p. 12), essa linha de pensamento refere-se à doutrina estabelecida pela escola dos direitos naturais, ou jusnaturalismo, que prega a existência de leis não postas pela vontade humana, razão que as faz preceder a formação de todo grupo social e serem reconhecíveis através da pesquisa racional. A partir da existência dessas leis, derivam direitos e deveres que são decorrentes da lei natural e, como tal, considerados como direitos e deveres naturais:

Falou-se do jusnaturalismo como pressuposto “filosófico” do liberalismo porque ele serve para fundar os limites do poder à base de uma concepção geral e hipotética da natureza do homem que prescindir de toda verificação empírica e de toda prova histórica (BOBBIO [1988] 2005, p. 12).

Preceitos do jusnaturalismo estão no *Segundo Tratado sobre o Governo*, escrito no século XVII, de John Locke, autor que é considerado o pai do liberalismo moderno. Conforme expõe Locke ([1689], 1998, p.382), os homens naturalmente se encontram em um estado de perfeita liberdade, onde eles podem regular suas ações e dispor de suas posses e pessoas do modo como julgarem acertado, dentro dos limites da lei da natureza, sem pedir licença ou depender da vontade de qualquer outro indivíduo. Esse estado é descrito também como sendo de perfeita igualdade, ou seja, ninguém tem mais do que o outro, todos nasceram com as mesmas vantagens da natureza e para o uso das mesmas faculdades, por isso não deve haver subordinação ou sujeição.

A teoria liberal de Locke ([1689], 1998, p. 381-382) tem por pressuposto um estado de natureza caracterizado como sendo de perfeita liberdade e igualdade. Para o autor, o objetivo do poder do Estado se limita apenas a manter a ordem social e conservar os direitos naturais. Para tanto, estão previstas ações como o direito de editar as leis com todas as penas, inclusive, a pena de morte para preservar os direitos naturais do homem. Nesse contexto, o objetivo do poder político é preservar a propriedade e o bem público, empregar a força do Estado na execução das leis e na defesa da sociedade contra os danos externos, ou seja, embora o homem possua uma liberdade absoluta para dispor de suas posses, não tem liberdade para destruir-se ou a qualquer criatura. Segundo os preceitos defendidos, o Estado deve intervir apenas quando os direitos individuais encontram-se ameaçados.

O estado de natureza tem para governá-lo uma lei da natureza, que a todos obriga; e a razão, em que essa lei consiste, ensina a todos aqueles que a consultem que, sendo todos iguais e independentes, ninguém deveria prejudicar a outrem em sua vida, saúde, liberdade ou posses. Pois sendo todos os homens artefatos de um mesmo Criador onipotente e infinitamente sábio, todos eles servidores de um Senhor soberano e único, enviados ao mundo por Sua ordem e para cumprir Seus desígnos, são propriedades de Seu artífice, feitos para durar enquanto a Ele aprouver, e não a outrem. E tendo todos as mesmas faculdades, compartilhando todos uma mesma comunidade de natureza, não se pode presumir subordinação alguma entre nós que nos possa autorizar a destruir-nos uns aos outros, como se fôssemos feitos para o uso

uns dos outros, assim como as classes inferiores de criaturas são para o nosso uso (Locke, 1998, p. 384-385).

A doutrina dos direitos naturais dos homens é a racionalização e o reconhecimento da liberdade como um princípio humano. Esse sistema foi responsável por desvincular os direitos humanos do poder soberano do rei (que estabelecia diferentes formas de obediência e obrigações políticas aos súditos) e do terreno divino. Falar em direito, a partir do jusnaturalismo, significa torná-lo sinônimo de lei e regra, ou seja, o direito natural não é algo dado por Deus ou pelo rei, ele encontra-se relacionado à justiça.

Podemos perceber na modernidade um terreno onde se inscrevem outras condições de produção que atribuem sentidos diferentes para a questão da liberdade. Falar em liberdade, a partir desse período, significa deslocá-la do interior de concepções cristãs, que a considerava como pertencente ao interior dos indivíduos, para inseri-la no âmbito do direito e vê-la como um princípio que emana da natureza de todos os sujeitos. Podemos dizer que, ao inserir o conceito de liberdade no campo jurídico, há o início de um deslizamento para o social.

Em resumo, para a teoria do direito natural, o Estado é regido por uma lei que existe na natureza e atribui a todos os indivíduos, de forma igualitária, alguns direitos fundamentais dos quais podem ser descartados apenas voluntariamente, dentro dos limites em que essa renúncia permita a composição de uma livre e ordenada convivência. A característica principal desse Estado consiste no fato de ser o resultado de um acordo entre indivíduos inicialmente livres que estabeleceram os vínculos estritamente necessários a uma convivência pacífica e duradoura.

Tais pressupostos estabelecidos pela escola do direito natural estão na constituição do Estado de direito. Constitucionalmente, o Estado de direito tem o objetivo de defender o indivíduo dos abusos do poder. Para o pensamento liberal, a liberdade individual está garantida pelos mecanismos jurídicos do Estado de direito, assim como pelo fato de, ao Estado, serem reconhecidas tarefas limitadas à manutenção da ordem pública e internacional:

No pensamento liberal, teoria do controle do poder e teoria da limitação das tarefas do Estado procedem no mesmo passo: pode-se até mesmo dizer que a segunda é a *conditio sine quo non* da primeira, no sentido de que o controle dos abusos do poder é tanto mais fácil quanto mais restrito é o âmbito em que o Estado pode estender a própria intervenção, ou mais breve e simplesmente no sentido de que o Estado mínimo<sup>1</sup> é mais controlável do que o Estado máximo (BOBBIO, 2005, p. 21).

---

<sup>1</sup> O Estado liberal recebe também a denominação de Estado mínimo, pois possui funções limitadas na sociedade.



Podemos dizer que as relações de força desse período estão pautadas no estado de direito e nas regras e normas jurídicas estabelecidas. Essas normas são responsáveis pela produção de sentidos que garantem a todo sujeito, de forma igualitária, liberdade em sociedade. Ao considerar que a liberdade faz parte da natureza humana e ao assegurá-la a todos com base no discurso do direito, o papel do Estado se resume a preservá-la para que os sujeitos possam dela usufruir.

Os pressupostos referentes à vida, liberdade e propriedade, tal como estabelecidos pela doutrina liberal, principalmente, por John Locke, exerceram grande influência na *Declaração de Direitos da Virginia*, documento elaborado em 1776 após a Revolução Americana, conflito responsável pela independência dos Estados Unidos do domínio exercido pela Inglaterra. Os ideais liberais também influenciaram a Revolução Francesa, no final do século XVIII, momento em que a burguesia se junta para derrubar a monarquia absolutista, e foram determinantes para a escrita da *Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão*, em 1789.

Isso significa que qualquer Estado, ao adotar os princípios liberais, passa a ser responsável por respeitar e garantir diferentes formas de liberdade para os sujeitos poderem consumi-la. Segundo Foucault ([1979] 2008, p. 86), o funcionamento de uma sociedade liberal está relacionado à existência de certo número de liberdades a serem consumidas, entre elas, podemos destacar: liberdade do mercado, liberdade do direito de propriedade, liberdade de imprensa, liberdade de expressão etc.

Nessa perspectiva, o liberalismo precisa da liberdade, portanto é necessário produzi-la e, ao produzi-la, organizá-la. Essa organização está vinculada à produção de estratégias de segurança que protejam os interesses individuais e coletivos contra qualquer ameaça. Para Foucault ([1979] 2008, p. 89), as estratégias de segurança são o inverso do liberalismo, ao mesmo tempo em que funcionam como sua condição necessária de existência. Esse jogo entre liberdade e segurança vai animar a economia do poder própria do liberalismo.

É preciso haver liberdade de comércio, claro, mas como poderá ela efetivamente se exercer se não se controla, se não se limita, se não se organiza toda uma série de coisas, de medidas, de prevenções, etc. que evitarão os efeitos de hegemonia de um país sobre os outros, hegemonia essa que teria precisamente por efeito limitar e demarcar a liberdade de comércio? (FOUCAULT, 2008, p. 87).

Isso significa que a liberdade não pode ser vista como algo pronto, mas como um princípio que é fabricado a cada instante em uma sociedade liberal, assim como todos os problemas que essa fabricação tende a levantar. Quando qualquer problema surge ou ameaça aparecer, esse sistema aplica estratégias de segurança para conter a ameaça, já que o

liberalismo precisa arbitrar a liberdade e a segurança dos indivíduos contra qualquer perigo. Trata-se de uma forma de governo que manipula interesses e faz isso sendo gestor do que considera adversidade, assim como, estabelecendo mecanismos que garantam a liberdade.

Quando o liberalismo se propôs a produzir discursos sobre diferentes tipos de *liberdades*, ele apoiou-se nos pressupostos da escola de direitos naturais e fez com que tais princípios fossem considerados como naturais a todos os indivíduos. Os pressupostos liberais estabeleceram ainda liberdade ilimitada de desenvolvimento próprio de acordo com a singularidade de cada indivíduo e para ser utilizada da maneira como ele desejar, pois o ser humano conta com o livre-arbítrio que garante liberdade de escolha. Todas essas garantias asseguradas pelo Estado liberal asseguraram igualdade e autonomia à pessoa humana. Com isso, tal forma de governo foi implantada e amplamente aceita em nossa sociedade, estabelecendo, conforme nos mostra Foucault ([1979] 2008, p. 93), oposição contra qualquer ameaça como, por exemplo, o comunismo, o socialismo, o nacional-socialismo etc.

Diante das discussões expostas, podemos dizer que o processo de fabricação de diferentes formas de liberdade não pode ser considerado como pacífico, uma vez que há uma série de relações de força e de poder que se instalam no corpo social e são responsáveis pela produção de sentidos sobre essa questão. É importante destacar que as relações de sentido produzidas no liberalismo, ao estabelecer total liberdade, igualdade e autonomia a todos, passam a responsabilizar os sujeitos pelo sucesso ou fracasso alcançados.

Tais pressupostos liberais expostos são constitutivos de nossa contemporaneidade. Podemos perceber essa presença no texto *Plano Nacional de Direitos Humanos, criado por decreto, gera polêmica*. Vamos nos voltar a um pequeno trecho desse texto que foi publicado no site G1, das organizações Globo, no dia 8 de janeiro de 2010.

**Plano Nacional de Direitos Humanos, criado por decreto, gera polêmica**

Se aprovado, projeto pode atrasar a desocupação de terras invadidas e abrir brechas para o controle ou a censura aos meios de comunicação.

A oposição criticou o Plano Nacional de Direitos Humanos. “É mais do que uma intervenção do governo. É uma intervenção absolutamente antidemocrática e contra as *liberdades fundamentais*”, diz o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

(...)

A presidente da Confederação Nacional da Agricultura disse que a proposta é preconceituosa. “Um preconceito contra o setor rural e uma contrariedade *à livre iniciativa, ao direito de propriedade, ao lucro, ao mercado*, tudo que sustenta a democracia brasileira e o estado de direita”, aponta a presidente da CNA Katia Abreu (G1, 2010).

O trecho em destaque produz uma crítica ao 3º Programa Nacional dos Direitos Humanos, ao enfatizar que o documento atenta contra o que consideram ameaçar as

liberdades fundamentais. Nele, temos uma recuperação do discurso liberal com sentidos produzidos desde o trabalho de John Locke referente à defesa proposta pelo autor e adotada por essa forma de organização social no que se refere ao direito de propriedade, lucro e mercado. Trata-se do discurso liberal, pautado no direito jurídico dos indivíduos, que funciona aqui produzindo sentidos.

Podemos dizer que o texto também funciona como estratégia de segurança contra o que considera ser uma ameaça ao sistema, o PNDH-3. Em uma forma de sociedade onde a política se opõe à liberdade, o controle sobre esse princípio está nas mãos dos indivíduos, mas não na de qualquer um, pois há relações de forças estabelecidas e, com elas, o poder restringe-se a poucos grupos. Ao considerarmos a existência de relações de força, a liberdade dos indivíduos não pode ser considerada de forma igualitária em uma sociedade liberal. Esse fato nos remete, portanto, ao trabalho de Marx ([1933] 2007).

### **1.3 A crítica de Marx ao modelo liberal**

Marx ([1846] 2007) assumiu uma posição de crítica social em relação ao liberalismo, e isso foi feito a partir de um lugar e em uma formação social diferentes, ou seja, o discurso desse autor, referente ao respectivo modelo político, obedece a outras condições de produção. Em Marx ([1846] 2007), encontramos uma crítica à visão filosófica que reduziu a “libertação do homem” à “autoconsciência”, ou mesmo, à livre escolha realizada pelos sujeitos que, teoricamente, estariam sob as mesmas leis e, nesse sentido, em condições de igualdade no meio social. De acordo com o autor, não é possível libertar os homens enquanto forem incapazes de obter alimentação e bebida, habitação e vestimenta, em qualidade e quantidade adequadas.

A ‘libertação’ é um ato histórico e não um ato de pensamento, e é ocasionada por condições históricas, pelas condições da indústria, do comércio, da agricultura, do intercâmbio (...) e então, posteriormente, conforme suas diferentes fases de desenvolvimento, o absurdo da substância, do sujeito, da autoconsciência e da crítica pura, assim como o absurdo religioso e teológico, são novamente eliminados quando se encontram suficientemente desenvolvidos (Marx, 2007, p. 29).

Diferente dos pressupostos estabelecidos pelo direito natural e pelo liberalismo os quais pregam a existência da liberdade humana e, a partir dela, o estabelecimento de uma sociedade igualitária, Marx ([1846] 2007) considera a libertação como um ato histórico que só se concretiza se o ser humano se posicionar como sujeito da história para assim ter condições de viver e poder efetivamente “fazer história”.

Temos, no trabalho de Marx ([1846] 2007), a relação entre liberdade e história, ou seja, o indivíduo só é livre se conseguir posicionar-se e tiver condições de realizar determinados atos históricos, são eles: a produção material de sua vida (produção e satisfação das necessidades básicas como, por exemplo, comida, bebida, moradia, vestimenta etc.); a constituição da família (a relação entre homem e mulher e entre pais e filhos); a relação com a "força produtiva" de determinada conjuntura histórica.

Diante de todas as questões expostas, considerar a história é reconhecer a produção dos meios de subsistência, a constituição da família e a relação existente entre esses fatores e uma força produtiva. Isso estabelece uma conexão materialista entre os homens, conexão que depende das necessidades, do modo de produção e que vai assumir sempre novas formas em diferentes momentos históricos e sociais.

Marx ([1946] 2007) vincula tais aspectos à produção da "consciência" humana, mas esta não pode ser vista como algo "puro", pois é contaminada pela matéria que se manifesta pela linguagem, no intercâmbio com outros homens. O processo descrito é responsável por fazer com que a consciência seja um produto social, produzida pela linguagem, cuja existência se encontra ligada aos homens.

A consciência refere-se à necessidade de firmar laços com os indivíduos. Trata-se, pois, da consciência do homem que vive em sociedade e que se desenvolve por instinto. Esse tipo de consciência se apresenta no meio social como um poder onipotente e inabalável, com o qual os homens convivem uns com os outros sem questionar as relações históricas existentes.

O instinto consciente, do qual nos fala Marx ([1846] 2007), consiste na produção de certas concepções generalizantes sobre o mundo e os indivíduos que circulam como se fossem verdadeiros e únicos. Tais percepções se desenvolveram, historicamente, a partir da evolução e do aumento da população, fato responsável pelo aparecimento de novas necessidades humanas e pelo estabelecimento de certas atividades produtivas. Esse modo de organização social resultou na divisão do trabalho, processo realizado de forma desigual e que tem sua primeira forma na família, onde a mulher e os filhos são escravos do homem.

A escravidão na família, ainda latente e rústica, é a primeira propriedade, que aqui, diga-se de passagem, corresponde já à definição dos economistas modernos, segundo a qual a propriedade é o poder de dispor da força de trabalho alheia. Além do mais, divisão do trabalho e propriedade privada são expressões idênticas – numa é dito com relação à própria atividade aquilo que, noutra, é dito com relação ao produto da atividade (MARX, 2007, p. 36-37).

Ao fixar o sujeito em uma determinada atividade social, há a consolidação e instituição de mecanismos de poder situados acima de qualquer indivíduo. Esse é um dos principais momentos no desenvolvimento histórico até aqui realizado. A força de produção, que nasce da cooperação entre os indivíduos condicionada pela divisão do trabalho, aparece no meio social como natural, algo situado fora do controle, pois não depende do querer e do agir dos homens. Podemos perceber que a força produtiva está diretamente ligada às relações de força no meio social que estabelece regras e normas responsáveis por fixar lugares para o sujeito em sociedade, sendo que esses lugares são vistos como naturais. Para Marx ([1946] 2007), são essas condições que impossibilitam o indivíduo de se posicionar como sujeito da história.

A forma de convivência entre os sujeitos, condicionada pelas forças de produção existentes em todos os estágios históricos, é determinado pela sociedade civil. A sociedade civil tem por pressuposto e fundamento a família simples e a família composta (com descendência de sangue). De acordo com Marx ([1846] 2007), a sociedade civil é o verdadeiro foco e cenário de toda história, trata-se da sucessão de gerações distintas, em que cada uma explora os materiais, os capitais e as forças de produção a elas transmitidas pelas gerações anteriores. Por um lado, as gerações continuam a atividade anterior sob outras condições e, por outro, modificam com uma atividade diferente das antigas condições. No entanto, isso não significa que a finalidade da história anterior seja convertida em abrir “caminho” para a posterior. O que ocorre é uma influência ativa que a história anterior exerce na posterior.

Essa concepção mostra que a história não termina por dissolver-se, como “espírito de espírito”, na “autoconsciência”, mas que em cada um dos seus estágios encontra-se um resultado material, uma soma de forças de produção, uma relação historicamente estabelecida com a natureza e que os indivíduos estabelecem uns com os outros; relação que cada geração recebe da geração passada, uma massa de forças produtivas, capitais e circunstâncias que, embora seja, por um lado, modificada pela nova geração, por outro lado prescreve a esta última suas próprias condições de vida e lhe confere um desenvolvimento determinado, um caráter especial – que, portanto, as circunstâncias fazem os homens, assim como os homens fazem as circunstâncias (MARX, 2007, p. 43).

Essa concepção considera a sociedade civil como fundamento de toda história, tendo em vista sua atuação como Estado, no conjunto das diferentes criações teóricas e nas formas de consciência implantadas: religião, filosofia, moral etc. Isso significa que há condições de vida já encontradas e perpetuadas por uma determinada classe dominante que precisam ser consideradas em qualquer concepção histórica de nossa sociedade.

Acrescenta-se a esse processo o fato de que a ascensão de uma nova classe dominante, para que ela possa atingir seus objetivos, precisar ser revestida de certas formas materiais de apresentação de seus interesses como comuns a todos os membros da sociedade. Em outras palavras, qualquer classe dominante precisa dar às suas ideias a forma da universalidade e deve apresentá-las como as únicas racionais e universalmente válidas. Essa questão é recorrente, pois cada nova classe instaura uma forma de dominação mais ampla do que a da classe que dominava até então e a oposição das classes não-dominantes, contra a classe então dominante, torna-se mais aguda e mais profunda.

As relações de dominação têm início com a divisão de trabalho, pois esse processo faz significar outras formas de propriedade, sendo que cada nova fase da divisão do trabalho determina também as relações dos indivíduos uns com os outros no que diz respeito ao material, ao instrumento e ao produto do trabalho. O desenvolvimento desses processos materiais é responsável, também, pela produção de ideias, da consciência, ou seja, o pensar e o intercâmbio espiritual dos homens ainda aparecem como emanção direta de seu comportamento material.

De acordo com Marx ([1846] 2007, p. 94), os homens são condicionados pelo desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo seu intercâmbio: “os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar”. Diante dessa afirmação, o pensamento marxista subverte a concepção de que é a consciência que determina a vida e enfatiza o contrário.

Por isso, o filósofo alemão critica as concepções responsáveis por reduzir o liberalismo, assim como as diferentes formas de liberdade relacionadas ao movimento, ao livre-arbítrio, às escolhas pessoais que o ser humano faz estando em relação de igualdade com os demais. O autor também se posiciona de maneira contrária àqueles que imputam culpa e responsabilidade pelos problemas e misérias sociais aos sujeitos que os sofrem.

(...) quem é a pessoa a quem se refere “nossa culpa”? será a criança proletária, que vem ao mundo com escrofuse, é criada à base de ópio e mandada para a fábrica aos sete anos de idade? Será o trabalhador individual, de quem se espera, aqui, que se “revolte” por conta própria contra o mercado mundial? Será a menina que tem de escolher entre morrer de fome ou se prostituir? (MARX, 2007, p. 207).

Há um contraponto entre o trabalho de Marx ([1846] 2007) e algumas perspectivas que caracterizam o Estado liberal burguês a partir da liberdade jurídica dos indivíduos e dos direitos igualitários existentes em sociedade. Existem interesses reais que deram origem ao liberalismo e estão diretamente relacionados aos interesses dominantes que, para poder se

perpetuar no meio social, promovem a instauração de determinadas práticas responsáveis por produzir uma visão homogeneizante sobre o mundo e os indivíduos.

Temos uma contradição em relação à liberdade jurídica existente, pois, conforme enfatiza Prado Júnior ([1980] 2008), a liberdade dos indivíduos é algo de direito, mas não de fato, pois as situações sociais são muito desiguais no interior de uma determinada estrutura econômica. Isso faz com que cada indivíduo aja em função de seus próprios interesses e, conseqüentemente, as relações de força existentes em determinadas condições de produção faz com que existam diferenças de classe. Nessa conjuntura, o direito à “liberdade” da classe mais forte pode anular por completo (e de fato anula) a liberdade da mais fraca.

A complexidade em falar sobre essa problemática vai além da desigualdade de direitos à liberdade, pois há, nessa doutrina, a constituição de uma ilusão referente ao fato de o indivíduo ser livre para fazer ou deixar de fazer o que quiser, ou mesmo para agir desta ou daquela maneira, salvo limitações relativamente pequenas. Então, a esfera de vontade e decisões características do sistema social pressiona, de diferentes lados e a todos os momentos, o indivíduo por vias predeterminadas.

É precisamente isso que ocorre no regime burguês. As coisas são organizadas e dispostas de tal modo, à revelia do indivíduo, que, embora se lhe assegure a liberdade de escolha, essa escolha já se encontra predeterminada pelas conseqüências inaceitáveis para ele que decorrem da adoção de uma alternativa que vai de encontro ao estabelecido numa ordem social predisposta por interesses particularistas (Prado Júnior, 2008, p. 35).

Em outras palavras, o indivíduo encontra-se permanentemente coagido e, embora não perceba como se dá esse processo, a maior e principal parte de seus atos são dirigidos por normas gerais. As formas de coerção dos indivíduos são muitas e se fazem por vias bastante sutis, entre elas, encontra-se o discurso liberal pautado no direito dos indivíduos que estabelece amplas garantias de liberdade e igualdade.

#### **1.4 O liberalismo no brasil**

Feito o percurso exposto anteriormente, torna-se importante compreendermos os sentidos do liberalismo em terras brasileiras, tendo em vista o fato de aqui haver outras condições de produção responsáveis pelo estabelecimento de diferentes normas sociais a serem seguidas pelos sujeitos. Esse fato fez com que essa doutrina adquirisse outros sentidos e interpretações em nosso país.

Para entender as proporções responsáveis por terem feito do liberalismo no Brasil um sistema diferenciado do existente em outros lugares, é importante nos atermos à constituição de nossa formação social para, assim, compreendermos o modo de produção determinante de nossa sociedade. De acordo com Holanda ([1936] 1995, p. 79), fazem parte de nossas raízes duas características extremamente relacionadas: o personalismo e patriarcalismo. Esses dois princípios foram fixados entre nós por uma tradição de origens seculares responsáveis por fazerem ver o poder como centrado na figura de um determinado sujeito, um dirigente, e não como o resultado da gestão de recursos constitutivos de estruturas formais.

O personalismo é uma característica que se origina na desigualdade social e se desenvolve pelas práticas de exclusão e pelo cultivo do elitismo, ou seja, a crença de que algumas pessoas são naturalmente mais capazes do que outras, por isso, elas possuiriam acesso a posições de comando. A combinação da concentração do poder com o personalismo gera o paternalismo.

Essas duas características estão presentes desde o início em nossa formação social, pois há no país uma organização pautada no monopólio do poder nas mãos dos fazendeiros ou filhos de fazendeiros, grupos que se elegiam ou elegiam seus candidatos, conseqüentemente, eles dominavam os parlamentos, os ministérios e, em geral, todas as posições de mando. Esse formato, que se caracterizava como sendo um todo indivisível, vem de um modelo de família patriarcal, cujos membros, de acordo com Holanda ([1936] 1995, p. 79), se associam por sentimentos e deveres, nunca por interesses e ideias.

Nos domínios rurais é o tipo de família organizada segundo as normas clássicas do velho direito romano-canônico, mantidas na península Ibérica através de inúmeras gerações, que prevalece como base e centro de toda a organização. Os escravos das plantações e das casas, e não somente escravos, como os agregados, dilatam o círculo familiar e, com ele, a autoridade imensa do pater-famílias. Esse núcleo bem característico em tudo se comporta como seu modelo *famulus*, se acha estreitamente vinculado à ideia de escravidão, e em que mesmo os filhos são apenas os membros livres do vasto corpo, inteiramente subordinado ao patriarca, os *liberi* (HOLANDA [1936] 1995, p. 81).

A família patriarcal serviu de modelo, na vida política, para as relações entre governantes e governados, entre monarcas e súditos. Uma lei que se tornou inflexível e reguladora da boa harmonia do corpo social e, portanto, deveria ser rigorosamente respeitada e cumprida.

O paternalismo e personalismo serviram de base para as outras fases políticas de nosso país, tornando-se princípios políticos organizadores da vida social em nossas terras. Entre os fatos importantes de nossa história, podemos citar as mudanças ocasionadas, a partir da



segunda metade do século XIX, período em que o país passou, gradativamente, de agrário para urbano. Essa transformação teve início com a substituição da lavoura de açúcar pela de café. Se, por um lado, tal substituição ocasionou enorme riqueza aos fazendeiros, propiciando um aumento continuado nas plantações em detrimento de tudo que distraísse a mão-de-obra do principal objeto de cuidados, por outro, impossibilitou o cultivo de outros gêneros alimentícios.

Essas circunstâncias e mais o desenvolvimento das comunicações, sobretudo das vias férreas, que procuravam de preferência as zonas produtoras de café, iriam acentuar e facilitar a relação de dependência entre essas áreas rurais e as cidades. Com isso, houve a necessidade de aumentar o recurso aos centros urbanos distribuidores dos mantimentos que outrora se criavam no próprio lugar. O domínio agrário aos poucos se aproximou de um centro de exploração industrial. Todas essas questões prepararam o terreno para a aceitação de um regime de trabalho remunerado, sendo que essa evolução abriu caminho para uma grande transformação: a Abolição da Escravatura.

A mudança de um regime escravocrata para um regime republicano ignorou os velhos proprietários rurais e silenciou os homens que no tempo do império dirigiam as instituições:

A urbanização contínua, progressiva, avassaladora, fenômeno social de que as instituições republicanas deviam representar a forma exterior complementar, destruiu esse esteio rural, que fazia a força do regime decaído sem lograr substituí-lo, até agora, por nada de novo (HOLANDA, 1995, p. 176).

Diante da situação que se instalava no país, os reformistas propuseram, de acordo com Holanda ([1936] 1995, p. 178), uma solução por meio da simples substituição dos detentores do poder público, sendo que o modo de se fazer a seleção foi determinada pelas transformações complexas e estruturais na vida da sociedade. Esse é o momento em que a burguesia começa a ascender como classe dominante.

Para assegurar a ordem social em meio às mudanças ocasionadas, foram implantadas uma série de leis e regulamentos para serem aceitos por todos de modo igualitário e inquestionável. As leis foram escritas sob a alegação de garantir a felicidade para os povos e assegurar a estabilidade da nação, para isso buscou-se estabelecer a coerência necessária para garantir a perfeição do povo e do governo. O modo de considerar as leis foi racional, lógico, homogêneo e a-histórico.

Podemos dizer que o paternalismo funcionou como uma norma constitutiva de nossa estrutura política e social, no entanto, essa questão é silenciada em nossa história diante de um discurso que estabeleceu a existência, em nossas terras, de um governo cujo objetivo

consistiu, desde o início, em produzir e preservar a harmonia do corpo social. Os sentidos dominantes produzidos sobre qualquer mudança que se instalasse eram instituídos de modo a veicular que as ações garantiriam maior bem estar para o povo.

Apesar desse cenário, algumas concepções liberais foram adotadas em nossas terras, mas sob a forma de um liberalismo oligárquico<sup>2</sup>. Precisamos apontar a contradição aqui funcionando, pois o pensamento liberal-democrático possui como princípio a maior felicidade para o maior número de indivíduos e esse fato não se observa em qualquer forma de convívio baseado em preferências. Há nessa unilateralidade um contraponto com a visão jurídica e neutra em que se baseia o liberalismo.

Podemos dizer que a doutrina liberal fez-se presente no Brasil, mas de maneira diferenciada. Nossa forma de organização social fez com que os ideais advindos da Revolução Francesa com os conceitos de Liberdade, Igualdade e Fraternidade sofressem uma interpretação necessária para ajustar-se ao olhar atento do Estado e das instituições que representavam os interesses das camadas superiores do país. Esses pontos dizem muito sobre a formação e as raízes do Brasil, argumentos que podem ser reforçados com as seguintes palavras: “As constituições feitas para não serem cumpridas, as leis existentes para serem violadas, tudo em proveito de indivíduos e oligarquias, são fenômenos correntes em toda a história da América do Sul” (Holanda, 1995, p. 182).

É no interior dessa conjuntura onde as formas de liberdade eram controladas por um pequeno grupo e pelas relações de poder por eles instituídas que a imprensa foi instalada no Brasil. Com isso, para analisar a produção de sentidos sobre *liberdade de expressão*, relacionada aos meios de comunicação, esse enunciado precisa ser visto, analisado e compreendido considerando nossas próprias características e os fatos que propiciaram a instalação da imprensa e da radiodifusão no país.

---

<sup>2</sup> De acordo com Holanda (1995), a oligarquia consiste em um prolongamento do paternalismo no tempo e no espaço.

## 2 A HISTÓRIA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NO BRASIL

A história dos meios de comunicação no Brasil tem início com o surgimento da imprensa, em 1808. O fato que propiciou a instalação desse veículo foi a vinda de D. João VI; com isso, as mesmas regras e leis que ancoravam essa prática em Portugal foram introduzidas em nosso país. Isso significa que as condições de produção que possibilitaram a vinda da imprensa estão associadas às relações de poder trazidas e implantadas pela corte portuguesa.

De acordo com Mariani (1998, p. 78), a implantação da imprensa no Brasil seguiu as leis estabelecidas pela Constituição Portuguesa. O documento, em seu artigo primeiro, garantia a todos o direito de imprimir, publicar, comprar e vender seus estudos, livros e escritos sem censura prévia. No entanto, o documento impunha um conjunto de normas para controlar essa *liberdade* do dizer, como, por exemplo, a obrigatoriedade de que o escrito contivesse o ano da impressão e o nome do impressor. Assim, todos os cidadãos tinham direito de publicar e vender seus escritos, desde que pudessem ser localizados e penalizados caso o material atentasse contra os pilares ocidentais: a religião católica romana, o Estado, os bons costumes e as propriedades. As exigências estabelecidas eram formas de identificar o autor de um texto que se desviasse do que a norma jurídica prescrevia. Podia-se dizer tudo, desde que não fossem ideias abusivas.

As condições de produção da imprensa portuguesa foram reproduzidas em nosso país, mas com alguns agravantes, pois aqui a leitura e a escrita eram atividades restritas aos círculos da elite nobre e religiosa. Nessa conjuntura, a atividade impressora surge com o lançamento da *Gazeta do Rio de Janeiro*, cujo objetivo era registrar o que se passava em Portugal. De acordo com Mariani (1998, p. 79), esse gesto político-institucional de fundação da imprensa no Brasil estabeleceu a submissão do jornal ao poder vigente e a preocupação em atender às ideias e interesses do dono do jornal. Tais características ainda permanecem como marcas registradas da maioria dos jornais brasileiros.

Com a independência, surge a primeira lei brasileira de imprensa, feita aos moldes da lei portuguesa, ou seja, todo cidadão podia imprimir e vender seus folhetos, livros e periódicos, desde que pudesse ser responsabilizado e condenado juridicamente por seus atos e abusos. Assim como em Portugal, era considerado delito qualquer posicionamento contrário à religião católica, ao Governo Representativo Monárquico Constitucional, bem como qualquer forma de incitação do povo à desobediência civil ou calúnias particulares.

Alguns anos mais tarde, a primeira lei de imprensa brasileira é substituída pelo Código Criminal do Império, que restringia ainda mais a liberdade de imprensa, relacionando-a à responsabilidade: “as responsabilidades aumentavam proporcionalmente à lista de abusos ou tipos de crimes passíveis de serem praticados contra o governo” (Mariani, 1998, p. 80). Responsabilidade essa estabelecida com base em uma série de questões predeterminadas que funcionaram como um mecanismo de poder cujo objetivo era assegurar o controle sobre os sujeitos em sociedade. Isso significa que a imprensa deveria servir as relações sociais dominantes do período e contribuir em sua consolidação e perpetuação.

A passagem do século XIX para o XX marca o início da chamada empresa jornalística ligada à ascensão da classe burguesa e ao avanço das relações capitalistas. Aos poucos, as práticas de controle e censura de jornais são substituídas por outras formas de doutrinação política, tendo em vista modificações tanto nas instâncias de poder quanto na estrutura até então em voga.

O modelo de imprensa anteriormente existente era constituído por pequenos grupos de indivíduos e possuía um caráter artesanal, restrito às folhas semanais feitas em tipografias por meio dos velhos processos e servindo aos interesses e às lutas locais. Ao se tornar uma empresa, o jornal tem sua estrutura de produção alterada com a compra de equipamento gráfico necessário ao desenvolvimento de sua função, esse fato propiciou mudanças em seu modo de circulação, nas relações com o anunciante, com a política e com os leitores. Podemos perceber aqui a instauração de novas leis que marcam o estabelecimento de condições de produção outras para o desenvolvimento e permanência da imprensa no Brasil.

O processo de urbanização contínuo nas capitais foi responsável por fazer os meios de comunicação ingressarem nessa fase industrial e adquirirem caráter comercial. Os jornais passaram a vender informações como mercadoria, e a sociedade urbana, em processo de desenvolvimento, necessitava de informação para tudo, desde trabalho até diversão. A imprensa conquistou seu lugar e definiu sua função no início do século XX, passando a atrair capitais; isso significa que a empresa jornalística refletia as alterações que se instalavam no Brasil.

É importante destacar que tais alterações ocorreram com certa lentidão. De acordo com Sodré (1966, p. 316), a fase de ascensão capitalista foi vagarosa e peculiar, tendo em vista nosso longo passado colonial e a acomodação entre a burguesia e o latifúndio pré-capitalista. A imprensa, embora apresentasse estrutura capitalista, foi forçada a acomodar-se ao poder político que não tinha ainda conteúdo capitalista, pois o Estado ainda servia à

estrutura pré-capitalista tradicional. Temos aqui uma relação contraditória em que o jornal capitalista assume posição de servidor de um poder pré-capitalista.

O traço burguês da imprensa podia ser percebido na cobertura política e nos episódios de sucessão, tendo em vista que os jornais acompanhavam as correntes que se encontravam em posição de prestígio, forçando esses grupos a comprar a opinião do jornal, com isso, estabeleceu-se vínculo entre as duas instâncias de poder. O estabelecimento de tal prática tornou-se rotina no meio social, contribuiu com o fortalecimento da imprensa e foi responsável por reduzir e restringir o aparecimento de novas empresas. De acordo com Sodré (1966, p. 315), no início do século XX, “é ainda mais prático comprar a opinião do jornal do que comprar o jornal”.

A preocupação fundamental dos jornais se tornou os fatos políticos, fatos ligados aos políticos, ao poder vigente e contrários a qualquer ponto de vista que se opunha à classe dominante. Trata-se de uma dimensão reduzida, onde as questões são pessoais, tendo em vista estarem relacionadas aos indivíduos que protagonizam o fato político. Tem início uma fase pessoal da imprensa a favor de determinados grupos e conseqüente destruição dos demais:

Tudo se personaliza e se individualiza. Daí a virulência da linguagem da imprensa política, ou o seu servilismo, como antípoda. Não se trata de condenar a orientação, ou a decisão, ou os princípios – a política, em suma – desta ou daquela personalidade; trata-se de destruir a pessoa, o indivíduo (SODRÉ, 1966, p. 317).

A linguagem dessa imprensa política passou a ser violenta, pois adquiriu orientação pequeno burguês para refletir os sentidos pertencentes a essa camada. A empresa jornalística se inseriu progressivamente na estrutura social e incorporou maiores exigências. Com posição mais consolidada, já não era suficiente comprar a opinião do jornal, era necessário comprar o próprio jornal, ou seja, incorporar negócios que proporcionassem dinheiro, negócios do Estado. Nesse sentido, tornar-se empresa significava avanço e refletia as mudanças pelas quais passava a sociedade com a crescente tomada de poder da burguesia.

Diante disso, para analisar o discurso sobre *liberdade de expressão*, relacionado aos meios de comunicação, precisamos compreender que esses veículos foram implantados e se constituíram em prol dos interesses dominantes. A ascensão da burguesia propiciou uma modificação na estrutura dos grupos que compunham a imprensa, pois, se antes esse instrumento servia aos interesses da coroa portuguesa, a partir do século XX, para continuar a defender os interesses dominantes, os jornais passam a receber de forma estável e institucional por seu trabalho. Temos o início da imprensa burguesa no Brasil, com

características de empresa capitalista e que aos poucos vai adquirindo poder e domínio próprios.

Conforme nos mostra Sodré (1966), para atender aos interesses dos grupos que estavam no poder e defender os pressupostos por eles estabelecidos, havia um controle sobre a produ o discursiva de informa o. Essa questão nos remete ao trabalho de Gadet e Pêcheux ([1981] 2004), ao modo como os autores consideram a língua (e o discurso materializado) como uma questão de Estado diretamente relacionada à gestão dos sujeitos. Nessa conjuntura, o funcionamento da língua em sociedade ocorre de diferentes maneiras.

Os autores falam em *língua de madeira* para caracterizar a língua utilizada pelo direito e pela política para assegurar as rela es de domina o, fato realizado por meio da produ o de um efeito de transparência lógica que elimina qualquer traço de contradi o relacionado aos discursos postos em circula o. Por produzirem tais efeitos, a *língua de madeira* possui um papel importante na gestão ideológica dos indivíduos em uma forma o social, pois está pautada no traço lógico do jurídico. De acordo com Daltoé (2011, p. 182), essa forma linguística caracteriza-se por ser dura, hermética, tendo em vista seu objetivo de manter a ordem social existente.

No entanto, segundo Gadet e Pêcheux ([1981] 2004, p. 23), a *língua de madeira* se enrosca com uma língua mais fluida, a chamada *língua de vento*, forma utilizada pela publicidade e a propaganda. A utiliza o da *língua de vento* produz um modo de domina o mais sutil, pois possibilita à classe que está no poder exercer sua mestria sem apontar um mestre aparente. Daltoé (2011, p. 182) aponta que a *língua de vento*, por ser fluida, veloz, ajudaria a perpetuar o poder da *língua de madeira* na gestão dos indivíduos: “forjando no sujeito sua possibilidade de pensar sobre, já que lhe entrega, na velocidade e na dispersão do vento, os sentidos higienizados de uma língua política”.

Gadet e Pêcheux ([1981] 2004, p. 115) expõem que a gestão estatal da ideologia consiste em um elemento novo e indispensável ao capitalismo que começa a emergir na 1  metade do século XX. Trata-se de um processo responsável por desunir e ao mesmo tempo acoplar os discursos especializados (adequados   produ o de objetos discursivos) e os discursos provenientes de um lugar exterior e ilógico. Em outras palavras, a modernidade capitalista é marcada pela lógica da administra o realizada por meio da *língua de madeira* do Estado e pela *língua de vento* da propaganda:

(...) por um lado, a precisão ‘científica’ de um corpo de enunciados, administrando os bens e as dores, a vida e a morte, o trabalho forçado e o desemprego organizado; por outro, o delírio desprovido de sentido, que, segundo a fórmula c nica de

Goebbels, tem tanto mais chances de “funcionar” quanto maior for (GADET E PÊCHEUX, 2004, p. 115).

Um outro ponto importante discutido pelos autores está relacionado ao modo como a *língua de madeira*, ao passar a circular como *língua de vento*, é responsável por instituir a linguagem como instrumento de comunicação. O resultado é a configuração de um efeito de não contradição da informação que silencia o fato de as informações discursivas comunicadas virem do Estado: “a era dos comunicados é, ao mesmo tempo, a da comunicação das ordens e a dos delírios comunicados” (Gadet e Pêcheux, 2004, p. 116).

É nesse sentido que considero a língua utilizada pela imprensa burguesa como uma forma de configuração da *língua de vento*, tendo em vista que os discursos produzidos materializam, de maneira fluida, sentidos em prol da classe dominante e com o objetivo de manter as relações tais como existentes. No entanto, essa língua de vento se apresenta como *língua de madeira*, dura, em relação aos sentidos postos em circulação, e, principalmente, caracterizada por certa transparência lógica.

O vínculo da imprensa com os grupos políticos e de elite resultou na produção de estruturas linguísticas ágeis e, ao mesmo tempo, rígidas, cujo funcionamento está associado à defesa de certos interesses. Esse fato é parte constitutiva do sistema de normas sociais que regem o funcionamento das empresas de comunicação e um fator determinante para que tais veículos adquirissem poder no meio social, contribuindo para a formação de monopólio e oligopólio no setor.

## **2.1 A formação dos grupos midiáticos**

As condições de produção materializadas em nossa formação social, que contribuíram para o estabelecimento da imprensa como empresa de comunicação diretamente relacionada à classe burguesa, também proporcionaram a formação de grupos midiáticos inseridos nas relações de poder no meio social. Isso ocorreu devido a vários privilégios concedidos aos sujeitos que formaram aliança com grupos dominantes em diferentes momentos de nossa história.

Uma figura representativa do poder da imprensa em nosso país foi Assis Chateaubriand, o primeiro barão da mídia brasileiro, dono e responsável por uma cadeia de jornais que juntos compunham os *Diários Associados*. Chatô, como era conhecido, pertenceu a uma família de senhores de engenho, ou seja, era representante da tradicional oligarquia

agrária que dominou a economia e a política brasileira até as primeiras décadas do século XX. O jornalista ingressou no setor com a compra de *O Jornal*, em 1924, no Rio de Janeiro, o primeiro de uma cadeia de periódicos espalhados por todo o Brasil.

De acordo com Morais (1994, p. 134), o jornalista era uma figura influente entre políticos e empresários das “classes conservadoras”; ele conseguia influenciar, obter empréstimos e doações dos cafeicultores paulistas, daqueles que se sentiam representados por sua oposição ao presidente Artur Bernardes e dos que apoiavam o governo. Podemos dizer que a confiança depositada em Assis Chateaubriand por uma parcela considerável da elite brasileira se deu, em grande parte, devido a sua origem oligárquica, ele fazia parte de um grupo que naquele período ainda exercia poder em nossa sociedade.

Chateaubriand foi o responsável por fazer uma série de inovações no jornalismo brasileiro, chamando para escrever em seu veículo importantes intelectuais do cenário mundial, fato que encarecia o custo da produção. O jornalista conhecia a imprensa estrangeira e sabia que, para alcançar lucros significativos, um jornal precisava, além de leitores, de anunciantes. No entanto, nas primeiras décadas do século XX, a indústria e o comércio não anunciavam na imprensa, por isso ele teve de convencer essa classe a aderir à moda da propaganda.

O primeiro passo dado foi a contratação do publicitário Fitz Gibbon, que, em pouco tempo, fez o faturamento em publicidade dobrar. Com o sucesso de *O Jornal*, em 1926, Chateaubriand volta-se para São Paulo e compra o jornal *O Diário da Noite*, um vespertino que se encontrava à venda. Esse jornal também se transformou em um enorme sucesso e, com o lucro obtido, Chatô adquiriu a *Revista do Brasil*. O propósito do jornalista sempre foi possuir uma rede nacional de veículos de comunicação.

No final da década de 1920, Chateaubriand conheceu Getúlio Vargas. Ambos iniciaram uma relação que, desde os primeiros encontros, foi bastante amistosa e benéfica para os dois lados. Getúlio Vargas se transformou em uma fonte de notícias políticas para o jornalista, que as publicava em primeira mão. Por sua vez, Chateaubriand colocou *O Jornal*, bastante influente no período, a serviço de Vargas como ministro da fazenda e, posteriormente, como governador do Rio Grande do Sul. Quando o político foi eleito governador, o discurso de Chateaubriand afirmava que Vargas estava inserido entre as duas grandes forças que prometiam entrecortar-se na sucessão presidencial, o Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Republicano Mineiro (PRM). Essa fala já vislumbrava o pleito presidencial.



Em 1928, Chatô resolveu investir em um produto que atingisse o país todo, é o início do projeto da revista *Cruzeiro* (*O Cruzeiro*, posteriormente). O capital para essa empreitada foi conseguido por intermédio de Getúlio Vargas, ainda como ministro da fazenda, que apresentou Chateaubriand a um amigo banqueiro. O projeto da revista interessou a Vargas, pois *Cruzeiro* alcançaria o território nacional, ou seja, iria circular em todas as capitais e nas principais cidades do Brasil. Ter uma revista de âmbito nacional como aliada e ser amigo de um jornalista influente era importante para os futuros planos políticos do então ministro.

De acordo com Morais (1994, p. 196), Assis Chateaubriand foi o primeiro a defender publicamente, em janeiro de 1929, no *Diário de São Paulo*, o fim da política do café-com-leite, que por quatro décadas garantiu o revezamento quase ininterrupto da chefia da nação aos estados de Minas Gerais e São Paulo. Conforme expõe o autor, a circulação desse discurso é resultado de uma conspiração que havia sido iniciada há algum tempo por Chateaubriand e que contou com três decisões que iriam mudar o rumo da história do Brasil: ele convenceu o governador de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, a retirar sua pré-candidatura à Presidência; fez o governador rejeitar qualquer solução proposta pelo Palácio do Catete para dar continuidade à política do café-com-leite; convenceu Antônio Carlos a apoiar o nome de Getúlio Vargas como candidato de oposição a Washington Luís.

Três semanas antes, o jornalista passara a noite de Natal de 1928 com o governador Antônio Carlos no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte. O que parecia ser apenas uma confraternização cristã foi de fato uma exaustiva reunião de mais de quatro horas para tratar exclusivamente da sucessão presidencial. Ao final da conversa o governador tinha aceito os três pontos propostos por Chateaubriand (MORAIS, 1994, p. 197).

Essa posição defendida pelo jornalista passou a circular assídua e abertamente em seus jornais; embora no início o nome de Getúlio Vargas não fosse mencionado, tudo apontava que o governador gaúcho iria enfrentar Washington Luís e o candidato por ele apoiado nas eleições, Júlio Prestes. A relação de Assis Chateaubriand com Getúlio Vargas é bastante representativa do vínculo entre determinado grupo político e a imprensa, fato que fez com que esse veículo possuía um importante papel no desenrolar dos acontecimentos em uma esfera pública.

Em 1930, as eleições presidenciais foram disputadas pelos candidatos Júlio Prestes e seu vice Vital Soares, representantes do Partido Republicano Paulista – PRP, e por Getúlio Vargas e João Pessoa, da Aliança Liberal, partido formado pelos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba.

Para apoiar a Aliança Liberal, Chateaubriand expôs a necessidade de jornais declaradamente militantes e, com esse discurso, em menos de um ano, ele duplicou sua rede. Comprou o *Diário de Notícias*, de Porto Alegre (parte do dinheiro saiu do caixa da Aliança Liberal); lançou o *Diário da Noite*, no Rio de Janeiro, com dinheiro também conseguido por intermédio da Aliança Liberal; adquiriu o já existente *Estado de Minas*, de Minas Gerais, a autorização para a compra do jornal mineiro foi dada pelo próprio Getúlio Vargas com apoio dos aliancistas que garantiram, caso fosse necessário, o pagamento da dívida. Desse modo, já em 1929, o jornalista possuía seis jornais diários e uma revista de circulação nacional.

Todo esse arsenal servia à causa da Aliança Liberal e os artigos publicados possuíam pontos de vista favoráveis a Getúlio Vargas e contrários a Washington Luís e Júlio Prestes. De acordo com Moraes (1994, p. 207), além das opiniões expressas, para atingir tais objetivos, os veículos de comunicação de Assis Chateaubriand utilizavam ainda um outro esquema:

Os diretores e editores de suas publicações recebiam, simultaneamente, ordens para que toda a rede fosse colocada à disposição da campanha eleitoral aliancista. Já circulando com o *O* inicial, *O Cruzeiro* inundava páginas e páginas com coberturas fotográficas de rigorosamente tudo o que a dobradinha Getúlio Vargas – João Pessoa: para cada página dedicada à dupla Júlio Prestes – Vital Soares, Getúlio e João Pessoa recebiam sete, oito páginas repletas de fotografias (MORAIS, 1994, p. 208).

Apesar do esforço, os aliancistas perderam a eleição no dia 1º de maio de 1930 e toda a imprensa de Chateaubriand passou a atacar o resultado, classificando-o de fraudulento. Ao insistir na tese de que a vitória de Júlio Prestes fora roubada, o jornalista tentava estimular os setores mais agressivos da Aliança Liberal a não aceitar os resultados pacificamente; com isso, tem-se início a Revolução de 30 no Brasil. Nesse ponto, é importante frisarmos que a participação de Assis Chateaubriand e de seus veículos de comunicação foram imprescindíveis nos episódios que a anteciparam e na própria revolução de 1930, no entanto esse fato é silenciado em nossa história.

Embora os ataques ao governo de Washington Luís fossem constantes, o estopim da revolução foi o assassinato do governador da Paraíba, vice de Getúlio Vargas, João Pessoa. O episódio, que foi comprovadamente reconhecido como um crime passional, passou a circular nos veículos de Chateaubriand como de responsabilidade do Governo Federal, de Washington Luís, e transformado em uma apoteose política. Segundo relata Moraes (1994, p. 219), “a Aliança Liberal aproveitou até a última gota de sangue do cadáver de João Pessoa”.

A manipulação discursiva realizada em defesa dos interesses da Aliança Liberal foi feita por meio de formas linguísticas produzidas sob o efeito de uma transparência lógica, eliminando qualquer contradição existente relacionada ao acontecimento. Nesse sentido,

silenciou-se o crime passional, produziu-se e fez-se ouvir de forma violenta um crime político que não aconteceu. Isso significa que se realizou uma gestão social e ideológica dos indivíduos em prol de uma causa, fato que serviu para alterar a ordem existente.

Com o terreno preparado, a Revolução explodiu no dia 3 de outubro de 1930 em Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba simultaneamente. O presidente Washington Luís foi deposto e Júlio Prestes impedido de assumir. No dia 3 de novembro daquele ano, Getúlio Vargas assumiu a presidência do Estado Provisório.

Em 1934, Getúlio Vargas aprova uma nova Constituição. O documento estabeleceu a data de 3 de janeiro de 1938 para eleições presidenciais e impedia a reeleição. Com isso, no começo de 1937, o país preparava-se, pela primeira vez desde 1930, para escolher o presidente por voto secreto. No entanto, em 11 de novembro de 1937, Vargas anunciou que a Câmara e o Senado haviam sido dissolvidos, as eleições canceladas e promulgada uma nova Constituição autoritária que deixava o país novamente sob uma ditadura. Segundo Moraes (1994, p. 375), Chateaubriand não comentou o fato e passou a defender o Estado Novo, o regime recém implantado, assim como o chefe por ele responsável.

Dos artigos de Chateaubriand emanava tamanha e tão convicta louvação das virtudes da ditadura recém-implantada que o governo decidiu que a oficial Agência Nacional passaria a distribuí-los em seu serviço gratuito despachado diariamente para jornais de todo o país. Além de sair em todos os Diários Associados, os elogios do jornalista ao novo regime ganhavam as páginas de centenas e centenas de outros jornais.

(...)

Chateaubriand deu ordens para que as duas rádios Tupi abrissem um programa semanal de doutrinação da população segundo os princípios do Estado Novo, cujo conteúdo ficaria a cargo de palestrantes indicados pelo governo. Com objetivos idênticos, o Diário da Noite de São Paulo abriu uma coluna permanente e entregou-a à Comissão de Doutrina e Divulgação do Departamento Nacional de Propaganda (que meses depois se transformaria no temido DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda). O Cruzeiro não fugia ao modelo e se transformara num veículo de propaganda do Estado Novo (MORAIS, 1994, p. 376).

Nesse período, Chateaubriand já possuía duas rádios, a *Tupi* do Rio de Janeiro e a *Tupi* de São Paulo. Apesar desse fato, o jornalista sempre preferiu os jornais: ele acreditava que para formar opinião havia a necessidade de impressão e, em tal situação, o jornal era um veículo considerado mais importante.

No decorrer da década de 1930, Chateaubriand começou a se envolver em vários negócios com empresas que investiam consideravelmente em publicidade. Com isso, adquiriu o Laboratório Licor de Cacao Xavier, de São Paulo, cujos Elixir Xavier e Pílulas Xavier eram bastante populares na época. Chatô tentou comprar também o Laboratório Lomba, forte concorrente de sua indústria, mas teve suas três ofertas de compra recusadas. Foi, então, que

começaram a aparecer denúncias no *Diário da Noite*, do Rio de Janeiro, de casos de envenenamentos e até mortes envolvendo medicamentos produzidos por Lomba. As denúncias nunca foram comprovadas, mas a tamanha incidência com que apareceram no jornal levou à quase falência do laboratório.

Esse tipo de atitude eram práticas comuns a Chateaubriand: quando o jornalista queria atingir alguma empresa para forçá-la a investir em publicidade em seus veículos, ele começava uma série de denúncias que, após conseguir o resultado esperado, sumiam de seus veículos: “Limpo ou sujo, todo jogo em que Chateaubriand se metia tinha um único objetivo: investir nos jornais e revistas, fazer crescer cada vez mais a cadeia” (Morais, 1994, p. 369).

Assis Chateaubriand aproveitou-se da ausência de normas restritivas à propriedade cruzada e conseguiu erguer um conglomerado com dezenas de jornais, rádios e departamento de publicidade. Em 1959, já possuía o maior império jornalístico da América Latina, com 40 jornais e revistas, mais de 20 estações de rádio, uma dezena de emissoras de televisão, uma agência de notícias e outra de publicidade.

O poder dos *Diários Associados* foi abalado com o golpe militar de 1964. Chateaubriand apoiou o golpe, assim como a maioria dos veículos de imprensa existentes no período. O jornalista transformou sua casa em São Paulo em um ponto de encontro para civis e militares empenhados em derrubar João Goulart. Segundo nos relata Moraes (1994, p. 646), desde o início de 1963 até os primeiros meses de 1964, a maioria dos artigos de Chateaubriand eram sobre política nacional e mostravam seu empenho em desmoralizar o governo de Goulart, que, segundo o jornalista, representava um risco à ordem capitalista existente.

O golpe venceu, a ditadura foi implantada e, durante os primeiros meses, houve total apoio dos veículos de comunicação de Chateaubriand. No entanto, em agosto de 1964, aparece o primeiro artigo criticando o regime, acusando-o de iniciar uma política estatizante. O jornalista começa a demonstrar que não estava disposto a apoiar incondicionalmente o governo militar.

Em 1965, Assis Chateaubriand começa a perder lugar para a TV Globo. Nesse período, a emissora recém-fundada de Roberto Marinho havia fechado dois contratos com o grupo Time-Life Incorporatin. Em um dos documentos, o grupo norte-americano possuía participação acionária de 49%, fato que ia contra o que estava estabelecido na Constituição, ou seja, o impedimento da participação acionária estrangeira em empresas jornalísticas e de radiodifusão.

Chateaubriand entrou na briga e escreveu 50 artigos exclusivamente sobre a associação entre a Time-Life e a TV Globo. Aderiram à causa os treze jornais paulistas que conclamavam ao Conselho de Segurança Nacional e ao Conselho Nacional de telecomunicações agirem para coibir os contratos. Uma CPI foi instalada e ficou provado que o investimento significativo do grupo norte-americano começara três anos antes do surgimento da TV Globo.

Ao depor na CPI, Roberto Marinho expôs que não havia nada de secreto em seus contratos, pois, desde o início, o presidente da República sabia sobre as negociações que estavam sendo realizadas. Chateaubriand passou a denunciar o presidente Castelo Branco como um dos responsáveis pelo “esquartejamento da televisão brasileira” (Morais, 1994, p. 670).

O governo militar passou a apoiar e a proteger não só Roberto Marinho, mas também a Editora Abril, de Roberto Civita, e sua nova revista, *Realidade*. Os militares liberaram para serem publicadas nessa revista reportagens que haviam sido censuradas de *O Cruzeiro*. O que estava sendo travado era uma campanha contra Assis Chateaubriand e seus veículos de comunicação.

(...) o acordo da TV Globo com a Time-Life não era apenas uma tentativa de desnacionalizar as comunicações no Brasil, mas parte integrante de uma monumental conspiração. Uma conjura que já havia sido tentada em vão por vários governos com um só objetivo: a destruição dos Diários Associados. Dessa vez se juntavam à TV Globo, o governo militar (senão por que estariam protegendo Roberto Marinho, e por que teriam proibido em *O Cruzeiro* reportagens que saíam sem censura em *Realidade?*), um grande conglomerado norte-americano de comunicações, o poderoso ministro Roberto Campos e até os grandes anunciantes internacionais (MORAIS, 1994, p. 672).

Paulatinamente, o poder de Assis Chateaubriand e de seu império de comunicação ruíram, assim como tudo o que representavam para a sociedade brasileira. No ano de 1967, foi instituído um decreto-lei nº 236 que limitou o número de estações de televisão que poderiam pertencer a um mesmo grupo privado. O documento em questão estipulou que:

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

I) Estações radiodifusoras de som:

a - Locais:

Ondas médias - 4

Frequência modulada - 6

b - Regionais:

Ondas médias - 3

Ondas tropicais - 3

sendo no máximo 2 por Estados

c - Nacionais:

Ondas médias - 2

Ondas curtas - 2

2) Estações radiodifusoras de som e imagem - 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado. (...)

§ 5º - Nenhuma pessoa poderá participar da direção de mais de uma empresa de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites estabelecidos neste artigo.

§ 6º - É vedada a transferência direta ou indireta da concessão ou permissão, sem prévia autorização do Governo Federal.

§ 7º - As empresas concessionárias ou permissionárias de serviço de radiodifusão não poderão estar subordinada a outras entidades que se constituem com a finalidade de estabelecer direção ou orientação única, através de cadeias ou associações de qualquer espécie. (BRASIL, 1967).

Com isso, o ano de 1967 marca o início da derrocada de Assis Chateaubriand e sua rede Associada. De acordo com Moraes (1994, p. 674), o decreto-lei parecia ter sido redigido de encomenda para destruir o jornalista, fato que se concretizou nos anos seguintes. Os veículos que ascenderam a partir da década de 1960 possuíam apóio dos militares e para manterem tal posição e os benefícios com ela adquiridos deviam ao governo subserviência.

De acordo com Borges (2009, p. 57), durante o período militar, as Organizações Globo passam a ter total hegemonia, característica que perdura até hoje. O grupo que começou com Irineu Marinho, no início do século XX, com um pequeno jornal, *A Noite*, fundado em 1911, e algumas emissoras de rádio, só conseguiu ascender como potência com a criação da Rede Globo, em 1965. A emissora ergueu toda a estrutura de telecomunicações para apoiar a ditadura e foi utilizada pelos militares como ferramenta estratégica na integração da *segurança nacional*.

Além da Rede Globo, o grupo Abril também prosperou durante o período, consolidando seu império, cuja maior concentração encontra-se na distribuição em bancas. O auge do grupo foi o lançamento da Revista *Veja*, em 1968. Outros veículos se beneficiaram com o golpe, como o jornal *O Estado de São Paulo*, do clã Mesquita, e a *Folha de São Paulo*, da família Frias.

A consolidação desses grupos como empresas de comunicação foi feita com o objetivo estratégico de integração da segurança nacional, ou seja, eles deveriam veicular os pressupostos defendidos pelo regime. O governo militar promoveu um grande desenvolvimento tecnológico nacional por meio da expansão das telecomunicações, área considerada estratégica para o controle político do país e, assim, distribuiu outorgas de emissoras de rádio e televisão a amigos do sistema. De acordo com o blog *Donos da Mídia* (2014), desde esse período, a configuração do sistema de redes nacionais foi estruturada com base em duas características: apoio dos recursos públicos e um modelo de negócios baseado na afiliação de grupos regionais privados a esses conglomerados nacionais.

Com isso, os proprietários de meios de comunicação afiliados aos grandes veículos eram grupos de empresários vinculados ao governo ou políticos acostumados à prática do clientelismo. O quadro exposto nos mostra que os meios de comunicação são considerados as principais armas eleitorais de um político, por isso, até hoje, cerca de um terço das prefeituras municipais e outra parcela substancial de empresas públicas estaduais financiam a interiorização dos sinais das redes comerciais.

Um fator que facilitou a ampla distribuição de emissoras aos parceiros foi o Código Brasileiro das Telecomunicações de 1962, documento que, segundo Matos (2013, p. 81), atribuía de modo autoritário ao Presidente da República o poder de distribuir licenças para a radiodifusão. O código permitiu que o governo militar distribuísse quase 60% dos canais de televisão para seus amigos, facilitou a ocupação das frequências previstas, abriu espaço para um enorme crescimento do setor privado e deixou em segundo plano os canais não comerciais educacionais.

Nos anos de 1970, a relação entre o governo militar com a rede Globo e outros veículos subservientes ao regime fez com que o Estado fizesse vistas grossas em relação à expansão não controlada do setor. É dessa época o crescimento dos maiores grupos de comunicação do país, os quais controlam até hoje 90% dos canais de rádio e TV existentes.

Mesmo após o fim do regime autoritário (1964-1985), a distribuição de veículos de comunicação em troca de favorecimento político continuou e atingiu seu ápice no governo de José Sarney. O ex-presidente concedeu canais de rádio e televisão durante as negociações com o Congresso para a aprovação da extensão de seu mandato de quatro para cinco anos. Liedtke (2003, p. 50) aponta que Sarney foi o governante que mais concedeu concessões para novas emissoras: foram 1028 emissoras em um período de quatro anos (1985-1988), duas delas foram para seus familiares no Maranhão.

A Constituição de 1988 transferiu para o Congresso a responsabilidade pela outorga e renovação das concessões de emissoras de rádio e TV. No entanto, esse fato não apresentou uma democratização do setor, pois ainda continuam prevalecendo critérios clientelistas na distribuição das outorgas.

Como começamos a ver, a radiodifusão no Brasil tem sido construída praticamente numa combinação de controle público e regulação limitada. As políticas públicas nacionais da radiodifusão no Brasil têm tradicionalmente se alinhado com interesses políticos e com o controle do Estado. Os canais educacionais e do Estado são quase todos propriedade de setores da Igreja e de políticos da oligarquia. A regulação da radiodifusão tem estado sob o controle do Ministério das Comunicações, com presidentes usando a distribuição das licenças de rádio e de televisão como uma forma de patrocínio político (MATOS, 2013, p. 80-81).

Devido às relações de poder estabelecidas, Matos (2013, p. 82) expõe que o Brasil sempre possuiu uma mídia pública fraca, composta por organizações com poucos recursos como, por exemplo, a TV Cultura de São Paulo e a TVE do Rio de Janeiro. A autora acrescenta que há ainda estações "públicas" controladas por políticos locais e por setores evangélicos da Igreja, assim como TVs executivas do legislativo, como a TV Senado, canais comunitários e de televisão ligados aos governos do Estado e federal.

Em um cenário onde o Estado sempre distribuiu as concessões de rádio e televisão com favorecimento político, privilegiando os grupos que se posicionaram como aliados do poder, ao longo de décadas, esses grupos expandiram-se e foram porta-vozes dos interesses políticos e comerciais privados. O resultado, conforme nos mostra Borges (2009, p. 57), foi a consolidação de um Brasil controlado por poucos grupos que constituem grandes empresas da mídia e comandam de forma vertical, reproduzem, amplificam ideias, concepções e valores para milhões de habitantes.

De acordo com Borges (2009, p. 58) a mídia encontra-se “nas mãos de meia dúzia de donos” e isso é resultado da ausência de uma legislação proibitiva da propriedade cruzada, ou seja, uma legislação que proíba, de um lado, um mesmo grupo de possuir jornais, revistas e canais de televisão e, de outro, a existência de frágeis leis regulatórias e do envolvimento entre a mídia e o poder vigente.

O Decreto-Lei nº 236/1967 é válido ainda em nossos dias, no entanto o que encontra-se estabelecido parece não se aplicar aos atuais grupos midiáticos. O documento recebeu uma interpretação diferente daquela de Assis Chateaubriand. Lima (2006, p. 99) expõe que o Ministério das Comunicações (MiniCom), atualmente, interpreta "entidade" como "pessoa física" e desconsidera o parentesco. Outra questão apontada é que o MiniCom não aceita o fato de que as "redes" (afiliação contratual de emissoras) constituem subordinação cujo objetivo seja estabelecer um único posicionamento e orientação. Essas informações são fornecidas pelo autor a partir de uma resposta dada pelo Ministério, memorando nº 323/2003-SSCE/MC de 1/8/2003, aos deputados Edson Duarte (PV-BA) e Iara Bernardi (PT-SP) que questionavam quais empresas de comunicação descumpriam o artigo 12 do Decreto-Lei nº 236/67. Diante da argumentação exposta, não existiria qualquer entidade descumpindo o artigo 12.

Diante disso, o modelo em voga é responsável pela formação de monopólio e oligopólio sobre o setor onde poucos grupos detêm o controle sobre os meios de comunicação e permanecem, tal como no período militar, praticamente intocados, tendo em vista serem



compostos por empresários e políticos representantes da elite. De acordo com Intervozes (online, 2007, p. 3), não existe qualquer fiscalização por parte do poder público; o resultado pode ser percebido devido à existência de emissoras em funcionamento com outorgas que já venceram há quase 20 anos. Devido à histórica relação entre governos, parlamentares e empresários da comunicação nunca uma outorga de rádio ou TV deixou de ser renovada no Brasil.

A conjuntura existente no setor de comunicação fez com que, até final da década de 1990, nove grupos dominassem o setor: Marinho (Globo), Abravanel (SBT), SAAD (Bandeirantes), Bloch (Manchete), Civita (Abril), Mesquita (Estado), Frias (Folha de São Paulo), Levy (Gazeta) e Nascimento e Silva (Jornal do Brasil). Atualmente, o quadro foi alterado, tendo em vista que as famílias Bloch, Levy e Nascimento faliram. De acordo com Borges (2009, p. 59), em nossos dias, a mídia nacional é composta por “quatro times”:

O ‘primeiro time’ é composto pelos ‘cabeças-de-rede’, geradores de programação nacional, incluindo as principais emissoras de TV, a Editora Abril e os jornais *Estadão* e *Folha*. O ‘segundo time’ inclui grupos regionais e nacionais com certo alcance, como o Jornal do Brasil e a RBS do Rio Grande do Sul. O ‘terceiro time’ é formado por emissoras regionais afiliadas às redes nacionais de TV; já o ‘quarto time’ inclui milhares de pequenas e frágeis empresas de comunicação. Na fase recente, também despontaram algumas emissoras de origem religiosa, como a TV Record, da Igreja Universal.

O monopólio e o oligopólio são proibidos pelo artigo 220 da Constituição de 1988, no entanto não há qualquer regulamentação dessa norma por meio de uma lei complementar. Por isso, tais práticas se fazem presentes regional e nacionalmente, e o que era para ser público é utilizado desde o início para atender a interesses privados de pequenos grupos.

Atualmente, o tempo de uma outorga é de 15 anos para TVs e 10 anos para emissoras de rádio. No entanto, de acordo com o Intervozes (2007, p. 10), a legislação ultrapassada, burocracia permissiva e desvio conceitual do que seja *liberdade de expressão* transformam concessões temporárias em capitâneas hereditárias. Tal afirmação se justifica devido à renovação automática das outorgas de rádio e TV feitas sem qualquer análise sobre a empresa ter atendido ao interesse público.

Nesse sentido, as concessões passam automaticamente aos descendentes de uma mesma família, prática proibida pelo Decreto-Lei de 1967, processo que se perpetua há mais de 50 anos no Brasil: “O processo administrativo acoberta uma política de renovação automática das concessões, em que a sociedade não é ouvida e o Estado abre mão de seu papel de avaliador das outorgas” (Intervozes, 2007, p. 10).

Isso significa que, desde o golpe militar, as mesmas famílias controlam os meios de comunicação e, conseqüentemente, a produção discursiva de informações. Podemos dizer que o fato em questão é característico do que Gadet e Pêcheux (2004, p. 23) denominam de gestão ideológica de massas, tendo em vista que tais grupos vestem uma máscara de defensores da *liberdade de expressão* para controlarem o que e como a notícia vai circular no meio social.

A partir da relação entre os grupos que detêm o poder no Brasil e os meios de comunicação existentes, consideramos que esses veículos fazem uso de uma forma linguística que produz um efeito de transparência e, ao mesmo tempo, de fluidez para, assim, fazer circular discursos que contribuam para a manutenção das relações de poder existentes. Isso significa que os meios de comunicação possuem um importante papel na gestão dos indivíduos, processo realizado por meio da *língua de vento* que ajuda a *língua de madeira* da política a perpetuar seu controle sobre a produção discursiva.

Podemos dizer que a materialização discursiva realizada por meio da *língua de vento* e *língua de madeira* faz parte das condições de produção dos meios de comunicação, pois para falar em prol dos interesses dominantes é necessário uma forma linguística que produza sentidos logicamente estabilizados. Diante dessas questões, a discussão sobre *liberdade de expressão* e veículos de comunicação passa por uma reflexão sobre a língua em circulação nesse meio. Temos uma relação direta estabelecida entre esses elementos e os mecanismos de poder em nosso país.

## **2.2 Liberdade de expressão e liberdade de imprensa**

No interior das normas e regras defendidas pelo liberalismo e adotadas pelos meios de comunicação, encontramos o discurso que estabelece garantias à *liberdade de expressão* e à *liberdade de imprensa*, o que significa que tais princípios também fazem parte das condições de produção nas quais se inscrevem os veículos midiáticos. Com isso, torna-se importante compreender melhor as semelhanças e diferenças relacionadas a essas noções centrais para nossa pesquisa.

De acordo com Lima (2010, p. 24), historicamente, a diferença entre *liberdade de expressão* e *liberdade de imprensa* é comumente retomada em documentos legais ou da imprensa na defesa da *liberdade de imprensa*. Nesse sentido, *liberdade de expressão* está sempre relacionada ao indivíduo, enquanto a *liberdade de imprensa* aparece como condição para a liberdade individual ou como uma liberdade da sociedade equacionada com a imprensa

e/ou com os meios de comunicação. Há ainda a utilização das duas expressões de forma equivalente: nesse caso, ocorre o deslocamento da *liberdade de expressão* do indivíduo para a *sociedade* e, conseqüentemente, para os jornais.

Para o autor, é importante compreender as duas formas de liberdade e estabelecer diferenças entre elas. A partir dos pressupostos liberais, *liberdade de expressão* é considerada aquela que nasce com o indivíduo e está relacionada ao direito humano fundamental de usar a palavra, direito que, teoricamente, é garantido a todos os sujeitos. Por sua vez, a *liberdade de imprensa* consiste na liberdade da *sociedade* ou de empresas comerciais – a imprensa ou a mídia – de divulgar ao público o que consideram como informação jornalística e/ou entretenimento. Essa forma de liberdade tem sua existência condicionada à disponibilidade de material para imprimir (tecnologia, máquina, papel) e de público leitor. Nesse sentido, a relação entre público leitor e o direito de imprimir possui um lugar importante na história e no desenvolvimento da chamada *liberdade de imprensa*.

Podemos acrescentar que, no início do século XX, com o surgimento da imprensa como empresa capitalista, outros fatores se impõem à existência de *liberdade de imprensa*, entre eles interesses econômicos. Isso se justifica devido ao fato de a imprensa burguesa ter se voltado à obtenção de lucro e, para isso, conforme já expusemos, esses veículos se aliaram a grupos políticos e à elite dominante. Os fatores econômicos também estão relacionados ao investimento financeiro realizado em determinado jornal ou revista para que possam circular amplamente no território nacional.

No entanto, segundo Lima (2010, p. 28), a expressão *liberdade de imprensa* surgiu no final do século XVII, após a Revolução Inglesa, período em que a liberdade individual de imprimir foi garantida a todos os sujeitos. Essa questão foi discutida por Thomas Paine, no século XVIII, que considerou iguais os sentidos de *liberdade individual de imprimir* e *liberdade de imprensa*. Nos Estados Unidos, em 1735, a absolvição de um impressor alemão, John Peter Zenger, contra acusações de calúnia feitas por um governador estabeleceu o marco inicial em defesa da *liberdade de imprensa*. Tratava-se do direito individual de imprimir, que foi reconhecido por um júri popular.

De acordo com o autor, nos séculos XVII, XVIII e XIX, a *liberdade de imprensa* foi considerada como uma extensão das formas de *liberdade de expressão*, ou seja, o sujeito, tendo direito à livre expressão, podia usar desse direito para imprimir. Por sua vez, no mundo contemporâneo, a constituição e o fortalecimento dos conglomerados globais de comunicação e entretenimento estabeleceram outras relações de sentido para essas questões. Lima (2010, p.

30) expõe que a transformação da imprensa em empresa capitalista fez dos veículos de radiodifusão meios para obter capital e essa demanda por lucro foi e é responsável pelo estabelecimento de monopólio sobre essas empresas na contemporaneidade.

Esse fato é silenciado no discurso dos meios de comunicação e no discurso dos documentos oficiais, ou seja, há uma afirmação de que todo sujeito é livre para se expressar no meio social, e esse discurso silencia o fato de o controle sobre os meios de comunicação estar concentrado nas mãos de poucos grupos. Temos, nessa conjuntura, a instalação de uma política do silêncio que, de acordo com Orlandi (2007), refere-se à produção de um recorte entre o que se diz e o que não se diz, isso significa que ao dizer algo, apagamos outros sentidos possíveis e indesejáveis em uma situação discursiva: “se diz ‘x’ para não (deixar) dizer ‘y’, este sendo o sentido a se descartar do dito. É o não-dito necessariamente excluído” (Orlandi, 2007, p. 73). Por meio dessa política do silêncio, apagam-se os sentidos que se quer evitar, sentidos que remeteriam a uma outra formação discursiva, uma outra região dos sentidos. Nesse aspecto, o silêncio determina os limites do dizer.

O silêncio relacionado ao papel da imprensa em nossa sociedade faz com que a questão da *liberdade de expressão*, algo extremamente valorizado em um Estado liberal-democrático, exista de direito, mas não de fato. Prado Júnior (2008) enfatiza que não há dúvidas de que exista o “direito” de livre manifestação do pensamento, no entanto, esse direito é abstrato porque, para os indivíduos de modo geral, não existe a possibilidade de expressá-lo. Segundo o autor, o direito de livre expressão acaba restrito às rodas de amigos, tendo em vista que a possibilidade de emitir opiniões, críticas e reclamações por meio da imprensa é uma prática restrita. A imprensa é composta por grupos fechados de jornalistas profissionais que interpretam a seu modo as informações e opiniões dos reduzidos círculos de interesses a que se acham direta ou indiretamente ligados e subordinados.

Podemos perceber a presença de pontos de vista que contestam a existência de diferentes formas de liberdade no seio de nossa sociedade, entre elas, a *liberdade de expressão*, isto é, liberdade de se expressar por meio da imprensa ou de algum veículo de radiodifusão. A crítica relacionada à questão da *liberdade de expressão* não é recente, conforme pudemos perceber com as palavras de Prado Júnior; embora tenhamos usado uma versão de sua obra do ano de 2008, seu texto foi publicado originalmente em 1960. No entanto, na contemporaneidade, tal discussão parece ter ganhado maior visibilidade no ciberespaço, e esse fato chamou nossa atenção.

Torna-se importante, neste momento, esclarecer um pouco melhor os sentidos de imprensa e radiodifusão. Tradicionalmente, a imprensa refere-se a veículos de comunicação impressos, os jornais e revistas de um lugar. De acordo com Rabaça e Barbosa (1987, p. 328) esse termo pode ser considerado como sinônimo de jornalismo. Por sua vez, a radiodifusão consiste em serviços de comunicação em que a transmissão de informações é feita por meio de sinais eletromagnéticos para recepção simultânea pelo público numa determinada área geográfica com aparelhos receptores especiais. São veículos de radiodifusão o rádio e a televisão.

No entanto, na contemporaneidade, houve uma modificação dos dois conceitos, pois os sentidos de imprensa deslizarão e passaram a englobar também os meios de radiodifusão. Segundo Rabaça e Barbosa (1987, p. 328), a palavra imprensa pode ser utilizada com a seguinte significação: “conjunto dos processos de difusão de informações jornalísticas por veículos impressos (jornais e revistas – *imprensa escrita*) ou eletrônicos (radio e televisão – *imprensa falada e televisada*)” – grifos do autor.

Há ainda um outro termo relacionado a imprensa e radiodifusão: mídia. Esse conceito possui origem latina *midium* cujo sentido é meio. A origem de uso dessa palavra está nas pesquisas norte-americanas sobre *mass media*, ou seja, os diferentes sistemas organizados de produção, difusão e recepção de informações. Essas pesquisas estavam centradas nas transformações da política e no papel dos meios de comunicação nesse processo. Guazina (2007, p. 51) expõe que tais trabalhos consideravam que a indústria da cultura e da informação eram apenas dispositivos de emissão de conteúdos e mensagens para a massa.

Esse cenário aos poucos se alterou, principalmente, com a consolidação da televisão como nova tecnologia e meio de comunicação hegemônico. Conforme no mostra Guazina (2007, p. 52), nas décadas de 1950 e 1960, a televisão passou a exercer grande influência na vida política, pois produzia a imagem dos líderes e indivíduos influentes no cenário político e social. Aos poucos, tecnologias como rádio, imprensa, televisão, cinema passaram a ser consideradas como construtoras autônomas de significado e conhecimento acerca da realidade, não apenas meios/ veículos:

Os meios de comunicação deixaram de ser entendidos como canais e passaram a ser vistos como potenciais construtores de conhecimento, responsáveis pelo agendamento de temas políticos e formadores de compreensão sobre o mundo e a política (GUAZINA, 2007, p. 54).

Muitos pesquisadores brasileiros se referem à mídia enquanto indústria de comunicação composta por empresas, detentoras de linguagens e que envolvem a comunicação de massa, projetam imagens e constituem um poder no mundo atual. De acordo

com Lima (2006) falar em mídia é fazer referência ao conjunto de instituições (emissoras de rádio e de televisão, jornais, revistas, cinema etc.) que utilizam tecnologias específicas para realizar a comunicação, fato que resulta em uma comunicação mediatizada. Esse tipo de comunicação envolve duas características: unidirecionalidade e produção centralizada e padronizada de conteúdos.

Moraes (2013, p. 19) utiliza a metáfora de uma árvore para discutir o sistema midiático atual. Nessa árvore, os galhos abrigam os setores de informação e entretenimento e eles se articulam, se combinam com outros por intermédio de um fio condutor invisível, as tecnologias avançadas, que proporcionam a irradiação e comercialização de conteúdos, produtos e serviços. Atualmente, essa árvore pertence a um número reduzido de corporações que se mantêm dominantes devido à potência dos canais, plataformas e suportes de comunicação digitais que interligam povos, sociedades, economias e culturas.

Trata-se de um poder desmaterializado, penetrante, invasivo, livre de resistências físicas e territoriais, expandindo seus tentáculos para muito além da televisão, do rádio, dos meios impressos e do cinema. Já se infiltrou em celulares, tablets, smartphones, palmtops e notebooks, telões digitais, webcams... Tudo parece depender do que vemos, ouvimos e lemos no irrefreável campo de transmissão midiática - em atualizações contínuas - para ser socialmente reconhecido, vivenciado, assimilado, recusado ou até mesmo esquecido (MORAES, 2013, p. 19-20).

Diante de tais informações, acreditamos não ser possível estabelecer uma separação dicotômica entre os conceitos de mídia, imprensa e radiodifusão, pois os meios de comunicação só conseguem exercer poder e domínio em escala global graças as tecnologias existentes. O avanço tecnológico criou condições materiais para os veículos exercerem hegemonia e controle sobre a produção discursiva disponibilizada e transformada em mercadoria a ser consumida.

Há inclusive uma certa impressão de que só existe sintonia com o que acontece no mundo se estivermos imersos no sistema audiovisual. O poder tecnológico tornou-se quase indispensável aos sujeitos, por isso ele encontra-se em igualdade de condições com os objetos produzidos. Apesar de pontos de convergência entre os conceitos expostos, eles não podem ser considerados como sinônimos. A mídia, conforme expusemos, engloba os meios de comunicação, transformando-os no sistema midiático atual (Moraes, 2013), mas cada veículo possui características específicas e não gozam do mesmo estatuto no meio social.

### **2.3 Weblogs progressistas**

O ponto principal desta pesquisa é analisar o enunciado *liberdade de expressão* em *Weblogs* progressistas, tendo em vista que o discurso, nesses espaços, questiona a forma existente de *liberdade de expressão* na contemporaneidade. Nosso objetivo consiste em compreender a forma como ocorre a constituição e a circulação de sentidos para o enunciado nesses ambientes digitais. Para isso, torna-se importante conhecer o que significa ser *progressista*.

O termo Progressista deriva de Progresso. De acordo com Bobbio ([1983] 1998, p. 1010), falar em Progresso é abordar o curso das coisas especialmente da civilização e considerar o gradual crescimento do bem-estar ou da felicidade, com uma melhora do indivíduo e da humanidade, constituindo um movimento em direção a um objeto ou objetivo desejáveis. Isso significa que não se trata da ideia de fluxo contínuo, pois é necessária uma finalidade para o movimento, e é na concretização desse objetivo que se encontra a medida do Progresso.

De acordo com o autor, a doutrina do Progresso tem se desenvolvido por dois caminhos distintos; o primeiro é denominado de iluminístico e o segundo de idealístico. É importante expor que nenhuma dessas duas direções possui qualquer referência histórica exclusiva ao Iluminismo do século XVIII ou ao idealismo romântico. Bobbio ([1983] 1998, p. 1010) afirma que o primeiro conceito consiste em considerar uma atitude crítica em relação à atividade humana, ao progresso histórico e à formulação de critérios de avaliação e identificação de épocas de progresso, de decadência ou de retrocesso. O segundo leva à compreensão do fato histórico como um momento necessário de um processo inevitável e onde a participação humana ativa é vista como ilusória e instrumental.

Para os historiadores do iluminismo, falar em progresso é considerar o Progresso da civilização, teoria que considera a capacidade humana de intervir no curso da história. Trata-se de uma concepção que aborda a interdependência das ciências, a potencialização da racionalidade por meio da difusão da cultura e a possibilidade de melhorar os costumes e o caráter dos homens por meio de instituições e leis adequadas. Nessa acepção, falar em Progresso político está associado à conquista de uma maior igualdade, fator indispensável para promover mudanças em sociedade.

Esse princípio vai aparecer nos trabalhos dos iluministas no século XVIII e foi retomado na Europa no período pós-Guerra como forma de resistência e de redescoberta. Tais pressupostos adquiriram um caráter revolucionário e indicavam a capacidade humana de transformar o mundo. Esse conceito materializa as ideias de movimento e mudança.

Podemos dizer que progresso deu origem a progressista em nossa contemporaneidade, termo que adquiriu outras significações. De acordo com Emir Sader (2012), há três características que definem um progressista. Em primeiro lugar, esse conceito refere-se aos governos, forças políticas e instituições que lutam pela construção de um mundo multipolar, ou seja, onde o poder não esteja nas mãos de um único grupo ou de poucos. Uma segunda característica para progressista refere-se à ênfase colocada na expansão dos mercados internos de consumo popular, na extensão e fortalecimento das políticas que garantem os direitos sociais da população, que elevam continuamente o poder aquisitivo dos salários e os empregos formais. Por último, as forças progressistas se caracterizam pelo resgate do papel do Estado como indutor do crescimento econômico, deslocando as políticas de Estado mínimo e de centralidade do mercado, e como garantia dos direitos sociais da população.

Encontramos uma memória de Progresso no atual conceito de Progressista, tendo em vista a forma como as características elencadas por Sader (2012) apontam para um terreno de maior igualdade entre os indivíduos. Trata-se de uma forma de mudança, movimento, em direção a uma sociedade mais democrática, onde as leis contribuam para a perpetuação de tais princípios.

Com isso, falar em *blogs* progressistas é considerar um lugar de resistência contra os discursos dominantes produzidos pelos meios de comunicação tradicionais. Entre as produções que passaram por um processo de ressignificação, encontramos o enunciado *liberdade de expressão*, que adquiriu sentidos diferentes daqueles comumente empregados pela grande mídia. Para analisar esses sentidos e o funcionamento desse enunciado nesses espaços, vamos utilizar alguns pressupostos teóricos da Análise do Discurso.



### 3 O ENUNCIADO *LIBERDADE DE EXPRESSÃO* SOB A ÓTICA DA ANÁLISE DO DISCURSO: DISCUSSÕES TEÓRICAS

Para discutir e analisar o enunciado *liberdade de expressão* em nossa contemporaneidade, pelo viés da Análise do Discurso, precisamos compreender os processos históricos relacionados à produção de sentidos sobre essa problemática. Para isso, é importante considerarmos a ideologia, a formação discursiva e a memória. Esses conceitos vão nos ajudar a compreender os fatores relacionados ao sujeito e à língua que contribuíram para atribuir sentidos ao enunciado, assim como as práticas discursivas responsáveis por modificá-lo em diferentes momentos.

Nesse percurso, vamos nos voltar ao trajeto temático do enunciado *liberdade de expressão*, aos moldes do que propõe Guilhaumou e Maldidier ([1994] 2010, p. 165), ou seja, com o objetivo de analisar o novo no interior da repetição. Voltar-se ao trajeto temático de um enunciado é reconstruir os caminhos daquilo que produz um terreno de contradições e contrapontos, de lutas e conflitos em relação à produção de um objeto discursivo: “Vemos que a análise do trajeto temático fundamenta-se em um vaivém de atos linguageiros de uma grande diversidade e atos de linguagem que podemos analisar linguisticamente e nos quais os sujeitos podem ser especificados”.

Diante de tais reflexões, considerar o trajeto temático consiste em um procedimento de compreensão de determinado objeto discursivo. Por isso, tal noção torna-se importante para compreender as estratégias discursivas ligadas às relações de força que significaram o enunciado *liberdade de expressão* em diferentes conjunturas sócio-históricas.

Em relação ao trajeto temático do enunciado *liberdade de expressão*, há um conjunto de configurações discursivas que o relaciona ao liberalismo. Conforme já expusemos, o liberalismo contribuiu para o estabelecimento de um conjunto de direitos que seriam fundamentais em uma sociedade, direitos inalienáveis, pois, segundo os pressupostos defendidos, estão na natureza de qualquer indivíduo: direito à vida, à segurança, à felicidade, à propriedade e, também, às diferentes formas de liberdade.

Um desses discursos a considerar *liberdade de expressão*, juntamente com outros princípios, um direito fundamental do ser humano, foi a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (Déclaration des Droits de l'Homme et du Citoyen)*, texto discutido e produzido durante a Revolução Francesa, em 1789:

Os representantes do povo francês, reunidos em Assembleia Nacional e considerando que a ignorância, a negligência ou o menosprezo dos direitos do homem são as únicas causas dos males públicos e da corrupção governamental, resolveram apresentar numa declaração solene os direitos naturais, inalienáveis e sagrados do homem: para que esta declaração, por estar constantemente presente a todos os membros do corpo social, possa sempre lembrar a todos os seus direitos e deveres; para que os atos dos poderes Legislativo e Executivo, por estarem a todo momento sujeitos a uma comparação com o objetivo de toda instituição política, possam ser mais plenamente respeitados; e para que as demandas dos cidadãos, por estarem a partir de agora fundamentadas em princípios simples e incontestáveis, possam sempre visar a manter a Constituição e o bem-estar geral (FRANÇA, 1789).

A ênfase nos *direitos naturais* do homem para manter a *Constituição* e o *bem-estar* geral, tal como propagados pelo liberalismo, tornaram-se valores veiculados em diversos países da Europa e do mundo ocidental. Em linhas gerais, o documento estabelece que os seres humanos nascem livres e iguais, sendo função do Estado a preservação desse direito e de todos os outros resultantes de tal condição. Além de garantir a prática de ações não nocivas, a Declaração, em seu artigo 11, enfatiza o direito à livre expressão, fato que nos interessa particularmente:

A livre comunicação de pensamentos e opiniões é um dos mais preciosos direitos do homem. Todo cidadão pode, portanto, falar, escrever e publicar livremente, se aceitar a responsabilidade por qualquer abuso dessa liberdade nos termos estabelecidos pela lei (FRANÇA, 1789).

Diante das questões expostas, podemos dizer que o Estado liberal, tal como emergiu da Revolução Francesa, estabeleceu um contraponto ao sistema monárquico responsável por produzir uma divisão social ao determinar que o corpo do rei, assim como dos membros do clero, deveriam permanecer intocáveis. Ao estabelecer uma associação entre liberdade e direitos naturais, o documento promove uma ruptura, pois tal princípio começa a ser considerado um direito legal pertencente a todos.

Podemos dizer que a liberdade, assim como a igualdade, a justiça etc. tornaram-se objetos ideológicos no Estado liberal, sendo que a defesa desses objetos passou a ser fator determinante na nova formação social. Percebemos a existência de posições ideológicas que defenderam e contribuíram para a reprodução de concepções liberais em uma formação social ocidental capitalista; essas posições ideológicas, em Análise do Discurso, recebem o nome de formações ideológicas.

Faziam parte dos grupos que se identificavam com as concepções do Estado liberal diversos intelectuais e a classe burguesa do século XVIII, que, por meio de diferentes práticas, produziram e veicularam sentidos em sua defesa. Isso significa que não podemos ver

os objetos ideológicos implantados nessa formação social como a “mentalidade” de uma época, pois seu funcionamento não ocorreu pela veiculação de “ideias abstratas”. A produção de sentidos sobre o liberalismo foi realizada a partir de diferentes práticas discursivas.

A instauração dessas práticas, para consolidar o movimento, foi realizada por vários autores que se propuseram a discutir a questão e fornecer diferentes concepções relacionadas aos princípios liberais, assim como ao direito natural dos seres humanos. Direitos esses que garantiam ao sujeito liberdade, autonomia e igualdade no seio de tal formação social, contribuindo assim para produzir sentidos sobre esse sistema político. A respeito da forma como ocorre a produção de sentidos sobre determinado objeto, é importante considerarmos as palavras de Pêcheux ([1975] 2009a, p. 132):

Os “objetos” ideológicos são sempre fornecidos ao mesmo tempo que a “maneira de se servir deles” – seu “sentido”, isto é, sua orientação, ou seja, os interesses de classe aos quais eles servem - , o que se pode comentar dizendo que as ideologias práticas são práticas de classes (de luta de classes) na Ideologia. Isso equivale a dizer que não há, na luta ideológica (bem como nas outras formas da luta de classes), “posições de classe” que existam de modo abstrato e que sejam então aplicadas aos diferentes “objetos” ideológicos regionais das situações concretas, na Escola, na Família, etc.

Diante de tal funcionamento, a instância ideológica não pode ser concebida de forma igual ou homogênea, como “ideia” ou “mentalidade” de uma época. Isso significa que a ideologia, ou melhor, as diferentes formações ideológicas, não são abstrações, mas práticas, atitudes, representações que se caracterizam de modo divergente e contraditório, relacionando-se às posições de classes em conflito no interior de uma formação social<sup>3</sup>.

O Estado liberal não foi implantado de forma pacífica na França, pois o que existiu até o século XVIII foi um sistema monárquico feudal. Nesse sentido, as concepções liberais ganharam terreno em uma estrutura de desigualdade-subordinação ao poder vigente, houve diferentes posições, na conjuntura da época, a falar sobre leis, justiça, moral, sujeito etc. Essas diferentes posições nos mostram lugares de contradição existentes naquele período e caracterizam a existência de diferentes posições ideológicas em uma só sociedade. No entanto, apesar das diferenças, havia posições, formações ideológicas dominantes, responsáveis por sentidos dominantes no meio social, por isso as relações de desigualdade-subordinação entre as regiões constituem a cena da *luta ideológica de classes*.

---

<sup>3</sup> No trabalho de Michel Pêcheux não encontramos uma definição específica de formação social. No entanto, a partir do que encontramos em Pêcheux e Fuchs ([1969] 2010, p. 161-170), podemos definir formação social como o espaço delimitado pelo modo de produção de um determinado grupo social, ou seja, o conjunto de práticas, normas, princípios e tradições que organizam esse grupo.

A situação mudou com a Revolução Francesa de 1789, que promoveu um processo de destruição da dominação feudal-monárquica e, conseqüentemente, a tomada do poder político pela classe burguesa. Essa revolução foi influenciada, entre outras questões, pelos ideais de liberdade, autonomia, direito natural, justiça e igualdade. Nesse sentido, o movimento rompeu as barreiras erguidas pelo sistema anterior e universalizou as relações jurídicas.

A instauração desse sistema foi realizada por uma série de outras práticas que impunham aos indivíduos o que era necessário para se tornarem cidadãos. A respeito dessa questão, Pêcheux ([1982] 1990, p. 10) nos lembra que houve uma série de exigências feitas, pois, para receberem o estatuto de cidadão, os sujeitos deveriam se libertar dos “particularismos históricos”, ou seja, modificar seus costumes locais, suas concepções ancestrais, assim como sua língua materna. Houve a necessidade de universalizar as relações jurídicas e sociais.

A nova forma de organização da sociedade, estabelecida a partir do discurso do Direito, inaugurou outras relações de desigualdade-subordinação na sociedade. Em relação a isso, Pêcheux ([1982] 1990, p. 11) destaca duas questões. A primeira está associada ao fato de o ideal de igualdade frente à língua ter resultado em uma desigualdade manifesta na divisão do ensino da língua e da gramática. A segunda questão refere-se ao capitalismo que fez a classe proletária descobrir que a democracia burguesa possui interesses econômicos específicos, nos quais o proletariado só se encontra incluído enquanto mão de obra a ser explorada. O universalismo pregado fez-se inexistente em diversos pontos.

O importante aqui é que esta nova barreira, invisível, não separa dois “mundos”; ela atravessa a sociedade como uma linha móvel, sensível às relações de força, resistente e elástica, sendo que, de um e outro de seus lados, as mesmas palavras, expressões e enunciados de uma mesma língua, não têm o mesmo “sentido”: esta estratégia da diferença sob a unidade formal culmina no discurso do Direito, que constitui assim a nova língua de madeira da época moderna, na medida em que ela representa, no interior da língua, a maneira política de negar a política (PÊCHEUX, 1990, p. 11).

Temos aqui novamente referência à configuração de uma *língua de madeira*, língua da política e do direito, que produziu um efeito de estabilização e universalização entre o dito e o feito no meio social. O efeito produzido pela língua de madeira ganhou suporte em diversas práticas cujo funcionamento pode ser caracterizado como divergente e contraditório, relacionando-se às posições de classes em conflito no interior da tal formação social. A *língua de madeira* está relacionada a posições de classe inconfessáveis no meio social. Novamente, podemos lembrar as palavras de Pêcheux ([1975] 2009a, p. 132) referentes ao fato de que os

“‘objetos’ ideológicos são sempre fornecidos ao mesmo tempo que a ‘maneira de se servir deles’”.

O universalismo do discurso jurídico faz-se presente no texto da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* em relação à questão do direito de livre expressão ao estabelecer que “todo cidadão pode, portanto, falar, escrever e publicar livremente”. No entanto, o documento estabelece uma condição para a realização de tais práticas: “se aceitar a responsabilidade por qualquer abuso dessa liberdade nos termos estabelecidos pela lei”. A liberdade de usar a palavra de diferentes formas está condicionada à responsabilidade atribuída ao cidadão que a utilizar, e esse fato limita sua utilização, limita a liberdade dos indivíduos. Temos aqui uma característica do discurso liberal que condiciona direitos a responsabilidades ou deveres e, dessa forma, limita o acesso à liberdade.

A *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* foi o primeiro documento a dar ênfase ao direito de expressão, direito de falar, escrever e publicar opiniões diversas, desde que não prejudique qualquer pessoa. Esse fato é bastante significativo para a história ocidental, tendo em vista que os pressupostos ideológicos defendidos influenciaram diversos países, tendo sido responsáveis pela produção de sentidos e sujeitos, realizada por meio da linguagem a partir do processo de interpelação-identificação ideológica.

Podemos dizer, com base em Haroche ([1984] 1992, p. 181), que tais pressupostos contribuíram para o enfraquecimento da forma-sujeito religiosa existente durante o regime feudal- monárquico, ou seja, um sujeito que devia obediência às leis da igreja. Com a expansão dos princípios liberais, temos a consolidação da forma-sujeito de direito responsável pela ascensão do jurídico e da concepção de sujeito livre e proprietário. Essa forma-sujeito está relacionada ao desenvolvimento do liberalismo político, que estabeleceu a passagem do Estado absolutista para o Estado liberal, da monarquia que considerava o direito do rei como divino para o sufrágio universal. Há uma importância nova dada ao sujeito e ao reconhecimento de diferentes formas de liberdade, por isso a necessidade de controlar as modalidades de decisões e comportamento.

O aparelho religioso não é mais capaz de, por si mesmo, enquadrar o sujeito (o que nós condensamos com a expressão “determinação religiosa”): o Estado, diante da situação nova que se oferece a ele, deve tentar, no contexto dos nacionalistas burgueses, estabelecer formas novas de controle do sujeito. Por razões econômicas, jurídicas, políticas, que nós vimos mais acima, esses métodos dão lugar necessariamente à ideia de acaso e de indeterminação relativa (o que nós referimos sob o termo de “determinação institucional” e depois “individual”) (HAROCHE, 1992, p. 182).

O foco de tal concepção de Estado era substituir a subordinação do homem ao discurso religioso por uma subordinação menos visível e mais insidiosa, pois insiste no pressuposto de sujeito livre, sendo que essa característica emana de qualquer indivíduo. Trata-se de um sujeito que age, entre outras especificidades, comandado pela literalidade e pela univocidade da lei.

A constituição do sujeito de direito está relacionada à instituição de certos sentidos como universais. De acordo com Pêcheux ([1975] 2009a, p. 145), trata-se de encontrar uma “singularidade” para que a lei possa aplicar sua “universalidade”. Podemos citar novamente o discurso da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*: “Todo cidadão pode, portanto, falar, escrever e publicar livremente, se aceitar a responsabilidade por qualquer abuso dessa liberdade nos termos estabelecidos pela lei”. Há uma singularidade produzida no discurso do documento ao afirmar que todo sujeito é livre, conseqüentemente, “a livre comunicação de pensamentos e opiniões é um dos mais preciosos direitos do homem”. A essa “singularidade” se aplica uma “universalidade”, “todo cidadão” tem o direito de usar a palavra, sob a condição de ser responsável por ela.

Além de sujeito de direito, o sujeito também se caracteriza como ideológico a partir da sua identificação com os sentidos produzidos pelo sujeito de direito, ou seja, o sujeito incorpora os sentidos produzidos pelo discurso de direito, aceitando-os como evidentes. A evidência dos sentidos aceitos e postos em circulação consiste em constatações que veiculam, ao mesmo tempo em que mascaram, a “norma” identificadora, isto é, o processo responsável por configurá-los.

Desse modo, é a ideologia que, através do “hábito” e do “uso”, está designando, ao mesmo tempo, o que é e o que deve ser, e isso, às vezes, por meio de “desvios” linguisticamente marcados entre a constatação e a norma e que funcionam como um dispositivo de “retomada do jogo” (PÊCHEUX, 2009a, p. 146).

Diante do fato de a ideologia ser o elemento responsável pela constituição de sentidos e sujeito, Pêcheux ([1975] 2009a, p. 146) formula que a evidência do sentido possui dependência ao designado todo complexo das formações ideológicas. Essa questão está relacionada ao fato de o sentido de uma palavra, proposição ou enunciado ser determinado pelas posições que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual são produzidos. Por isso, dizemos em *Análise de Discurso* que as palavras e enunciados mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam.

Ao teorizar a respeito da forma como os sentidos das palavras mudam ao passar de uma posição ideológica a outra, Pêcheux ([1975] 2009a, p. 147) relaciona o conceito de

formação ideológica ao de formação discursiva, caracterizando este último como aquilo que “a partir de uma posição numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.)”.

A noção de formação discursiva em Pêcheux ([1975] 2009a, p. 147) corresponde a um domínio de saber, constituído por enunciados discursivos relacionados à ideologia vigente que regula “o que pode e deve ser dito”. Em outras palavras, as formações discursivas representam na linguagem as *posições ideológicas* que lhes são correspondentes. As formações ideológicas, sendo posições no interior de dada formação social, comportam uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o dizer em uma manifestação discursiva. A ideologia é o princípio organizador da formação discursiva. De acordo com Indursky (2011b, p. 82), “é o indivíduo que, interpelado pela ideologia, se constitui como sujeito, identificando-se com os dizeres da formação discursiva que representa, na linguagem, um recorte da formação ideológica”.

Diante disso, os sentidos produzidos resultam da inscrição do discurso em determinada formação discursiva, sendo possível alterá-los ao deslocar uma mesma sequência de uma formação discursiva a outra. Isso ocorre devido ao fato de os sentidos se constituírem a partir das relações com diferentes expressões no interior de uma dada formação discursiva, a qual, por sua vez, está determinada pela formação ideológica de que provém. Todas essas questões nos remetem ao fato de palavras, expressões e proposições não possuírem sentido próprio, literal, tendo em vista que seu sentido decorre das relações estabelecidas com outros elementos pertencentes à mesma formação discursiva.

Os discursos no interior da formação discursiva liberal (FDL) são responsáveis por produzir sentidos à liberdade, como um direito pertencente a todos os sujeitos, ao considerá-los como capazes de qualquer realização, desde que não causem prejuízo a ninguém. A questão da liberdade é o princípio norteador do liberalismo e consiste em um saber dominante no interior da formação discursiva liberal. Esse saber foi adotado e veiculado pela classe burguesa ao implantar os princípios de sua Revolução na *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*. Nesse sentido, temos uma posição ideológica burguesa responsável por atribuir sentidos à liberdade no interior da formação discursiva liberal, tal como configurada nos limites da conjuntura de governo implantada.

As reflexões expostas remetem ao fato de a formação discursiva ser considerada matriz do sentido, pois é ela que determina o que pode e/ou deve ser dito em seu interior. Essa

questão nos remete ao fato de a formação discursiva ser também um lugar de interpelação para os sujeitos falantes, processo realizado por meio da identificação com a forma-sujeito dessa formação discursiva. A forma-sujeito é o elemento responsável pelos sentidos que circulam no âmbito da formação discursiva, sendo ela que organiza os saberes pertencentes ao seu domínio.

A identificação do sujeito com a forma-sujeito de uma formação discursiva o leva a atribuir sentido às diferentes materialidades, a partir de determinada posição ocupada em uma dada conjuntura sócio-histórica. De acordo com Pêcheux ([1975] 2009a, p. 148), a identificação-interpelação do sujeito com a forma-sujeito de uma formação discursiva pode resultar na produção de “domínios de pensamento”, pontos de estabilização que produzem o sujeito, assim como aquilo que lhe é dado a ver, compreender, fazer, temer, esperar etc. A produção de “domínios de pensamento” é condição para os denominados “consensos” intersubjetivos.

Podemos perceber que o conceito de formação discursiva refere-se às relações de força existentes em qualquer formação social, por isso entender esse conceito é uma forma de entender o funcionamento discursivo nessas diferentes conjunturas. Sobre essa questão, é importante nos atermos às palavras de Malidier (2003, p. 52): “Articulada sobre a ideologia, a 'formação discursiva' é totalmente pega pela história, referida a uma relação de forças, pertence a uma conjuntura dada”.

Reconhecer que a formação discursiva é o lugar de constituição do sentido levou Pêcheux ([1975] 2009a, p. 149) a acrescentar outra questão aqui diretamente relacionada. O autor afirma que toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência ao “todo complexo com dominante” denominado interdiscurso.

O interdiscurso funciona como algo que fala antes, em outro lugar e independentemente. Considerado como o lugar do “todo”, ou seja, como o lugar que comporta os mais variados e múltiplos sentidos, o interdiscurso está submetido à lei da desigualdade-contradição-subordinação. Isso ocorre devido ao fato de existir, em qualquer formação social, sentidos dominantes que entram em confronto, digladiam-se com os demais, daí a expressão instituída por Pêcheux ([1975] 2009a, p. 149) “todo complexo com dominante”.

Considerando essas ponderações, pode-se dizer, juntamente com Pêcheux ([1975] 2009a, p. 149), que o funcionamento da Ideologia em geral como interpelação dos indivíduos em sujeitos se realiza, na linguagem, por meio da formação discursiva com a qual o sujeito se



identifica, intrincada num complexo (o interdiscurso) que determina a sua dominação. Esse processo fornece a cada sujeito sua realidade, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas – aceitas – experimentadas.

Podemos dizer que um dos sentidos dominantes que contribuíram para a sustentação dos princípios liberais está pautado, conforme já expusemos, em diversos autores e filósofos iluministas. Esses sujeitos falavam em liberdade como um pressuposto relacionado à produção de autonomia individual, isto é, liberdade de escolha, de manifestar opiniões, de praticar determinada religião etc.

De acordo com Hunt (2007, p. 60), essa autonomia é abordada em obras como, por exemplo, *Emílio*, escrita por Rousseau em 1762 e direcionada às mães, cuja proposta era que as progenitoras cultivassem nos meninos o pensamento racional com o objetivo de que estes desenvolvessem certa independência social. Outro autor bastante significativo para a produção e práticas discursivas liberais foi Immanuel Kant, que em sua obra *O que é o Iluminismo?*, escrita em 1784, defendeu a autonomia intelectual como capacidade de pensar por si mesmo, contra a imaturidade que consiste em precisar da orientação dos outros. Há uma série de outras obras que contribuíram com a constituição de sentidos relacionados a essa doutrina. Essas obras inspiraram uma série de reformadores que passaram a exigir uma ampliação no âmbito da tomada de decisão individual.

A ênfase do Iluminismo sobre a autonomia individual nasceu da revolução no pensamento político do século XVII, iniciada por Hugo Grotius e John Locke. Eles tinham argumentado que o acordo social de um homem autônomo com outros indivíduos também autônomos era o único fundamento possível da autoridade política legítima. Se a autoridade justificada pelo direito divino, pela escritura e pela história devia ser substituída por um contrato entre homens autônomos, então os meninos tinham de ser ensinados a pensar por si mesmos (HUNT, 2007, p. 60-61).

Percebemos uma mudança de perspectiva que desloca o direito do plano divino, inserindo-o no nível do contrato entre homens autônomos que possuem direitos naturais e inalienáveis. Os pressupostos jusnaturalistas, estabelecidos pela doutrina liberal, tornaram-se universais e generalizantes para o sujeito em uma formação social ocidental capitalista. São esses sentidos dominantes sobre o liberalismo que funcionam, no interior da formação discursiva, como elementos responsáveis pela configuração do que o sujeito deveria ver, compreender, fazer e esperar de qualquer sistema de governo que adotasse tais pressupostos.

Os sentidos dominantes são recuperados do interdiscurso, o lugar do “todo complexo com dominante” relacionado ao liberalismo, mas são perpetuados no âmbito social a partir de diferentes lugares de memória. É por meio da memória que o interdiscurso retorna e se materializa no fio do discurso, mas isso não ocorre de modo totalizante, ou seja, a memória

não é capaz de captar o interdiscurso em sua totalidade. Por isso, dizemos que é por meio da memória que percebemos efeitos de interdiscurso. Esses efeitos aparecem a partir dos processos discutidos por Pêcheux ([1983] 2007, p. 52) de repetição e regularização discursiva<sup>4</sup>.

A repetição de determinados sentidos funciona de modo a regularizá-los no meio social. Isso ocorre por meio de remissões, retomadas e efeitos de paráfrases realizados em diversas práticas discursivas. Dito de outra forma, a memória é o elemento responsável por estruturar uma materialidade discursiva a partir de diferentes formas de repetição, sendo que essas repetições formam um efeito de série que funciona de modo a regularizar certos sentidos dominantes: “seria nessa própria regularização que residiriam os implícitos, sob a forma de remissões, de retomadas e de efeitos de paráfrase” (Pêcheux, 2007, p. 52).

Diante do exposto, percebemos que o discurso liberal, desde o início, produziu, em diferentes materialidades, sentidos que pregavam um estado inicial de liberdade. Esses sentidos estavam relacionados à existência de múltiplas formas de liberdade inseridas no âmbito social. A repetição de tais discursos contribuíram para sustentar e regular a produção de sentidos sobre tal doutrina.

Falar em liberdade, no interior de uma formação discursiva liberal, é considerar a garantia a todos os indivíduos de diferentes formas de liberdade. De acordo com Foucault ([1979] 2008, p. 86), o liberalismo só pode funcionar se existir certo número de liberdades para serem consumidas: liberdade do mercado, liberdade do vendedor e do comprador, livre exercício do direito de propriedade, liberdade de discussão, liberdade de expressão. Diante disso, para poder consumir liberdade, o governo é obrigado a produzi-la e organizá-la.

Não é o “seja livre” que o liberalismo formula. O liberalismo formula simplesmente o seguinte: vou produzir o necessário para tornar você livre. Vou fazer de tal modo que você tenha a liberdade de ser livre. Com isso, embora esse liberalismo não seja tanto o imperativo da liberdade, mas a gestão e a organização das condições graças às quais podemos ser livres, vocês veem que se instaura, no cerne dessa prática liberal, uma relação problemática, sempre diferente, sempre móvel, entre a produção da liberdade e aquilo que, produzindo-a, pode vir a limitá-la e a destruí-la (FOUCAULT, 2008, p. 87).

Vimos que o discurso sobre *liberdade de expressão* foi produzido no interior do liberalismo e, inicialmente, na *Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão*. Esse documento proclamou as liberdades e os direitos fundamentais de todo cidadão, entre eles, o direito de expressão. Isso foi feito a partir dos sentidos universalizantes produzidos. No

---

<sup>4</sup> É importante destacar que a teorização sobre o funcionamento da memória a partir dos processos de repetição e regulação de sentidos foi feita por Pierre Achard ([1983] 2007).

entanto, conforme enfatizamos anteriormente, o direito de usar a palavra foi vinculado a uma condição de utilização “se aceitar a responsabilidade por...”, o que caracteriza uma limitação de uso.

O direito à *liberdade de expressão* tal como estabelecido pelos ideais da Revolução Francesa e da Declaração adquiriu diferentes sentidos na imprensa da época. Podemos dizer que a imprensa, assim como os diferentes materiais impressos, funcionaram como práticas imprescindíveis ao processo revolucionário. Isso significa que a imprensa servia à burguesia em ascensão, por isso ela consiste em um recorte da formação ideológica burguesa, pois nesse lugar há um outro domínio de saber, outra forma-sujeito, diferente dos textos que englobam o discurso do direito.

Inicialmente, essa imprensa esteve associada ao aparecimento e difusão de uma classe revolucionária. Embora houvesse um impulso pedagógico e político, é importante considerarmos o espírito do lucro responsável por seu caráter manipulatório. De acordo com Coutinho (2009, p. 61), um jornal burguês tendia a representar o mundo a partir da perspectiva da burguesia em ascensão:

Trata-se, portanto, de perceber que os periódicos burgueses – muitos deles patrocinados pela “aristocracia do dinheiro” – eram penetrados pela lógica mercantil e expressavam os interesses econômicos de uma classe ou fração de classe que aspirava o poder (COUTINHO, 2009, p. 60).

Podemos dizer que a imprensa, ao se encontrar a serviço da burguesia, configurava em uma formação discursiva de imprensa, imprensa aqui entendida como grupo dominante diretamente associada a uma nova classe hegemônica. Nessa conjuntura, o enunciado *liberdade de expressão* adquire outras significações, tendo em vista que o direito de usar a palavra era exercido em prol dessa classe dominante que se consolidava no poder. Ao disponibilizar jornais para atender aos interesses burgueses, a imprensa conseguia lucros consideráveis. As relações de poder no interior dessa formação discursiva estão pautadas em interesses dominantes, por isso o enunciado *liberdade de expressão* possui outros sentidos nesse lugar.

Temos aqui um movimento de sentido em relação ao trajeto temático do enunciado *liberdade de expressão*. Inicialmente, o enunciado surgiu no interior da formação discursiva liberal, cujos saberes existentes estavam relacionados a garantir diferentes formas de liberdade, entre elas, a liberdade de usar a palavra e publicar informações de seu interesse, sob a condição de responder por qualquer abuso. Essa questão influenciou diversos setores no âmbito social; no entanto, podemos dizer que o enunciado adquiriu ainda outros sentidos em

relação à imprensa, tendo em vista esta última estar diretamente relacionada aos interesses de grupos dominantes.

Nessa formação discursiva, *liberdade de expressão* não está relacionada ao direito de todos de usar a palavra, mas ao direito de alguns grupos representantes da imprensa de usar a palavra a favor de determinada elite dirigente e com objetivo econômico, pois seu funcionamento está condicionado à obtenção de lucro. Temos diferentes saberes no interior dessa formação discursiva que se encontram relacionados a interesses comerciais. Podemos dizer que as alterações na significação do enunciado remetem a sua historicidade em diferentes conjunturas.

### **3.1 O enunciado *liberdade de expressão* na imprensa tradicional**

No Brasil, os sentidos para o enunciado *liberdade de expressão*, tal como produzidos pelos veículos pertencentes aos grandes meios de comunicação, também estão relacionados à defesa de interesses dominantes. Conforme expusemos no capítulo anterior, a imprensa brasileira e os veículos de radiodifusão, após o início da fase empresarial, passaram a vender informações como mercadoria e vincularam suas atividades à nova classe dominante de nosso país, a burguesia. Ao propagar os interesses desse grupo hegemônico, a imprensa passa a fazer parte de tal posição ideológica, responsável por fazer circular sentidos dominantes no meio social.

Devido ao poder conquistado pela classe burguesa, podemos dizer que os veículos de comunicação se associaram às posições ideológicas dominantes no país. Essas posições produziram e produzem enunciados discursivos relacionados à ideologia em questão, que regula “o que pode e deve ser dito” nesse lugar. Chamaremos *formação discursiva de imprensa tradicional* (FDIT) os discursos produzidos por esses grupos que defendem, ainda em nossos dias, interesses dominantes e, assim, os próprios interesses, empenhando-se na destruição de posições contrárias e no silenciamento da heterogeneidade. Em outras palavras, a formação ideológica burguesa produz nos veículos de comunicação diferentes práticas discursivas relacionadas aos pressupostos defendidos. Essas práticas discursivas são responsáveis pela formulação de saberes no interior de uma formação discursiva de imprensa tradicional, saberes que foram previamente configurados e funcionam como lugares de identificação/interpelação para os sujeitos.

É nessa conjuntura que a formação discursiva se constitui como matriz do sentido; no entanto, a formação ideológica é responsável por determiná-lo em seu interior. Diante das

informações expostas, a formação ideológica burguesa regula os sentidos em uma formação discursiva de imprensa tradicional, assim como os saberes a ela pertencentes. O domínio de saber de uma formação discursiva de imprensa tradicional está relacionado à produção de evidências sobre o papel da imprensa no Brasil. Podemos dizer que há muitos sentidos relacionados à imprensa que se materializam como evidentes no meio social, entre eles, figura o de que essa instituição é responsável por veicular a verdade, a imparcialidade diante dos fatos expostos e, o que nos interessa particularmente, a *liberdade de expressão*.

Um dos alicerces utilizados por esses veículos para falar sobre a *liberdade de expressão* é o artigo 220 da Constituição de 1988:

**SD1** Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística. (BRASIL, 1988, p.126)

Nesse texto é utilizado o futuro do indicativo para produzir um efeito de regra ou norma social a ser seguida pela sociedade e protegida pelo Estado. O uso normativo do tempo verbal responsável pela produção de um efeito de norma é característico do discurso jurídico. De acordo com Zoppi-Fontana (2005, p. 94), o texto jurídico interpreta e produz os fatos sobre os quais se projeta, produzindo assim um efeito de universalidade. Isso faz com que os textos legais silenciem o caráter material do sentido e qualquer contradição existente, fato que contribui para se estabelecerem como verdades inquestionáveis.

Sob o manto da universalidade, o discurso jurídico produz o sujeito de direito que, em relação ao nosso objeto de pesquisa, é interpelado como alguém que possui liberdade assegurada em todos os seus aspectos, entre elas, a *liberdade de expressão*. A Constituição de 1988, sob o manto da atemporalidade, sustenta e fortalece os discursos dos veículos de comunicação no Brasil em relação ao fato de que aqui exista *liberdade de expressão* de forma plena e igualitária para todos os sujeitos, inclusive aos que queiram publicar e manifestar suas opiniões em jornais, revistas, rádio e televisão.

Os efeitos de universalidade produzidos pelo discurso da Constituição sustentam, no meio social, um lugar de repetição relacionada à existência da *liberdade de expressão*,

culminando em uma regularização de sentidos e na produção de evidências subjetivas sobre essa questão. Esse fato faz com que o discurso do documento contribua com a produção de saberes pertencentes à formação discursiva de imprensa tradicional.

Nesse sentido, o discurso desses veículos tradicionais é contrário e, em diversos aspectos, agressivo a qualquer ameaça à hegemonia que possuem. Podemos comprovar nossa afirmação com um trecho de um artigo de Reinaldo Azevedo publicado no site da revista Veja em 07 de janeiro de 2010. O discurso de Azevedo aborda a implantação do 3º Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH3), documento que, segundo o autor, é uma ameaça à *liberdade de expressão*:

**SD2 DECRETO GOLPISTA DE LULA USA DIREITOS HUMANOS PARA TENTAR CENSURAR A IMPRENSA E QUER MOVIMENTOS SOCIAIS SUBSTITUINDO O CONGRESSO**

Vocês pensam que já expus aqui todo o show de horrores do tal decreto que supostamente trata do Programa Nacional de Direitos Humanos: Pois falta ainda explicar muita coisa. O texto também avança sobre os meios de comunicação. O PT abre, assim, mais uma frente de perseguição à imprensa. Todas aquelas propostas da tal Confecom (Conferência de Comunicação), que resultariam em censura se fossem aplicadas, estão consolidadas também no tal decreto. Sob a desculpa de defender os direitos humanos – e o totalitarismo sempre tem justificativas humanitárias para se exercer –, institui-se uma verdadeira polícia política para vigiar e punir a “mídia” (...)

Alguns bobinhos poderiam perguntar: “Mas que mal há em punir emissoras de TV, por exemplo, que não respeitem os direitos humanos?” A questão não é esta. O Brasil tem uma Constituição com os princípios gerais que regem o respeito ao “outro” e às diferenças. O que precisa ficar claro é que estão tentando criar uma legislação paralela, pautada pela militância partidária, para monitorar, censurar e punir aqueles atores que essa militância acusa de agredir os direitos humanos. (...) os direitos humanos foram ampliados desde a Constituição de 1988, inclusive e especialmente por FHC. (...) (AZEVEDO, 2010)

O 3º Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH3) foi lançado em dezembro de 2009, e uma das propostas expostas enfatiza a necessidade de regularizar os veículos de radiodifusão, fato que alteraria o poder dos grupos proprietários desses veículos no Brasil. Conforme anteriormente exposto, a partir do século XX, a imprensa adquire um caráter pessoal, a favor dos próprios interesses, empenhando-se em destruir qualquer ameaça ao seu poder. Percebemos esse particularismo no fragmento exposto, onde os sentidos produzidos

são bastante negativos para fazer referência à proposta. Os termos utilizados são: golpe, censurar, show de horrores, perseguição à imprensa, totalitarismo, vigiar e punir a mídia. Esses são os efeitos de sentido de evidência produzidos no âmbito dessa formação discursiva. A significação produzida por Reinaldo Azevedo expõe uma visão contrária ao programa e tem por objetivo formar opiniões também contrárias relacionadas a ele.

Podemos dizer que o discurso desse autor inscreve-se na formação discursiva de imprensa tradicional, por isso seu objetivo consiste em defendê-la em todos os seus aspectos, entre eles, o direito à *liberdade de expressão*. Esse enunciado é produzido e significado no discurso de Azevedo a partir de liberdade de imprensa, como podemos perceber em formulações como “meios de comunicação” e “perseguição à imprensa”, veículos que, segundo o autor, não possuem necessidade de qualquer regularização: “O texto também avança sobre os meios de comunicação. O PT abre, assim, mais uma frente de perseguição à imprensa”.

O discurso exposto retoma a Constituição de 1988 como sendo um documento em que “os direitos sociais foram ampliados”, entre eles, a *liberdade de expressão*. A referência à *liberdade de expressão* aparece no documento em formulações que asseguram o direito de manifestar o pensamento, a criação, a expressão, a informação e garantam a “plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social”. O universalismo do discurso da Constituição, que assegura o direito à livre expressão e à plena liberdade de imprensa, é retomado nas palavras de Azevedo ao enfatizar que o governo, com o PNDH3, tem por objetivo instalar uma “perseguição à imprensa”.

Os sentidos produzidos na Constituição Federal de 1988 são retomados nos discursos de vários veículos de comunicação em defesa da *liberdade de imprensa e liberdade de expressão*. São discursos que, por meio da repetição, regularizam sentidos referentes à *plena liberdade de expressão e de imprensa*, ao mesmo tempo em que enfatizam que essa liberdade encontra-se ameaçada. Podemos ilustrar esse fato com a edição de 16 de maio de 2012 da revista Veja:

### SD3



Fonte: edição 2269 – ano 45 – 16 de maio de 2012

A universalização do discurso jurídico da Constituição produz efeito de que todos, homens e mulheres, possuímos o direito de usar a palavra de modo pleno para nos expressar, ao mesmo tempo em que estabelece plena liberdade de informação jornalística. Esse efeito universalizante do documento ressoa na edição em questão da revista *Veja* para afirmar a existência da *liberdade de expressão* e *liberdade de imprensa* e enfatizar que essa existência encontra-se ameaçada. A matéria veiculada na revista critica o governo do PT, que estaria difamando as instituições responsáveis por “revelar, investigar e levar à Justiça os responsáveis pelo maior esquema de corrupção do país (mensalão)” (Pereira *et al.* 2012, p. 63). Nesse sentido, os dizeres “A imprensa acende a Luz” fazem referência ao seu papel no meio social, ao fato de acender a luz sobre qualquer crime ou atrocidade cometida em sociedade, assim como sobre qualquer ameaça a sua “liberdade”. O discurso desse veículo de imprensa encontra sustentação no texto da Constituição Federal.

No entanto, a capa de *Veja* omite trechos da própria Constituição: todos os parágrafos que funcionam de modo a expandir ou detalhar as informações expostas no trecho correspondente ao art. 220 são silenciados. Entre esses parágrafos, é importante destacar o §5º: “Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio”.



A parte omitida pela revista faz referência ao impedimento de formação de monopólio e oligopólio no setor de comunicação social no Brasil, ou seja, ao fato de ser ilegal a comunicação ficar restrita a um único grupo ou a poucas empresas que controlariam as informações discursivas postas em circulação. O discurso de Veja é produzido de modo a silenciar sentidos indesejados.

É importante enfatizarmos que o silêncio permeia também o discurso da Constituição Federal. Isso ocorre diante do fato de que nem todos podem expressar informações e opiniões em um jornal de circulação nacional, rádio ou televisão, pois o acesso a qualquer um desses veículos é algo restrito a poucos. Nesse sentido, o discurso da Constituição, utilizado por muitos veículos de comunicação na defesa do que consideram como *liberdade de expressão*, torna-se algo contraditório, tendo em vista garantir o direito a esse tipo de liberdade apenas aos grupos que já possuem concessões públicas. A contradição se manifesta no fato de que a *liberdade de expressão* relacionada à liberdade de se expressar por meio de veículos de imprensa ou de radiodifusão não é para todos, portanto, ela não é *plena*.

Podemos dizer que o trecho exposto da Constituição Federal caracteriza-se como uma *língua de madeira*, tal como esse conceito encontra-se estabelecido em Gadet e Pêcheux (2004), ou seja, a língua da política e do direito, que funciona por meio de uma transparência lógica e de modo a evitar contradições em relação ao que se encontra pré-estabelecido. Segundo Zoppi-Fontana (2011, p. 71), a língua de madeira fixa limites, usos e adequações a determinados sentidos para que sejam considerados como um reflexo do real. Essa língua é utilizada em um governo democrático, de modo a produzir um efeito de estabilização administrativa.

Os efeitos universais produzidos por meio da *língua de madeira* marcam o funcionamento do documento em questão e são veiculados pela imprensa tradicional, por meio de uma linguagem mais fluida, uma *língua de vento*. A imprensa tradicional, enquanto posição ideológica dominante, utiliza essa forma linguística mais sutil para fazer circular sentidos em determinada conjuntura social e exercer uma mestria sem mestre aparente. Trata-se da *língua de vento* que se enrosca com a *língua de madeira* e passa a apresentar a mesma rigidez lógica em prol da manutenção da ordem social.

Os veículos tradicionais de imprensa, ao regularizar os sentidos relacionados à existência da *liberdade de expressão* e da *liberdade de imprensa*, produzem um determinado domínio de saber no interior dessa formação discursiva. Temos a constituição de um lugar de interpelação-identificação para os sujeitos, sendo responsável pela produção de “domínios de

pensamento”, pontos de estabilização, sobre essa questão que, no Brasil, configuram em sentidos dominantes. Essas considerações nos levam ao trabalho de PÊCHEUX (2009b, p. 272): “O discurso exposto, ao fazer parte de uma formação discursiva dominante, materializa em nossa conjuntura o fato de que ‘os homens’ estão determinados, na História, a pensar e a fazer livremente o que não podem deixar de fazer e pensar”. No entanto, temos de considerar que "não há dominação sem resistência" (Pêcheux, 2009b, p. 281).

### **3.2 Weblogs progressistas como lugares de resistência**

Os veículos de comunicação tradicionais produzem diversas práticas discursivas que afirmam a existência de *liberdade e liberdade de expressão* em nossa formação social ocidental capitalista, com isso instalam formas de dominação sobre os sujeitos e, conseqüentemente, os meios de comunicação. Nesse cenário, os blogs progressistas surgem e se estabelecem como pontos de resistência e revolta contra tais formas de dominação ideológica.

É importante expor que não vemos a ideologia dominante de forma homogênea, assim como não consideramos uma distância entre uma ideologia dominante e uma ideologia dominada. Esse aspecto é criticado por Pêcheux ([1977] 2011a, p. 189) ao discutir que a ideologia dominada não pertence a um outro mundo e também não possui um germe independente de sua própria ideologia.

De acordo com Pêcheux ([1977] 2011a, p. 189), essa é uma falsa concepção de ideologias dominadas, pois não se trata de uma dominação que se constitui do exterior, mas de uma dominação interna, ou seja, a ideologia dominada permanece em contato com a ideologia dominante na medida em que ela realiza (ou busca realizar) sua destruição. Por isso, o autor afirma que, em relação à ideologia, devemos considerar "a existência de dois mundos em um só".

Nessa conjuntura, os Aparelhos Ideológicos de Estado são, por natureza, plurais, e o funcionamento de suas estruturas se dá por meio de relações de contradição-desigualdade-subordinação. Para Pêcheux ([1977] 2011a, p. 190), toda formação ideológica deve ser analisada de um ponto de vista de classe e de um ponto de vista regional:

É porque as formações ideológicas têm um caráter regional que elas se referem às mesmas "coisas" de modo diferente (Liberdade, Deus, a Justiça, etc.), e é porque as formações ideológicas têm um caráter de classe que elas se referem simultaneamente às mesmas "coisas" (por exemplo, a Liberdade)

sob modalidades contraditórias ligadas aos antagonismos de classes (Pêcheux, 2011a, p. 190).

Por isso, no interior de uma formação ideológica burguesa, estamos considerando a existência de diferentes mundos que se inscrevem em formações discursivas heterogêneas e até mesmo antagônicas como, por exemplo, formação discursiva de imprensa tradicional (FDIT) e formação discursiva de mídia progressista (FDMP). Nessa formação ideológica, a FDIT é dominante na produção de sentidos postos em circulação na formação social ocidental capitalista.

No entanto, consideramos que os blogs progressistas materializam a falha no processo de interpelação e apresentam a luta de classe como contradição histórica motriz relacionada à imprensa e à radiodifusão. Podemos fazer tal afirmação, tendo em vista a diferença de sentidos sobre a produção discursiva de informações cujo funcionamento pode ser percebido, dentre outras formas, a partir da análise do enunciado *liberdade de expressão*. Diante disso, os blogs configuram lugares da resistência e de revolta contra a dominação existente na formação ideológica burguesa.

As resistências: não entender ou entender errado; não “escutar” as ordens; não repetir as litâneas ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; tomar os enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras... (PÊCHEUX, 1990, p. 17).

Podemos dizer que os blogs progressistas não "escutam as ordens" dominantes na formação ideológica burguesa e, com isso os sentidos para *liberdade de expressão* mudam nas produções discursivas em circulação nesses lugares, tendo em vista o objetivo de estabelecer um contraponto em relação aos meios de comunicação tradicionais. Por isso, consideramos que os blogs estão inseridos em uma outra formação discursiva. Conforme expusemos anteriormente, o conceito de formação discursiva corresponde a um domínio de saber que regula o dizer. É por isso que palavras, expressões e enunciados mudam de sentido ao passar de uma formação discursiva a outra, e essas modificações materializam as contradições existentes no meio social.

Para mostrar tal antagonismo e inscrição dos sentidos em uma outra formação discursiva, podemos dizer que os blogs materializam uma forma linguística específica em suas produções, que chamamos aqui de língua de protesto. A prática de protestar remete interdiscursivamente ao fato de o sujeito se opor a certas determinações existentes, ousando se revoltar contra a dominação implantada e reivindicando direitos. Para isso, a língua de

protesto faz soar uma certa memória discursiva como fator indispensável para poder estabelecer a diferença de sentidos, a partir de um posicionamento antagônico, inscrevendo o discurso em outro lugar do dizer.

Em relação à discussão sobre *liberdade de expressão* nos blogs progressistas, a língua de protesto faz ressoar diferentes lugares de memória que remetem ao poder, controle, interdição, manipulação, formação de monopólio e oligopólio que impossibilitam a existência de *liberdade de expressão* no setor de comunicação em nosso país. A língua de protesto é uma forma de resistência e seu funcionamento é condição necessária para a produção de discursos de protestos em circulação no ciberespaço e no meio social.

Entre os discursos de protesto que apresentam um posicionamento antagônico ao dos veículos de comunicação tradicionais, em relação à *liberdade de expressão* e *liberdade de imprensa*, temos trechos de um documento do Centro de Estudos Barão de Itararé, lido durante um ato realizado contra os veículos de comunicação tradicionais, no auditório do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, em 23 de setembro de 2010. O documento, retirado do Blog do Miro, do jornalista Altamiro Borges, nos possibilita analisar o funcionamento da língua de protesto:

**SD4** O ato ‘contra o golpismo midiático e em defesa da democracia’, proposto e organizado pelo Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé, adquiriu uma dimensão inesperada. Alguns veículos da chamada grande imprensa atacaram esta iniciativa de maneira caluniosa e agressiva. Afirmaram que o protesto é ‘chapa branca’, promovido pelos ‘partidos governistas’ e por centrais sindicais e movimentos sociais ‘financiados pelo governo Lula’. De maneira torpe e desonesta, estamparam em suas manchetes que o ato é ‘contra a imprensa’. (...) Para evitar manipulações, alguns esclarecimentos são necessários:

“1. A proposta de fazer o ato no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo teve uma razão simbólica. Neste auditório que homenageia o jornalista Vladimir Herzog, que lutou contra a censura e foi assassinado pela ditadura militar, estão muitos que sempre lutaram pela *verdadeira liberdade de expressão*, enquanto alguns veículos da ‘grande imprensa’ clamaram pelo golpe, apoiaram a ditadura – que torturou, matou, perseguiu e censurou jornalistas e patriotas – e criaram impérios durante o regime militar. Os inimigos da democracia não estão no auditório Vladimir Herzog. Aqui cabe um elogio e um agradecimento à diretoria do sindicato, que procura manter este local como um espaço democrático, dos que lutam pela *verdadeira liberdade de expressão no Brasil*.

“2. O ato, como já foi dito e repetido – mas, infelizmente, não foi registrado por certos veículos e colunistas –, foi proposto e organizado

pelo Centro de Estudos Barão de Itararé, entidade criada em maio passado, que reúne na sua direção, ampla e plural, jornalistas, blogueiros, acadêmicos, veículos progressistas e movimentos sociais que lutam pela democratização da comunicação. Antes mesmo do presidente Lula, no seu legítimo direito, criticar a imprensa ‘partidarizada’ nos comícios de Juiz de Fora e Campinas, o protesto contra o golpismo midiático já estava marcado. Afirmar o contrário, insinuando que o ato foi ‘orquestrado’, é puro engodo. (...) (BORGES, 2010)

Esse texto materializa um contraponto em relação ao do Reinaldo Azevedo, anteriormente exposto. O texto de Azevedo tem por título *Decreto Golpista de Lula usa Direitos Humanos para Tentar Censurar a Imprensa e Quer Movimentos Sociais Substituindo o Congresso*. A palavra *golpe* está relacionada a uma memória de ditadura civil-militar, isto é, ao golpe civil-militar implantado no Brasil em 1964 que permaneceu até 1985. Nesse período, o país foi governado por militares que impuseram um governo autoritário, violento e assassino. Ao utilizar a palavra *golpista*, em referência ao PNDH3, o título em questão retoma uma memória de ditadura que, entre outras práticas impostas, censurou a imprensa. No entanto, temos um deslizamento desse lugar de memória para uma outra formação discursiva, uma FDIT, pois materializa sentidos que apontam para a configuração de um golpe de esquerda.

No trecho do documento do Centro de Estudos Barão de Itararé, a referência a golpe aparece em *ato contra o golpismo midiático e em defesa da democracia*. Aqui, não é o governo, mas os meios de comunicação tradicionais os maiores responsáveis por aplicar golpes na população. O uso do termo “golpismo” também retoma uma memória do golpe civil-militar no Brasil, mas há a recuperação de outros sentidos, relacionados à forma como a imprensa trabalhou contra o governo de João Goulart, estimulou o golpe de 1964, apoiou a ditadura implantada, e, como resultado, esses veículos de comunicação prosperaram durante o período.

Ao retomar uma memória de ditadura e enfatizar o “golpismo midiático”, a posição materializada no discurso expõe que naquele lugar estão muitos que “sempre lutaram pela verdadeira liberdade de expressão, enquanto alguns veículos da 'grande imprensa' clamaram pelo golpe, apoiaram a ditadura”. A utilização do conector *enquanto* produz efeito de contraposição: muitos lutaram, enquanto outros clamaram e apoiaram o golpe. Ao estabelecer a contraposição, o texto produz efeitos negativos para os meios de comunicação que apoiaram um governo de torturadores e assassinos.

Os sentidos produzidos para o enunciado *liberdade de expressão* nesse texto são diferentes daqueles de Reinaldo Azevedo. O documento em circulação no Blog do Miro expõe que eles lutam pela “verdadeira liberdade de expressão”; essa sequência discursiva questiona a *liberdade de expressão* existente no Brasil e possibilita-nos considerá-la como algo falso, mentiroso. Por isso, acreditamos que o enunciado não se insere na formação discursiva da imprensa burguesa, tendo em vista a produção de um efeito de denúncia, protesto, em relação ao papel dos meios de comunicação na história do Brasil.

A relação do enunciado *liberdade de expressão* acompanhado do adjetivo *verdadeira* ou de termos como *golpismo midiático*, *defesa da democracia*, possibilita considerarmos sua inscrição em uma outra formação discursiva, a dos blogs progressistas. Esses *blogs* se posicionam de maneira contrária aos veículos de comunicação tradicionais e defendem uma democratização do setor, enfatizando a importância da ampla *liberdade de expressão*. Há diferentes sujeitos que possuem *blogs* progressistas, como, por exemplo, jornalistas, escritores, acadêmicos, participantes de movimentos sociais etc.

Conforme expusemos no capítulo anterior, Emir Sader (2012) classifica como progressistas os governos, as forças políticas e as instituições que lutam pela construção de um mundo multipolar, contrário à hegemonia dominante. Podemos dizer que a posição ideológica progressista defende a multiplicidade de opiniões e informações e se apoia em uma ampla divulgação de qualquer questão social e cultural. Diante disso, vamos nomear de *formação discursiva de mídia progressista* o conjunto de dizeres produzidos pelos sujeitos nesses *blogs*. Optamos por essa nomeação devido ao fato de acreditarmos que fazem parte de tal formação discursiva não apenas os blogs progressistas, mas também outros canais de comunicação. No entanto, nesta pesquisa, vamos analisar a produção discursiva em circulação nos blogs.

A partir da análise do trajeto temático do enunciado *liberdade de expressão*, percebemos que os *blogs* progressistas possuem um posicionamento antagônico em relação aos veículos de comunicação tradicionais, fato que pode ser percebido devido aos questionamentos expostos sobre essa forma de liberdade tal como existente no Brasil. O percurso exposto nos permitiu compreender como os sentidos referentes a *liberdade de expressão* mudam ao passar de uma formação discursiva de imprensa tradicional para uma formação discursiva de mídia progressista. Por isso, segundo Pêcheux ([1975] 2009a), os sentidos de palavras e enunciados não existem em si mesmos, eles são resultado das relações estabelecidas com outros elementos em uma mesma FD.

### 3.3 O enunciado em uma perspectiva discursiva – Michel Foucault

Diante das discussões expostas, é importante, neste momento, direcionar nossa atenção ao conceito de enunciado utilizado nesta pesquisa. Vamos iniciar nossas reflexões sobre o conceito em questão com as discussões de Foucault ([1969] 2002), para quem trabalhar a historicidade relacionada a esse conceito é inseri-lo no âmbito de uma formação discursiva. Nesse sentido, a descrição dos enunciados conduz à individualização das formações discursivas<sup>5</sup>.

Uma consideração importante nas discussões foucaultianas relacionadas à perspectiva histórica do enunciado reside no fato de não confundi-lo com formulação. Formulações são formas materiais, faladas ou escritas, que existem a partir do momento em que são enunciadas. Isso significa que o enunciado é produzido no interior de um conjunto de formulações a que ele se refere, seja para repeti-las, seja para falar delas. Ao utilizarmos esse conceito de enunciado, é possível considerar, também, formulações possíveis de ocorrer, aquelas que poderão vir depois dele como sua consequência, sua sequência natural ou sua réplica.

De acordo com Foucault ([1969] 2002, p. 123), a formulação é um acontecimento que não se repete; ela tem uma singularidade situada e datada que pode constituir um ato específico. A formulação ocorre toda vez que um conjunto de signos é emitido, pois cada ação linguística possui uma individualidade espaço-temporal. Por sua vez, um enunciado se delinea em um campo enunciativo onde tem um lugar e status, possui relações possíveis com o passado e abertura para um eventual futuro.

Em relação ao enunciado *liberdade de expressão*, temos uma coincidência entre o enunciado e a formulação, ou seja, a forma material é equivalente ao enunciado. Apesar disso, temos de considerar outras formulações também responsáveis pela constituição de sentidos

---

<sup>5</sup> O conceito de formação discursiva em Foucault ([1969] 2002) é diferente daquele que expusemos a partir do trabalho de Pêcheux ([1975] 2009). Para Foucault ([1969] 2002, p. 82), falar em formação discursiva significa considerar um sistema que reside no próprio discurso, ou antes, em suas fronteiras, no limite em que se definem as regras específicas que fazem com que exista como tal. O sistema de formação aponta para uma individualidade singular e caracteriza um discurso ou grupos de enunciados por sua regularidade. Por sua vez, Pêcheux ([1975] 2009, p. 147), conforme já expusemos, considera a formação discursiva relacionada à ideologia, mais especificamente, como aquilo que, a partir de uma posição ideológica dada, determina “o que pode ou deve ser dito”. Nesse mesmo trabalho, Pêcheux ([1975] 2009, 199) ainda afirma que uma formação discursiva possibilita, aos sujeitos, diferentes tomadas de posições, fato que distancia ainda mais essa concepção da forma como Foucault ([1969] 2002) a considera, como algo dotado de “regularidade”.

desse enunciado. Isso significa que há diferentes conjuntos de formulações que atribuem diferentes sentidos ao enunciado.

Analisar o enunciado no interior de uma formação discursiva é considerar que sua existência está relacionada ao que Foucault ([1969] 2002, p. 100) denomina de *função enunciativa*, ou seja, um modo singular de existência relacionado a quatro propriedades essenciais e indissociáveis: referencial, sujeito, domínio associado, existência material.

O conceito de referencial estabelece que um determinado objeto discursivo só pode aparecer no meio social se estiver inserido em um conjunto de dizeres possíveis, ou seja, o referencial determina as leis e regras de possibilidades relacionadas ao surgimento de um enunciado. Podemos dizer que essas leis de possibilidade são responsáveis por sua produção de sentidos e, conseqüentemente, por promover uma certa estabilidade referencial.

O referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de casos e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado; define as possibilidades de aparecimento e de delimitação do que dá à frase seu sentido, à proposição seu valor de verdade. É esse conjunto que caracteriza o nível enunciativo da formulação, por oposição a seu nível gramatical e seu nível lógico (FOUCAULT, 2002, p. 104).

Em relação ao sujeito, essa propriedade não está relacionada a um lugar empírico, mas a uma posição ocupada pela instância produtora do discurso. De acordo com Foucault ([1969] 2002), essa posição é vazia e, por isso, pode ser ocupada por indivíduos diferentes; ela pode se manter uniforme ao longo de um texto ou ser modificada, assinalando uma outra posição sujeito. Nessa perspectiva, descrever uma formulação enquanto enunciado é determinar qual é a posição ocupada pelo indivíduo para ser sujeito do discurso.

Apesar de definido como uma função vazia, o sujeito do enunciado em Foucault ([1969] 2002) não pode ser considerado como a-histórico. Essa afirmação se sustenta no trabalho do próprio autor, que caracteriza o enunciado por sua historicidade, por isso temos de considerar que esse lugar vazio é preenchido por diferentes indivíduos, de diferentes conjunturas e que obedecem às leis de possibilidades de diferentes períodos históricos.

A terceira propriedade relacionada à existência do enunciado é denominada de domínio associado ou campo associativo. Essa categoria caracteriza-se por ser constituída por uma série de formulações no interior das quais o enunciado se inscreve e forma um elemento. Nesse sentido, a existência de um enunciado está condicionada a sua pertença a uma rede de formulações, existentes ou possíveis, entre as quais toma lugar, será conservado e terá seus sentidos produzidos. É nesse conjunto de formulações que um enunciado vai atualizar outros



enunciados. Uma sequência linguística só pode ser considerada enunciado se estiver inserida em um campo enunciativo responsável por sua produção de sentidos.

Qualquer enunciado se encontra assim especificado: não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo, onde tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja (FOUCAULT, 2002, p. 113-114).

A última condição para que uma sequência de elementos seja considerada enunciado consiste em uma existência material. Falar em existência material, segundo Foucault ([1969] 2002, p.116), é fazer referência à materialidade repetível que é constitutiva do enunciado e remete ao lugar institucional sociohistórico de sua produção e circulação. É importante destacarmos que qualquer modificação relacionada à produção e circulação de um enunciado é significativa.

Todas as questões aqui expostas relacionadas às regras de utilização e emprego de um enunciado, o papel que ele pode desempenhar, constituem campos de estabilização para ele que permitem, apesar de todas as diferenças de enunciação, repeti-lo em sua identidade. Entretanto, esse mesmo campo pode definir um limiar a partir do qual não há mais equivalência, sendo preciso reconhecer o aparecimento de um novo enunciado a partir das mesmas formulações. Isso significa que a identidade de um enunciado é também definida pelo conjunto de condições e de limites que lhes são impostos pelo conjunto de outros enunciados, pelo domínio no qual podemos utilizá-lo ou aplicá-lo, pela função que deve desempenhar.

Por isso a identidade do enunciado não pode ser situada de forma definitiva; ela é relativa e oscila segundo o uso que se faz do enunciado e a maneira pela qual ele é manipulado em determinado campo de utilização. As questões aqui expostas fazem do enunciado um objeto paradoxal, pois ele não possui uma forma definitiva, é um objeto que os homens produzem, manipulam, utilizam e, nas palavras de Foucault ([1969] 2002), eventualmente destroem.

O enunciado ao mesmo tempo em que surge em sua materialidade, aparece com um *status*, entra em redes, se coloca em campos de utilização, se oferece a transferências e a modificações possíveis, se integra em operações e em estratégias onde sua identidade se mantém ou se apaga. Assim, o enunciado circula, serve, se esquia, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade (FOUCAULT, 2002, p. 121).

A partir de todas essas considerações, podemos dizer que há, em todo enunciado, algo que se mantém e algo novo. Diante disso, descrever o enunciado no interior da função

enunciativa significa, de acordo com Foucault ([1969] 2002, p. 125), definir as condições responsáveis pela realização de uma função que deu a uma série de signos uma existência específica em um determinado campo de referência, um jogo de posições possíveis para um sujeito, um domínio associado responsável por uma série de formulações nas quais o enunciado se constitui como elemento e uma materialidade repetível. É importante uma vez mais destacar que essas quatro propriedades precisam ser consideradas no interior de determinada formação discursiva, matriz do sentido em uma formação social. Torna-se importante também destacar que esse processo não pode ser visto de forma homogênea.

Nosso percurso para analisar o enunciado *liberdade de expressão* na contemporaneidade, em relação aos elementos característicos de uma função enunciativa, parte de uma visão dominante de produção discursiva de sentidos. Em relação a essa questão, podemos perceber que uma sociedade liberal é responsável por produzir diferentes formas de liberdade para os sujeitos e as instituições, entre elas o direito à *liberdade de expressão*. Os sentidos dominantes para essa questão, conforme enfatizamos anteriormente, são produzidos no interior de uma formação discursiva de imprensa tradicional, por isso, podemos dizer que um campo de referência para *liberdade de expressão* consiste nesse lugar, onde o enunciado segue as regras e leis de funcionamento estabelecidas pelos veículos de comunicação. Nesse meio, *liberdade de expressão* adquire sentidos em relação à *liberdade de imprensa*, ou seja, liberdade que a imprensa possui para produzir diferentes formas de expressão.

O indivíduo, ao ocupar uma posição de sujeito de direito na sociedade, pode almejar o acesso à *liberdade de expressão* em relação à *liberdade de imprensa*. Nesse sentido, o sujeito busca por possibilidades de falar, escrever e publicar fatos, ideias e opiniões, isto é, produzir e fazer circular informações, práticas valorizadas em nossa conjuntura sociohistórica.

Podemos dizer que um campo associativo de *liberdade de expressão* encontra-se, entre outros lugares, no interior de uma formação discursiva de imprensa tradicional. Entre as formulações existentes nessa formação discursiva estão aquelas que afirmam a existência de *liberdade de expressão* e *liberdade de imprensa*.

Podemos analisar as características relacionadas à existência do enunciado *liberdade de expressão*, no interior de uma formação discursiva de imprensa tradicional, por meio dos seguintes dizeres de Paulo Uebel, diretor executivo do Instituto Millenium:

**SD5 A liberdade de expressão** está sendo constantemente ameaçada no **Brasil** e, especialmente, em alguns países vizinhos da **América Latina**. Infelizmente, muitas pessoas desconhecem o fato de que **sem liberdade de expressão e de imprensa não existe uma democracia plena e madura.**

Dessa forma, o **Instituto Millenium**, que tem a missão de promover a **democracia**, a **economia de mercado**, o **estado de direito** e a **liberdade**, está organizando o **1o. Fórum Democracia e Liberdade de Expressão** justamente para debater as ameaças à liberdade de expressão e, conseqüentemente, à democracia. (UEBEL, 2010)

Esse texto de Paulo Uebel encontra-se na página do evento *Democracia e Liberdade de Expressão*, realizado pelo Instituto Millenium em São Paulo no dia 1º. de março de 2010. O objetivo do evento, como o próprio nome sugere, consistiu em defender a *liberdade de expressão* no Brasil. Os termos em negrito fazem parte do discurso tal como retirado do *site* do evento, isto é, são as informações que a comissão do evento quis ressaltar relacionadas à temática proposta. Para os membros do Instituto Millenium, a *liberdade de expressão* encontra-se ameaçada no Brasil e em outros países da América Latina e esse fato é preocupante, pois tal princípio é imprescindível para “uma democracia plena e madura”.

As leis de possibilidade responsáveis pela produção de sentidos do enunciado nesse texto consistem na afirmação de *liberdade de expressão*. Podemos dizer que no interior de uma formação discursiva de imprensa tradicional, a condição que determina o aparecimento desse enunciado está pautada na defesa da *liberdade de expressão* tal como existente e no modo como é utilizada pelos veículos da grande mídia.

Em relação ao domínio associado, há uma série de formulações em relação ao qual o enunciado se inscreve para adquirir sentidos nessa FD; são elas: *liberdade de imprensa*, *economia de mercado*, *estado de direito* e *democracia*. Trata-se dos valores defendidos pela imprensa tradicional, e podemos fazer essa afirmação tendo em vista que participaram do evento jornalistas do grupo Abril, jornal Folha de São Paulo, organizações Globo, entre outros integrantes desse grupo. Esses valores são também defendidos pelas elites econômicas, por isso o interesse em defender a *liberdade de expressão* existente. Esses discursos e os saberes por eles veiculados fazem parte da formação discursiva dos veículos de comunicação tradicionais, sendo que nessa formação discursiva há a produção de pontos de vista dominantes sobre tal problemática.

As características apontadas são constitutivas da existência material do enunciado *liberdade de expressão* na FDIT, lugar sócio-histórico de produção e circulação dos sentidos expostos. Esses sentidos são sustentados devido às diferentes formas de repetição presentes no discurso dos veículos de comunicação tradicionais que fazem parte dessa FD.

Se todas essas questões atribuem identidade ao enunciado *liberdade de expressão* no interior de uma formação discursiva da imprensa tradicional, elas também estabelecem um

limiar. Esse fato é responsável pela inserção do enunciado em outra formação discursiva, uma formação discursiva de mídia progressista. Para nos ajudar a avançar em nossas análises, vamos nos voltar às ponderações de Courtine ([1981] 2009) sobre enunciado para compreender um pouco mais a produção de sentidos sobre a questão da *liberdade de expressão* nos *blogs* selecionados.

### **3.4 O enunciado em Courtine**

O trabalho de Courtine ([1981] 2009) parte da concepção de enunciado de Foucault ([1969] 2002); ele a discute e explora, e é a concepção foucaultiana que lhe possibilita lançar um olhar para outra direção teórica. Assim como Foucault ([1969] 2002), Courtine ([1981] 2009) também insere o enunciado no interior de uma formação discursiva, mas pensando-a a partir da perspectiva desenvolvida por Pêcheux ([1975] 2009a), isto é, como algo contraditório.

De acordo com Courtine ([1981] 2009, p. 65), trabalhar a contradição como constitutiva de todo processo discursivo permite observar que, sob a individuação de certo enunciado, ou seja, sob as particularidades que tornam possível reconhecê-lo, há o surgimento de contrários responsáveis por “fazer existir” essa contradição, isto é, há elementos que promovem uma união de sentidos e, ao mesmo tempo, uma separação.

Isso significa que a individuação é um processo contraditório, pois ela reflete os efeitos das contradições ideológicas no interior da “unidade” dos conjuntos de discursos. Esse fato faz com que todo conjunto de discursos (discurso comunista, discurso socialista, discurso liberal...) seja abordado como uma unidade dividida, numa heterogeneidade em relação a ele mesmo, tendo em vista que o funcionamento discursivo possui elementos que provêm de seu exterior heterogêneo.

Nessa perspectiva, Courtine ([1981] 2009, p. 83) vê o enunciado como um objeto contraditório, heterogêneo e que pode se materializar no meio social como dividido. No processo de constituição de um enunciado, a formação discursiva é responsável por correlacionar essas características que ocorrem em dois níveis: no nível de um sistema de formação (referente ao nível dos processos históricos de formação, o nível do interdiscurso como lugar do todo) e no nível de uma sequência discursiva concreta (intradiscurso). Esses dois níveis são indissociáveis, pois o enunciado é constituído em uma rede interdiscursiva de formulações (enunciações).

O nível do sistema de formação refere-se “ao que pode e deve ser dito” por um sujeito, a partir de uma posição ideológica, no interior de uma formação discursiva: “Se aproximarmos essas formulações daquelas de Pêcheux, evidencia-se que tal sistema de formação funcionando como regra refere-se ‘ao que pode e deve ser dito’ por um sujeito falante, a partir de um lugar determinado e em uma conjuntura no interior de uma FD” (Courtine, 2009, p. 83). Se a constituição de um enunciado é inerente a uma formação discursiva e determinado no plano de seus processos históricos de formação e reprodução, essa constituição é também passível de transformação.

Em relação ao enunciado *liberdade de expressão*, é importante considerarmos que o discurso da imprensa tradicional e dos demais veículos de radiodifusão tradicionais, há muito tempo, enfatizam a existência da *liberdade de expressão*. No entanto, precisamos nos ater ao fato de que historicamente a imprensa encontra-se relacionada à defesa dos interesses de classes dominantes e dos próprios interesses. Nessa perspectiva, a *liberdade de expressão*, no interior da formação discursiva da imprensa tradicional, significa falar a favor de interesses particulares ao invés de veicular questões e pontos de vista sociais diversos.

A discussão relacionada ao vínculo entre veículos da imprensa e classes sociais dominantes não é algo novo. O livro *A História da imprensa no Brasil*, de Nelson Werneck Sodré, por exemplo, escrito na década de 1960, aborda essa temática. Temos uma série de questionamentos levantados sobre esses veículos no meio social, com isso os discursos sobre imparcialidade, verdade e *liberdade de expressão* configuram lugares contraditórios, pois os meios de radiodifusão tradicionais são significados como parciais e a favor da classe dominante.

Abordar o enunciado como unidade dividida é importante nesta pesquisa, pois estamos considerando que os sentidos para o enunciado *liberdade de expressão* não existem apenas em uma formação discursiva dominante, de imprensa tradicional, mas também em uma formação discursiva de mídia progressista. Essa contradição ideológica nos interessa particularmente, conforme buscamos mostrar nos exemplos anteriormente discutidos, pois as diferentes significações são constituídas a partir de diferentes lugares de memória.

Interessa-nos trabalhar o conceito de enunciado como unidade dividida devido ao fato de ele comportar a possibilidade de inscrição em diferentes formações discursivas, fato que estabelece a possibilidade de significações múltiplas e contraditórias. Diante disso, as quatro características constitutivas do enunciado, discutidas por Foucault ([1969] 2002), serão

mobilizadas a partir dos princípios de heterogeneidade e contradição, na perspectiva de Pêcheux ([1975] 2009a) e Courtine ([1981] 2009).

Em relação ao referencial, conforme observamos anteriormente, um dos lugares em que o enunciado *liberdade de expressão* recebe sentidos é no interior de uma formação discursiva de imprensa tradicional. Essa formação discursiva sempre foi responsável pelo aparecimento e delimitação desse elemento do saber, no entanto, esse lugar possui uma estabilidade relativa. A posição por nós assumida se justifica devido ao fato de hoje esse objeto discursivo possuir sentidos no interior de uma outra formação discursiva. A formação discursiva de mídia progressista possui outras regras relacionadas ao funcionamento desse enunciado, estabelece outras leis de possibilidade para sua produção de sentidos. Essa formação discursiva põe em discussão a questão da *liberdade de expressão* em relação à *liberdade de imprensa* e estabelece a importância de regularizar os veículos de radiodifusão no Brasil. Temos aqui um outro lugar do dizer em relação ao enunciado *liberdade de expressão*, e esse fato caracteriza-o como unidade dividida.

Em relação ao sujeito, concordamos com a crítica feita por Courtine ([1981] 2009) relacionada à visão foucaultiana que o considera como uma função vazia. Para Courtine, o sujeito do enunciado se constitui no interior de uma formação discursiva onde assume uma determinada posição. Por isso, a posição que o sujeito ocupa ao enunciar está relacionada à sua identificação com os elementos de saber de uma formação discursiva. Esse processo é ainda responsável por estabelecer a estabilidade referencial dos elementos do saber.

Concebemos, portanto, uma posição de sujeito como uma relação determinada que se estabelece em uma formulação entre um sujeito enunciador e o sujeito do saber de uma dada FD. Essa relação é uma relação de identificação cujas modalidades variam, produzindo diferentes efeitos-sujeito no discurso. A descrição das diferentes posições de sujeito no interior de uma FD e dos efeitos que estão ligados a ela é o domínio de descrição da forma-sujeito (COURTINE, 2009, p. 88).

Dito de outra forma, em toda formulação, o sujeito enunciador reencontra o sujeito do saber de uma formação discursiva. Essa relação produz-se pela identificação que o primeiro estabelece com o segundo, resultando na chamada posição de sujeito. Diante disso, Courtine ([1981] 2009, p.88) afirma que diferentes sujeitos, ao se relacionarem com o sujeito do saber de uma mesma formação discursiva, podem identificar-se com diferentes posições de sujeito<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Aqui fazemos referência às diferentes modalidades de tomada de posição, tal como formuladas por Pêcheux (2009, p. 199). Esse processo corresponde à forma como o sujeito se relaciona com os elementos do saber de uma formação discursiva: a primeira modalidade consiste no discurso do “bom sujeito”, em que há identificação com os saberes da formação discursiva; a segunda modalidade corresponde ao discurso do “mau sujeito”, em que

Nesse processo, o interdiscurso, sendo o lugar do todo, possibilita que tanto valores semelhantes quanto antagônicos sejam associados a um enunciado discursivo. Essa formação antagônica está relacionada também a contrapontos que possibilitam a inscrição de um mesmo enunciado em diferentes formações discursivas.

Em relação ao nosso objeto de pesquisa, como temos duas formações discursivas que atribuem diferentes significações ao enunciado *liberdade de expressão*, temos diferentes posições de sujeitos a ele relacionadas. No caso da formação discursiva de mídia progressista, a posição ocupada por jornalistas, escritores, acadêmicos e integrantes de movimentos sociais questiona a existência da *liberdade de expressão e liberdade de imprensa* no Brasil, tendo em vista que os veículos de radiodifusão encontram-se nas mãos de poucos grupos. Esse fato caracteriza a formação de monopólios no setor e torna quase impossível a democratização de concessões públicas.

A concepção de domínio associado está relacionada, no trabalho de Foucault ([1969] 2002), à inserção do enunciado em uma rede de formulações que compreende a inscrição do enunciado em uma sequência discursiva, as reatualizações e possibilidades futuras de formulações que ele organiza.

Essas questões contribuíram para Courtine ([1981] 2009) desenvolver sua concepção referente ao fato de o enunciado entrar em uma rede interdiscursiva de formulações. Mais especificamente, o enunciado se situa em dois eixos: o primeiro é o eixo da formulação, horizontal, onde entra em relação com elementos inscritos na mesma sequência discursiva, no intradiscurso; o segundo eixo é vertical, com formulações determináveis noutras sequências discursivas, constituídas sob os efeitos do interdiscurso. Esses dois modos de existência são indissociáveis e ocorrem no interior de determinada formação discursiva.

As relações interdiscursivas presentes na constituição de um enunciado no interior de dada formação discursiva reforçam seu caráter heterogêneo, pois algumas formulações podem materializar diferentes tomadas de posição a respeito do enunciado e possibilitar que um mesmo enunciado se inscreva em diferentes formações discursivas. Trabalhar com a concepção de enunciado em rede é considerar as formulações e reformulações existentes, aquelas possíveis de ocorrer, assim como os diferentes efeitos a elas atribuídos, pois,

---

ocorre uma contra-identificação com os saberes no âmbito da formação discursiva; na terceira modalidade há uma desidentificação com os saberes de determinada formação discursiva; isso ocorre devido à identificação prévia com uma outra formação discursiva.

conforme já expusemos, os sentidos não são únicos, eles podem ser modificados e atualizados em diferentes sequências discursivas.

Com efeito, a sequência dos termos “referir-se” (implicitamente ou não), “repetir”, “modificar”, “adaptar”, “opor-se a”, etc. indica que o enunciado insere-se em uma série de formulações entre as quais algumas são dominadas pela mesma FD que aquela que domina a sequência discursiva de onde ele é extraído (são produzidas em CP homogêneas), ao passo que outras, às quais o enunciado deve-se opor, referir-se implicitamente, modificar, etc., podem ser produzidas em CP heterogêneas em relação às suas, isto é, sob a dominância de uma ou várias outras FD, mantendo relações de contradição (antagonismo, aliança, ajuda, cobertura, recuperação, etc.) com a primeira (COURTINE, 2009, p. 90).

Courtine ([1981] 2009) afirma que a inscrição de um enunciado em uma sequência de formulações deverá se caracterizar a partir de uma pluralidade de pontos, constituindo uma rede de formulações extraídas de sequências discursivas retiradas de formações discursivas, sejam elas homogêneas ou heterogêneas em relação a uma sequência discursiva de referência. Por isso um mesmo enunciado pode ser modificado, adaptado, questionado, ou mesmo atualizado em outras formulações. Esse processo não se finda ou se fecha, pois há sempre possibilidades para formulações futuras.

O domínio associado do enunciado *liberdade de expressão* em uma formação discursiva de mídia progressista é um lugar de contestação, ou seja, encontramos várias formulações que se contrapõem à visão dominante. Entre essas formulações nos chama atenção no texto publicado no blog de Altamiro Borges a ênfase na luta pela “verdadeira liberdade de expressão”, que produz como efeito de sentido a falta de liberdade de expressão, ou melhor, a mentira relacionada a sua existência. Nesse sentido, formulações como “golpismo midiático” e “inimigos da democracia” contribuem para reforçar os sentidos de que a posição por eles assumida é de luta pela “verdadeira liberdade de expressão”.

Em relação à concepção de existência material, Courtine ([1981] 2009, p. 91) retoma a noção exposta por Foucault ([1969] 2002) para enfatizar a separação entre enunciado e enunciação que aparece na *Arqueologia do Saber*. De acordo com o autor, a enunciação é um acontecimento singular que não se repete, diferente do enunciado, que consiste em uma forma repetível e pode dar lugar a diversas enunciações. A oposição enunciado/enunciação permite pensar o discurso na unidade e na diversidade, na coerência e na dispersão, na repetição e na variação.

A materialidade repetível do enunciado *liberdade de expressão*, no âmbito de uma formação discursiva de mídia progressista, circula em muitos blogs que possuem esse posicionamento. Os blogs utilizam múltiplas enunciações de questionamento para produzir o



enunciado em questão. As diferentes enunciações fazem com que *liberdade de expressão* receba efeitos de sentido opostos em uma formação discursiva de mídia progressista e uma formação discursiva de imprensa tradicional.

De acordo com Courtine ([1981] 2009), as oposições são modos contraditórios de considerar a existência do discurso como objeto de dois níveis: o do enunciado e o da formulação (enuniação), ambos indissociáveis. Isto é, a existência interdiscursiva de um sistema de formação dos enunciados que assegura ao discurso a permanência estrutural de uma repetição corresponde à existência intradiscursiva da formulação, onde a enuniação pode produzir uma variação conjuntural. Trabalhar com o enunciado, nessa perspectiva, possibilita ao analista questionar o lugar da evidência, da transparência e da homogeneidade do sentido, tendo em vista a existência da contradição como característica constitutiva do enunciado, fato responsável pela possibilidade de inscrição de um mesmo enunciado no âmbito de diferentes formações discursivas.

Vejamos mais duas materialidades que nos mostram como os sentidos para *liberdade de expressão* deslizam ao passar de uma formação discursiva de imprensa tradicional para uma formação discursiva de mídia progressista. O primeiro texto foi retirado do *blog* de Reinaldo Azevedo no dia 4 de maio de 2011. O texto consiste em um trecho do discurso que Roberto Civita, presidente do Conselho de Administração do grupo Abril, proferiu no “2º Fórum Democracia e Liberdade”, realizado em São Paulo.

**SD6** Autoridades presentes,

Senhoras e Senhores, meus amigos,

Bom dia e bem-vindos! Em nome dos meus colegas do Instituto Millenium, agradeço a presença de todos nesse “2º Fórum Democracia e Liberdade”, tão oportunamente realizado neste 3 de maio, Dia Mundial da Liberdade de Imprensa.

O Instituto Millenium foi constituído há cerca de cinco anos com a missão de promover a democracia, a economia de mercado, o estado de direito e a liberdade. Desde então, vem se dedicando a debater e ampliar a discussão sobre a fundamental importância desses valores para o Brasil de hoje e para o País que queremos ser.

*Vivemos em uma nação em que a democracia está consolidada e as instituições que a garantem estão cada vez mais sólidas.* Com enorme satisfação, presenciamos, nas últimas décadas, uma notável evolução da consciência da população com relação aos seus direitos e deveres enquanto cidadãos.

*A liberdade de expressão – garantida pela Constituição Brasileira de 1988 – teve e tem um papel fundamental nesse processo.* A livre manifestação do pensamento e seu corolário, a liberdade de imprensa, não constituem um fim em si mesmo, mas sim um meio

imprescindível para garantir a sobrevivência de uma sociedade livre e democrática.

E, por isso mesmo, faz-se necessário, mais do que nunca, proteger este que é um fundamento da civilização democrática, que defendemos e que queremos aprimorar.

O mais perfeito dos sistemas, que garantisse ao homem a plena satisfação de suas necessidades físicas, seria uma monstruosidade se lhe cassasse a palavra. É com ela que relatamos o mundo que nos cerca, que expressamos os nossos anseios, que articulamos as nossas divergências. Se me permitem um simbolismo que resume a importância da liberdade de expressão, lembro que, com a palavra, pode-se reivindicar o pão, mas o pão, por si, não garante o exercício da palavra; se manipulado por populistas, pode até contribuir para tolhê-la. (CIVITA, 2011)

O discurso de Roberto Civita faz referência à importância do Instituto Millenium em nossa sociedade e sua missão de promover a economia de mercado, o estado de direito e a liberdade. Podemos perceber que esse discurso foi pronunciado a partir de uma posição sujeito liberal, mais especificamente, de empresário liberal. Nessa posição, Civita recupera alguns pressupostos do liberalismo ao fazer referência ao direito e à liberdade, valores que promovem o sistema político e econômico em questão.

Para isso, o discurso de Civita encontra-se ancorado na Constituição de 1988. Com base nos efeitos de sentidos de universalidade estabelecidos pelo documento, o autor enaltece o papel da *liberdade de expressão* na consolidação da democracia, do cidadão brasileiro e da *liberdade de imprensa*. Esse fato nos remete ao trabalho de Lima (2010, p. 24): segundo esse autor, os documentos legais diferenciam *liberdade de expressão* e *liberdade de imprensa* para defender a *liberdade de imprensa*. Podemos dizer que as palavras de Civita abordam essas questões de modo parecido e ainda significam a *liberdade de imprensa* como uma liberdade da sociedade equacionada com a imprensa e os meios de comunicação.

Em relação a essa questão, Indursky (2011c, p. 1), nos diz que os enunciados *liberdade de expressão* e *liberdade de imprensa* são utilizados para defender interesses particulares na/ pela grande imprensa, sendo que eles aparecem como se estivessem em uma relação metafórica em que um pudesse ser tomado pelo outro, produzindo o mesmo efeito de sentido. De acordo com a autora, a *liberdade de expressão* tem sido invocada para falar pela sociedade, tendo em vista o direito de todos os indivíduos de usar a palavra, tomar conhecimento e, desse modo, atingir a *liberdade de imprensa*. Para manter a sociedade informada, a imprensa se atribui o direito de definir como devem ser noticiados os fatos: “Eis como essas duas expressões são tomadas uma pela outra, produzindo-se entre elas um efeito

de superposição do qual decorre o esvaziamento do sentido de liberdade de expressão” (INDURSKY, 2011c, p.2). No entanto, a autora esclarece que essa é uma questão errônea, pois, se na imprensa houvesse de fato *liberdade de expressão*, os diferentes grupos sociais teriam espaço para se posicionarem e seriam ouvidos.

O discurso de Civita, ao fazer menção à Constituição Federal, produz um efeito de verdade. Para melhor compreendermos o efeito de verdade produzido, podemos nos apoiar em Foucault ([1971] 2001, p. 18), para quem a verdade, ao possuir suporte e distribuição institucional, exerce uma espécie de pressão e coerção sobre o corpo social. Ao fazer tal referência ao documento, o discurso de Roberto Civita produz sentidos que, a partir de relações de força e de poder, passam a circular como dominantes no meio social.

Um outro ponto que nos chama atenção nesse discurso é a ênfase atribuída à proteção dessas e de outras formas de liberdade. Essa questão nos remete ao trabalho de Foucault ([1979] 2008), que discute o fato de o Estado liberal precisar erguer estratégias de segurança para proteger e organizar as diferentes liberdades contra qualquer ameaça, tendo em vista que tais princípios estão diretamente relacionados aos interesses individuais e coletivos.

Diante de todas essas questões, temos a produção de um lugar logicamente estabilizado em que o enunciado *liberdade de expressão* é abordado como um importante fator em nossa sociedade. Esse efeito é produzido no interior de uma formação discursiva de imprensa tradicional e silencia o fato de que essa liberdade continua sendo um direito restrito aos conglomerados que dominam os meios de comunicação e que se fortaleceram durante o regime militar. Isso ocorreu devido à ausência de uma legislação e da existência de frágeis leis regulatórias resultantes de uma política dominante sobre o setor. Podemos dizer, a partir das condições de produção relacionadas ao funcionamento dos meios de comunicação, que há uma série de relações de força e de poder sobre a área que contribuem, por meio de diferentes práticas discursivas, para que a situação existente permaneça como está e se perpetue.

Vejamos agora um trecho postado por Felipe Prestes e retirado do *blog* Sul 21, em 5 de novembro de 2011:

**SD7** (...) Cumprir uma série de aspectos previstos pela Constituição de 1988, até hoje negligenciados, seria um enorme passo rumo à democratização dos meios de comunicação. Este foi o entendimento unânime entre os seis palestrantes do painel “Regulação e Liberdade de Expressão”, realizado na tarde desta quinta-feira (3), na Escola Superior da Magistratura (ESM), parte da programação do seminário Democratização da Mídia. Entendimento resumido no gesto do ex-ministro da Secretaria de Comunicação Social Franklin Martins, que

brandiu a Constituição ao final de sua fala, ressaltando que para democratizar a comunicação não é preciso defender nada que não esteja previsto pela Carta Magna.

O ex-ministro contou que o jurista Fabio Konder Comparato tem uma ação no STF contra o Congresso, pela omissão dos parlamentares que até hoje não regulamentaram a maior parte dos trechos da Constituição que dizem respeito à comunicação. Já se vão mais de 20 anos. Franklin Martins também jogou duro com os grandes veículos que tentam “interditam o debate” sobre a regulação da mídia. (...) (PRESTES, 2011)

O discurso aqui se insere em uma outra rede interdiscursiva de formulações para se constituir. Essa rede relaciona o enunciado *liberdade de expressão* à regularização dos meios de comunicação, com o objetivo de uma maior “democratização da mídia”. Nesse sentido, a Constituição, mais especificamente, o Congresso, órgão constitucional responsável por seu cumprimento, é significado como negligente por não regulamentá-la nem fiscalizar seu funcionamento no meio social. De acordo com as informações apresentadas, esse fato impossibilita uma democratização dos meios de comunicação e, podemos acrescentar, da *liberdade de expressão*.

Se no discurso de Roberto Civita o papel da Constituição é elogiado no que se refere à questão da *liberdade de expressão*, nos dizeres expostos por Felipe Prestes temos uma outra posição de sujeito de direito responsável por sérias críticas relacionadas ao documento. Consideramos que essas críticas são produzidas por meio da língua de protesto cujo funcionamento materializa formas de repetições responsáveis por regularizar o lugar da negação no que se refere à *liberdade de expressão* e apontar para um outro lugar de enunciação no interior de uma formação discursiva de mídia progressista.

Nesse sentido, as discussões de Courtine ([1981] 2009) que relacionam a constituição do enunciado à memória discursiva no interior de determinada formação discursiva torna-se importante em nosso trabalho, principalmente por inserir a questão da heterogeneidade nessa discussão. Esse ponto é, para nós, imprescindível, tendo em vista nosso objetivo de mostrar a forma como um enunciado, sendo produzido por diferentes posições ideológicas, que materializam diferentes formações discursivas.

#### 4. **WEBLOGS PROGRESSISTAS COMO LUGARES DE PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE SENTIDOS**

“Não ‘entramos’ mais na Internet,  
ela nos atravessa de diferentes formas em conexões  
a céu aberto que lutamos para democratizar e acessar”  
Ivana Bentes

A escolha pelas palavras de Ivana Bentes (2013, p. 10) como epígrafe deste capítulo tem por objetivo mostrar a força e a influência da Internet em nossa contemporaneidade. De acordo com a autora, “não ‘entramos’ mais na Internet”, pois estamos imersos em uma mídiósfera constituída de redes, dispositivos e discursos outros que reduziram a separação entre a rede e a rua. Em outras palavras, a Internet ultrapassou os limites do computador: o conteúdo pode ser produzido e posto em circulação por qualquer sujeito com um celular, *tablet* ou outro equipamento tecnológico. O uso dessa ferramenta também não se reduz apenas ao digital: as relações entre os sujeitos se movimentam do virtual para o social e vice-versa, fato que pode ser observado a partir das diversas formas de os sujeitos se relacionarem no trabalho, com outras pessoas, pesquisar, encontrar, produzir e divulgar diferentes materialidades significantes. Por isso essa ferramenta nos atravessa de diferentes formas e se materializa como uma presença constitutiva em nossa contemporaneidade.

De início, houve receios de que a Internet viesse a alienar as pessoas do mundo real, mas o que se comprovou é que a maioria das pessoas que mantinham um relacionamento *online* teve aumentados os relacionamentos sociais longe de casa. De relacionamentos pessoais, o uso da Internet passou para os profissionais, para divulgação de informações de diferentes áreas, entre outros usos. Devido a uma forma de utilização horizontal, a comunicação mediada por computador passou a constituir um espaço também de questionamento, de reivindicação e de lutas sociais de diferentes grupos que possuem os mais diversos objetivos: “A Internet foi apropriada pela prática social, em toda sua diversidade” (Castells, 2003, p. 99).

Trata-se de um novo lugar para o sujeito atuar, organizar e materializar diferenças nas diversas áreas sociais. Essa nova forma de os sujeitos se relacionarem tornou o ciberespaço um território de trocas, de ação coletiva, de produção de linguagens e, conseqüentemente, de novos sentidos que têm influenciado e modificado consideravelmente a vida dos sujeitos em sociedade. Consolidou-se um novo espaço de disputa por sentidos resultantes de uma multiplicidade de posições constitutivas do território virtual. Isso significa que uma

diversidade de sentidos postos em circulação têm afrontado a ordem pré-estabelecida, fazendo com que dizeres até então silenciados fossem acessados por um número considerável de sujeitos. Isso acrescenta uma outra característica ao ciberespaço: a possibilidade de resistência a posições dominantes.

Muitos grupos têm utilizado o ciberespaço para formar e fortalecer movimentos e lutar contra as posições dominantes que fazem circular sentidos também dominantes e se materializam como lugar de interpelação/identificação para os sujeitos. Como os sentidos dominantes encontram suporte institucional para circular e possuem apoio da mídia corporativa (revistas, jornais, rádios e canais de televisão tradicionais), a Internet surge como uma mídia livre na disputa pela produção discursiva no seio de nossa sociedade.

Inseridos nessa concepção de mídia livre, encontram-se os *blogs*, ferramentas que têm sido utilizadas por muitos grupos para a produção e circulação de discursos de resistência. É esse fato que nos interessa discutir nesta pesquisa: a utilização do *blog* como forma de resistência a posições dominantes. Considerando que o objeto desta tese é a discussão sobre a *liberdade de expressão* no Brasil, nosso objetivo neste capítulo é analisar o funcionamento do enunciado *liberdade de expressão* em *blogs* progressistas. Estamos considerando a conjuntura sócio-histórica em que o enunciado encontra-se inscrito, as diferentes relações estabelecidas e que são responsáveis por materializar modificações de sentido no enunciado.

#### **4.1 O *blog* como ferramenta de publicação**

De acordo com Malini e Antoun (2013, p. 117), o termo *weblog* foi criado pelo norte-americano Jorn Barger, em 1997, a partir da composição de *web* e *log* (diário ou bloco de anotações) para nomear um sítio eletrônico que hiperligava páginas interessantes encontradas na Internet. O modelo em questão consistia na publicação de notícias, em formas de comentários breves, com a disponibilização dos *links* desses dados, sem qualquer mecanismo de conversação com o usuário (os comentários). O *blog* surge como um dispositivo humano de seleção, reunião e distribuição de *links* direcionados a outros sítios, fato que caracteriza sua linguagem como hipertextualizada.

Rapidamente, essa ferramenta foi incorporada ao cotidiano dos internautas, que começaram a produzir diferentes discursos e a conduzir o leitor a outros sítios eletrônicos. Um fator que contribuiu para a proliferação do *blog* foi o lançamento, em 1999, de sistemas

de publicação (*Blogger, Movable, Type, Wordpress*, entre outros) que tornaram automática, gratuita e relativamente fácil sua utilização.

O fácil acesso à utilização do *blog* contribuiu para o advento dos *diários online*, ou seja, os sujeitos não só selecionavam e distribuíam links, mas também passaram a fazer comentários variados sobre temas diversos: resenhas de filmes, poemas, comentários sobre algum fato ocorrido, pontos de vista etc. A fase do diário íntimo aproxima o *blog* da cultura do diário pessoal e muda sua definição, pois, de uma lista de links, ele passa a ser um sítio eletrônico constantemente atualizado. A estrutura do *blog*, nesse período, passa a seguir um determinado padrão: comentários breves, atualizações constantes (uma ou várias vezes ao dia), exposição de uma ordem cronológica inversa (no topo do site sempre aparece a nota mais recente, com data e hora).

Outra importante característica desses diários é a personalização. De acordo com Recuero (2010, p. 3), o *blog* deve mostrar o ponto de vista de alguém sobre o material discursivo posto em circulação no espaço em questão. A personalização é produzida por meio dos recursos linguísticos utilizados pelo sujeito-autor do *blog*. Esses recursos funcionam, juntamente com o material disponibilizado, como lugares de interpelação para o sujeito-leitor que se identificar com os sentidos ali produzidos.

Malini e Antoun (2013, p. 121) expõem que os diários instituíram a linguagem do *blog* a partir de duas características: a escrita informal e a conversação. A informalidade está relacionada a uma escrita do cotidiano, pode ser leve, afetiva, irônica, crítica etc., e tem por objetivo estabelecer uma relação de aproximação entre o sujeito-editor e o sujeito-leitor do *blog*. O sistema de comentários possibilita o diálogo, o que pode conduzir ao nascimento de uma comunidade de leitores que se vinculam a determinados *blogs*, ou seja, os leitores participam do *blog* e contribuem para a produção de sentidos.

Comentar é um ato de dádiva: ‘se você comenta no meu blog, eu comento no seu’ - a lógica do reconhecimento da vinculação é que funda o sentido do comentário nos blogs-diários. Muitas vezes, um *post* é só um pretexto para iniciar uma conversação, a ponto de o comentário dos usuários acabar virando o conteúdo principal. Portanto, muitas vezes a conversação é usada para que o usuário firme, revele ou altere pontos de vista já enraizados sobre determinados assuntos que estão na ordem do dia (MALINI E ANTOUN, 2013, p. 122-123).

Essa forma de comunicação inaugurada pela Internet e utilizada pelos blogs inaugura diferentes relações de sentido. De acordo com Barriquello (2009, p. 37), enquanto a TV, o rádio e a mídia impressa possuem uma relação unilateral, fato que impossibilita uma interlocução efetiva entre o sujeito leitor ou espectador e o veículo midiático, na Web, o

sujeito na posição de leitor pode participar da comunicação e questionar o conteúdo posto em circulação. A relação torna-se bilateral e circular, pois o ato de questionar pode iniciar uma forma de discussão maior; tem-se, de acordo com a autora, o desenvolvimento de uma democratização da comunicação.

A partir da crescente utilização dos diários online como forma de comunicação, os *blogs* formaram um todo heterogêneo e passaram a servir aos mais variados usos como, por exemplo, para discutir política, religião, economia, vida pessoal, profissional etc. Malini e Antoun (2013, p. 123) expõem que a interconexão entre os *blogs* foi denominada, em 2001, de *blogosfera*, e caracterizada como um fenômeno social, ou seja, trata-se de um fenômeno que possui tendências específicas que são determinadas pelo tipo de *blog* e de relação estabelecida por meio dos comentários, entre o sujeito-editor e o sujeito-leitor.

Os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 foram responsáveis por iniciar uma nova fase para o uso do *blog*: a produção discursiva de informações. Isso significa que, embora os *blogs* fossem utilizados para a discussão dos mais variados assuntos, a partir desse momento houve uma ocupação maior dessa ferramenta como espaço de informação, antes exclusivo ou predominante dos veículos tradicionais. Rapidamente, o *blog* torna-se uma infraestrutura material e tecnológica de organização, uma forma de discussão e interlocução, assim como um meio de comunicação midiático. Essas questões fizeram da Comunicação Mediada pelo Computador (CMC) um instrumento indispensável para a discussão e questionamento de uma série de questões sociais.

De acordo com Castells (2003, p. 116), o uso da Internet como meio de comunicação fez com que uma série de problemáticas sociais ganhassem força com novas discussões e questionamentos. A possibilidade de realização de diferentes práticas discursivas ocorreu devido a alguns fatores, como, por exemplo, o fato de a Internet consistir em um sistema de comunicação que permite alcançar um número considerável de sujeitos engajados para aderir aos valores veiculados e, assim, atingir uma parcela maior da sociedade. Como o direito de produzir e divulgar informações em um meio de comunicação é bastante restrito, a Internet surge como um veículo horizontal para atender aos mais diversos grupos.

Com isso, a Internet possibilita a reunião e mobilização de um número considerável de participantes em um curto espaço de tempo. Esse veículo midiático consiste em um meio de comunicação, expressão e organização para manifestações que irão ocorrer em uma determinada hora e espaço para produzir certo impacto sobre instituições e organizações e podem produzir repercussões sobre a opinião pública. Essa ferramenta comporta a diversidade



de movimentos e discussões que surgem e ganham espaço no corpo social, possibilita que o debate seja diverso e coordenado, permanente e contínuo.

A utilização da Internet por movimentos sociais está relacionada, também, à abrangência das questões discutidas. Em outras palavras, os movimentos sociais mais influentes são pautados em um contexto local, mas voltados a um impacto global. De acordo com Castells (2003, p. 118), esses movimentos devem agir localmente, tendo em vista as problemáticas que os afligem, mas devem pensar globalmente para transformar as categorias e superar o poder e hegemonia de redes globais.

Nesse sentido, podemos dizer que a apropriação da Internet pelos movimentos sociais, entre eles os *blogs* progressistas, ocorreu, em grande parte, devido ao fato de essa ferramenta consistir em um canal horizontal de comunicação, não controlado e relativamente barato para difundir informações para um número substancial de sujeitos. Por meio da Internet, a luta pela democratização dos meios de comunicação ganhou maior destaque, devido ao fato de consistir em um outro lugar de circulação de informações e de mobilização social.

É o *blog* como espaço de produção e circulação de discursos outros que nos interessa nesta pesquisa, mais especificamente, *blogs progressistas* que se posicionam de maneira contrária aos discursos dos veículos tradicionais de comunicação e têm ressignificado o enunciado *liberdade de expressão*. Conforme expusemos no capítulo anterior, há um discurso dominante produzido nos veículos de comunicação tradicionais que afirma a existência de *liberdade de expressão* no Brasil. Esse discurso é questionado nos *blogs*, pois seus autores defendem que, para existir *liberdade de expressão*, é necessária uma democratização dos veículos de radiodifusão para que todos os sujeitos possam ter acesso ao rádio e à televisão. Temos aqui um lugar de deriva de sentidos.

Trata-se do enunciado como unidade dividida, conforme já expusemos, cuja existência se materializa a partir de duas formações discursivas: formação discursiva de imprensa tradicional (FDIT) e formação discursiva de mídia progressista (FDMP). Esse fato leva a uma produção de sentidos heterogênea e contraditória, tendo em vista que estamos lidando com a instalação da diferença de sentidos, tal como estabelece Orlandi (2005, p. 105). Podemos dizer que essa questão remete à diferença de posições ideológicas. É nesse espaço virtual e conflituoso que situamos nossa pesquisa para analisar o funcionamento do enunciado *liberdade de expressão* em *blogs* progressistas.

Pelo viés da Análise do Discurso, podemos dizer que os sujeitos, nesses *blogs*, dão visibilidade a outros discursos que promovem deslizamentos dos sentidos já produzidos pelos

meios de comunicação de massa a respeito do que seria e de como seria praticada no Brasil a *liberdade de expressão*. Esses discursos, ao serem submetidos ao compartilhamento e à ampla circulação, produzem uma visão múltipla e conflitiva sobre essa questão, levam a movimentos de sentidos e se instauram como práticas que se manifestam no ambiente virtual para produzir efeitos no social.

## 4.2 Produção e circulação de sentidos em rede

De acordo com Castells (2003, p. 109), a melhor maneira de compreender e analisar ambientes on-line é vê-los como redes de sociabilidade, ou seja, diferentes maneiras de os sujeitos se relacionarem para atuar em sociedade, organizar-se, difundir informações etc. Trabalhar com o conceito de rede é uma forma de analisar as características regulares nas formas de conexão e nas práticas realizadas: bate-papo, produção discursiva, trocas de informações etc. Isso possibilita a visualização das chamadas redes sociais, termo utilizado para a compreensão dos grupos expressos na Internet.

Considerar a produção discursiva por meio das redes sociais é fazer referência à existência sócio-histórica das produções discursivas no ambiente digital. Essa questão está relacionada à materialidade discursiva (Pêcheux [1984] 2011b, 152) dessas produções. Ao considerarmos os processos discursivos que constroem objetos de saber, a questão da circulação torna-se imprescindível para a configuração desses objetos no ciberespaço:

Talvez nosso objeto de pesquisa encontre-se precisamente nas formas de circulação que se instauraram historicamente entre essas diversas zonas discursivas e que se transformaram consideravelmente ao longo do tempo: é então preciso retroceder até a questão da produção discursiva do sentido de um enunciado (PÊCHEUX, 2011b, p. 152-153).

É por meio da circulação que os sujeitos tomam conhecimento da produção de determinados sentidos de um enunciado. Por isso, concordamos com Orlandi (2005, p. 9) sobre o fato de a circulação, juntamente, com a constituição (memória do dizer) e a formulação (atualização de uma memória em um determinado discurso), ser responsável pela produção do discurso. Isso significa que os meios de circulação nunca são neutros, sendo importante analisar em que meio e de que forma os objetos circulam. No ciberespaço, a circulação discursiva contribui para que sentidos outros sejam visualizados, compartilhados e para que ganhem espaço no virtual. Esse fato pode fazer com que eles sejam reconhecidos também no âmbito social.

Para abordar a produção discursiva do enunciado *liberdade de expressão* nas redes sociais aqui selecionadas e analisar a circulação nessa conjuntura sociohistórica, é importante compreender o que são sites de redes sociais (SRSs). Isso porque a infraestrutura material da Internet é também determinante dos trajetos estabelecidos pelas diferentes produções discursivas.

De acordo com Recuero (2010, p. 102), sites de redes sociais são os espaços de utilização das redes sociais na Internet. Esses sites são *softwares* cujo objetivo e utilização é a comunicação mediada por computador (CMC). Esse fato faz com que haja uma diferença entre sites de redes sociais como apropriação e sites de redes sociais propriamente ditos.

Os sites de redes sociais propriamente ditos são aqueles em que o objetivo principal é a exposição pública das redes conectadas aos atores. São sistemas onde há perfis e há espaços específicos para tornar públicas as conexões estabelecidas entre os sujeitos, ou seja, o site é voltado à construção de perfil e ao relacionamento direto com o outro. É o caso, por exemplo, do Facebook e do LinkedIn.

Por sua vez, sites de redes sociais como apropriação atuam como suporte para as formas de relações e conexões entre os indivíduos que constituirão as redes sociais. Esses sites não são redes sociais, apenas sistemas que podem ser utilizados com essa finalidade a partir da apropriação dos indivíduos. Recuero (2010, p. 104) expõe que esses sites não são sistemas com espaço específico para a construção de perfil ou para conexão, mas tais elementos são construídos por meio de espaços pessoais ou pela apropriação dos atores. É o caso dos *Weblogs*, ferramentas que não são sites de redes sociais, mas são utilizadas como espaços de construção e exposição a partir dos comentários e dos links expostos.

Barriquello (2009, p. 42) expõe que a ferramenta de comentário permite que o *weblog* seja um espaço de discussão, capaz de gerar laços sociais e comunidades, os denominados *webrings*, ou seja, círculos de blogueiros que estabelecem relações de leitura e comentários mútuos. Os comentários tornam aquilo que seria um bloco de texto estático em um conjunto dinâmico de interação, transformando o lugar em um espaço de manifestação democrática. É nesse espaço que o comentarista também pode acrescentar links às informações expostas configurando uma rede hipertextual.

Nesta pesquisa, estamos trabalhando com a utilização da rede como forma de ação na sociedade contemporânea para analisar o enunciado *liberdade de expressão* em *weblogs* progressistas. Nosso olhar para o enunciado tem por objetivo compreender seu funcionamento, a relação entre a estrutura linguística e a história que se materializa a partir da

recuperação de diferentes lugares de memória, assim como sua utilização e atualização em diferentes produções discursivas em circulação nos *weblogs*.

Para considerar as redes como forma de expressão e circulação discursiva, é importante compreender sua formação. O processo de formação de qualquer rede social é constituído por dois elementos: atores e conexões. Os atores são os sujeitos envolvidos na rede analisada cujo conteúdo produzido contribui para moldar a estrutura em questão por meio dos laços sociais estabelecidos. Eles são representados pelos chamados nós (ou nodos) e podem ser pessoas, instituições ou grupos. Um ator pode ser representado por um *Weblog*, um *fotolog* ou um *twitter*. Tais ferramentas podem apresentar um único nó (como um *Weblog*) que é mantido por vários atores (um grupo de autores ou mesmo um blog coletivo). É importante destacar que cada nó constitui uma rede social diferenciada.

Cada *weblog* selecionado e utilizado nesta pesquisa constitui um nó na rede e uma rede social. Nessa conjuntura, um mesmo texto pode circular em vários *weblogs*, o que significa que vai circular em várias redes sociais, e esse processo é bastante significativo para a produção de sentido no ambiente virtual. Com isso, um mesmo ator social, representado inicialmente por determinado nó, pode ter seu material em diferentes redes, e a ampla circulação contribui para que a discussão atinja também o meio social.

De acordo com Recuero (2010, p. 25), não podemos considerar os atores sociais como sujeitos empíricos, mas como representações de atores sociais produzidas no ciberespaço, tendo em vista a relação entre os sujeitos consistir em lugares de fala, construídos pelos atores de forma a expressar elementos de sua personalidade ou individualidade. A expressão pessoal – ou pessoalização – é um aspecto importante para o estudo das redes sociais. Diante disso, mesmo os *Weblogs* jornalísticos ou informativos possuem características pessoais, individualidade.

Em Análise do Discurso, não trabalhamos com a concepção de sujeito como representação. Para essa teoria, o sujeito assume uma posição no discurso e essa posição é marcada ideologicamente. Nesse sentido, a posição assumida pelos sujeitos nos *blogs* tomados como objetos de análise questiona a existência de *liberdade de expressão* no Brasil, assumindo posição contrária à dos veículos de comunicação tradicionais.

Podemos dizer que, ao assumir uma posição de resistência sobre determinada questão social e materializá-la em um *weblog*, o sujeito/ ator social consegue agir no ciberespaço. Trata-se de uma forma de ação realizada por meio da produção discursiva exposta e posta em circulação em determinada rede social. Com isso, o sujeito pode expandir a discussão

proposta e constituir um movimento em prol de determinada causa. Há ainda a possibilidade de o movimento difundir-se do ciberespaço para o social, mas continuar fundamentado na Internet para fazer circular diferentes sentidos, organizar ações e práticas discursivas.

As redes sociais digitais baseadas na internet e nas plataformas sem fio são ferramentas decisivas para mobilizar, organizar, deliberar, coordenar e decidir. Mas o papel da internet ultrapassa a instrumentalidade: ela cria as condições para uma forma de prática comum que permite a um movimento sem liderança sobreviver, deliberar, coordenar e expandir-se. Ela protege o movimento da repressão de seus espaços físicos liberados, mantendo a comunicação entre as pessoas do movimento e com a sociedade em geral na longa marcha da mudança social exigida para superar a dominação institucionalizada (CASTELLS, 2013, p. 165).

Outro elemento constitutivo das redes sociais é a conexão. Discutir as conexões é fazer referência à comunicação, ao diálogo e às relações estabelecidas entre os atores sociais a partir das múltiplas formas de expressão. Essas relações estabelecidas entre os sujeitos e o processo comunicativo possuem diferenças significativas no ciberespaço. Uma dessas diferenças, de acordo com Recuero (2010, p. 33), consiste na questão temporal, tendo em vista que no ciberespaço a comunicação pode ocorrer de forma síncrona ou assíncrona. A forma síncrona simula a comunicação em tempo real, e a expectativa de resposta é imediata ou quase imediata. Na forma assíncrona, a resposta não é imediata, pois o ator não está presente no momento da comunicação; nesse caso, a comunicação ocorre mesmo depois de o autor estar desconectado.

Em um *blog* de produção discursiva caracterizada como informativa, o ator social não se encontra conectado em tempo real, o material é selecionado e exposto (em forma verbal, imagética, sonora, por vídeo) para leitura. O diálogo pode ocorrer se o leitor deixar comentários ou expuser alguma informação aceita para contribuir com o *blog*, ou seja, o comentário não é exposto automaticamente; a contribuição do sujeito leitor só vai aparecer se o sujeito autor do blog autorizar sua publicação. Isso significa que a *liberdade de expressão*, mesmo no ciberespaço, passa por mecanismos de controle. Apesar disso, temos a configuração de uma forma de diálogo construída, negociada e que pode ocorrer no espaço de dias, o que a caracteriza como assíncrona.

Há ainda outras maneiras de estabelecer relações em uma rede social. A relação pode se dar a partir da comunicação mantida em um comentário de *blog* ou com os demais comentaristas; esse fato estabelece uma troca entre os sujeitos envolvidos que pode se caracterizar como divergente. A conexão também ocorre com a produção discursiva, tendo em vista que essa prática pode ser realizada por meio de colaboração, ou seja, vários atores sociais envolvidos com a ação de fazer e compartilhar diferentes materiais.

Em Análise do Discurso, compreendemos que para haver relação entre os sujeitos, diálogo e interlocução, é importante haver identificação com os sentidos produzidos. No caso do *blog*, os conteúdos expostos auxiliam no processo de identificação, contribuem para a definição do tipo de *blog*, do tipo de relação produzida e estabelecida pelos atores sociais e demais sujeitos participantes. O processo de identificação é indispensável para a produção de formas de relacionamento em redes sociais, pois o sujeito pode se identificar com os sentidos produzidos, discordar em alguns aspectos ou posicionar-se contra o que está sendo dito.

Por isso acreditamos que a constituição de uma rede pode ser analisada pelo viés da formação discursiva, visto que a rede é determinada por uma posição que regula o que pode ser dito, escrito, compartilhado. Trabalhar com esse conceito nos possibilita analisar quais sentidos são constitutivos do domínio de saber dessa rede, a relação desses sentidos com os de outras formações discursivas, assim como o posicionamento estabelecido entre os sujeitos, tendo em vista a forma de identificação.

No caso da produção de sentidos para a questão da *liberdade de expressão* em uma formação discursiva de mídia progressista (FDMP), podemos dizer que há um domínio de saber em circulação nesses lugares que questiona a existência dessa forma de liberdade no Brasil. Isso é feito ao expor o poder, controle e manipulação sobre a produção discursiva, principalmente, em relação à circulação de discursos em veículos de comunicação da grande mídia, tendo em vista o monopólio e oligopólio sobre o setor. Com isso, esses *blogs* têm por objetivo uma produção de sentidos que mexa com a ordem pré-estabelecida relacionada à questão.

Diante dessa conjuntura, falar em *liberdade de expressão* nos *blogs* progressistas não significa apenas uma disputa por sentidos e sim a legitimação de um lugar do dizer, ou seja, um novo lugar que seja reconhecido e valorizado. Nessa discussão, encontram-se inscritas relações de força, materializadas em diferentes posições e em diferentes formações discursivas.

### **4.3 A produção discursiva nos domínios do território**

A discussão exposta nos leva a considerar que a produção discursiva está relacionada ao funcionamento do território. E trabalhar com a noção de território implica considerar o espaço habitado pelos sujeitos, o espaço social, econômico, político. Essa noção já esteve associada ao desenvolvimento do Estado-Nação que, ao mesmo tempo, o moldava. No

entanto, tornou-se defasada pois, de acordo com Santos (1998, p. 15), o Estado territorial enfraqueceu, tendo em vista que, na contemporaneidade, há uma interdependência universal dos lugares, fato que estabelece uma transnacionalização do território.

O funcionamento desse território transnacional se dá por meio de relações tanto de horizontalidade como de verticalidade. As horizontalidades ocorrem nos domínios da contiguidade, dos lugares vizinhos de diferentes áreas reunidos por uma continuidade territorial. E estabelecem o território de todos, frequentemente contido nos limites do trabalho e das relações cotidianas. Nessas relações, há um controle local estabelecido que permite com que as cidades tenham um certo domínio, exerçam poder e determine as hierarquias sobre a porção do território que as rodeia.

Já nas verticalidades, há um comando de fora que se materializa a partir das relações de poder e que é imposto aos demais por meio dos objetos, regras e/ou normas preestabelecidos a serviço de alguns. Nessas relações verticais, há um controle político mantido por algumas cidades do mundo, ou seja, por governos mundiais. Podemos perceber que as relações de poder são de outra ordem, pois funcionam para atender aos grupos que estão no poder. Assim, ao contrário das horizontalidades, as verticalidades são pontos distantes, espaços de alguns.

Ainda segundo Santos (1998, p. 17), o que reúne as diferentes porções de um território é a informação. As relações de poder estabelecidas nas horizontalidades são marcadas por um cotidiano em que as regras são formuladas localmente e hierarquicamente, com isso o uso da informação tende a se generalizar. Por sua vez, nas verticalidades, o cotidiano é imposto de fora para dentro, comandado por uma informação que é poder. Nesse caso, o controle sobre a informação é estabelecido pelo Mundo, ou seja, o mercado universal e os governos mundiais. Na contemporaneidade ocidental, o Mercado atravessa e comanda tudo:

Mercado das coisas, inclusive a natureza; mercado das ideias, inclusive a ciência e a informação; mercado político. Justamente, a versão política dessa globalização perversa é a economia de mercado. O neoliberalismo é o outro braço – democracia de mercado e neoliberalismo – são necessárias para reduzir as possibilidades de afirmação das formas de viver cuja solidariedade é baseada na contiguidade, na vizinhança solidária, isto é, no território compartilhado. Se essa convivência conhece uma regulação exterior, esta se combina com formas nacionais e locais de regulação (SANTOS, 1998, p. 18-19).

Santos (2000, p. 22) afirma que essa forma de agir dos grupos que detêm o poder é totalitária, tendo em vista se basear em noções que parecem centrais à ideia de democracia, como, por exemplo, liberdade de opinião, liberdade de expressão, liberdade de imprensa, utilizadas para suprimir a possibilidade de conhecimento de pontos de vista diversos e

divergentes. Em uma formação social ocidental capitalista, o território é o suporte de redes que transportam as regras e normas produzidas e que são úteis à classe hegemônica mundial.

No interior de qualquer formação social, o funcionamento do território está diretamente relacionado ao controle sobre a parcela política da produção. Isso é feito por meio da produção de práticas discursivas que chegam a cada lugar com as normas pré-estabelecidas para servir às relações de dominação instituídas pela democracia existente. O estabelecimento de tais relações de poder ocorre, em grande parte, devido à produção discursiva que as autoriza e legitima. Podemos dizer que, nas verticalidades, o discurso se materializa nas informações utilizadas como dispositivo de poder, sendo essas informações regidas por grupos dominantes, responsáveis pela fabricação de objetos discursivos. Assim, é possível afirmar que não se trata apenas do espaço físico, pois o território compreende as relações de força instaladas, as disputas, os embates ideológicos e as redes de significação instituídas.

Por isso, a informação se encontra centralizada nas mãos de poucos grupos que não transmitem novidades, apenas reescrevem os mesmos fatos de maneiras específicas. Podemos dizer que o processo de constituição de um território é marcado por uma manipulação discursiva: “Falsificam-se os eventos, já que não é propriamente o fato o que a mídia nos dá, mas uma interpretação” (Santos, 2000, p. 19). Essa interpretação é fabricada a partir da veiculação de perspectivas fragmentadas e de um discurso único sobre o mundo.

No território dominado por leis de mercado, os veículos de comunicação, por meio da produção e circulação discursiva, são úteis para perpetuar as relações de dominação. Nesse cenário, a *liberdade de expressão* é invocada de modo a fazer com que concepções homogeneizantes permaneçam em constante circulação e servindo aos processos de interpelação/identificação dos sujeitos.

Podemos dizer que a língua, tal como se encontra em grande circulação no território serve aos grupos governamentais, pois faz um *marketing* político do sistema de governo em voga, assim como das leis e normas defendidas e asseguradas por esse sistema. Temos, nesse caso, a materialização da *língua de vento*, conceito discutido nesta pesquisa, no capítulo 2, cujo objetivo consiste em fazer crer, seduzir e persuadir os sujeitos em sociedade em relação aos valores cultivados e propagados como verdadeiros, superiores e democráticos.

A língua da política, assim como a da propaganda, mostra-se como um “mentir verdadeiro”, o espaço da mentira deliberada, de uma “dupla linguagem”, de um “pensamento duplo”, uma língua justificada pelos seus fins. A língua é trabalhada nas suas modalidades enunciativas, no tom e no gesto, nas formas coloquiais, num simulacro de conversação, onde a fala e seus sujeitos interceptam a relação com o real (ZOPPI-FONTANA, 2011, p. 71).



A *língua de vento*, tal como produzida pelos meios de comunicação tradicionais, encontra-se fincada na ilusão comunicativa, em uma imaginária coincidência entre os interlocutores. Esse tipo de prática consiste em uma forma de proparganda governamental a favor do liberalismo, assim como da liberdade e igualdade tal como existentes no meio social.

De acordo com Pêcheux ([1979] 2011c, p. 73), as operações midiáticas de propaganda governamental são a favor da classe hegemônica multinacional e contra tudo o que resiste a sua política. Trata-se de um mecanismo de defesa constante, ao mesmo tempo em que funciona como forma de resposta contra qualquer oposição que ameace aparecer, fato que se configura em uma estratégia de segurança aplicada para defender determinados princípios considerados como indispensáveis.

Nessa conjuntura, a *língua de vento* produz discursos cujo posicionamento inscrito seja o dominante. Podemos dizer que isso contribui com a instituição do que Pêcheux ([1983] 2006, p. 30) denomina de “técnicas” de gestão social dos indivíduos, tendo em vista que, no território, os detentores do poder estabelecem uma regularização dos sentidos com o objetivo de dirigi-los aos efeitos procurados:

A esta série vem se juntar a multiplicidade das “técnicas” de gestão social dos indivíduos: marcá-los, identificá-los, compará-los, colocá-los em ordem, em colunas, em tabelas, reuni-los e separá-los segundo critérios definidos, a fim de colocá-los no trabalho, a fim de instruí-los, de fazê-los sonhar ou delirar, de protegê-los e de vigiá-los, de levá-los à guerra e de lhes fazer filhos... Este espaço administrativo (jurídico, econômico e político) apresenta ele também as aparências da coerção lógica disjuntiva: é “impossível” que tal pessoa seja solteira e casada, que tenha diploma e que não o tenha, que esteja trabalhando e que esteja desempregado, que ganhe menos de tanto por mês e que ganhe mais, que seja civil e que seja militar, que tenha sido eleito para tal função e que não o tenha, etc... (PÊCHEUX, 2006, p. 30).

O resultado do domínio exercido no território e das propagandas nele veiculadas consiste em um “panóptico” invisível (Pêcheux, 2011c, p. 87), mais eficaz do que qualquer forma de repressão. O “panóptico” invisível é poderoso; ele encontra-se materializado no sujeito que passa a ser uma peça importante de vigilância e defesa do sistema.

O ‘liberalismo totalitário’ (segundo expressão de Chomsky) soube colocar no ponto uma nova gestão da subjetividade na qual o sujeito contribui ativamente para seu assujeitamento, através de um sinistro jogo de palavras sobre o termo liberdade, tal como ele surgiu, por exemplo, no contorno desta advertência de Henry Ford: ‘Nós liberamos ao cliente o carro na cor de sua escolha... com a condição que ele a queira preta’ (PÊCHEUX, 2011c, p. 88).

Nesse trabalho, segundo Pêcheux ([1979] 2011c, p. 89), a *língua de vento* sustenta a “política do performativo”, ou seja, uma prática em que *dizer* equivale a *fazer*, e a política tende a se tornar uma atividade imaginária. No entanto, nem todos estão em condições de

produzir os enunciados performativos; essa prática fica restrita a poucos grupos, entre eles, aqueles que controlam os veículos de radiodifusão. Nessa conjuntura, esses veículos defendem as normas tais como existentes e que o controle sobre a radiodifusão permaneça nas mãos de poucos.

Se o território regido por leis de mercado instaura relações de poder e controle no meio social, há um movimento estabelecido em diferentes espaços virtuais que busca mexer na ordem tal como estabelecida. Podemos dizer que os *blogs* progressistas, ao se estabelecerem como lugares de resistência, mexem com as fronteiras fixadas pelos veículos de comunicação tradicionais no que se refere a produção discursiva de informações. Nesse sentido, os *blogs* movimentam o próprio território ao estabelecer um contraponto com os discursos produzidos a serviço de alguns. Esses *blogs*, conforme já expusemos, estão inscritos em uma formação discursiva de mídia progressista, FDMP, e funcionam como um novo lugar de identificação para os sujeitos.

Os *blogs* progressistas tem feito circular uma produção discursiva de protesto em relação à forma como a *liberdade de expressão* é praticada no Brasil pelos representantes da grande imprensa que exercem monopólio sobre o setor. Temos a constituição de um outro lugar de referência, *blogs* progressistas, cuja produção discursiva posta em circulação materializa posições contrárias àquelas dos meios de comunicação tradicionais, constituindo uma rede interdiscursiva de formulações que atribui significações outras ao enunciado *liberdade de expressão* na contemporaneidade. Para isso, os *blogs* utilizam a internet como estrutura material e como veículo midiático.

Os sujeitos representantes e participantes dos *blogs* progressistas, ao falar em *liberdade de expressão*, produzem sentidos que se referem à constituição de um espaço mais democrático onde diferentes posicionamentos se manifestem em múltiplas produções discursivas. Para que isso ocorra, os sujeitos dos *blogs* defendem a veiculação de informações em jornais e revistas que circulem em todo espaço nacional, assim como em programas de rádio e canais de televisão, tendo em vista a importância desses veículos em nossa sociedade.

Para analisar como tal fato se materializa, selecionamos alguns discursos que estabelecem uma crítica à *liberdade de expressão* no Brasil. As materialidades escolhidas foram produzidas em referência ao 1º Fórum Democracia e Liberdade de Expressão, ocorrido em 1º de março de 2010, em São Paulo, evento promovido pelo Instituto Millenium e que contou com a participação da maioria dos donos e representantes dos veículos de comunicação tradicionais.

Nosso objetivo é analisar como um mesmo evento foi responsável pela produção e circulação de diferentes produções discursivas, assim como a forma como esses discursos configuram lugares de resistência em relação ao posicionamento defendido pelos meios de comunicação tradicionais tal como encontram-se materializados em formas linguísticas que podem ser inseridas na categoria das *línguas de vento*. Podemos analisar uma dessas produções posta em circulação em *weblogs progressistas* no texto de Washington Araújo, publicado no *blog Carta Maior*, em 5 de março de 2010.

**SD8** Liberdade de Expressão e seus 30 novos significados.

1. Liberdade de expressão é interditar todo e qualquer debate democrático sobre os meios de comunicação.
2. Liberdade de expressão só pode ser invocada pelos que controlam o monopólio das comunicações no País.
3. Liberdade de expressão é bem supremo estando abaixo apenas do Deus Mercado.
4. Liberdade de expressão é moeda de troca nas eternas rugas entre situação e oposição.
5. Liberdade de expressão é denunciar qualquer debate sobre mecanismos para termos uma imprensa minimamente responsável.
6. Liberdade de expressão é gerar factóides, divulgar informações sabidamente falsas apenas para aproveitar o calor da luta.
7. Liberdade de expressão é deitar falação contra avanços sociais, contra mobilidade social, contra cotas para negros e índios em universidades públicas.
8. Liberdade de expressão é cartelizar a informação e divulgá-la como capítulos de uma mesma novela em variados veículos de comunicação.
9. Liberdade de expressão é não conceder o direito de resposta sem que antes o interessado passe por toda a via crucis de conseguir na justiça valer seu direito.
10. Liberdade de expressão é explorar a boa fé do povo com programas de televisão que manipulam suas emoções e suas carências oferecendo uma casa aqui outro carro ali e assim por diante.
11. Liberdade de expressão é somente aprovar comentários aptos à publicação em sítio/blog da internet se estes referendarem o pensamento do autor e proprietário do sítio/blog.
12. Liberdade de expressão é ser leviano a ponto de chamar a ditadura brasileira de ditabranda e ficar por isso mesmo.
13. Liberdade de expressão é imputar ao presidente da República comportamento imoral tendo como fundamento depoimento fragmentado da memória de um indivíduo acerca de fato relatado quase duas décadas depois.
14. Liberdade de expressão é apresentar imparcialidade jornalística do meio de comunicação mesmo quando os principais jornalistas fazem de sua coluna tribuna eminentemente partidária.

15. Liberdade de expressão é fazer estardalhaço em torno de um sequestro que não ocorreu há quase 40 anos com a clara intenção de tumultuar o processo político atual.
16. Liberdade de expressão é assacar contra a honra de pessoa pública utilizando documentos de autenticidade altamente duvidosa e depois fazer mea culpa na seção 'Erramos'.
17. Liberdade de expressão é submeter decisões editoriais a decisões comerciais de empresas e emissoras de comunicação.
18. Liberdade de expressão é somente dar ampla divulgação a pesquisas de opinião em que os resultados sejam palatáveis ao veículo de comunicação.
19. Liberdade de expressão é não ter visto "Lula, o filho do Brasil" e considerá-lo péssimo produto cinematográfico sem ao menos tê-lo assistido.
20. Liberdade de expressão é minimizar o descaso do poder público ante as enchentes de São Paulo e reduzir candidato à presidência a mero poste.
21. Liberdade de expressão é ter dois pesos em política externa: Cuba é o inferno e China é o paraíso.
22. Liberdade de expressão é demonizar movimentos sociais e defender a todo custo latifúndios vastos e improdutivos.
23. Liberdade de expressão é usar uma concessão pública para aumentar os níveis de audiência com o uso perverso de crianças no papel de vilões.
24. Liberdade de expressão é desqualificar quem não aprecia a programação servida pelo Instituto Millenium.
25. Liberdade de expressão é rejeitar *in totum* toda e qualquer proposição da Conferência Nacional de Comunicação.
26. Liberdade de expressão é apostar em quem ofereça garantias robustas visando manter o monopólio dos atuais donos da mídia brasileira.
27. Liberdade de expressão é obstruir qualquer caminho que conduza mecanismos de democracia participativa.
28. Liberdade de expressão é fazer coro contra qualquer governo de esquerda e se omitir contra malfeitorias de qualquer governo de direita. Ou vice-versa.
29. Liberdade de expressão é fugir como o diabo foge da cruz de expressões como liberdade, democracia, cidadania, justiça social, controle social da mídia.
30. Liberdade de expressão é lutar para manter o *status quo*: o direito de informar é meu e ninguém tasca. (ARAÚJO, 2010)

O texto consiste em um lugar de diferença em relação aos sentidos produzidos pelos sujeitos responsáveis e participantes do evento, diferença que se materializa já no título escolhido e que pode ser considerado como uma forma de resposta ao nome do Fórum. Em outras palavras, o nome escolhido pelos representantes do Instituto Millenium faz referência a dois princípios extremamente valorizados em nossa sociedade: a *democracia* e a *liberdade de*

*expressão* que, conforme já expusemos, são considerados existentes em nossa sociedade devido a um trabalho constante de afirmação, persuasão e sedução realizado sobre os sujeitos leitores e espectadores. O texto de Washigton Araújo vai estabelecer um contraponto aos sentidos existentes sobre essa questão ao expor que *Após o encontro promovido pelo Instituto Millenium, liberdade de expressão possui 30 novos significados*.

Por meio do uso da ironia, o texto expõe o que os veículos de comunicação tradicionais consideram como *liberdade de expressão*. Ao fazer isso, o autor critica a forma como tal princípio é praticado no Brasil, materializa outros discursos sobre essa questão, ressignifica o enunciado e “coloca os sentidos à deriva, rumo a outras redes de memória” (INDURSKY, 2011a, p. 82).

A produção do efeito de denúncia é feita com a recuperação de sentidos constantemente produzidos e postos em circulação nos *blogs* progressistas. Os sentidos atribuem aos meios de comunicação tradicionais a responsabilidade pela realização de diferentes práticas que podem ser inseridas em cinco categorias: 1- Interdição de qualquer debate político que seja relevante para a sociedade e que aponte para uma multiplicidade de sentidos (itens 1, 5, 9, 11, 24, 25, 27, 29); 2- Controle sobre o monopólio dos meios de comunicação e, conseqüentemente, sobre as informações veiculadas (itens 2, 8, 30); 3- Manipulação discursiva de informações sempre a favor de interesses dominantes (itens 6, 10, 12, 12, 15, 16, 18, 19, 20, 23); 4- Defesa dos grupos que compõem a elite e posição contrária a qualquer movimento ou questão social (itens 3, 7, 14, 17, 21, 22, 26, 28); 5- Moeda de troca entre políticos, ou seja, distribuição de concessão pública entre políticos em troca de votos ou apoio (item 4).

Essas 30 significações expostas no texto constituem uma rede interdiscursiva de formulações que contribuem com a produção de sentidos do enunciado *liberdade de expressão* em uma formação discursiva de mídia progressista. Podemos dizer que essa rede configura um regime de repetibilidade (Indursky, 2011a, p. 71) que regulariza os sentidos de crítica e denúncia no interior dessa FDMP. Esses sentidos fazem remissão a diferentes lugares de memória relacionados à situação dos meios de comunicação no Brasil e significam (ironicamente) a *liberdade de expressão* existente a partir das práticas e do funcionamento históricos do setor, questão que foi discutida no capítulo 2 desta tese. Diante disso, concordamos com Courtine ([1981] 2009) que a inscrição de um enunciado em uma sequência de formulações se caracteriza por uma pluralidade de pontos.

Por meio de uma escrita informal, cotidiana, imediata (tendo em vista ser uma resposta a um evento que havia ocorrido poucos dias antes), direta e direcionada, os sentidos produzidos no texto *Após o encontro promovido pelo Instituto Millenium, liberdade de expressão possui 30 novos significados* configuram um discurso de protesto e um lugar de resistência, produzido por meio de uma forma linguística que denuncia as práticas realizadas pelos veículos de comunicação, e se coloca em uma posição de: “não entender ou entender errado; não ‘escutar’ as ordens; não repetir as litâneas ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio” (PÊCHEUX, 1990, p. 17).

Podemos dizer que o texto de Washington Araújo assume uma posição de resistência ao “não entender ou entender errado” o discurso produzido pelos meios de comunicação sobre a temática aqui abordada. Isso é feito a partir da materialização da ironia para fazer referência às práticas discursivas realizadas por tais veículos e ao que esses grupos consideram como *liberdade de expressão*, ou seja, temos uma negação da existência de *liberdade de expressão* no interior dessa FDMP. As palavras de Araújo repetem “de modo errôneo” as litâneas da mídia hegemônica.

Na mesma linha, o *blog* Maria Frô, de Conceição Oliveira, produziu um texto sobre o evento intitulado *A 'Liberdade de Expressão' dos Neocons do Instituto Millenium*. O material foi publicado no *blog* em 12 de maio de 2010. De acordo com a autora:

**SD9** Depois que Jabor disse explicitamente em uma reunião do Instituto Millenium que era preciso acabar até mesmo com o pensamento de esquerda no Brasil, ou seja, era preciso pôr fim ao direito de expressão das pessoas que fazem oposição ao pensamento conservador dos grandes grupos de comunicação e mídia representados por Jabor, Azevedo, Magnoli e correlatos, o Grupo Abril decidiu seguir bem à risca a cartilha que ajudou a traçar.

Para o Grupo Abril, seus empregados devem rezar a cartilha neocon, não basta desenvolverem as atividades para as quais foram contratados, eles têm de pessoalmente e em todos os espaços sociais defender o conservadorismo excludente e preconceituoso que a *Veja*, principal revista deste Grupo, prega semanalmente. Seus funcionários não podem jamais expressar o que pensam, especialmente se o que pensam não legitima a cruzada detratória que a *Revista Veja* defende contra qualquer pensamento de fato democrata. Se isso ocorrer o caminho é a demissão.

*Veja e Folha* se dão ao direito de colocar na boca de seus entrevistados aquilo que bem entendem. Enquanto a *Folha* entrevista e deturpa o que os seus entrevistados dizem, a *Veja* não se dá nem ao trabalho de entrevistar as pessoas que escolhem como alvo para *desqualificar*, pois como um oráculo, ela ‘advinha’ o que pensam ‘petralhas’, ‘esquerdistas’, esses intelectuais ‘inimigos da pátria’, da

‘liberdade’ e dos ‘homens de bem’ e amigos de pretos, indígenas, gays etc. (...)

A *Veja* pós- Mino Carta nunca escondeu o lado que defende. A revista foi a favor dos fabricantes de armas, está sempre a favor dos ruralistas e contra os sem terra, abomina a política de ações afirmativas e faz campanha acirrada contra a implementação de cotas sociorraciais nas universidades. (OLIVEIRA, 2010)

O texto também pode ser considerado como uma resposta ao *1º Fórum Democracia e Liberdade de Expressão*, pois questiona a forma como a *liberdade de expressão* é significada pelos denominados “neocons do Instituto Millenium”. O discurso da autora estabelece um contraponto com o que considera ser um posicionamento ideológico de direita, conservador e manipulador dos “grandes grupos de comunicação e mídia”.

Ao assumir uma outra posição sujeito, o texto de Oliveira acusa jornalistas (Arnaldo Jabor), os meios de comunicação tradicionais e a prática jornalística realizada pelos profissionais nesses veículos de controlar e manipular as informações para atender aos interesses de grupos que detêm o poder. Com isso, a autora instala um lugar de contradição em relação à questão da *liberdade de expressão*. Essa contradição se materializa na forma como é estabelecida a diferença de sentidos e de posição sujeito no texto.

A contradição aqui em relação à *liberdade de expressão* é produzida em uma rede interdiscursiva de formulações que apontam para o posicionamento elitista de veículos de comunicação tradicionais (Folha, Veja) e para as práticas por eles exercidas. As seqüências discursivas materializam sentidos sobre as formas de manipulação praticadas por esses veículos com o objetivo de defender os valores e a organização social existentes, assim como destruir os sujeitos pertencentes a grupos estigmatizados.

O texto de Conceição Oliveira recupera esses lugares de memória para estruturar um discurso de protesto em relação à forma como o território de informações encontra-se nas mãos de poucos grupos e atendem a interesses específicos. A respeito dessa questão, podemos voltar ao trabalho de Santos (2000, p. 18), em que o autor afirma que as técnicas de informação são utilizadas pelo Estado, algumas empresas e pela elite dominante com objetivos particulares. O resultado desse processo consiste no aprofundamento das desigualdades ao estabelecer sentidos e concepções totalizantes sobre o mundo.

O que é transmitido à maioria da humanidade é, de fato, uma informação manipulada que, em lugar de esclarecer, confunde. Isso tanto é mais grave porque, nas condições atuais da vida econômica e social, a informação constitui um dado essencial e imprescindível. Mas na medida em que o que chega às pessoas, como também às empresas e instituições hegemônicas, é, já, o resultado de uma manipulação, tal informação se apresenta como ideologia. O fato de que, no mundo

de hoje, o discurso antecede quase obrigatoriamente uma parte substancial das ações humanas – sejam elas a técnica, a produção, o consumo, o poder – explica o porquê da presença generalizada do ideológico em todos esses pontos. Não é de estranhar, pois, que realidade e ideologia se confundam na apreciação do homem comum, sobretudo porque a ideologia se insere nos objetos e apresenta-se como coisa (SANTOS, 2000, p. 19).

Nas palavras de Santos (2000), a manipulação de informações, que leva ao controle e domínio sobre o que é produzido e circula em nosso meio social, consiste em ideologia, ou seja, ideologia é manipulação discursiva. O autor ainda ressalta que o discurso configura em parte significativa de qualquer prática a ser realizada, por isso “realidade” e “ideologia” tendem a se confundir. O trabalho aqui exposto lança um olhar sobre a forma como as informações são construídas e manipuladas no mundo atual.

No entanto, a partir de uma concepção peuchextiana, não podemos considerar a ideologia como manipulação e algo que se impõe no meio social de forma igual ou homogênea. Pêcheux ([1975] 2009a, p. 145), nos fala em condições ideológicas de reprodução e transformação das relações de produção, sendo que essas condições são complexas e referidas às relações de contradição-desigualdade-subordinação entre seus elementos. Por isso, o autor utiliza o conceito de formação ideológica para designar que a instância ideológica possui um caráter “regional” e comporta posições de classe.

Para Pêcheux ([1975] 2009a, p. 145), “os ‘objetos’ ideológicos são sempre fornecidos ao mesmo tempo que ‘a maneira de se servir deles’ – seu ‘sentido’, isto é, sua orientação, ou seja, o interesse de classe aos quais eles servem’. É dessa maneira que os múltiplos objetos ideológicos comportam diferentes posições de classe, ou seja, são produzidos discursivamente no interior de diferentes formações discursivas e se materializam a partir de relações de contradição-desigualdade-subordinação.

Nessa conjuntura, considerar a *liberdade de expressão* como objeto ideológico é abordar esse objeto como contraditório, tendo em vista as relações existentes serem desiguais. Em nossa contemporaneidade, essas relações materializam uma disputa por sentidos, ou seja, pelo direito de produzir e fazer circular discursos, o que faz com que a multiplicidade de sujeitos tomem diferentes posições a respeito dessa questão.

O evento cujo objetivo foi a defesa da *liberdade de expressão* e da *democracia* também foi discutido no blog de Altamiro Borges em uma reportagem de Bia Barbosa publicada em 2 de março de 2010, sob o título *Millenium pauta a mídia contra Dilma*.

**SD10** Se algum estudante ou profissional de comunicação desavisado pagou os R\$ 500,00 que custavam a inscrição do 1º Fórum Democracia e Liberdade de Expressão, organizado pelo Instituto



Millenium, acreditando que os debates no evento girariam em torno das reais ameaças a esses direitos fundamentais, pode ter se surpreendido com a verdadeira aula sobre como organizar uma campanha política que foi dada pelos representantes dos grandes veículos de comunicação nesta segunda-feira, em São Paulo. Promovido por um instituto defensor de valores como a economia de mercado e o direito à propriedade, e que tem entre seus conselheiros nomes como João Roberto Marinho, Roberto Civita, Eurípedes Alcântara e Pedro Bial, o fórum contou com o apoio de entidades como a Abert (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão), ANER (Associação Nacional de Editores de Revista), ANJ (Associação Nacional de Jornais) e Abap (Associação Brasileira de Agências de Publicidade). E dedicou boa parte das suas discussões ao que os palestrantes consideram um risco para a democracia brasileira: a eleição de Dilma Rousseff. (BARBOSA, 2010)

A reportagem de Bia Barbosa materializa sentidos outros para significar o *Fórum Democracia e Liberdade de Expressão*. De acordo com a autora, o fórum teve por objetivo discutir a campanha política de 2010, primeira eleição de Dilma Rousseff, mais especificamente apontar quais os riscos que a vitória da candidata do PT traria para o país. Aqui, os dizeres produzidos fazem uma denúncia às práticas realizadas pelos veículos de radiodifusão tradicionais que tocam no discurso sobre “liberdade de expressão” e “democracia” com o objetivo de atender a interesses particulares e promover determinados governos que consideram mais adequados para suprir seus interesses particulares. Esse efeito marca a diferença entre a posição defendida pelos meios de comunicação tradicionais e a posição assumida pela autora e que se encontra em circulação nos *blogs* progressistas, FDMP.

A rede interdiscursiva desse texto também faz ressoar sentidos relacionados ao posicionamento elitizado produzido pelos veículos de comunicação e as práticas por eles realizadas favoráveis a determinados grupos. A repetição de tais sentidos aponta para o funcionamento da língua de protesto em discursos que se encontram em circulação nos *blogs* progressistas e contestam o poder, domínio e manipulação exercidos pelos representantes da grande mídia no Brasil.

Uma outra forma de materialização da língua de protesto pode ser encontrada no texto de Gilberto Maringoni *O Rosnar Golpista do Instituto Millenium*. O material foi publicado inicialmente no *blog* Carta Maior, mas teve enorme circulação na *blogosfera*.

**SD11 (...) Objetivos do convescote** Os propósitos do Fórum não são claros. Formalmente é a defesa da liberdade de expressão, sob o ponto de vista empresarial. Quem assistiu aos debates não deixou de ficar preocupado. Aos arranques, os pitbulls da grande mídia atacaram toda e qualquer tentativa de se jogar luz no comportamento dos meios de

comunicação. Talvez o maior significado do encontro esteja em sua própria realização. Não é todo dia que os donos da Folha, da Globo e da Abril se juntam, deixando de lado arestas concorrenciais, para pensarem em táticas comuns na cena política nacional. Um alerta sobre articulações desse tipo foi feita por Cláudio Abramo (1923-1987), em seu livro *A regra do jogo*, publicado em 1988. A certa altura, ele relata uma conversa mantida com Darcy Ribeiro (1922-1997), no início de março de 1964. “Alertei-o de que dias antes, o dr. Julinho [Mesquita, dono de O Estado de S. Paulo] havia visitado Assis Chateaubriand [dos Diários Associados], e que aquilo era sinal seguro de que o golpe estava na rua. Porque a burguesia é muito atilada nessas coisas, não tem os preconceitos pueris da esquerda. Na hora H ela se une”. Pois no Instituto Millenium estavam unidos Roberto Civita [Abril], Otávio Frias Filho [Folha] e Roberto Irineu Marinho [Globo]. Sem mais nem porquê. Não se pode dizer que a turma resolveu botar o golpe na rua. Mas é sintomática a realização do evento quase no mesmo dia em que a candidatura de Dilma Rouseff empatou com a de José Serra, de acordo com o Datafolha. (...)

Apesar de o governo Lula garantir altos ganhos ao capital financeiro, deixando intocada a política econômica neoliberal, este não é o governo dos sonhos da plutocracia pátria. Elas não suportam conviver com a ala popular, minoritária na gestão do ex-metalúrgico. Deploram a política externa, a não criminalização dos movimentos sociais e a possibilidade de um governo Dilma acatar indicações das várias conferências temáticas realizadas nos últimos anos, como a de Direitos Humanos e a de Comunicação (Confecom)(...)

(MARINGONI, 2010)

O texto de Gilberto Maringoni expõe uma rede de sentidos que denuncia a concepção de *liberdade de expressão* empresarial praticada pelos meios de comunicação tradicionais, ou seja, a forma como esses veículos encontram-se nas mãos de um pequeno grupo de empresários que exercem uma política de classes, favoráveis a interesses específicos. Temos aqui uma remissão aos grupos que se fortaleceram durante a ditadura civil-militar, se tornaram porta-vozes de interesses hegemônicos e, desde aquele período, possuem total domínio sobre o setor. Com isso, esse trecho se configura como um lugar de memória cujos sentidos são formas de repetição e regularização no âmbito de uma FDMP.

Os três textos apontam para o funcionamento do setor de comunicação em nosso país: domínio, manipulação, monopólio, interesses hegemônicos. Esse modo de funcionamento faz parte das condições de produção da área que estão diretamente relacionadas aos veículos midiáticos, ao controle sobre a produção e circulação de informações, assim como à posição ocupada pelos sujeitos, isto é, grupo de empresários.

Os sentidos materializados em nossos objetos de análise, ao estabelecer um contraponto com os discursos da mídia empresarial, estão inseridos em outras condições de produção e, desse modo, remetem à propaganda liberal realizada por esses veículos com objetivo de instalar e manter suas “técnicas” de gestão social. Na FDMP, esses sentidos são retomados e repetidos constantemente para sustentar a crítica social produzida e legitimar um outro lugar do dizer para o enunciado *liberdade de expressão*.

Isso significa que a língua de protesto aparece com regularidade nos *blogs* analisados, tendo em vista a frequente denúncia realizada a respeito da manipulação e do controle estabelecidos pelos meios de comunicação tradicionais sobre a produção discursiva. Os discursos de denúncia encontram no ciberespaço um outro lugar e modo de circulação que materializam diferenças significativas para a constituição de sentidos de *liberdade de expressão*.

De acordo com Orlandi (2005, p. 9), a circulação é um momento relevante de produção do discurso; nesse sentido, a circulação em rede ressignifica a prática discursiva, pois possibilita uma maior participação dos sujeitos seja para produzir, seja para receber informações. No caso dos *blogs* progressistas aqui selecionados, cada *blog*, conforme já discutimos, constituiu uma rede social e isso significa maior circulação de discursos de protesto. A circulação discursiva no ciberespaço faz com que a disputa por sentidos seja maior na contemporaneidade, tendo em vista a crescente utilização dos ambientes digitais.

Se o uso dos meios de comunicação tradicionais é restrito a poucos grupos que possuem o “direito” de fazer circular informações discursivas, o ciberespaço, por ser um canal de utilização horizontal, possibilita a um número maior de sujeitos o direito a tomar a palavra, assim como uma posição social. As discussões expostas nos permitem considerar que as produções discursivas sobre *liberdade de expressão* nos *blogs* progressistas podem levar à reprodução/ transformação de sentidos sobre essa questão no meio social.

Podemos dizer que o processo de circulação de discursos que questionam a existência de *liberdade de expressão* no Brasil permite, por meio da repetição, que esses sentidos sejam regularizados no virtual para atingir também o social. Isso tem sido feito a partir da organização de eventos em diferentes lugares do país para discutir tal problemática. O material utilizado nesses eventos é constantemente disponibilizado nos *blogs*, o que significa que o ciberespaço é utilizado para produzir e fazer circular discursos de protestos e organizar eventos sociais para ampliar as discussões, sendo que as discussões do social voltam a ser disponibilizadas on-line.

Diante desse quadro, o movimento existente no ciberespaço em prol da *liberdade de expressão* coloca-se a favor da democratização dos veículos de comunicação. O discurso produzido pelos sujeitos pertencentes a esse movimento, entre eles, os sujeitos dos *blogs* progressistas, e os sentidos produzidos em tal espaço indicam que o objetivo é o estabelecimento de relações horizontais sobre os meios de comunicação e a produção discursiva. Relações que sejam mais democráticas, não apenas dominadas por poucos grupos, e que possibilite que diferentes vozes sejam ouvidas.

#### **4.4 Relação e produção de sentidos no ciberespaço**

Além dos materiais produzidos por diferentes sujeitos-autores e publicados em diferentes *blogs*, a circulação em rede possibilita ao sujeito-leitor o estabelecimento de formas diversas de relação que podem levá-lo a cooperar com a produção de sentidos nesses lugares. A cooperação, de acordo com Recuero (2010, p. 81), é uma prática constitutiva da rede social e aparece na formação de um *blog* ou de uma rede de *blogs*, pois eles dependem da contribuição e do compartilhamento de todos os envolvidos para que o movimento possa fazer a diferença. Esse aspecto faz parte do funcionamento dessa rede e contribui, no caso dos *blogs* progressistas, para estabelecer outras relações de poder e sentido.

A prática de cooperação pode aparecer no processo de atualizar o *blog*, na leitura dos comentários, no compartilhamento de diversos tipos de materiais. Esse princípio demonstra envolvimento dos indivíduos com a causa em questão e encontra-se diretamente relacionado ao processo de identificação dos sujeitos. Em outras palavras, a maneira como o sujeito vai cooperar com determinado *blog* ou compartilhar informações expostas em uma rede está relacionada à forma como ele encontra-se identificado com os sentidos produzidos.

Vamos analisar a forma como ocorre a identificação dos sujeitos por meio dos comentários produzidos sobre o texto de Washington Araújo, “Após o encontro promovido pelo Instituto Millenium, liberdade de expressão possui 30 novos significados”. O texto foi publicado no dia 05/03/2010 no blog Carta Maior e até o dia 26/03/2010 havia gerado 26 comentários publicados. Seleccionamos alguns para discutir nesta pesquisa:

**SD12** “Comentário 1 - 05/03/2010: Liberdade de expressão é impedir que o povo se expresse livremente. Liberdade de expressão é fazer com que o povo engula uma ideologia que o torne escravo dos dominantes.”

O comentário 1 mantém a produção de sentidos de denúncia presente no texto de Washigton Araujo e materializa um lugar de repetição e regularização de sentidos relacionados ao controle e manipulação sobre a produção e circulação discursiva no setor de comunicação. O que sustenta os dizeres expostos é uma memória que recupera uma prática existente desde o início da imprensa no Brasil, o fato de jornais, revistas e demais veículos serem utilizados para atender interesses dominantes.

**SD13** Comentário 2 - 06/03/2010: apoio o colega que sugere que esse texto vá pra cabeça do site: temos que desmascarar a farsa Milênio. Washington foi feliz na abordagem e me fez lembrar diversas situações que os motivam a querer cada vez mais liberdade de expressão: Ficha fajuta da Dilma como guerrilheira como tendo sido originada do DOPS; acusações de que o filme sobre o Lula teria sido bancado por empresas estatais; página inteira do Cesar Benjamin detonando veneno contra Lula, seu desafeto político e se colocando como o personagem Brutus de Julio Cesar; a Globo promovendo Klara Castanho - com apenas 8 ou 9 anos - como psicopata na novela Viver a Vida; o bloqueio da direitona encastelada no Millenium à Conferencia Nacional de Comunicação promovida pelo Governo; o ultraje do Octavio Frias Filho dizendo em editorial da Folhona que nossa ditadura era apenas uma ditabranda se comparada com as do Chile, da Argentina; o medo de tratarem como dentro do correto controle social da mídia a perversidade que é a concentração de conglomerados de comunicação no Brasil nas mãos de meia dúzia de donos (Civita, Marinho, Saad, Abravanel, Edir Macedo, Di Franco) e tantos casos que seu texto me aviviou na memória. Pa-ra-béns mestre Araújo. O sr é um jornalista na linha do Claudio Abramo.

Esse comentário traz uma série de acusações às práticas realizadas pelos veículos de comunicação em relação ao controle sobre a produção discursiva no meio social. Para isso, a constituição da rede de sentidos se apóia em fatos ocorridos que mostram diferentes tipos de manipulação exercidas pelo setor e que resultaram em consequências aos sujeitos que foram vítimas dos casos relatados. Temos diferentes formas de repetição de sentidos que denunciam o domínio existente e exercido na área por poucos grupos, fato que, conforme já expusemos, caracteriza monopólio dos meios de comunicação e, conseqüentemente, das informações produzidas e postas em circulação no Brasil.

O controle exercido sobre os meios de comunicação é decorrente de uma tendência denominada de coronelismo eletrônico. Essa questão, conforme já expusemos, foi discutida por diversos autores como, por exemplo, Liedtke (2003, p. 45), que afirma que o Estado sempre distribuiu as concessões públicas com favorecimento político para parceiros e correligionários. O resultado do *coronelismo eletrônico* consiste em meios de radiodifusão

controlados e explorados por uma classe dominante, que representa os interesses das elites dirigentes, em função dos lucros. Diante disso, segundo o autor, os veículos de comunicação selecionam e divulgam as notícias em função dos interesses políticos e econômicos da classe dominante e dos seus próprios interesses particulares.

A forma como ocorre o monopólio sobre os veículos de comunicação no Brasil tornou-se um discurso de ampla circulação na *blogosfera*. Esse discurso faz ressoar um determinado lugar de memória sobre tal questão que aparece como forma de crítica social e denúncia na maioria dos textos encontrados sobre *liberdade de expressão* nos *blogs* progressistas, configurando uma forma de repetição/regularização do sentido.

**SD14** Comentário 3 - 09/03/2010: De longe este é o melhor texto que li em toda minha vida sobre o debate eterno do que é liberdade expressão. O professor e mestre Washigton colocou o dedo na ferida e desmascarou os Mainardis, Jabors e Reinaldos da vida. A cada frase lida foi passando o filminho em minha mente dos fatos que levaram o autor a recuperar significados que os dinossauros da direita brasileira (burra como toda direita é) tentam esconder a todo custo. O desgraçado Instituto Milênio tem inspiração fascista: cobrar 500 pilas per capita para que barnabés da grande imprensa teçam louvores a seus donos... nunca vi coisa mais ridícula. Parabéns mestre e continue nos presenteando com textos dessa envergadura. A meu ver, o senhor faz jornalismo sério e de conteúdo. Pena que leitores como o Leandro não estejam à altura hehehehe **TAMBÉM ESTOU PUBLICANDO SEU ARTIGO EM MEU SITE.**

Nesse comentário, a posição assumida pelo autor é de criticar os jornalistas que trabalham e defendem os proprietários dos meios de comunicação tradicionais comparando-os a alguns nomes representativos da grande imprensa no Brasil: Diogo Mainardi, Arnaldo Jabor e Reinaldo Azevedo. Esses jornalistas são conhecidos por defender os interesses dos veículos que representam. Entre as práticas exercidas pelos sujeitos em questão, podemos novamente fazer menção ao controle e monopólio questões silenciadas por esses profissionais e pelos grupos dos quais fazem parte.

O autor do comentário utiliza uma característica apontada por Malini e Antoun (2013, p. 121) como representativa do *blog*: a escrita informal. Isso ocorre quando ele, ao assumir uma posição sujeito de um discurso de crítica social ao acontecimento exposto, faz uso de uma linguagem do cotidiana, viva, corrente e, por vezes até ofensiva. Essa forma linguística produz um efeito de proximidade entre o sujeito-autor, Washigton Araújo, e o sujeito-leitor de seu texto, que passa a contribuir para a produção de sentidos ao se posicionar como autor do comentário em questão.

É interessante observar que o autor desse comentário finaliza com alguns dizeres em caixa alta “TAMBÉM ESTOU PUBLICANDO SEU ARTIGO EM MEU SITE”. Isso mostra a forma como o texto em circulação em uma determinada rede social, *Carta Maior*, será posto em circulação em outras redes sociais. A circulação de informações em rede materializa o movimento característico do ciberespaço, e o movimento de informações produz o próprio movimento de sentidos, tendo em vista que, ao ser inserido em outro sítio eletrônico, o texto pode gerar uma série de comentários com informações diversas. Sabemos em *Análise do Discurso* que os sentidos estão sempre sujeitos a serem outros e o ciberespaço deixa transparecer essa multiplicidade e não fechamento a partir da forma de circulação que funciona como um elemento responsável para a produção de sentidos.

Conforme já expusemos, a maneira de o sujeito estabelecer relação em uma rede social para a produção de sentidos está relacionada ao processo de interpelação/ identificação. É a partir desse processo que vai ocorrer o diálogo, a interlocução e fazer com que o sujeito assumira uma posição discursiva que possa resultar em movimento de sentidos para o ambiente digital. No comentário 4, há um outro tipo de relação estabelecida:

**SD15** Comentário 4 - 09/03/2010: Você é um Colunista que deveria morar em Cuba para vivenciar todas as maravilhas que os irmãos Castro oferecem ao seu povo!! Além de retrógrado, totalmente ultrapassado e contra a liberdade de expressão e a democracia, você, como jornalista, deveria repensar estes conceitos totalmente fora de propósito. Mas, como vivemos num país democrático e com (ainda) liberdade de expressão, me sinto na obrigação e direito de fazer este comentário!

Percebemos, a partir da crítica exposta nesse comentário, que não houve identificação por parte desse sujeito leitor. No comentário, a posição sujeito assumida critica e ironiza o texto de Washigton Araújo, mandando-o a Cuba “para vivenciar todas as maravilhas que os irmãos Castro oferecem ao seu povo”. Nesse caso, como não houve identificação com os saberes de uma formação discursiva de mídia progressista, a relação estabelecida produz um questionamento, tendo em vista a inserção do sujeito-autor em uma outra formação discursiva. O sentido circula na rede, mas o que ocorre é um posicionamento antagônico, produzido a partir da identificação com uma outra formação discursiva.

A circulação, conforme já expusemos, é um processo de grande importância para a produção de sentidos no ciberespaço, pois, além de fazer com que um discurso seja visto e lido por um número grande de sujeitos, possibilita também que os sujeitos possam contribuir e colaborar para a produção de sentidos. O texto de Washington Araújo, por exemplo,

circulou em vários *blogs*; o discurso de crítica social produzido pelo autor foi lido por diferentes sujeitos de diferentes redes sociais. Esse fato fez do texto um objeto de identificação-interpelação para os sujeitos do ciberespaço e, com isso houve a produção de muitos comentários e de diferentes efeitos. No *blog* Conversa Afiada, por exemplo, o texto foi publicado em 13/09/2010 e obteve 56 comentários, os quais não analisaremos aqui, pois os posicionamentos encontrados foram os mesmos dos comentários que analisamos anteriormente.

A circulação do texto *Liberdade de expressão e seus 30 novos significados*, de Washington Araújo, em diferentes espaços virtuais fez com que houvesse a recuperação e circulação de sentidos que estabeleceram críticas ao discurso sobre *liberdade de expressão* no Brasil. A crítica encontrada na maioria dos textos e nos comentários expostos refere-se à forma como a grande imprensa se articula para manter o monopólio existente sobre o setor. Outro ponto bastante discutido nos *blogs* em questão refere-se ao uso dos meios de comunicação para beneficiar as classes dominantes. Ao defenderem os interesses da elite dirigente, os veículos de comunicação garantem o apoio desses grupos e asseguram os próprios interesses econômicos.

Em relação à discussão exposta, Castells (2003, p. 132) afirma que a Internet possui capacidade para atuar sobre a produção discursiva e sobre mensagens de mídia, por isso essa ferramenta adquire grande importância em nossa contemporaneidade. Como resultado, a Internet pode contribuir para que haja modificações e rupturas em concepções pré-estabelecidas. Trata-se de uma intervenção no sistema de representações em que as categorias são formadas e os modelos de comportamento constituídos.

A Internet encerra um potencial extraordinário para a expressão dos direitos dos cidadãos e a comunicação de valores humanos. Certamente não pode substituir a mudança social ou a reforma política. Contudo, ao nivelar relativamente o terreno da manipulação simbólica, e ao ampliar as fontes de comunicação, contribui de fato para a democratização. A Internet põe as pessoas em contato numa ágora pública, para expressar suas inquietações e partilhar suas esperanças. É por isso que o controle dessa ágora pública pelo povo talvez seja a questão política mais fundamental suscitada pelo seu desenvolvimento (CASTELLS, 2003, p. 135).

Podemos dizer que os *blogs* progressistas, como parte do ciberespaço, têm utilizado esse lugar para traçar embates em torno da questão da democratização dos veículos de radiodifusão, com o objetivo de ampliar as fontes de produção discursiva das quais nos fala Castells (2003). Trata-se de uma disputa por sentidos e por modificações nas relações de poder existentes nos veículos de comunicação.



Tomar posição a favor da democratização dos meios de comunicação em meio a um sistema de “desigualdade e subordinação” que possui concepções tão fortemente enraizadas em diferentes formações discursivas e que são mantidas pelas classes dominantes, cujo interesse está na reprodução de tais concepções, é estabelecer um lugar de resistência. Manter esse lugar é travar pequenas batalhas diárias com o objetivo de mudanças de percepções, de domínios de saberes e a produção de sentidos outros que possam circular no meio social. Podemos dizer que temos um novo terreno de lutas de classes.

## 5 A CONFIGURAÇÃO DE UM ARQUIVO SOBRE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

O enunciado *liberdade de expressão* na formação discursiva dos *blogs* progressistas (FDMP) possui especificidades próprias e regras sócio-históricas de existência. A produção de sentidos nesses *blogs* materializa um posicionamento antagônico em relação aos discursos produzidos pelos meios de comunicação tradicionais. Há um discurso de protesto em circulação nessas redes sociais que materializa uma outra posição e que tem questionado o controle sobre os veículos de imprensa, de radiodifusão, a produção discursiva e, conseqüentemente, a *liberdade de expressão*.

Nesse processo, a forma de circulação no ciberespaço é fator determinante, pois tal fenômeno é também responsável pela produção de sentidos, tendo em vista fazer referência à existência sócio-histórica do enunciado. Um dos fatores relacionados a essa existência consiste no fato de a circulação em rede possibilitar uma maior visibilidade para a discussão, ou seja, a rede contribui para que um número maior de sujeitos tomem conhecimento sobre a questão em voga. Podemos dizer que a circulação do enunciado *liberdade de expressão* no interior de uma formação discursiva de mídia progressista, FDMP, produz um movimento que, como vimos, tem por objetivo alterar e ressignificar o que está instituído relacionado à *liberdade de expressão*, principalmente, considerando o controle exercido no Brasil pelos veículos midiáticos.

Um ponto importante no discurso produzido nos *blogs* analisados é a necessidade de um Marco Regulatório para o setor de comunicações. De acordo com o posicionamento defendido, o documento em questão precisa estabelecer os critérios que garantam o direito de livre expressão aos diferentes grupos existentes, fato que tornará possível a circulação da heterogeneidade social.

Essas questões podem ser observadas no trecho a seguir referente à *Plataforma para um novo Marco Regulatório das Comunicações no Brasil*, retirado do *blog Comunicação Democrática*. O material é resultado de uma série de debates realizados ao longo dos anos, principalmente, na *I Conferência Nacional de Comunicação* (CONFECOM), evento promovido por entidades nacionais e regionais, nos dias 20 e 21 de maio de 2011, no Rio de Janeiro.

**SD16 Por que precisamos de um novo Marco Regulatório das Comunicações?**

Há pelo menos quatro razões que justificam um novo marco regulatório para as comunicações no Brasil. Uma delas é a ausência de pluralidade e diversidade na mídia atual, que esvazia a dimensão pública dos meios de comunicação e exige medidas afirmativas para ser contraposta. Outra é que a legislação brasileira no setor das comunicações é arcaica e defasada, não está adequada aos padrões internacionais de liberdade de expressão e não contempla questões atuais, como as inovações tecnológicas e a convergência de mídias. Além disso, a legislação é fragmentada, multifacetada, composta por várias leis que não dialogam umas com as outras e não guardam coerência entre elas. Por fim, a Constituição Federal de 1988 continua carecendo da regulamentação da maioria dos artigos dedicados à comunicação (220, 221 e 223), deixando temas importantes como a restrição aos monopólios e oligopólios e a regionalização da produção sem nenhuma referência legal, mesmo após 23 anos de aprovação. Impera, portanto, um cenário de ausência de regulação, o que só dificulta o exercício de liberdade de expressão do conjunto da população.

A ausência deste marco legal beneficia as poucas empresas que hoje se favorecem da grave concentração no setor. Esses grupos muitas vezes impedem a circulação das ideias e pontos de vista com os quais não concordam e impedem o pleno exercício do direito à comunicação e da liberdade de expressão pelos cidadãos e cidadãs, afetando a democracia brasileira. É preciso deixar claro que todos os principais países democráticos do mundo têm seus marcos regulatórios para a área das comunicações. Em países como Reino Unido, França, Estados Unidos, Portugal e Alemanha, a existência dessas referências não tem configurado censura; ao contrário, tem significado a garantia de maior liberdade de expressão para amplos setores sociais. (COMUNICAÇÃO DEMOCRÁTICA, 2011)

A produção de um movimento de sentidos relacionada à área configura um outro lugar do dizer inserido em uma formação discursiva de mídia progressista, FDMP. No interior dessa formação discursiva, os sentidos remetem a diferentes lugares de memória que apontam às problemáticas relacionadas ao funcionamento dos veículos de comunicação no Brasil. As questões levantadas referem-se à ausência de pluralidade nesses meios, à legislação ultrapassada e fragmentada e à necessidade de regulação de artigos da Constituição Federal. Todos esses itens são apontados como obstáculos à *liberdade de expressão*, tendo em vista beneficiar apenas os empresários do setor que controlam a circulação de informações.

Esses discursos têm se materializado como lugares de repetição de tais sentidos e, devido à circulação constante, são regularizados para os sujeitos que com eles se identificam. A repetição e a regularização, conforme discutidos no capítulo três, são processos relacionados ao funcionamento de uma memória discursiva, ou seja, a memória estrutura uma

materialidade discursiva por meio de repetições responsáveis pela regularização de sentidos. É essa memória discursiva que sustenta a produção de sentidos em uma FDMP.

A circulação em rede desses discursos de protesto tem contribuído para a produção de sentidos no interior da formação discursiva de mídia progressista e no qual sentidos silenciados têm ganhado voz. Esse fato está relacionado não só a contradição instalada sobre o enunciado, mas também contribui para estabelecer modificações no próprio arquivo sobre *liberdade de expressão*.

Em outras palavras, o arquivo existente sobre essa questão sempre foi dominado por uma formação discursiva de imprensa tradicional; no entanto, em nossa contemporaneidade, o meio digital contribuiu para o fortalecimento de uma formação discursiva de mídia progressista a partir dos discursos produzidos e que têm circulado nesse lugar. Diante dessa questão, interessa-nos, neste capítulo, analisar os efeitos produzidos a partir dessa tensão entre discursos no interior do arquivo. Para isso, vamos nos voltar ao conceito de arquivo, tal como discutido por diferentes autores, com o objetivo de abordá-lo em sua complexidade e historicidade.

## **5.1 O arquivo na concepção de Derrida**

O conceito de arquivo é bastante discutido por Derrida ([1995] 2001). Seu trabalho aborda a historicidade e as diferentes relações de força e de sentido relacionadas a esse objeto, em períodos distintos. De acordo com o autor, a palavra arquivo vem de *Arkê* e coordena dois princípios: começo e comando. O primeiro refere-se a um princípio ontológico, da natureza ou da história, onde as coisas começam. Por sua vez, o segundo está relacionado ao físico e político, onde os homens (e os deuses) comandam, lugar de autoridade, onde se produz a ordem social; trata-se de um princípio nomológico.

Podemos dizer que as concepções de arquivo ainda hoje abrigam essa memória e, de certa forma, remetem ao *arkê* enquanto princípio que nos leva a refletir sobre onde as coisas começam e quem as comanda. Com isso, abordar o começo de uma questão ou objeto é entender a maneira como certos sentidos foram instituídos e ganharam espaço no meio social. Essa perspectiva de trabalho está diretamente relacionada ao comando, às relações de poder inscritas em determinado arquivo, em conjunturas sócio-históricas particulares e responsáveis por suscitar determinados efeitos para os sujeitos no meio social.

Esse fato se torna importante para entendermos o funcionamento e mudança de determinado arquivo no âmbito social, seu papel na produção de certos objetos e, principalmente, a maneira de se servir deles. Trata-se de um trabalho reflexivo em direção a esse objeto, que busca compreender seu lugar em uma dada formação social. Por isso, neste capítulo, vamos mostrar o funcionamento do enunciado *liberdade de expressão* no interior do arquivo, a forma como podemos perceber um movimento de sentidos sobre essa questão, tendo em vista uma produção discursiva consistente e ampla circulação em *blogs* progressistas.

De acordo com Derrida ([1995] 2001, p. 11), a noção de *Arkê*, relacionada a arquivo, deu origem ao *arkheion* grego, que significa: uma casa, um domicílio, um endereço, a residência dos magistrados superiores, os arcondes, aqueles que comandavam. Os arcondes eram um grupo de cidadãos que representavam o poder político e possuíam autoridade reconhecida; em suas casas (casa particular, casa de família ou casa funcional) depositavam-se os documentos oficiais. Os arcondes foram os primeiros sujeitos a cuidar da segurança física dos documentos, por isso, eles possuíam poder de interpretá-los e estabelecer certos sentidos aos arquivos. Inseridos em uma localização e tendo guardiões responsáveis, esses documentos diziam a lei.

Os arquivos nasceram nessa domiciliação e sob os cuidados do poder arcôntico, cuja função era ainda de unificar, identificar, classificar, juntamente a um poder de consignação que os autorizava a reunir os elementos sob uma unidade e configuração ideal. Desse meio, era excluído tudo o que consideravam não apropriado e de importância dispensável à manutenção de relações de poder em sociedade. Isso significa que a heterogeneidade, no interior do arquivo, não é reconhecida, tendo em vista que os sentidos devem apontar para uma direção pré-determinada.

As configurações históricas relacionadas a práticas de poder e coerção social são aspectos importantes em nossa análise do funcionamento do arquivo sobre *liberdade de expressão*, tendo em vista o modo como certos sentidos foram instituídos no meio social. Historicamente, no Brasil, falar em *liberdade de expressão* com relação aos veículos de comunicação é considerar as relações de força estabelecidas por um pequeno grupo de empresários que detêm o controle sobre o setor e que são responsáveis por propagar os ideais da elite dominante, que vão ao encontro dos próprios interesses econômicos.

Isso ocorre devido ao fato de a concessão de radiodifusão em nosso país ser realizada pelo Executivo e, de acordo com Lima (2006, p. 97), o setor privado ser seu principal

executor. Um fato que agravou a concentração da mídia nas mãos de poucos grupos empresariais (e familiares) foi a ausência de uma legislação de normas eficazes na área: “O resultado desse vazio regulatório é a formação e a consolidação histórica no Brasil de um sistema de mídia que tem, desde as suas origens, a propriedade cruzada e a concentração como uma de suas principais características” (LIMA, 2006, p. 100). As palavras do autor remetem as condições de produção dos meios de comunicação em nosso país, ou seja, as normas existentes possibilitam concentração na área, com isso as relações de poder entre esses veículos e a classe dominante podem se perpetuar, fato que acarreta na falta de interesse em qualquer modificação no setor.

Por isso, os meios de comunicação, desde os primórdios da imprensa em nosso país, funcionam como empresas de comunicação que possuem enorme investimentos financeiros. Nesse sentido, esses veículos reproduzem e regularizam sentidos, concepções e valores para os sujeitos em sociedade em uma formação discursiva de imprensa tradicional (FDIT), fato que contribui para manter as relações de poder existentes. Apesar da separação entre imprensa e radiodifusão, incluímos os jornalistas que defendem os interesses e posicionamentos dos grandes grupos midiáticos como sujeitos cujo discurso se inscreve em uma FDIT.

Podemos dizer que no interior do arquivo sobre *liberdade de expressão* a FDIT funciona como perspectiva dominante. Com isso, percebemos, no arquivo em questão, posições dominantes que agem por meio de práticas discursivas e defendem a *liberdade de expressão* e a *liberdade de imprensa* de acordo com os interesses das empresas de comunicação tradicionais. Nessa conjuntura, esses grupos que detêm o poder silenciam a contradição existente relacionada a questão da *liberdade de expressão* e da *liberdade de imprensa* e produzem discursos cujos sentidos apontam para uma direção pré-determinada.

Diante do exposto, para analisar o arquivo sobre *liberdade de expressão*, precisamos vê-lo, primeiramente, como um lugar de autoridade, legitimidade, legalidade e poder, relacionado à forma como é feita a consignação dos materiais em seu interior. Além desse processo de seleção de documentos, o arquivo é também responsável por direcionar os sentidos a eles atribuídos em momentos de leitura e escrita, a partir da repetição e reprodução de alguns sentidos. Isso atribui, segundo Derrida ([1995] 2001, p.14), um caráter institucional a esse objeto, pois o relaciona à lei e ao direito que a autoriza. Esse direito inclui ainda uma história passível de ser desconstruída:

Esta desconstrução em curso diz respeito sempre, à instituição de limites *declarados* intransponíveis, seja o direito das Famílias ou do Estado, sejam as relações entre o secreto e o não-secreto, ou, o que é outra coisa, entre o privado e o público, sejam os

direitos de propriedade ou de acesso, de publicação ou de reprodução, sejam a classificação e a ordenação (DERRIDA, 2001, p. 14-15).

Nessa conjuntura, a violência está relacionada ao poder do arquivo, que faz dele um objeto instituidor e conservador, e esse fato se aplica a qualquer tema que seja foco de discussão. É desse modo que consideramos o arquivo como um objeto regido por normas/formas a serem respeitadas e reproduzidas. Para que tais efeitos sejam produzidos, é necessário o estabelecimento de relações com o exterior.

Essa relação com o exterior abriu discussões sobre diferentes formas de arquivamento, de impressão, de inscrição, de reprodução, de formalização, de codificação e de tradução de marcas dos/ nos documentos. Isso significa que o arquivo não é somente um local de estocagem e de conservação de um conteúdo passado, mas também uma estrutura. Essa estrutura técnica arquivante é constitutiva do arquivo e possibilita sua produção e conservação, assim como sua mudança e destruição.

Como Derrida ([1995] 2001, p. 31) expõe, “não se vive mais da mesma maneira aquilo que não se arquivava da mesma maneira”, fato que nos leva a afirmar que a estrutura arquivante está acompanhada de transformações políticas e jurídicas, afetadas pelo direito de propriedade, o direito de publicar e de reproduzir. Nesse sentido, as novas configurações sociais são constitutivas do sentido arquivável.

Podemos dizer que há um paradoxo relacionado à questão do arquivo, pois, ao mesmo tempo em que esse objeto é, historicamente, considerado como um lugar de autoridade, estabilidade e consignação, há uma relação com a exterioridade que abre a possibilidade de mudança, movimento e outras configurações. Essas discussões permitem questionar o fato de o arquivo ser algo pré-definido, com esquemas de leitura e interpretação já estabelecidos.

Diante dessa discussão, o trabalho de Derrida ([1995] 2001) nos ajudou a entender o arquivo como um lugar de poder, comando e legitimidade. Esse objeto encontra-se relacionado às relações de força no meio social, que promovem, por meio de diferentes formas de repetição, a instituição de determinados sentidos como dominantes. Paradoxalmente, a relação com a exterioridade culmina em mudanças na estrutura do arquivo, assim como em novas formas de organização política e social responsáveis pelas mudanças e transformações nesse conceito.

Por todas essas questões, o arquivo não é um lugar para se buscar evidências de sentidos sobre uma determinada questão, mas um lugar de questionamento em relação às diversas configurações da sociedade.

## 5.2 O arquivo na concepção de Foucault

As discussões expostas consideram o arquivo como lugar de poder, controle e legitimidade, o que nos possibilita estabelecer uma relação entre o que foi dito até aqui e o trabalho de Foucault ([1969] 2002). Segundo esse autor, o arquivo é um sistema que regula e comanda o dizer no decorrer da história. Tal afirmação nos possibilita associar a concepção foucaultiana ao trabalho de Derrida ([1995] 2001), que caracteriza o arquivo como um lugar de autoridade que possui uma configuração ideal. Essa configuração ideal está relacionada a uma unidade de sentido que parte de um lugar de comando, lugar de autoridade. No entanto, Foucault ([1969] 2002) não atribui ao arquivo um caráter institucional como Derrida ([1995] 2001) o faz, pois tratar essa noção pelo viés institucional significa considerar sua capacidade de registrar e conservar os discursos em uma sociedade, e a noção de arquivo, na perspectiva foucaultiana, possui um caráter mais complexo.

Falar em arquivo, para Foucault ([1969] 2002, p. 148), é considerar que o discurso não surge apenas segundo leis de pensamentos, ou sob circunstâncias determinadas, e sim que o dizer aparece e toma forma a partir de todo um jogo de relações e segundo regularidades específicas. Nesse sentido, há um sistema de discursividades que regula as possibilidades e impossibilidades enunciativas, e tais discursividades estão associadas às relações de força na sociedade, que não são necessariamente institucionais. Podemos considerar que essas relações são determinadas por mecanismos de poder no meio social.

O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas (FOUCAULT, 2002, p. 149).

Diante disso, percebemos que o conceito de arquivo, no interior do ponto de vista exposto, consiste em um sistema que determina o funcionamento de um enunciado. No entanto, esse funcionamento não é estanque, fechado ou eterno, pois as relações de sentido, no interior desse objeto, podem se manter, sofrer rupturas, transformar-se, esfumecer ou mesmo desaparecer em diferentes condições históricas. Por isso, Foucault ([1969] 2002, p. 150) caracteriza o arquivo como um sistema responsável pela formação e também pela transformação dos enunciados.



As discussões de Foucault ([1969] 2002) podem ser relacionadas ao trabalho de Derrida ([1969] 2001) ao considerar o arquivo como um sistema de controle do que é dito, lugar de poder e comando, com isso, em seu funcionamento, é possível considerar uma exterioridade específica. Podemos dizer que essa exterioridade aparece na obra de Foucault ([1969] 2002) quando ele afirma que o dizer surge, no meio social, segundo um jogo de relações sócio-históricas e regularidades específicas, e não se reduz a um nível institucional.

Em outras palavras, o sujeito ao tomar a palavra e assumir determinada posição no discurso utiliza formas de repetição e reprodução que apontam para uma regularidade específica, inserindo-se em uma série de relações preestabelecidas. No entanto, esse processo é passível de sofrer rupturas e se transformar. Quando ocorre a ruptura, instala-se um novo jogo de relações de força, uma nova formação discursiva, que pode ser observada a partir dessas regularidades específicas.

As questões levantadas sobre arquivo referentes a comando, poder, legitimidade, impossibilita-nos de vê-lo como um dado *a priori*, tendo em vista o fato de tal sistema ser produzido de formas diversas no meio social. Ao considerarmos a produção de documentos no meio social, concordamos, uma vez mais, com o trabalho de Derrida ([1995] 2001), que aborda o arquivo como um lugar de violência em relação aos documentos que dele fazem parte, violência relacionada à própria seleção e exclusão dos materiais.

### **5.3 O arquivo na concepção de Pêcheux, Guilhamou e Malidier**

O que buscamos mostrar no capítulo anterior foi a maneira como os sentidos relacionados ao enunciado *liberdade de expressão* se modificam ao passar de uma formação discursiva de imprensa tradicional para uma formação discursiva de mídia progressista. Esse fato se materializa nas próprias produções discursivas que atribuem sentidos diferentes para o enunciado.

Em uma formação discursiva de mídia progressista, um dos sentidos em circulação refere-se à necessidade de regulação de alguns artigos da Constituição de 1988 para evitar a formação de monopólio e oligopólio sobre o setor e promover uma maior democratização dos veículos de comunicação, o que significa, nessa FD, acesso à *liberdade de expressão*. De acordo com Lima (2006, p. 100), o Capítulo 5 da Constituição<sup>7</sup> estabelece normas que poderiam contribuir para evitar a concentração na área, tendo em vista que:

---

<sup>7</sup> Capítulo V

Ela veta (1) o monopólio ou oligopólio nos meios de comunicação; estabelece (2) a promoção da cultura nacional e regional; (3) o estímulo à produção independente; (4) a regionalização da produção cultural, artística e jornalística; e ainda manda o Executivo observar (5) a complementaridade dos sistemas privados, público e estatal

É nesse sentido que a referência à Constituição tem aparecido em muitos discursos, em blogs progressistas, que abordam a problemática da *liberdade de expressão* no Brasil. Podemos perceber isso no trecho abaixo, de Felipe Prestes, que foi publicado no blog do Miro, em 4 de novembro de 2011<sup>8</sup>:

**SD17** Como Franklin Martins, os demais painelistas ressaltaram que uma série de leis, ou de trechos da Constituição não regulamentados, se cumpridos, já contribuiriam muito para a democratização dos meios de comunicação. O jornalista e sociólogo Venício Lima ressaltou que é preciso regulamentar vários pontos que estão previstos pela Constituição, como a criação de conselhos estaduais de comunicação. De 1988 para cá, apenas a Bahia já criou seu conselho. Mesmo assim, o fez apenas em abril de 2011, e ainda nem conseguiu instaurá-lo de fato. Agora, o Rio Grande do Sul pode ser o segundo estado a cumprir o que determina a Constituição. Venício lembrou que a Carta Magna também impede a criação de oligopólios de comunicação. Mas para que isto se dê na prática é preciso regulamentar, por exemplo, a propriedade cruzada. “Se consolidam grupos proibidos pela Constituição e que contrariam uma norma fundamental para a democracia”, afirmou (...). (PRESTES, 2011)

As questões ressaltadas nesse trecho enfatizam a necessidade de regulamentar a Constituição de 1988 e, conseqüentemente, impedir o estabelecimento de oligopólios na

---

Da Comunicação Social - **Art. 220.** A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º Nenhuma lei conterà dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

§ 3º Compete à lei federal:

I – regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao poder público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada;

II – estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no art. 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente.

§ 4º A propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estará sujeita a restrições legais, nos termos do inciso II do parágrafo anterior, e conterà, sempre que necessário, advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso.

§ 5º Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.

§ 6º A publicação de veículo impresso de comunicação independe de licença de autoridade (BRASIL [CONSTITUIÇÃO (1988)], 2012, p. 126).

<sup>8</sup> O texto em questão refere-se ao seminário *Democratização da Mídia* que ocorreu no dia 3 de novembro de 2011, em Porto Alegre. O evento foi promovido pela Associação de Juízes do Rio Grande do Sul (AJURIS), Associação Brasileira de Empresas e Empreendedores de Comunicação (Altecom) e Coletivo Brasil de Comunicação Social (Intervozes).

comunicação, fato bastante corrente no Brasil. Essas afirmações não são produzidas na formação discursiva de imprensa tradicional, FDIT, mas são repetidas e reproduzidas em muitos discursos no interior da formação discursiva de mídia progressistas, FDMP.

Diante desse fato, concordamos com a perspectiva defendida por Foucault ([1969] 2002, p. 150), referente à existência de regularidades que regem o aparecimento de um arquivo; no entanto essas regularidades não podem ser consideradas lineares e homogêneas, pois, como mostramos anteriormente, há múltiplas possibilidades de questionamentos e movimento de sentidos. Por isso o arquivo caracteriza-se como algo jamais acabado e encontra-se em constante movimento, fato que torna impossível alcançá-lo em sua totalidade.

Isso significa que o funcionamento do arquivo precisa ser visto como opaco. Tal perspectiva é defendida por Guilhaumou e Maldidier ([1994] 2010, p. 162), ao enfatizarem que a identificação do arquivo não pode se restringir a um nome próprio, um lugar, uma data, isto é, a uma chancela institucional. O funcionamento do arquivo tende à complexidade e é dessa maneira que ele precisa ser explorado, como não transparente.

Isso porque o arquivo não é o reflexo passivo de uma realidade institucional, ele é, dentro de sua materialidade e diversidade, ordenado por sua abrangência social. O arquivo não é um simples documento no qual se encontram referências; ele permite uma leitura que traz à tona dispositivos e configurações significantes (GUILHAUMOU-MALDIDIER, 2010, p. 162).

Ao enfatizar que o arquivo não é reflexo de uma instituição, os dizeres de Guilhaumou e Maldidier ([1994] 2010, p. 162) se aproximam daqueles de Foucault ([1969] 2002). Isso porque ambos consideram o objeto em questão como algo ordenado por sua abrangência social e, podemos acrescentar, constituído por relações de força que compõem determinada conjuntura. Por isso o arquivo não pode ser visto como um documento em que se encontram referências totalizantes.

Refletir sobre arquivo é nos confrontar com essas relações de força caracterizadas como de extrema complexidade e que envolvem uma série de conflitos relacionados ao controle e regulação da leitura, ao controle e regulação do sentido. Diante do exposto, a discussão sobre arquivo precisa levar em consideração esses aspectos referentes ao seu funcionamento.

A discussão sobre arquivo como lugar de controle aparece também no trabalho de Pêcheux ([1982] 2010). Apesar de já ser bastante conhecida, é sempre importante lembrarmos a definição de arquivo por ele abordada: “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (PÊCHEUX, 2010, p. 51). A princípio, a definição exposta pelo autor parece se distanciar daquela de Foucault ([1969] 2002, p. 149), referente ao arquivo ser

determinado por um “sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares”. No entanto, Pêcheux ([1982] 2010, p. 51) discute sobre as relações de força e poder inscritas na configuração de qualquer arquivo no meio social; com isso, podemos dizer que o “campo de documentos pertinentes e disponíveis” é pré-determinado a partir dessas relações de poder.

Acreditamos ser possível estabelecer uma relação entre as palavras de Pêcheux ([1982] 2010) e Foucault ([1969] 2002), tendo em vista que as “leis que regem o que pode ser dito”, ou seja, o sistema de discursividades que regula as possibilidades e impossibilidades enunciativas, consistem em relações de força, e essas relações são responsáveis, historicamente, pela seleção dos “documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”. Apesar da possibilidade de realizarmos tal aproximação, há pontos de divergência, tendo em vista que o arquivo é constituído por diferentes FDs e esse conceito se difere na obra dos dois autores. Para Foucault ([1969] 2002), a FD aponta para uma regularidade singular e caracteriza um discurso por sua regularidade; por sua vez, Pêcheux ([1975] 2009a, p. 147) considera a FD como algo regulado por uma posição ideológica que determina “o que pode ou deve ser dito” em seu interior.

De acordo com Pêcheux ([1982] 2010, p. 50), há diferentes relações de poder ligadas à leitura de arquivo que se materializam nas diferentes posições que nele existem e se digladiam. Segundo o autor, em torno de arquivos textuais sempre houve diferentes posições implícitas (de grupos, de escolas, e até de “igrejinhas”) a se debater em torno de temas, posições ou métodos de trabalho. Por isso o arquivo não pode ser considerado como um objeto homogêneo, já que em seu interior circulam opiniões e pontos de vista contraditórios.

Os conflitos internos ligados à leitura de arquivos estão relacionados ao desenvolvimento de um trabalho vinculado aos aparelhos de poder da sociedade, cujo objetivo consiste na configuração de uma memória coletiva, lugar da produção de evidências de sentido, de “consensos” intersubjetivos. O controle da produção de sentidos está associado ao poder de ditar as regras e condutas no seio da sociedade. Para que o trabalho de configuração de uma memória coletiva se concretize, torna-se necessário promover um assujeitamento do sujeito-leitor, de modo a fazer com que ele aceite determinados sentidos como inquestionáveis, assumindo-os como verdadeiros em prol de uma determinada instituição<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> De acordo com Durkheim ([1895] 2007, p. XXX), uma instituição consiste em um conjunto de crenças, normas e modos de conduta que regulam a vida dos sujeitos e a ação social. As instituições se consolidam fora do

Concordamos com Pêcheux ([1982] 2010) no que se refere ao fato de um arquivo, referente a determinada questão, nascer para atender a uma demanda institucional e certa classe social, tendo em vista que é a partir desse lugar que ocorre a produção de efeitos de consensos e evidências. No entanto, o arquivo não pode se restringir a essa demanda institucional, questão já enfatizada por Guilhaumou-Malidier ([1994] 2010) e Foucault ([1969] 2002).

Ao ser produzido, o arquivo adquire proporções maiores e mais complexas devido as diferentes formas de produção e circulação discursiva; pode ocorrer de documentos pertencentes a outros sujeitos sociais, de fora das instituições, passarem a fazer parte e a se digladiar no interior do arquivo sobre certa questão. Há também, como tentamos mostrar no capítulo anterior, a possibilidade de sentidos diferentes daqueles dominantes começarem a fazer parte de um arquivo, atribuindo questionamentos em relação à visão dominante e proporcionando movimento de sentidos em seu interior.

Acreditamos que o arquivo não se restringe ao viés institucional, mas não há como desconsiderar a influência da instituição na configuração de um arquivo e na produção de discursos dominantes. O objetivo desses discursos sempre consistiu em assegurar a ordem, a seriedade, o bom caráter, entre outras virtudes sociais. Práticas realizadas até nossos dias com o objetivo de se perpetuarem determinados sentidos para atender a objetivos específicos.

Por isso os meios de comunicação tradicionais defendem o lugar logicamente estabilizado da *liberdade de expressão e liberdade de imprensa*, empenhando-se na produção de práticas discursivas que afirmem essa existência. Ao produzir esse sentido previamente autorizado, unívoco, esses instrumentos reforçam a ordem por eles instalada para, assim, tentar garantir a perpetuação de sua hegemonia. Esses veículos de comunicação buscam realizar certa regularização de sentidos sobre *liberdade de expressão*, empenhando-se no silenciamento de qualquer ambiguidade ou mesmo contradição relacionada ao enunciado.

---

indivíduo, ou seja, são exteriores, mas suas normas são transmitidas entre gerações e fazem com que os indivíduos assimilem as regras consideradas necessárias para a vida em comum.

Johnson ([1995] 1997, p. 226) expõe que uma instituição refere-se a um conjunto de ideias duradouras relacionadas a diferentes maneiras de atingir metas reconhecidas como importantes em sociedade. Há algumas formas de instituição: familiar, religiosa, econômica, política etc. Segundo o autor, as instituições diferem entre si por possuírem funções sociais diferentes.

Podemos dizer que as diferentes posições ideológicas ocupadas pelo sujeito e que funcionam de modo a produzir e reproduzir, por meio de práticas diversas, um objeto discursivo existem e são sustentadas no interior de determinada instituição social.

Trata-se da produção de um sentido único no meio social. Sobre isso, é importante lembrarmos as palavras de Pêcheux (2010, p. 55): “Não faltam boas almas se dando como missão livrar o discurso de suas ambigüidades, por um tipo de ‘terapêutica da linguagem’ que fixaria enfim o sentido legítimo das palavras, das expressões e dos enunciados”.

No entanto, conforme já enfatizamos, apesar da visão dominante que é comumente veiculada a partir do arquivo produzido por esses veículos, temos de considerar a presença da contradição produzindo efeitos no interior do arquivo. De acordo com Pêcheux ([1982] 2010, p. 54), a existência da contradição garante a pluralidade de sentidos relacionados à leitura de arquivo no meio social e é responsável pela instalação de diferentes pontos de vista em seu interior.

No processo de arquivamento tal como descrito, estão inscritas relações de força, que podem ser observadas no trabalho de fixação dos sentidos. Fixação que pode resultar em uma normalização asséptica dos sentidos e, conseqüentemente, num silenciamento de qualquer contradição existente. Nesse sentido, o arquivo consiste em um sistema de controle sobre os sentidos no meio social. Por isso um trabalho realizado com determinado arquivo precisa levar em consideração a visão dominante, para então analisar os lugares de contestação, assim como os efeitos desses lugares outros de produção de sentidos.

Diante de tal conjuntura, estamos considerando que no arquivo sobre *liberdade de expressão*, os discursos produzidos no interior de uma FDIT são dominantes, sendo que esses discursos encontram sustentação em sentidos recuperados interdiscursivamente. Esses sentidos determinam a FDIT, tendo em vista consistir em algo que fala antes, em outro lugar, sob a dominação do complexo da formação ideológica. No entanto, nesse arquivo, temos a existência de discursos produzidos a partir de diferentes posições como, por exemplo, em uma FDMP. Podemos dizer que há uma disputa por sentidos no interior desse sistema.

#### **5.4 Arquivo e memória**

Diante do quadro exposto, precisamos considerar que, sob os efeitos de evidência e transparência produzidos pelos discursos dos meios de comunicação tradicionais que afirmam a existência de *liberdade de expressão*, ocorre a produção de outros sentidos sobre essa problemática, postos em circulação em *blogs* no ciberespaço, e que são incorporados ao arquivo. Se, por um lado, a formação discursiva de imprensa tradicional (FDIT) tenta produzir formas de controle sobre esses sentidos no meio social, por outro, os *blogs*, inseridos na

formação discursiva de mídia progressista (FDMP), têm instalado a contradição ao dar visibilidade a certas perspectivas silenciadas pelos veículos da chamada imprensa tradicional. Estamos considerando o arquivo sobre *liberdade de expressão* a partir desse movimento incessante entre os discursos dominantes (FDIT) no meio social e aqueles silenciados (FDMP) que estão tentando adquirir voz para serem ouvidos e produzir efeitos.

Essas discussões sobre arquivo nos levam a outra questão também inquietante: a relação entre arquivo e memória. Esse ponto foi inicialmente debatido por Derrida ([1995] 2001), mas, conforme já expusemos, o autor aborda a memória em seu aspecto psíquico. No âmbito da Análise do Discurso, Mittmann (2008) rearticula tal relação e afirma que, no processo de leitura de qualquer arquivo, o que lhe dá sustentação é a memória discursiva (enquanto algo pré-existente e exterior). A memória, nesse processo de sustentação de sentidos, funciona sob a forma do retorno, responsável pela regularização de uma produção discursiva, no interior de um arquivo, em uma dada formação social.

Assim, a memória funciona como um estofamento que dá suporte ao novo discurso, que o sustenta, acomoda e conforta, isto é, conformiza. A interpretação – seja no processo de produção, seja no de leitura – só ocorre por causa da conformidade ou conformização da memória (MITTMANN, 2008, p. 120).

Diante de tais características, a memória não pode ser considerada como algo estanque, fechado, acabado, à espera de um discurso. A memória possui um caráter de mobilidade e, por isso, pode movimentar-se diante de um novo discurso. Aqui é importante lembrarmos que, para Pêcheux ([1983] 2007, p. 52), a memória estrutura uma materialidade discursiva a partir dos processos de repetição e regularização de sentidos. Com isso, esse movimento da memória, a cada novo discurso, resulta em outras práticas de repetição e regularização de sentidos.

Se a memória discursiva é o elemento que sustenta e dá sentido aos enunciados (no interior de uma formação discursiva), podemos dizer que é ela também que atribui sentidos aos enunciados no arquivo. Nesse processo, ela promove a regularização de sentidos também no interior do arquivo. De acordo com Mittmann (2008), a memória é uma via de mão dupla, pois é o elemento responsável pela regularização de sentidos, ao mesmo tempo em que pode promover também sua modificação. Segundo a autora, esse é um dos pontos que possibilita a aproximação desse conceito com o de arquivo. O arquivo também comporta esse aspecto conflituoso, podendo desestabilizar ou perpetuar sentidos a partir da seleção do que pode entrar e da exclusão do que não pode. Outro ponto de comparação é que a memória encontra-se em constante movimento, mas, em sua superfície, o que aparece é um efeito de

estabilidade; de modo parecido, o arquivo também se encontra em constante movimento de deslocamento e desdobramento, mas traz em si um efeito de estabilidade.

O arquivo precisa ser explorado como algo que traz à tona dispositivos e configurações significantes sobre o funcionamento do social. Esse funcionamento está relacionado à maneira como os documentos que farão parte desse arquivo são selecionados e organizados, assim como às estratégias discursivas utilizadas em sua configuração; ambos os processos estão ligados às relações de força sociais. Para a realização desse trabalho, é necessário abordar a relação da língua (enquanto sistema sintático) com a discursividade, isto é, a inscrição dos efeitos linguísticos materiais na história, fato que, segundo Pêcheux ([1982] 2010, p. 58), constitui o nó central de um trabalho de leitura de arquivo. Considerar a relação entre língua e história, na configuração de um arquivo, possibilita vê-lo como um objeto que admite mudanças, rupturas e, conseqüentemente, novas configurações.

Por isso, nosso olhar sobre o arquivo parte de concepções que o consideram como um lugar de autoridade e controle de sentidos. A partir de então, interessa-nos aqui analisar os discursos outros que têm emergido no interior desse arquivo, produzindo diferentes efeitos para o enunciado *liberdade de expressão*.

### **5.5 Sentidos em movimento no arquivo sobre *liberdade de expressão***

Nosso objetivo neste capítulo, conforme já enfatizamos, consiste em analisar o arquivo sobre *liberdade de expressão* com o objetivo de compreender o funcionamento de sua produção discursiva, assim como a forma como ocorre o movimento de contestação, protesto, sobre o enunciado em nossa contemporaneidade e nos *blogs* selecionados. Para isso, é importante analisarmos as diferentes formulações que funcionam como uma rede interdiscursiva na qual o enunciado *liberdade de expressão* se insere, no interior de uma formação discursiva de mídia progressista (FDMP).

As diferentes formulações selecionadas contribuem para a produção de sentidos outros para o enunciado *liberdade de expressão*, pois recuperam diferentes lugares de memória relacionados o poder e controle exercidos pelas empresas de comunicação no Brasil e, com isso criticam o domínio sobre o setor, inserindo a discussão em uma FDMP. Esses sentidos postos em circulação dão visibilidade a diferentes aspectos relacionados a essa questão.

Entre os sentidos que fazem parte do arquivo sobre *liberdade de expressão*, cujas formulações contribuem para a produção do enunciado em questão, temos aqueles relacionados à questão da redemocratização dos meios de comunicação. Essa discussão,



conforme já expusemos, contesta o monopólio e o oligopólio existentes no Brasil referente às concessões de rádio e televisão. Com isso, temos a inserção de sentidos outros atribuídos ao enunciado, que nos deixam perceber uma posição de contradição manifesta.

A partir da crítica social relacionada ao fato de poucos grupos dominarem o setor, temos a produção de sentidos que questionam a *liberdade de expressão* e *liberdade de imprensa* em nosso país, como, por exemplo, aqueles que fazem referência a “golpe”. O termo “golpe”, tal como utilizado em diferentes discursos nesses lugares, promove um encontro entre uma memória e uma atualidade. Por um lado, a memória é responsável por fazer retornar sentidos da ditadura civil-militar no Brasil, pois o governo militar ganhou reforço com a participação dos meios de comunicação tradicionais. Por outro, os discursos fazem referência ao fato de esses veículos de comunicação serem responsáveis por aplicar golpes na população brasileira.

Muitos discursos em circulação nos *blogs* (FDMP) dão visibilidade ao fato de os meios de comunicação fazerem parte de classes economicamente dominantes e falarem a favor dessas classes sociais; devido a isso, eles são responsáveis pela produção, circulação e execução de muitas práticas discursivas que configuram em golpes no meio social. As práticas discursivas produzidas por esses veículos inscrevem-se em uma FDIT que se caracteriza como dominante e promove, a partir de diferentes processos de repetição, a inscrição de sentidos dominantes na memória.

O posicionamento desses veículos – que, para defender interesses dominantes, chegam a produzir todo tipo de denúncia, omitindo, quando lhes convém, informações importantes da população – é caracterizado como golpe e passou a ser representado de diversas formas, como no cartum de Latuff (2010).



Fonte: LATUFF, 2010

Esse cartum circulou em vários sites, em diferentes redes sociais. Nós o retiramos do *blog* da Organização dos Blogueiros do Rio de Janeiro. No texto em questão, encontramos referências ao fato de os veículos de comunicação serem responsáveis por executar golpes que afetam, de diferentes maneiras, o meio social. Essa crítica é feita por meio de uma formulação que possui ampla circulação nos *blogs* progressistas: Partido da Imprensa Golpista, PIG. Tal formulação está diretamente relacionada ao questionamento por eles levantado: a falta de *liberdade de expressão* no Brasil.

O termo Partido da Imprensa Golpista (doravante PIG) foi criado pelo jornalista Paulo Henrique Amorim em 2008 e adotado por praticamente todos os jornalistas que se incluem em um posicionamento progressista (FDMP). Nesse sentido, são situados no PIG os veículos de comunicação tradicionais, identificados com a FDIT, partidários dos grupos dominantes, que, para defender os interesses desses grupos, promovem práticas que atingem toda a sociedade, isto é, golpes.

O cartum de Latuff (2010) utiliza a imagem de um porco em um tanque de guerra. Aqui é importante destacar que PIG significa porco em inglês; a imagem desse animal aparece com grande regularidade em outros cartuns e charges que criticam os veículos tradicionais de radiodifusão e utilizam a formulação PIG. Chama-nos atenção também a cor do tanque, verde, e o cifrão que nele encontra-se inscrito, símbolo universal do dinheiro, que remete à razão pela qual os meios de comunicação lutam contra qualquer ameaça que venha a interferir em seus lucros. A boca de canhão, também chamada peça de artilharia, cujo objetivo

consiste em disparar granadas em tiros densos, é representada na imagem por um jornal, ou seja, a arma utilizada pelos veículos que fazem parte do PIG na luta contra qualquer questão que os ameace.

Já a imagem do Tanque de Guerra nos remete a uma memória do golpe civil-militar de 1964, quando as tropas militares, na madrugada do dia 31 de março, saíram do estado de Minas Gerais em direção ao Rio de Janeiro. O golpe foi deflagrado com apoio dentro e fora do país. De acordo com Moraes (2006, p. 131), no Brasil, houve a aprovação e ajuda de toda uma classe social dominante composta por banqueiros, latifundiários, grandes industriais e comerciantes, todos apoiados pelas principais associações e federações patronais do país. Um dos objetivos da instalação de um regime ditatorial foi atender aos interesses financeiros desses grupos. O tanque foi um dos instrumentos utilizados pelos militares para tomarem o poder, fato responsável por derrubar o presidente João Goulart.

O cartum resgata um determinado lugar de memória que remete ao golpe militar e ao apoio dado pelos veículos de imprensa ao defenderem e veicularem certas concepções que contribuíram para que o governo autoritário assumisse formas e métodos perversos no Brasil. O poder do tanque de guerra, tal como produzido no texto, faz ressoar o poder adquirido por esses veículos durante o período militar e que aumentou consideravelmente com o passar dos anos, devido à formação de oligopólio sobre o setor.

A referência sobre o apoio dos veículos midiáticos ao golpe militar aparece em outros cartuns:

#### SD19



Fonte: BESSINHA, 2011

Esse cartum de Bessinha (2011) retoma um dos discursos veiculado por determinados grupos sociais e pela imprensa para defender o golpe civil-militar. A defesa de interesses dominantes foi camuflada por um discurso que pregava a “ameaça comunista” como um fator nocivo para a sociedade. Por isso, os militares se ergueram em defesa de Deus, da família, da propriedade e da liberdade, e, nessa conjuntura, os meios de comunicação tiveram papel importante na difusão desses ideais. A crítica social é reforçada com a referência feita a Carlos Lacerda, jornalista brasileiro que exerceu enorme influência no cenário político naquele período. Lacerda se caracterizou por ser conservador e ter apoiado em seu jornal, *Tribuna da Imprensa*, o golpe deflagrado.

Podemos dizer que o governo militar colocou-se no poder e passou a figurar como formação ideológica dominante no meio social, e essa posição foi sustentada de diferentes maneiras, em diversos jornais e revistas, a partir de práticas discursivas. Desse modo, tais veículos contribuíram com o golpe e, como resultado, conseguiram “incentivos” do governo, o que propiciou a construção de impérios midiáticos.

O discurso em defesa de tais valores perdura em nossa contemporaneidade. A *Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade*, TFP, fundada no ano de 1960, é ainda existente e possui um número considerável de membros que parece aumentar regularmente. Os valores defendidos por seus membros são difundidos em nossa sociedade, sendo que eles contam também com o apoio de diversos veículos de comunicação. Podemos dizer que há uma memória, relacionada ao período militar, que sustenta o discurso produzido nesse cartum, e essa memória se faz presente em nossos dias e se materializa em diferentes lugares de repetição de sentidos.

Os sentidos que relacionam golpe militar, dinheiro e veículos de radiodifusão aparece também em um outro cartum de Bessinha:

## MOMENTO BÍBLICO - "Princípios..."



Fonte: BESSINHA, 2011

Nesse trabalho, as referências feitas ao golpe e ao lucro recebido pelos veículos de radiodifusão, pela Rede Globo particularmente, ocorre com a retomada intertextual de um texto bíblico. Trata-se do trecho inicial do evangelho de João, que retoma o mito cristão da criação presente no primeiro capítulo do Gênesis:

No princípio era o verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus.  
Ele estava no princípio com Deus.  
Tudo foi feito por ele; e nada do que tem sido feito, foi feito sem ele.  
Nele estava a vida, e a vida era a luz dos homens (João 1:1-4).

O texto Bíblico retrata o “princípio” de tudo, onde a criação ocorreu a partir do verbo, da palavra de Deus. Temos aqui uma relação de equivalência entre Deus e verbo, “o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus”. Esse trecho nos possibilita também dizer que “Deus era o verbo”, pois a partir da força de suas palavras houve a criação. O fragmento do Genesis é retomado e modificado em outras condições de produção sócio-históricas para fazer referência ao “princípio” de criação da Rede Globo de televisão, veículo que teve papel imprescindível na consolidação e fortalecimento do regime militar:

Tabela 1

Texto Bíblico	Cartum de Bessinha
No princípio era o verbo...	No princípio era a verba...
E o Verbo estava com Deus...	A verba estava com o Golpe...

Temos uma ressignificação de sentidos (*verbo* é substituído por *verba*, *Deus* é substituído por *Golpe*) para fazer referência aos interesses financeiros que motivaram o apoio dado pela Rede Globo ao Governo Militar. A estrutura do versículo bíblico é sutilmente modificada fato que contribui para enfatizar as razões que levaram à deflagração do golpe cívico-militar<sup>10</sup>.

Esse cartum recupera um discurso relacionado ao fato de os Estados Unidos terem sido os agentes que propiciaram a realização do golpe e por meio da Agência Central de Inteligência, CIA, assumiram a responsabilidade pelo bem-estar do sistema capitalista mundial. De acordo com Chomsky (1999, p. 35), desde 1945 os EUA se apoderaram do Brasil com o objetivo de realizar testes para métodos modernos de desenvolvimento industrial. O resultado desse projeto foi extremamente positivo, pois os investimentos e lucros estadunidenses floresceram; esse fato foi classificado pela pequena elite de nosso país como “milagre econômico”.

O objetivo do projeto consistiu em manter parte do território nacional como um mercado importante para a superprodução industrial estadunidense e investimentos privados, explorando as grandes reservas de matérias-primas e afastando o comunismo internacional. Enquanto para uma minoria foi uma história de êxito, esse “milagre econômico” foi responsável por fazer com que a maioria da população ocupasse um lugar entre os mais pobres do mundo.

No entanto, nos primeiros anos da década de sessenta, a experiência norte-americana enfrentou um problema novo: a democracia parlamentar. Segundo Chomsky (1999, p. 40), isso fez com que o governo Kennedy preparasse as bases para o golpe civil-militar de 1964, apresentado, pelos norte-americanos, como uma grande vitória para o mundo livre, tendo sido necessário para preservar a democracia. Nessa conjuntura, o golpe de 1964 serviu aos interesses financeiros de diferentes grupos que mantiveram seus privilégios diante do poder militar que se implantou.

---

<sup>10</sup> Temos nas orações diferentes elementos, que funcionam como argumentos, ocupando posições conhecidas na teoria da Gramática funcional como tema e rema: “e o golpe estava com os americanos, e os americanos estavam com a Globo e a Globo estava...”. Podemos perceber que ocorre uma intercalação entre os elementos na posição de tema e rema, ou seja, o termo que serve de rema em um período ocupa a posição de tema na oração posterior. A cada novo tema inserido ocorre o acréscimo de um argumento, uma nova informação, e esse acréscimo produz efeito de gradação. Em outras palavras, o que estava no princípio do processo que desencadeou o golpe foi “a verba”, que estava como “o golpe”, que estava com “os americanos”, que estavam com “a Globo” etc.

A memória sobre o golpe civil-militar é constitutiva do sentido nos cartuns selecionados, assim como toda historicidade relacionada a esse período, que, entre outros fatores, serviu para atender aos interesses de determinadas elites dominantes. Trata-se de um lugar de repetição de sentidos já sabidos que estruturam uma memória discursiva referente ao apoio dos meios de radiodifusão tradicionais à ditadura. Esses veículos apoiaram o governo militar e contribuíram na aplicação de um golpe na população.

Temos, nos sentidos produzidos nesses cartuns, efeitos que apontam para o fato de os meios de comunicação terem compactuado com a ditadura civil-militar e com determinados grupos hegemônicos que lhes proporcionaram benefícios lucrativos. Tais sentidos são retomados em referência ao fato de os meios de comunicação continuarem apoiando grupos de elite, tendo em vista os mesmos interesses financeiros. Essa conjuntura é constantemente retomada em uma FDMP, ou seja, as produções discursivas afirmam que os veículos midiáticos classificados como PIG continuam a dar golpes na população; para isso, eles utilizam como armas jornais, rádios, revistas e canais de televisão.

A produção desses sentidos reforça a crítica presente nos discursos identificados com a FDMP relacionada ao estado atual da *liberdade de expressão* no Brasil. Esse fato promove uma resignificação do enunciado a partir da materialização de discursos de protesto que afirmam a existência de um vínculo entre esses meios de comunicação e os interesses capitalistas. Com isso, ocorre um movimento no arquivo sobre *liberdade de expressão*, pois sentidos outros, contraditórios, passam a circular em seu interior. A materialização desses sentidos atribui maior visibilidade a esse enunciado como unidade dividida ao possibilitar a visualização de sua inscrição em diferentes formações discursivas, FDIT e FDMP, ambas constitutivas do arquivo em questão.

## **5.6 Relações com o mercado**

A relação entre veículos de comunicação, interesses financeiros dominantes e neoliberalismo é constantemente denunciada e retomada no discurso dos *blogs* progressistas, FDMP. Os efeitos que ecoam são constitutivos da produção de um novo território e atribuem novas configurações significantes no arquivo sobre *liberdade de expressão*. Podemos visualizar tais efeitos de sentido na seguinte materialidade significante:

## SD21



Fonte: BESSINHA, 2011

Nesse texto, é retratada a relação obscena entre os meios de comunicação, o PIG, e o mercado. É estabelecida uma associação direta entre as corporações e a mídia, fato responsável por fazer com que os diferentes veículos se posicionem de modo favorável ao mercado mundial e assumam a função de porta-voz dos valores preconizados por esse grupo.

A defesa realizada no interior de uma FDIT aos valores de mercado é discutida por Moraes (2004, p. 16), que ressalta que o poder da mídia é responsável por um duplo papel na defesa do capitalismo: o primeiro consiste em ser um agente da globalização de informações, mais especificamente, difundir as informações que lhes interessa; o segundo papel está relacionado ao fato de transformar o ideário global em discurso hegemônico.

O vínculo entre mídia e mercado torna-se ainda mais obsceno devido ao oligopólio sobre o setor, ou seja, os veículos de comunicação no mundo encontram-se nas mãos de duas dezenas de conglomerados cujo objetivo consiste em estar em toda parte e a todo momento para exercer hegemonia:

Eles (conglomerados midiáticos) veiculam dois terços das informações e dos conteúdos culturais disponíveis no planeta. São proprietários de estúdios, produtoras, distribuidoras e exibidoras de filmes, gravadoras de discos, editoras, parques de diversões, TVs abertas e pagas, emissoras de rádio, revistas, jornais, serviços on line, portais e provedores de Internet, vídeos, videogames, jogos, softwares, CD-ROMs, DVDs, equipes esportivas, megastores, agências de publicidade e marketing, telefonia celular, telecomunicações, transmissão de dados, agências de notícias e casas de espetáculos (MORAES, 2004, p. 25).

Nessa conjuntura, em que a cultura é um negócio e os produtos são feitos para o mercado, o objetivo é transformar tudo em mercadorias: estrelas de cinema, sentimentos,



experiências políticas etc. Por isso os veículos de comunicação exaltam o papel do mercado para a organização social, juntamente aos pressupostos do neoliberalismo.

A memória discursiva que sustenta esse último texto encontra apoio no discurso neoliberal, que prega o papel do mercado como fator indispensável à economia mundial. No interior da FDIT, a mídia contribuiu para a produção de sentidos que, por meio de repetições, regularizaram pontos de vista dominantes, que pregaram a superioridade do mercado. Entre esses sentidos, Borges (2009, p.29) destaca: “a desregulamentação financeira, as privatizações, a redução do papel do Estado nas áreas sociais e como indutor da economia, a ‘reengenharia’ das empresas, com seus programas de demissões e precarização do trabalho, etc.”.

Essa referência ao papel da mídia para difundir sentidos positivos sobre o neoliberalismo e sobre as privatizações aparece também no trabalho de Santiago:

## SD22



Fonte: SANTIAGO, 2011

A memória discursiva sobre o neoliberalismo sustenta também esse cartum, que faz uma crítica às práticas de privatizações que ocorreram no Brasil em meados da década de 1990. O ponto de vista negativo aparece no texto de Santiago sob o título de “privatizações”, ou seja, o grande número de privatizações realizadas no país não resultaram em vendas

lucrativas ou benéficas, o que ocorreu foram “doações” de grandes estatais. Essa questão foi discutida por Amaury Ribeiro Jr. no livro *A Privatária Tucana* (2012), que relata, de forma documentada, como ocorreu o que o autor classifica como o “maior assalto ao patrimônio público brasileiro”.

A referência ao livro de Amaury Ribeiro Jr. é feita no texto para reforçar a crítica referente às privatizações. O livro em questão é o material de leitura do personagem mais velho, que, em sua fala, expõe o apoio dos veículos midiáticos às práticas defendidas pela doutrina neoliberal. Esse discurso faz ressoar uma memória discursiva relacionada ao vínculo entre mídia e política, mais especificamente, ao apoio atribuído a determinadas formas de governo adotadas. Nesse meio, os veículos de comunicação, conforme já discutimos nesta pesquisa, funcionam por meio de uma língua da propaganda política, ou seja, a *língua de vento*, forma linguística utilizada para defender interesses dominantes.

A fala do personagem mais jovem materializa uma crítica direcionada à relação entre veículos midiáticos e doutrinas políticas: “Então o que teve foi privatização de cérebros!!!”. Os dizeres do jovem podem ser enquadrados em algo discutido por Moraes (2004, p. 17), referente ao fato de a hegemonia midiática ser responsável por reduzir a circulação de ideias alternativas e contestadoras. No caso em questão, o apoio dado às privatizações e a ampla produção de discursos responsáveis por fazer circular os valores defendidos por essa política foram práticas responsáveis pela *privatização de cérebros*, ou seja, a venda não só do patrimônio público para empresas privadas, mas dos próprios sujeitos ao fazê-los apoiar tais ações. A crítica produzida no interior de uma FDMP atribui aos veículos da imprensa tradicional a responsabilidade por difundir os valores neoliberais como algo positivo, produzindo consensos sobre essa questão.

O discurso da mídia em defesa do neoliberalismo aparece também neste cartum de Bessinha:

## SD23



Fonte: BESSINHA, 2011

O autor estabelece uma relação direta entre as privatizações realizadas pelo partido PSDB e o maior veículo de radiodifusão e de imprensa do Brasil, a Rede Globo. A prática de privatizar grandes empresas brasileiras teve início em 1995, quando o presidente Fernando Henrique Cardoso deflagrou o programa nacional de desestatização. Nesse programa, foram vendidas empresas como a Excelsa, companhia de eletricidade do Espírito Santo, a Light do Rio, empresa que pertencia à Petrobrás, a Companhia Vale do Rio Doce, maior exportadora e produtora de ferro do Brasil e uma das maiores do mundo, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), maior Siderúrgica da América Latina, o banco Banestado, entre muitas outras estatais.

De acordo com Ribeiro Jr. (2012, p. 38), foi feita uma grande campanha nacional para a população aceitar as privatizações, e os discursos que circularam repetidas vezes produziram uma regularização de sentidos que apontavam para o fato de que tal prática traria muitos benefícios ao país. Entre eles, o Estado reduziria suas dívidas internas e externas e receberia um valor considerável para ser investido em saúde, educação e outros setores. No entanto, o programa de estatização do governo mostrou-se bem diferente:

O torra-torra das estatais não capitalizou o Estado, ao contrário, as dívidas interna e externa aumentaram, porque o governo engoliu o débito das estatais leiloadas – para torná-las mais palatáveis aos compradores – e ainda as multinacionais não trouxeram capital próprio para o Brasil. Em vez disso, contraíram empréstimos no exterior e, assim, fizeram crescer a dívida externa. Para agravar o quadro, os cofres nacionais financiaram a aquisição das estatais e aceitaram moedas podres, títulos públicos adquiridos por metade do valor de face, na negociação (RIBEIRO JR., 2012, p. 38).

A crítica social produzida por Bessinha se dá a partir da inserção do discurso “Tão limpa, transparente e decente quanto um dos paus dos galinheiros privatizados pelos tucanos” e do logotipo da Rede Globo coberto por sujeira. A ironia é produzida tendo em vista a

relação desse discurso e uma memória das irregularidades e sujeiras que permearam as privatizações do PSDB. O texto relaciona os mesmos sentidos negativos à emissora em questão, que apoiou o programa do governo de Fernando Henrique Cardoso.

Diante dos textos expostos, percebemos muitos discursos que questionam o papel exercido e o poder que possuem os meios de comunicação no Brasil. Esses discursos desestabilizam as fronteiras existentes relacionadas ao setor de informações ao ressignificar as práticas discursivas instituídas por tais veículos. Os sentidos são produzidos de modo a relacionarem os veículos midiáticos ao poder da elite dirigente, que, para atender a essa classe, apoiam determinadas práticas prejudiciais à sociedade de modo geral, sempre com o objetivo de conseguir maiores lucros.

Ao criticar tal relação, esses discursos denunciam as campanhas dos grupos tradicionais em nossa sociedade, grupos que possuem o monopólio sobre as concessões públicas. Diante dessas produções, o arquivo sobre *liberdade de expressão* vai se movimentando juntamente com a circulação e visibilidade de sentidos de protesto que estabelecem um lugar de resistência e se insere em uma formação discursiva de mídia progressista.

### **5.7. Uma “imparcialidade” parcial**

O apoio ao neoliberalismo está relacionado ao fato de os meios de comunicação tradicionais, ao se constituírem como empresas capitalistas, terem se aliado aos grupos dominantes e contribuído para propagar os valores hegemônicos de modo que sejam considerados ideários globais, como bem mostrou Moraes (2004, p. 16). Nessa conjuntura, esses veículos sempre se posicionaram de modo contrário a qualquer tipo de movimento social, tais como Movimento dos Sem-Terra (MST) ou mesmo movimentos grevistas. A discussão relacionada ao fato de a mídia apoiar o neoliberalismo e os grupos hegemônicos, ao mesmo tempo em que critica e ataca os movimentos populares aparece neste cartum de Santiago (2012):

## CERTO DIA NA REDAÇÃO DE UM GRANDE JORNAL “IMPARCIAL”



Fonte: SANTIAGO, 2011

Esse texto produz efeitos de sentido que ironizam a “imparcialidade” dos veículos tradicionais de comunicação ao apoiarem alguns grupos e as práticas por eles desenvolvidas em detrimento de outros. Santiago utiliza uma estrutura que marca uma relação temporal e estabelece a simultaneidade entre as ações praticadas pelo jornalista em questão: “Toda vez que eu digito a palavra ‘movimento dos sem terra’ ele automaticamente acrescenta os adjetivos ‘bandidos’, ‘baderneiros’, ‘terroristas’!!!” “E quando a gente digita ‘agronegócio’ ou ‘transgênico’ ou ‘plantação de eucalipto’ ele acrescenta ‘maravilha’, ‘beleza’, ‘progresso’!!!”.

Essa relação temporal de simultaneidade expressa não só ações que ocorrem concomitantemente, mas também o fato de tais ações serem realizadas sem a menor reflexão. Isso significa, no interior de uma FDMP, que os veículos de comunicação que fazem parte da chamada imprensa burguesa sempre agem a favor de certos grupos, aqueles que detêm o poder, e contra qualquer movimento social, sendo que esse modo de ação já se encontra pré-estabelecido.

Esse efeito se materializa ainda na tela do segundo computador em que aparece os saberes que compõem o “manual de redução” do jornal. Temos uma rede interdiscursiva de

formulações que estrutura a crítica social relacionada ao papel desempenhado pelos grandes grupos midiáticos que, na FDMP, são significados como empresas e, assim, defendem os valores capitalistas dominantes contra qualquer ameaça exterior como, por exemplo, grupos ou sujeitos que adotaram o comunismo e o socialismo: MST, Evo Morales, Venezuela etc. Os efeitos de sentido produzidos no cartum em questão apontam para a parcialidade da imprensa, e esses sentidos encontram apoio, sustentação, na própria história dos veículos de comunicação tradicionais e asseguram a permanência estrutural desse lugar de repetição.

O apoio dos meios de comunicação tradicionais aos interesses hegemônicos faz com que esses grupos facilitem e influenciem na realização de certas práticas sociais e políticas e na atuação do Estado, com o qual mantêm diálogo permanente, tendo em vista os interesses corporativos ou das classes que representam. Essa questão aparece em outro trabalho de Santiago.

## SD25



Fonte: SANTIAGO, 2011

Esse cartum faz ressoar, por meio do trabalho da memória discursiva, sentidos relacionados ao posicionamento elitizado defendido pelos meios de comunicação. É essa memória discursiva que sustenta a crítica social produzida ao expor a forma como os veículos midiáticos tradicionais praticam *liberdade de imprensa* e *liberdade de expressão*, ou seja, trata-se de uma liberdade que possui uma direção preestabelecida a favor de grupos

hegemônicos com o objetivo de defender e assegurar os próprios interesses. Para conseguir espaço e continuar a fazer circular sentidos dominantes, esses veículos silenciam qualquer lugar de diversidade.

Nessa conjuntura, a fala do dono do jornal, tal como colocada, ao ser informado pelo editor da falta de espaço para expor um artigo sobre *liberdade de imprensa*, enfatiza o posicionamento defendido pelos meios de comunicação tradicionais: “Então censura a matéria sobre os Sem-Terra, a outra sobre movimentos populares, mais aquela que desagrade aos anunciantes, que aí, dá!”.

A conjunção “então” articula os argumentos levantados no cartum, ou seja, quando o jornal está sem “espaço”, ou não quer publicar o que não é de interesse, ele censura qualquer notícia sobre movimentos populares ou questões que tragam diversidade de sentido e desagrade determinada camada dominante. O efeito conclusivo é produzido não só no discurso em questão, ele é sustentado na relação com a exterioridade, no fato de recuperar uma prática existente no seio de nossa sociedade onde a imprensa tradicional censura pontos de vista contestadores.

O discurso sobre a censura aparece com frequência significativa nas produções discursivas dos *blogs* progressistas, FDMP. Os discursos em circulação nos *blogs* afirmam constantemente que os veículos de comunicação tradicionais, identificados com a FDIT, utilizam a imprensa para defender os interesses de grupos dominantes e, diante desse posicionamento, eles censuram os sujeitos e grupos que se encontram em posição oposta. Esses grupos, quando aparecem nos meios de comunicação, são normalmente criticados e acusados por suas ações, tendo em vista representarem oposição aos pressupostos defendidos. Os sentidos em questão encontram apoio nas seguintes palavras:

O avanço do neoliberalismo no terreno político-cultural repousa, em larga medida, na capacidade demonstrada pelas indústrias de informação e entretenimento de operar como máquinas produtivas que estruturam, simbolicamente, o discurso da vida e da produção. A mídia ocupa posição destacada no âmbito das relações sociais, visto que é no domínio da comunicação que se fixam os contornos ideológicos da ordem hegemônica e se procura reduzir ao mínimo indispensável o espaço de circulação de ideias alternativas e contestadoras. A meta precípua é neutralizar o pensamento crítico e as expressões de dissenso (MORAES, 2004, p. 16-17).

Temos uma memória discursiva sobre o funcionamento dos veículos de comunicação no Brasil e as relações de poder existentes no setor. Essa memória sustenta os sentidos de crítica social em uma formação discursiva de mídia progressista, cuja produção discursiva denuncia o fato de a concentração da mídia estar nas mãos de poucos grupos, a relação

empresarial que domina o setor de forma cada vez mais intensa e as interferências da elite econômica que aumentam progressivamente nesse meio. O resultado consiste em um silenciamento da enorme diversidade social existente em nosso país.

Podemos dizer que os textos expostos atualizam os sentidos para *liberdade de expressão* na contemporaneidade, no interior de uma formação discursiva de mídia progressista, FDMP. Os discursos nessa FDMP denunciam a existência de monopólio e oligopólio sobre o setor de comunicações, a relação entre os veículos midiáticos e a classe social dominante, retomando diferentes lugares de memória que recuperam sentidos negativos relacionados a essas questões. Desse modo, há uma série de acusações sobre o papel dos meios de comunicação no Brasil e o modo como esses veículos controlam a produção discursiva de informações, fato que impossibilita a existência de *liberdade de expressão*.

Esse tipo de produção discursiva nos permitiu compreender outros sentidos possíveis para o enunciado *liberdade de expressão*, sentidos que se encontram silenciados no discurso da imprensa tradicional. Diante do exposto, consideramos os *blogs* como lugares de resistência que funcionam como "pontos de resistência e de revolta que se incubam sob a dominação ideológica" (Pêcheux, 1990, p. 17). Com isso, os blogs produzem um efeito de crítica social e denúncia em relação ao setor de comunicação e, devido à ampla circulação de materialidades diversas, ressignificam a discussão em torno da área e contribuem para a configuração de um novo território.

Acreditamos que as críticas produzidas movimentam o próprio arquivo sobre *liberdade de expressão*. Apesar de o arquivo ser um lugar de controle e autoridade, onde os sentidos são selecionados e determinados para manter as relações de poder existentes no meio social, há espaço para novas configurações significantes.

## **5.8 Uma outra posição sujeito sobre os meios de comunicação**

O posicionamento antagônico em relação à questão da *liberdade de expressão* tal como existente e praticada no Brasil pelos meios de comunicação hegemônicos tem aparecido não apenas em textos de crítica às práticas realizadas, mas também na elaboração de documentos que abordam os principais pontos que devem ser contemplados em um marco regulatório dos meios de comunicação. Isso significa que existe no arquivo sobre *liberdade de expressão* a produção de diferentes materialidades significantes sobre essa questão, discursos de resistência, e ainda a elaboração de documentos.



A obra de Foucault ([1969] 2002) expõe a forma como os documentos foram vistos e considerados, assim como perspectivas divergentes de trabalho com esses materiais em diferentes épocas. De acordo com o autor, a história tradicional ‘memorizava’ os monumentos do passado para transformá-los em documentos e, a partir do conjunto desses materiais, era possível reconstruir, de modo passivo, o que os homens fizeram e disseram.

Diante de tal situação, a perspectiva da Nova História possui um outro direcionamento. Foucault ([1969] 2002, p. 8) expõe que o documento precisa ser visto como um objeto da história que se encontra associado às relações de poder existentes. Nas palavras do autor: “a história é, para uma sociedade, uma certa maneira de dar status e elaboração à uma massa documental de que ela não se separa”. Por isso, “em nossos dias, a história é o que transforma os documentos em monumentos”.

Foucault ([1969] 2002, p. 8) afirma que trabalhar com documentos é analisar uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos etc. Isso significa que o documento que vamos analisar precisa ser visto como pertencente à produção discursiva progressista em circulação, ou seja, um objeto agrupado, pertinente e organizado no interior da FDMP.

Podemos dizer que as condições de produção históricas de nossa atual conjuntura possibilitaram a elaboração de documentos sobre *liberdade de expressão* em uma FDMP. Esses documentos passaram a fazer parte do arquivo sobre essa questão e mostram que os dizeres surgem segundo leis e regularidades específicas no âmbito social.

O documento que vamos analisar é a *Plataforma para um Novo Marco Regulatório das Comunicações no Brasil*. A elaboração do texto é resultado de décadas de debate sobre a problemática da comunicação no Brasil e sobretudo da I Conferência Nacional de Comunicação (CONFECOM), realizada em 2009. A CONFECOM foi convocada pelo Governo Federal, coordenado pelo Ministério das Comunicações e teve participação de representantes do Poder Público, da Sociedade Civil e da Sociedade Civil Empresarial e representou a primeira agenda institucionalizada para debater a democratização da comunicação no país. Para sistematizar todos os debates, foi realizado nos dias 20 e 21 de maio de 2011, no Rio de Janeiro, um Seminário Marco Regulatório - Propostas para uma Comunicação Democrática, realizado pelo Fórum Nacional pela Comunicação Democrática (FNDC), com a participação de outras entidades nacionais e regionais.

Uma questão interessante sobre o documento é que a primeira versão foi disponibilizada para consulta pública aberta e recebeu mais de 200 contribuições. As

sugestões, segundo os responsáveis, foram analisadas e parcialmente incorporadas à versão consolidada do texto. A Plataforma possui 20 propostas consideradas prioritárias na definição de um marco legal para as comunicações em nosso país e expõe quais pontos precisam ser revistos na área. Ao mesmo tempo em que apresenta tais prioridades, o texto busca popularizar o debate sobre os problemas da área, normalmente restrito a especialistas e profissionais do setor. O material encontra-se em circulação em vários sites e blogs no ciberespaço.

Embora ainda não possua qualquer valor legal, o documento consiste em um olhar jurídico sobre os meios de comunicação, tendo em vista apontar caminhos para democratizá-los. Com isso, a proposta expõe formas de regular os capítulos referentes à comunicação social presentes na Constituição Federal de 1988. O objetivo principal consiste em:

**SD26** O novo marco regulatório deve garantir o direito à comunicação e a liberdade de expressão de todos os cidadãos e cidadãs, de forma que as diferentes ideias, opiniões e pontos de vista, e os diferentes grupos sociais, culturais, étnico-raciais e políticos possam se manifestar em igualdade de condições no espaço público midiático. Nesse sentido, ele deve reconhecer e afirmar o caráter público de toda a comunicação social e basear todos os processos regulatórios no interesse público (COMUNICAÇÃO DEMOCRÁTICA, 2011).

De acordo com a proposta, regular é uma forma de garantir o direito à comunicação e à *liberdade de expressão* para todos os cidadãos. Trata-se de um documento que se insere em uma formação discursiva de mídia progressista, FMDP, e contribui para a produção de sentidos do enunciado *liberdade de expressão*, significando-o como algo que deve ser garantido a qualquer sujeito em nosso país. De acordo com a rede de formulações estabelecida, *liberdade de expressão* está associada ao acesso aos veículos midiáticos. Os sentidos aqui produzidos mexem com as fronteiras erguidas no arquivo em questão, cujo objetivo é assegurar a ordem hegemônica implantada.

Podemos dizer que o já-dito sobre monopólio e oligopólio existentes no setor de comunicação precisa soar para sustentar a posição defendida no documento. A memória discursiva, no texto em questão, faz ressoar sentidos relacionados ao poder, controle e manipulação existentes nos meios de comunicação e, com isso possibilita a produção de crítica social e denúncia relacionadas às práticas realizadas por esses grupos. A partir de uma outra posição sujeito, há a produção de saberes no âmbito da FDMP que defendem a regulação e a democratização dos veículos de comunicação. Diante de tais considerações, para entender o funcionamento das diretrizes propostas na *Plataforma para um Novo Marco*

*Regulatório das Comunicações no Brasil*, vamos estudá-las no âmbito da FDMP para analisar os sentidos e os saberes nelas materializadas.

## **SD27**

### **Diretrizes fundamentais – 20 pontos para democratizar as comunicações no Brasil**

#### **1. Arquitetura institucional democrática**

A organização do sistema nacional de comunicações deve contar com: um Conselho Nacional de Comunicação, com composição representativa dos poderes públicos e dos diferentes setores da sociedade civil (que devem ser majoritários em sua composição e apontados por seus pares), com papel de estabelecer diretrizes normativas para as políticas públicas e regulação do setor; órgão(s) regulador(es) que contemple(m) as áreas de conteúdo e de distribuição e infraestrutura, subordinados ao Conselho Nacional de Comunicação, com poder de estabelecimento de normas infralegais, regulação, fiscalização e sanção; e o Ministério das Comunicações como instituição responsável pela formulação e implementação das políticas públicas. Estados e municípios poderão constituir Conselhos locais, que terão caráter auxiliar em relação ao Conselho Nacional de Comunicação, com atribuições de discutir, acompanhar e opinar sobre temas específicos, devendo seguir regras únicas em relação à composição e forma de escolha de seus membros. (...) Deve também ser garantida a realização periódica da Conferência Nacional de Comunicação, precedida de etapas estaduais e locais, com o objetivo de definir diretrizes para o sistema de comunicação. (...)

Essa diretriz remete aos problemas existentes na atual estrutura comunicacional em nosso país que, no interior de uma FDMP, estão associados à falta de organização democrática, devido a ausência de conselhos nacionais e locais que fiscalizem e regulem o setor para evitar qualquer tipo de abuso. Temos uma rede de formulações que estabelece uma relação entre Regulação dos meios de comunicação e Democratização em todo o setor, ou seja, nessa FD, regular é democratizar e consiste em uma condição para haver maior acesso aos veículos midiáticos e, conseqüentemente, maior pluralidade cultural, de informações, de pontos de vista, de sujeitos etc.

Questões relacionadas à organização, à regulação e à democratização dos meios de comunicação remetem a saberes existentes em uma FDMP, saberes que se inscrevem em redes de formulações e contribuem para atribuir significações para o enunciado *liberdade de expressão* na contemporaneidade. Temos um regime de repetibilidade de sentidos que promovem a sustentação e regularização de tais saberes no âmbito da FDMP e para os sujeitos que com ela se identifiquem.

## **SD 28**

### **2. Participação social**

A participação social deve ser garantida em todas as instâncias e processos de formulação, implementação e avaliação de políticas de comunicação, sendo assegurada a representação ampla em instâncias de consulta dos órgãos reguladores ou com papéis afins e a realização de audiências e consultas públicas para a tomada de decisões. Devem ser estabelecidos outros canais efetivos e acessíveis (em termos de tempo, custo e condições de acesso), com ampla utilização de mecanismos interativos via internet. Em consonância com o artigo 220 da Constituição Federal, a sociedade deve ter meios legais para se defender de programação que contrarie os princípios constitucionais, seja por meio de defensorias públicas ou de ouvidorias, procuradorias ou promotorias especiais criadas para este fim. (...) (COMUNICAÇÃO DEMOCRÁTICA, 2011)

A ênfase em uma maior participação social na área de comunicação é constantemente retomada. Trata-se de um sentido que precisa ser dito e repetido, pois consiste também em um dos saberes existentes no interior de uma FDMP que faz ressoar a falta de acesso democrático aos veículos existentes e ao conteúdo disponibilizado por diferentes sujeitos. Essa questão é central na disputa travada.

O documento também insere a participação da sociedade nas políticas de comunicação. Esse ponto remete ao fato de os veículos de comunicação serem concessões públicas, por isso a importância do envolvimento de sujeitos sociais na área. Temos aqui um posicionamento antagônico em relação à participação empresarial que sempre dominou e ainda domina o setor exercendo controle em todos os aspectos, principalmente, sobre a produção e circulação discursiva.

## **SD 29**

### **3. Separação de infraestrutura e conteúdo**

A operação da infraestrutura necessária ao transporte do sinal, qualquer que seja o meio, plataforma ou tecnologia, deve ser independente das atividades de programação do conteúdo audiovisual eletrônico, com licenças diferenciadas e serviços tratados de forma separada. Isso contribui para um tratamento isonômico e não discriminatório dos diferentes conteúdos, fomenta a diversificação da oferta, e assim amplia as opções do usuário. (...)

### **4. Garantia de redes abertas e neutras**

A infraestrutura de redes deve estar sujeita a regras de desagregação e interconexão, com imposição de obrigações proporcionais à capacidade técnica e financeira de cada agente econômico. Os operadores de redes, inclusive os que deem suporte à comunicação social audiovisual eletrônica, devem tratar os dados de forma neutra e isonômica em relação aos distintos serviços, aos programadores e a outros usuários, sem nenhum tipo de modificação ou interferência

discriminatória no conteúdo ou na velocidade de transmissão, garantindo a neutralidade de rede. O uso da infraestrutura deve ser racionalizado por meio de um operador nacional do sistema digital, que funcionará como um ente de gerenciamento e arbitragem das demandas e obrigações dos diferentes prestadores de serviço, e deverá garantir o caráter público das redes operadas pelos agentes privados e públicos, sejam elas fixas ou sem fio. (...) (COMUNICAÇÃO DEMOCRÁTICA, 2011)

Os discursos em circulação nos *blogs* progressistas denunciam o controle sobre os meios de comunicação e a produção discursiva, mas praticamente não abordam a infraestrutura digital. No entanto, essa questão aparece como necessária para haver uma reformulação no setor, é contemplada no documento e passa a fazer parte de saberes existentes na FDMP ao associar a dificuldade de circulação de opiniões heterogêneas nos veículos midiáticos às relações de poder existentes e ao vínculo entre infraestrutura e conteúdo.

O funcionamento discursivo dessas diretrizes produz uma rede de formulações que aponta para a necessidade de regras que estabeleçam limites e certa racionalização da infraestrutura para haver maior acessibilidade e diversidade de conteúdo. Essa rede de formulações aqui produzidas faz ressoar a ausência desses fatores na área e produzem diferentes sentidos para essa questão ao mostrar que a democratização da comunicação está relacionada aos diversos serviços que compõem o setor. Isso significa que o domínio da FD não é fechado, fato que possibilita sempre a incorporação de novas formulações. Em relação a essa questão podemos nos voltar as palavras de Indursky (2011a, p. 76):

Os sentidos, à força de se repetirem, podem acabar por se modificar, de modo que as redes discursivas de formulação, formadas a partir de um regime de repetibilidade, vão recebendo novas formulações que, ao mesmo tempo em que vão se reunindo às já existentes, vão atualizando as redes de memória.

Na conjuntura de uma FDMP, regular as comunicações no Brasil vai além de apenas rever o sistema de concessões públicas: envolve modificações em toda a atual estrutura.

## **SD 30**

### **5. Universalização dos serviços essenciais**

Os serviços de comunicação considerados essenciais, relacionados à concretização dos direitos dos cidadãos, devem ser tratados como serviços públicos, sendo prestados em regime público. No atual cenário, devem ser entendidos como essenciais a radiodifusão, os serviços de voz e especialmente a infraestrutura de rede em alta velocidade (banda larga). Enquadrados dessa forma, eles estarão sujeitos à obrigação de universalização, chegando a todos os cidadãos independentemente de localização geográfica ou condição

socioeconômica e deverão atender a obrigações tanto de infraestrutura quanto de conteúdo, tais como: prestação sem interrupção (continuidade), tarifas acessíveis (no caso dos serviços pagos), neutralidade de rede, pluralidade e diversidade de conteúdo, e retorno à União, após o fim do contrato de concessão, dos bens essenciais à prestação do serviço. (...) (COMUNICAÇÃO DEMOCRÁTICA, 2011)

A rede de formulações produzida nessa diretriz caracteriza a radiodifusão, os serviços de voz e a banda larga como públicos e direitos essenciais do cidadão em nosso país. Essa questão remete a um outro domínio de saber existente na FDMP, ou seja, o fato de os meios de comunicação, assim como a *liberdade de expressão* serem considerados como princípios pertencentes aos direitos humanos. Por isso, tal discussão se materializa nessa diretriz e remete interdiscursivamente a outros serviços também essenciais como, por exemplo, água, luz, saúde, moradia etc., e atribui aos veículos de comunicação citados a mesma importância. Esse domínio de saber sustenta os sentidos produzidos.

### **SD 31**

#### **6. Adoção de padrões abertos e interoperáveis e apoio à tecnologia nacional**

Os serviços e tecnologias das redes e terminais de comunicações devem estar baseados em padrões abertos e interoperáveis, a fim de garantir o uso democrático das tecnologias e favorecer a inovação. Padrões abertos são aqueles que têm especificação pública, permitem novos desenvolvimentos sem favorecimento ou discriminação dos agentes desenvolvedores e não cobram royalties para implementação ou uso. Interoperáveis são aqueles que permitem a comunicação entre sistemas de forma transparente, sem criar restrições que condicionem o uso de conteúdos produzidos à adoção de padrão específico. Essas definições devem estar aliadas a política de apoio à tecnologia nacional por meio de pesquisa e desenvolvimento, fomento, indução e compra de componentes, produtos e aplicativos sustentados nesse tipo de tecnologia. (COMUNICAÇÃO DEMOCRÁTICA, 2011)

A infraestrutura das redes e terminais de comunicação é considerada um fator indispensável para que haja maior democratização no setor, por isso consiste em um saber no âmbito da FDMP e atribui sentido à discussão também nesse trecho. As questões levantadas fazem ressoar a partir de um certo lugar de memória que os meios de comunicação estão sob o poder de poucos grupos que controlam não só o conteúdo produzido, mas também os padrões, rede e tecnologias utilizadas. Isso estabelece maiores restrições à área e remete ao fato de que há irregularidades no desenvolvimento do próprio sistema, em diferentes níveis, não apenas na distribuição e renovação das concessões. As informações expostas apontam

para um saber existente na formação discursiva em questão: regulação dos meios de comunicação em todos os níveis.

### **SD 32**

#### **7. Regulamentação da complementaridade dos sistemas e fortalecimento do sistema público de comunicação**

Nas outorgas para programação, o novo marco regulatório deve garantir a complementaridade dos sistemas público, privado e estatal de comunicação, regulamentando o artigo 223 da Constituição Federal. (...) A cada um deles também serão asseguradas cotas nas infraestruturas de redes dedicadas ao transporte de sinal dos serviços de comunicação social audiovisual eletrônica, de forma a atingir a complementaridade prevista na Constituição Federal.

Deve estar previsto especialmente o fortalecimento do sistema público, com reserva de ao menos 33% dos canais para esta categoria em todos os serviços, políticas de fomento – em especial pelo incremento da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública e criação de fundos públicos com critérios transparentes e gestão democrática – e o fortalecimento da rede pública, em articulação com todas as emissoras do campo público e com suas entidades associativas, com a constituição de um operador de rede que servirá também de modelo para a futura evolução de toda a comunicação social eletrônica brasileira. (...) (COMUNICAÇÃO DEMOCRÁTICA, 2011).

Esse trecho enfatiza a necessidade da consolidação de um sistema público de comunicação no Brasil em oposição ao sistema privado que domina o setor. Conforme expusemos anteriormente, temos no país uma concentração empresarial considerável nos meios de comunicação que conta com a interferência das elites econômicas. A problemática em questão resultou em uma série de discursos de denúncia que expõe a existência da supremacia de interesses privados de empresas e também de políticos na área. Esses discursos se tornaram lugares de repetição e de contraponto no interior da FDMP.

Tendo em vista o estabelecimento de um contraponto em relação a essa questão, podemos dizer que a diretriz, ao defender uma política pública para a área, remete também a importância de uma maior participação da sociedade civil para acessar e usar os meios de comunicação. Temos aqui novamente ênfase nesse domínio de saber da FDMP. Trata-se de uma estatização da comunicação, processo que defende a participação dos sujeitos em âmbito nacional para assumirem um lugar efetivo e tomarem partido nas decisões postas em discussão.

### **SD 33**

#### **8. Fortalecimento das rádios e TVs comunitárias**

A nova legislação deve garantir a estruturação de um sistema comunitário de comunicação, de forma a reconhecer efetivamente e fortalecer os meios comunitários, entendidos como rádios e TVs de finalidade sociocultural geridos pela própria comunidade, sem fins lucrativos, abrangendo comunidades territoriais, etnolinguísticas, tradicionais, culturais ou de interesse. Por ter um papel fundamental na democratização do setor, eles devem estar disponíveis por sinais abertos para toda a população. (...) A lei deve prever mecanismos efetivos para impedir o aparelhamento dos meios comunitários por grupos políticos ou religiosos. É também fundamental o fim da criminalização das rádios comunitárias, garantindo a anistia aos milhares de comunicadores perseguidos e condenados pelo exercício da liberdade de expressão e do direito à comunicação. (COMUNICAÇÃO DEMOCRÁTICA, 2011)

A diretriz 8 refere-se ao direito dos grupos minoritários e movimentos sociais de possuírem uma outorga de emissora de rádio ou canal de TV em âmbito federal, estadual e municipal. Essa posição remete a uma memória discursiva relacionada ao fato de poucos grupos dominantes deterem as outorgas de radiodifusão no país e, no interior da FDMP, esses grupos são responsáveis pela produção e circulação de sentidos hegemônicos, empenhando-se no apagamento ou silenciamento de qualquer heterogeneidade existente. Essa memória precisa ressoar para poder ser contestada a partir de um outro posicionamento.

A posição materializada defende a circulação de diversas representações identitárias dos sujeitos e dos diferentes pontos de vista políticos, culturais e sociais existentes e por eles compartilhados para que sejam conhecidos e valorizados. Os sentidos aqui produzidos estão pautados em um domínio de saber que considera a existência de maior heterogeneidade nos veículos de comunicação um fator indispensável para haver *liberdade de expressão*.

#### **SD 34**

#### **9. Democracia, transparência e pluralidade nas outorgas**

As outorgas de programação de rádio e serviços audiovisuais, em qualquer plataforma, devem garantir em seus critérios para concessão e renovação a pluralidade e diversidade informativa e cultural, sem privilegiar o critério econômico nas licitações, e visar à complementaridade entre os sistemas público, privado e estatal. (...) A responsabilidade pelas outorgas e por seu processo de renovação deve ser do(s) órgão(s) regulador(es) e do Conselho Nacional de Comunicação, garantida a transparência, a participação social e a agilidade no processo. Os processos de renovação não devem ser realizados de forma automática, cabendo acompanhamento permanente e análise do cumprimento das obrigações quanto à programação – especialmente com a regulamentação daquelas previstas no artigo 221 da Constituição Federal – e da regularidade trabalhista e fiscal do prestador de serviço. Deve-se assegurar a



proibição de transferências diretas ou indiretas dos canais, bem como impedir o arrendamento total ou parcial ou qualquer tipo de especulação sobre as frequências.

#### **10. Limite à concentração nas comunicações**

A concentração dos meios de comunicação impede a diversidade informativa e cultural e afeta a democracia. É preciso estabelecer regras que inibam qualquer forma de concentração vertical (entre diferentes atividades no mesmo serviço), horizontal (entre empresas que oferecem o mesmo serviço) e cruzada (entre diferentes meios de comunicação), de forma a regulamentar o artigo 220 da Constituição Federal, que proíbe monopólios e oligopólios diretos e indiretos. (...) (COMUNICAÇÃO DEMOCRÁTICA, 2011).

Há uma memória discursiva que sustenta os sentidos nessas diretrizes relacionada a forma como tradicionalmente foram distribuídas as concessões públicas no Brasil, ou seja, ao fato de historicamente as outorgas serem concedidas a aliados do governo, como favor político, sendo que as renovações são feitas de modo automático; esse tipo de encaminhamento, conforme já expusemos, transforma concessões públicas em capitâneas hereditárias. Os sentidos produzidos nos trechos citados remetem ainda aos poucos grupos que controlam a comunicação no país, trata-se de um lugar de memória que se materializa para sustentar o dizer.

Percebemos um posicionamento contrário estabelecido a esse modo de distribuição das concessões e a concentração e renovações das outorgas de radiodifusão. Diante disso, podemos dizer que os princípios de *democracia, transparência, pluralidade e limite à concentração das outorgas* configuram saberes no interior da FDMP cujo funcionamento remete a algo discutido por Indursky (2011a, p. 76): "Tais saberes se organizam em redes discursivas de formulações que garantem o regime de repetibilidade destes saberes". O processo ocorre a partir do que pode e deve ser dito sobre essa questão na FDMP.

#### **SD 35**

##### **11. Proibição de outorgas para políticos**

O marco regulatório deve reiterar a proibição constitucional de que políticos em exercício de mandato possam ser donos de meios de comunicação objeto de concessão pública, e deve estender essa proibição a cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive. Medidas complementares devem ser adotadas para evitar o controle indireto das emissoras (COMUNICAÇÃO DEMOCRÁTICA, 2011).

A existência, na área de comunicação, de grande número de políticos que possuem concessões de rádio e televisão é um outro lugar de memória materializado no documento e é

tal memória que estrutura os sentidos produzidos nessa diretriz. A posição aqui defendida denuncia a problemática e estabelece um lugar de resistência a tal prática ao apontar a necessidade de proibi-la. Podemos dizer que a proibição de outorgas para políticos consiste em um outro domínio de saber constitutivo da FDMP e que contribui para atribuir significação, nesse lugar, ao enunciado *liberdade de expressão*.

### **SD 36**

#### **12. Garantia da produção e veiculação de conteúdo nacional e regional e estímulo à programação independente**

É preciso regulamentar o artigo 221 da Constituição Federal, com a garantia de cotas de veiculação de conteúdo nacional e regional onde essa diversidade não se impõe naturalmente. Esses mecanismos se justificam pela necessidade de garantir a diversidade cultural, pelo estímulo ao mercado audiovisual local e pela garantia de espaço à cultura e à língua nacional, respeitando as variações etnolinguísticas do país. O novo marco deve contemplar também políticas de fomento à produção, distribuição e acesso a conteúdo nacional independente, com a democratização regional dos recursos, desconcentração dos beneficiários e garantia de acesso das mulheres e da população negra à produção de conteúdo. Essa medida deve estar articulada com iniciativas já existentes no âmbito da cultura, já que, ao mesmo tempo, combate a concentração econômica e promove a diversidade de conteúdo.

#### **13. Promoção da diversidade étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, de classes sociais e de crença**

Devem ser instituídos mecanismos para assegurar que os meios de comunicação: a) garantam espaço aos diferentes gêneros, raças e etnias (inclusive comunidades tradicionais), orientações sexuais, classes sociais e crenças que compõem o contingente populacional brasileiro espaço coerente com a sua representação na sociedade, promovendo a visibilidade de grupos historicamente excluídos; b) promovam espaços para manifestação de diversas organizações da sociedade civil em sua programação. Além disso, o novo marco regulatório deve estimular o acesso à produção midiática a quaisquer segmentos sociais que queiram dar visibilidade às suas questões no espaço público, bem como articular espaços de visibilidade para tais produções (COMUNICAÇÃO DEMOCRÁTICA, 2011).

As diretrizes 12 e 13 remetem interdiscursivamente à ausência de pluralidade nos veículos de comunicação e à situação de exclusão dos sujeitos citados. Novamente, o que estrutura tais sentidos é uma memória referente ao controle exercido por poucos grupos sobre a produção e circulação de informações discursivas no setor e o fato de esses grupos serem representantes da elite do país. Por isso, as empresas de comunicação veiculam pontos de vista hegemônicos, excluindo as vozes divergentes dos representantes de grupos minoritários.

Podemos dizer que essas diretrizes formam uma rede de formulações que materializam sentidos referentes à necessidade de os meios de comunicação veicularem conteúdo com maior diversidade cultural, social, étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, de classes sociais. O funcionamento dessa rede está diretamente relacionado às questões de pluralidade bastante discutidas pelo documento e que consistem em um domínio de saberes da FDMP. São produções discursivas que se estabelecem como o que pode e deve ser dito nesse lugar.

### **SD 37**

#### **14. Criação de mecanismos de responsabilização das mídias por violações de direitos humanos**

Conforme previsto na Convenção Americana de Direitos Humanos, a lei deve proibir toda propaganda a favor da guerra, bem como toda apologia ao ódio nacional, racial ou religioso que constitua incitamento à discriminação, à hostilidade, ao crime ou à violência. Também está previsto que a liberdade de expressão esteja sujeita a responsabilidades posteriores a fim de assegurar o respeito dos direitos e da reputação das demais pessoas. (...) Nas concessões públicas, deve ser restringido o proselitismo político e religioso ou de qualquer opção dogmática que se imponha como discurso único e sufoque a diversidade.

#### **15. Aprimoramento de mecanismos de proteção às crianças e aos adolescentes**

O Brasil já conta com alguns mecanismos de proteção às crianças e aos adolescentes no que se refere à mídia, que se justificam pela vulnerabilidade deste segmento. Estes mecanismos devem contar com os seguintes aprimoramentos: a) extensão da Classificação Indicativa existente para a TV aberta, definida por portaria, para outras mídias, especialmente a TV por assinatura; seu cumprimento deve ser garantido em todas as regiões do país, com a ampliação da estrutura de fiscalização; b) instituição de mecanismos para assegurar que os meios de comunicação realizem programação de qualidade voltada para o público infantil e infanto-juvenil, em âmbito nacional e local; c) aprovação de regras específicas sobre o trabalho de crianças e adolescentes em produções midiáticas; d) proibição da publicidade dirigida a crianças de até 12 anos. Todas essas medidas devem ter como referência o previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, no Código de Defesa do Consumidor e em convenções internacionais relativas ao tema (COMUNICAÇÃO DEMOCRÁTICA, 2011).

Percebemos também uma rede de formulações referente à ampla proteção dos direitos de qualquer indivíduo que faça parte de nossa sociedade e uma posição contrária a tudo o que ameace a vida. Entre as formas de proteção ao sujeito, o documento estabelece que a *liberdade de expressão* em veículos de comunicação deve estar sujeita a responsabilidades posteriores com o objetivo de preservar o direito e a reputação de todos. Essa questão

recupera a atribuição de penalidades administrativas, tal como estabelecidas pela primeira versão do *3º Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH-3)*, mas que foram retiradas posteriormente devido à pressão realizada pelos meios de comunicação. Podemos dizer que essas diretrizes são sustentadas por um outro saber existente na FDMP: responsabilidade social sobre as informações discursivas.

A necessidade de responsabilizar e penalizar os veículos que desrespeitarem os direitos humanos, incluindo práticas difamatórias e de preconceito social, retoma interdiscursivamente as diferentes ações realizadas pelos meios de comunicação que são classificadas como golpistas pelos sujeitos dos *blogs* progressistas. A essas práticas é estabelecido um posicionamento antagônico, tendo em vista expor a necessidade de punição quando efetuadas.

#### **SD 38**

##### **16. Estabelecimento de normas e códigos que objetivem a diversidade de pontos de vista e o tratamento equilibrado do conteúdo jornalístico**

O conteúdo informativo de caráter jornalístico nos meios sob concessão pública deve estar sujeito a princípios que garantam o equilíbrio no tratamento das notícias e a diversidade de ideias e pontos de vista, de forma a promover a liberdade de expressão e ampliar as fontes de informação. (...) (COMUNICAÇÃO DEMOCRÁTICA, 2011).

A diretriz 16 produz uma rede de formulações que materializa sentidos para *liberdade de expressão* a partir da relação com uma maior diversidade de opiniões no interior do jornalismo. Podemos dizer que tal discurso se estrutura a partir de um determinado lugar de memória no interior da FDMP: o posicionamento partidário da imprensa, que é responsável pelo controle de informações discursivas, expondo, muitas vezes, visões fragmentadas e redutoras sobre assuntos complexos.

Historicamente, vimos que a imprensa é sempre favorável aos interesses e posições defendidas pela classe dominante, por isso podemos dizer que essa memória ressoa na diretriz. Diante disso, o documento assume uma outra posição ao defender a necessidade de maior diversidade de opiniões e informações para que haja *liberdade de expressão*. Saberes relacionados a multiplicidade de pontos de vista organizam os dizeres aqui expostos e promovem um regime de repetição e regularização de sentidos.

#### **SD 39**

##### **17. Regulamentação da publicidade**

Deve ser mantido o atual limite de 25% do tempo diário dedicado à publicidade e proibidos os programas de televentas ou infomerciais

nos canais abertos. Como previsto na Constituição Federal, a publicidade de tabaco, bebidas alcoólicas (incluindo a cerveja), agrotóxicos, medicamentos e terapias deverá estar sujeita a normas especiais e restrições legais, principalmente nos horários de programação livre. Deve-se também restringir a publicidade de alimentos não-saudáveis, com a definição de horários inadequados à veiculação e a divulgação dos danos desses produtos à saúde. Promoções, competições e votações devem ser regulamentadas de forma a garantir total transparência e garantia dos direitos dos consumidores.

#### **18. Definição de critérios legais e de mecanismos de transparência para a publicidade oficial**

Devem ser definidos critérios isonômicos que evitem uma relação de pressão dos governos sobre os veículos de comunicação ou destes sobre os governos. Os critérios para a distribuição dos recursos devem ter como princípio a transparência das ações governamentais e a prestação de informações ao cidadão e levar em conta a eficácia do investimento em relação à visibilidade, à promoção da diversidade informativa e à indução da desconcentração dos mercados de comunicação. (...) (COMUNICAÇÃO DEMOCRÁTICA, 2011).

Saberes relacionados à regulação em diferentes setores dos meios de comunicação sustentam as formulações nessas diretrizes, particularmente, a ênfase aqui recai sobre a necessidade de regulação na parte de publicidade. A questão do tempo destinado à publicidade nos meios de comunicação no Brasil é algo bastante discutido. A Constituição Federal de 1988 decretou o percentual de 25% do tempo de programação para ser destinado à publicidade; no entanto, alguns canais veiculam exclusivamente programas para vender produtos, pois os concessionários de televisão vendem espaço na grade de programação para terceiros, por exemplo, grupos como a Polishop e o Shoptime. De acordo com Intervozes (2007, p. 14), atualmente, a maioria dos canais cometem tal ilegalidade, desconsideram a legislação e não são vítimas de punição por parte do Ministério das Comunicações.

Podemos dizer que a prática em questão é retomada interdiscursivamente na discussão para sustentar o posicionamento exposto e defendido no documento. O fato levantado remete ainda a uma memória discursiva cujos sentidos atribuem como objetivo principal dos veículos da grande mídia o lucro, e, devido ao enorme poder que tais grupos possuem, permanecem impunes. Ressoa ainda nos sentidos produzidos que uma emissora de televisão é uma concessão pública, por isso não pode priorizar apenas os valores de mercado.

Outro tópico que necessita de regulação, de acordo com o documento, consiste na definição de critérios legais e maior transparência em relação à distribuição de verba destinada às propagandas oficiais. Essa diretriz remete e estabelece uma posição antagônica

ao fato de as famílias que comandam os grandes meios de comunicação no Brasil controlarem também a maior parte da verba das propagandas oficiais e não há qualquer critério legal que ampare a forma como é feito esse repasse financeiro.

#### **SD40**

##### **19. Leitura e prática críticas para a mídia**

A leitura e a prática críticas da mídia devem ser estimuladas por meio das seguintes medidas: a) inclusão do tema nos parâmetros curriculares do ensino fundamental e médio; b) incentivo a espaços públicos e instituições que discutam, produzam e sistematizem conteúdo sobre a educação para a mídia; c) estímulo à distribuição de produções audiovisuais brasileiras para as escolas e emissoras públicas; d) incentivo a que os próprios meios de comunicação tenham observatórios e espaços de discussão e crítica da mídia, como ouvidorias/*ombudsmen* e programas temáticos.

##### **20. Acessibilidade comunicacional**

O novo marco regulatório deve aprimorar mecanismos legais já existentes com o objetivo de garantir a acessibilidade ampla e garantir, na programação audiovisual, os recursos de audiodescrição, legenda oculta (*closed caption*), interpretação em LIBRAS e áudio navegação. Esses recursos devem ser garantidos também no guia de programação (EPG), aplicativos interativos, e receptores móveis e portáteis. Documentos e materiais de consultas públicas e audiências públicas devem ser disponibilizados em formatos acessíveis para garantir igualdade de acesso às informações e igualdade de oportunidade de participação de pessoas com deficiência sensorial e intelectual. Deve-se ainda garantir a acessibilidade em portais, sítios, redes sociais e conteúdos disponíveis na internet, com especial atenção aos portais e sítios governamentais e publicações oficiais (COMUNICAÇÃO DEMOCRÁTICA, 2011).

A diretriz 19 estabelece a obrigatoriedade de se inserir práticas de leitura e discussão sobre o funcionamento dos meios de comunicação em sociedade. Isso deve ser feito em várias instâncias: na escola, em instituições e nos próprios canais de comunicação. Podemos dizer que esse trecho remete a democratização das informações sobre o funcionamento desses veículos, assim como a uma maior multiplicidade de pontos de vista sobre a setor em diferentes lugares sociais. São esses saberes, democratização e multiplicidade de informações sobre o funcionamento dos canais midiáticos, que estão materializados na rede de formulações aqui produzida.

Esse trecho se estrutura sob uma memória discursiva que aponta para a influência histórica da mídia em sociedade e seu papel na interpelação dos sujeitos, fazendo-os aceitar algumas informações discursivas como inquestionáveis. Essa memória regulariza sentidos na FDMP e materializa um lugar de resistência a partir do qual é estabelecido um

posicionamento antagônico que expõe a necessidade de práticas que mexam com o sujeito e o leve a não aceitar passivamente os discursos produzidos pelos veículos midiáticos. Podemos dizer que os questionamentos aqui levantados remetem ao poder dos meios de comunicação tradicionais em nossa sociedade e à forma como eles produzem objetos discursivos a partir da seleção dos sentidos que irão circular e silenciamento daqueles que possuem um posicionamento contrário aos defendidos, por isso a ênfase em discutir o setor.

Incentivar a educação e o debate sobre o funcionamento midiático e os conteúdos produzidos é uma iniciativa que já começou a ser feita. De acordo com Matos (2013, p. 320), a radiodifusão pública britânica tem estimulado o debate sobre os principais assuntos do dia, prezado pela qualidade das informações e do entretenimento e fornecido análises aprofundadas para os diversos setores econômicos da população.

Um importante ponto para enfatizar este debate é que a educação não deveria ser dissociada das comunicações e que o reconhecimento de como ambas estão ligadas juntas e interdependentes é essencial se alguém quer debater como aprofundar a democratização da mídia no Brasil. No mais, não é porque a mídia está se tornando mais ‘divertida’ e voltada para o entretenimento que estas estão deixando de ser educacionais ou de ter um papel na formação intelectual de um indivíduo, nos seus gostos e desgostos (MATOS, 2013, p. 321).

A última diretriz aborda a importância de a comunicação ser acessível aos portadores de alguma deficiência para que esses sujeitos também possam participar do debate envolvendo os canais de comunicação. Saberes referentes à democracia e aos direitos humanos estão materializados nessa rede de formulações que se inscreve na FDMP. São domínios de saber que se estruturam a partir de uma posição que defende a importância de a comunicação ser acessível aos diferentes grupos para garantir uma maior igualdade de acesso aos canais de comunicação e às informações postas em circulação.

As 20 diretrizes expostas possibilitam a visualização dos domínios de saber constitutivos e que configuram as redes de significação no interior da FDMP. Esses saberes são determinados por uma memória discursiva que recupera sentidos relacionados ao controle exercido pelos veículos de comunicação tradicionais sobre os canais de imprensa e radiodifusão, assim como sobre a produção discursiva de informações. Tais sentidos precisam ecoar para sustentar a posição antagônica materializada e os saberes produzidos, no interior dessa FD. É a memória discursiva que determina quais sentidos são autorizados no âmbito da FDMP, inclusive, em relação à questão do direito à comunicação, por isso há um número considerável de questionamentos referentes a ausência de *liberdade de expressão* no Brasil.

Nessa conjuntura, é importante que o documento seja analisado em relação à rede discursiva em circulação nos *blogs* progressistas.

A respeito dessa questão é importante nos voltarmos ao trabalho de Indursky (2011a, p. 87) que destaca ainda um outro funcionamento para a memória discursiva relacionado aos sentidos que devem ser refutados em uma FD: "ao ser refutado um sentido, ele o é também a partir da memória discursiva que aponta para o que não pode ser dito na referida FD". Diante desse funcionamento não é possível encontrar, em uma FDMP, produções que defendam a *liberdade de expressão* existente e praticada pelas empresas de comunicação. Por isso, há remissões e retomadas a diferentes lugares de memória sobre a história de tais empresas no Brasil que produzem efeitos de crítica social e de denúncia. Essa história inclui a formação dos grandes grupos midiáticos que exercem monopólio sobre o setor, a distribuição de concessões públicas para parceiros e políticos e o controle sobre a produção de informações discursivas.

Podemos dizer que a produção de sentidos para o enunciado em questão no âmbito da FDMP e na *Plataforma para um Novo Marco Regulatório das Comunicações no Brasil* está relacionada a algumas vias principais: aos lugares de memória referentes aos meios de comunicação tradicionais que sustentam a crítica relacionada a esses grupos e à configuração de diferentes saberes que se organizam em formas de repetição, sustentando esses saberes que passam a ressignificar/ intervir naqueles.

Diante desse cenário, o funcionamento do documento ocorre por meio da língua de protesto dos *blogs* progressistas, forma linguística que denuncia a situação dos meios de comunicação em nosso país e critica as práticas realizadas por esses veículos. Diferente da língua de madeira, relacionada à classe hegemônica, que se caracteriza por almejar manter a ordem social a partir do discurso do direito, a língua de protesto produz sentidos que apontam para uma redistribuição do poder de tomar decisões importantes em sociedade. O documento referente ao *Novo Marco Regulatório das Comunicações*, por exemplo, foi disponibilizado para consulta pública, recebeu mais de 200 contribuições que, segundo os responsáveis, foram incorporadas de modo parcial no texto.

A língua de protesto em circulação nos *blogs* progressistas, no interior da FDMP, produz diversas materialidades significantes que juntas compõem e movimentam o arquivo existente sobre *liberdade de expressão*. Conforme buscamos mostrar em nossa pesquisa, o arquivo sobre *liberdade de expressão* relacionado aos meios de comunicação sempre foi regulado por certos veículos que, por meio de relações de poder e autoridade, determinavam e



determinam as possibilidades e impossibilidades enunciativas. No entanto, na contemporaneidade, temos um movimento em prol da democratização da comunicação, e os discursos produzidos sobre essa questão envolvem diferentes setores sociais. Podemos dizer que essa discussão, assim como a produção de materiais diversos, organização de eventos e escrita de documentos, são diferentes práticas discursivas realizadas com a participação da sociedade e de algumas entidades nacionais.

Tais práticas discursivas são responsáveis por ressignificar o enunciado *liberdade de expressão* no interior de uma formação discursiva de mídia progressista. Nesse lugar, o enunciado está em relação com uma rede interdiscursiva de formulações que contribuem para a produção de sentidos na FDMP e no arquivo em questão. Nessa conjuntura, podemos dizer que há diferenças significativas que mexem com a lei do que podia/ pode se dizer no interior do arquivo sobre *liberdade de expressão*. Sabemos que os sentidos produzidos e autorizados pelos meios de comunicação tradicionais ainda são dominantes, mas percebemos um movimento de sentidos a partir da configuração das práticas de linguagem inseridas na FDMP, as quais se encontram em circulação no ciberespaço e em nossa formação social.

## 6 LIBERDADE DE EXPRESSÃO: DA DISPUTA AO MOVIMENTO DAS FRONTEIRAS

Isso é só o começo  
É só o começo  
Isso é só o começo  
É só o começo

Aqui chegamos, enfim  
A um ponto sem regresso  
Ao começo do fim  
De um longo e lento processo  
Que se apressa a cada ano  
Como um progresso insano  
Que marcha pro retrocesso  
E é só o começo<sup>11</sup>

A música de Lenine vai nos ajudar a atribuir um efeito de fechamento para esta pesquisa e caracterizá-la como o começo de um longo percurso, de um lento processo, que, para que não caia em qualquer retrocesso, precisa se expandir e buscar outras inquietações, diferentes desafios, movimento. Sabemos que a discussão sobre *liberdade de expressão* e *liberdade de imprensa* permanece forte, heterogênea, contempla diferentes aspectos, com desdobramentos, posicionamentos, pontos de vista diversos e divergentes. Trata-se de uma discussão em curso, realizada por meio de diversas práticas discursivas e que tem ganhado espaço também em diferentes países.

Nosso objetivo nesta pesquisa foi entender o funcionamento do enunciado em discursos relacionados à imprensa e aos conflitos sobre concessões públicas de radiodifusão no Brasil, ou seja, liberdade para poder se expressar em jornais e revistas de ampla circulação, assim como em canais de televisão ou emissoras de rádio. Esse conflito envolve as empresas de comunicação tradicionais, identificadas com o que denominamos de formação discursiva de imprensa tradicional (FDIT), e os blogs que contestam essa FD e se identificam com a formação discursiva de mídia progressista (FDMP). Nas duas formações discursivas, há uma ampla produção e circulação de discursos sobre *liberdade de expressão* realizadas por meio de diferentes formas linguísticas.

Para compreender o percurso do enunciado e inseri-lo no domínio dos meios de comunicação foi necessário compreender as condições de produção relacionadas a esses veículos. Historicamente, os meios de comunicação encontram-se a serviço da elite dirigente

---

<sup>11</sup> Música *Isso É Só o Começo*, de Lenine, que compõe o álbum *Chão*, lançado em 2011.

do país, que os utiliza para assegurar seu domínio no meio social. Para perpetuar essa relação de dominação, é necessária uma forma linguística que atinja os sujeitos, uma língua que produza efeitos de estabilidade, transparência, fluidez e agilidade para servir aos interesses do grupo em questão.

Consideramos que a língua da propaganda governamental, a *língua de vento*, tal como denominada por Gadet e Pêcheux ([1981] 2010), é uma forma que serve às diferentes práticas realizadas pelos grupos midiáticos tradicionais para que eles possam manter as relações de poder no meio social. Trata-se de uma língua empregada para produzir certa gestão ideológica dos sujeitos a partir da regularização de determinados objetos. Essa *língua de vento* se apresenta no meio social como *língua de madeira*, dura, em relação aos sentidos postos em circulação, e, principalmente, caracterizada por certa transparência lógica.

É a partir dessa forma linguística que os veículos de comunicação afirmam a existência de *liberdade de expressão* no Brasil e se empenham para mantê-la intocada. No entanto, não se trata apenas do direito de livre expressão, mas do direito de manter o monopólio sobre os veículos utilizados para a realização dessa prática. Isso faz com que poucos grupos possam utilizar canais como o rádio ou a televisão, que possuem alcance nacional, para se expressar, continuar a defender os interesses da elite dirigente do país, fazer circular sentidos logicamente estabilizados e homogêneos sobre questões e decisões importantes. Com isso, perpetuam-se as relações de dominação em nosso país.

Por sua vez, os *blogs* progressistas, por meio de uma forma linguística de protesto, tem se empenhado em denunciar o poder e controle exercidos pelos veículos de comunicação tradicionais sobre o setor. Esses *blogs* configuram lugares de resistência ao poder exercido pelos veículos tradicionais e, por meio de ampla produção de materiais, organização de eventos e apoio de muitos profissionais, eles têm feito circular sentidos contrários aos anteriores para *liberdade de expressão* ao enfatizar o controle exercido sobre essa forma de liberdade pelos grandes grupos de comunicação.

Esses *blogs* têm utilizado a estrutura tecnológica do ciberespaço para fazer circular essa língua de protesto, cujo posicionamento defendido é contrário a tal forma de dominação. Isso é feito devido à maior facilidade em atingir uma parcela significativa da população para aderir aos sentidos postos em circulação. A estrutura digital possibilitou uma mobilização considerável de participantes que aderiram à causa e passaram a participar e a colaborar para a produção de materiais e eventos.

Como resultado, temos a sustentação de diferentes saberes no interior da FDMP, sendo que tais saberes se materializam em redes discursivas de formulações. Destacamos alguns saberes constitutivos da FDMP que tem ressignificado o enunciado *liberdade de expressão*, são eles: organização, regulação, democratização dos veículos de comunicação, assim como das informações produzidas e da infraestrutura por eles utilizada; comunicação como direito humano; maior participação social na área; diversidade cultural, de conteúdo produzido e de sujeitos em veículos de comunicação; democracia, transparência, pluralidade e limite à concentração das outorgas; proibição de outorgas para políticos. A repetição desses saberes tem sustentado a produção de sentidos nessa FD. Por isso, acreditamos que a língua de protesto é característica dos blogs em questão.

Com isso, a disputa existente entre os representantes da grande mídia e os *blogs* progressistas tem por objetivo o domínio sobre os veículos de comunicação. Isso significa o controle sobre a produção e circulação de discursos responsáveis por fabricar diferentes objetos ideológicos e que servem ao processo de identificação-interpelação dos sujeitos em sociedade. O domínio sobre o setor está relacionado à regularização de objetos discursivos para poder dirigi-los a efeitos de sentidos pré-estabelecidos.

Se o domínio sobre a área tem sido mantido pelos meios de comunicação tradicionais, os *blogs* têm contribuído com o processo de desestabilização das fronteiras erguidas, ou seja, esses lugares digitais têm se movimentado e ganhado espaço em meio a uma estrutura pré-estabelecida para tentar ressignificar o que se encontra instituído. Isso tem sido feito com a circulação de sentidos outros relacionados à forma existente de *liberdade de expressão* no Brasil e à importância atribuída ao fato de um número maior de sujeitos terem acesso a se expressar por meio de uma rede nacional.

Diante desse quadro, as posições materializadas nos meios de comunicação tradicionais e nos *blogs* progressistas inscrevem-se em formações discursivas antagônicas a partir das quais se confrontam. Analisar os saberes que constituem cada FD nos permitiu entender as diferenças existentes na constituição e produção do enunciado. Isso porque, conforme nos lembra Guilhaumou (2009, p. 24), o conceito de FD possibilita dar conta da constituição discursiva do sentido em suas relações com determinada conjuntura histórica e social. Com a discussão realizada, buscamos entender o funcionamento de *liberdade de expressão* no interior das diferentes relações estabelecidas pelos veículos em questão.

Ao considerarmos a FD como um domínio de saber, delimitamos os saberes constitutivos de cada FD.

<b><u>FORMAÇÃO DISCURSIVA DE IMPRENSA TRADICIONAL</u></b> (saberes pautados no discurso da plena democratização do Brasil)	<b><u>FORMAÇÃO DISCURSIVA DE MÍDIAS PROGRESSISTAS</u></b> (saberes que relativizam e questionam a democratização no Brasil)
- Relacionam a <i>liberdade de expressão</i> à democracia existente.	- Questionam a <i>liberdade de expressão</i> existente.
- Afirmam a existência da <i>liberdade de expressão</i> no Brasil e defendem sua permanência tal como instituída.	- Defendem a democratização dos veículos de comunicação para haver <i>liberdade de expressão</i> .
- Sobrepõem <i>liberdade de expressão</i> à <i>liberdade de imprensa</i> .	- Denunciam a <i>liberdade de imprensa</i> existente, tendo em vista os veículos estarem nas mãos de poucos grupos empresariais e familiares.
- Defendem o estado de direito, o liberalismo e a economia de mercado.	- Defendem a regulação da Constituição Federal de 1988 como fator indispensável para haver <i>liberdade de expressão</i> .
- Estabelecem que a <i>liberdade de expressão</i> tal como existente encontra-se ameaçada.	- Defendem a comunicação como direito humano, a heterogeneidade discursiva, cultura, histórica e social nos veículos de comunicação.

Temos a contradição instalada no meio social e, conseqüentemente, os embates e a luta de classes que têm dado visibilidade às diferentes posições existentes. Acreditamos que esse fato mexe com a configuração do próprio arquivo sobre *liberdade de expressão* e mostra que esse mecanismo não é um dado *a priori*, mas algo produzido de diversas formas a partir de relações de poder, autoridade e controle. O arquivo é um lugar de relações de força que está ligado aos aparelhos de poder que delimitam, controlam e regulam os limites da prática da leitura, tendo em vista a produção de um lugar de estabilidade e de evidências de sentidos.

É importante ressaltar que em todo arquivo existem posições contraditórias, mas os sentidos dominantes se sobrepõem. No entanto, a ampla circulação de posicionamentos antagônicos produzidos pelos *blogs* progressistas no ciberespaço mexe com os limites estabelecidos pelas fronteiras existentes, pois possibilita a visualização e o conhecimento de outras vozes em seu interior.

Apesar de o posicionamento defendido pelas empresas de comunicação tradicionais ser dominante, temos de considerar o movimento de resistência produzido nos e pelos *blogs* progressistas. As formas de resistência implantadas têm contribuído para mexer com estruturas bastante rígidas e com grupos que estão no poder há mais de 50 anos.

Diante das reflexões expostas, consideramos esta pesquisa apenas o começo de um longo trabalho realizado no processo de disputa de sentidos produzidos sobre o enunciado *liberdade de expressão* no cenário nacional. A influência do ciberespaço tem contribuído para estabelecer novas configurações significantes relacionadas a essa questão, e tal processo perdura e parece ganhar força. Sabemos que há tensão, movimento, mas será que vamos conseguir falar na existência e emergência de uma outra posição dominante?

## 7 REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.
- ARISTÓTELES. *A Política*. São Paulo: Editora Escala, 2008.
- ARENDRT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- BARRIQUELLO, Viviane. <http://www.tramasdiscursivas.com.br/blog/autoriaeleitura>. 2009. 149 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Cap. 6. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/17679/000721452.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 5 jan. 2015.
- BEHENCK, Rosângela Leffa. *Sujeios e sentidos em blogs educativos: entre a movência e o retorno*. 2010. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Cap. 4. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/26738/000760100.pdf?..>>. Acesso em: 14 jan. 2015.
- BENTES, Ivana. Prefácio. In: MALINI, Fábio e ANTOUN, Henrique. *A Internet e a Rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais*. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BORGES, Altamiro. *A Ditadura da mídia*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Pela mais ampla Liberdade de Expressão*. Disponível em: <[http://altamiroborges.blogspot.com.br/2010\\_09\\_23\\_archive.html](http://altamiroborges.blogspot.com.br/2010_09_23_archive.html)>. Acesso em: 30 out. 2010.
- CASTELLS, Manuel. *A Galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CAZARIN, Ercília Ana. A Análise do Discurso nos estudos da linguagem e sua dimensão política. *Revista da Abralin*, v. Eletrônico, n. Especial, p. 33-46, 2011. Disponível em: <http://www.abralin.org/revista/RVE2/8v.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2012.
- \_\_\_\_\_. Gestos interpretativos na configuração metodológica de uma FD. *Organon*, Porto Alegre, v. 24, n. 48, p. 103-118, jan./jun. 2010.
- CHOMSKY, Noam. *A sociedade global: educação, mercado e democracia*. Trad. Jorge Esteves da Silva. Blumenau: Ed da FURB, 1999.

COLLINOT, André e MAZIÈRE, Francine. A Língua Francesa: pré-construído e acontecimento linguístico. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. *Gestos de Leitura: da história no discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010.

COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCAR, 2009.

COUTINHO, Eduardo Granja. Contra-Revolução Imprensa: jornalismo, reificação e hegemonia. In: *Letra Imprensa: comunicação, cultura e sociedade*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

DALTOÉ, Andréia da Silva. As metáforas de Lula: a deriva dos sentidos na língua política. 2011. 1 v. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/61187/000863739.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 14 dez. 2014.

DERRIDA, Jacques. *Mal de Arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

\_\_\_\_\_. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. *A Língua Inatingível: o discurso na história e na linguística*. Campinas: Pontes, 2004.

GUAZINA, Liziane. O conceito de mídia na comunicação e na ciências política: desafios interdisciplinares. Dossiê Mídia e Política. *Revista Debates*. Porto Alegre. v. 1, n.1, p. 49-64, jul.-dez. 2007. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/2469/1287>. Acesso em: 12 jun. 2015.

GUILHAUMOU, Jacques. *Linguística e História: percursos analíticos de acontecimentos discursivos*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2009.

HAROCHE, Claudine. Análise Crítica dos fundamentos da forma sujeito (de direito). In: *Fazer dizer querer dizer*. São Paulo: Editora Hucitec, 1992.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. São Paulo: Companhia das letras, 2009.



INDURSKY, Freda. A memória na cena do Discurso. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. *Memória e História na/da Análise do Discurso*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011a.

\_\_\_\_\_. Da interpelação à falha do ritual: a trajetória teórica da noção de formação discursiva. In: BARONAS, Roberto Leiser. *Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011b.

\_\_\_\_\_. Qual o papel do estudo científico da linguagem em uma sociedade fundamentalmente midiática? *Entremeios*: revista de estudos do discurso. Minas Gerais. v.2, n.1, jan/2011c. Disponível em: <http://www.entremeios.inf.br/published/30.pdf>. Acesso em 10 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília. *Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

\_\_\_\_\_. *A fala dos quartéis e outras vozes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

JOHNSON, Allan G. *Dicionário de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

LIEDTKE, Paulo Fernando. Políticas públicas de comunicação e o controle da mídia no Brasil. *Em Tese*: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. v.1, n. 1, p. 39-69, agosto-dezembro 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/13681/12540>. Acesso em: 22 out. 2013.

LIMA, Venício A. *Liberdade de Expressão x Liberdade de Imprensa: Direito à comunicação e democracia*. São Paulo: Publisher Brasil, 2010.

\_\_\_\_\_. *Mídia: crise política e poder no Brasil*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2006.

LOCKE, John. *Dois Tratados Sobre o Governo*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MALDIDIER, Denise. *A Inquietação do Discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2003.

MALINI, Fábio e ANTOUN, Henrique. *A Internet e a Rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais*. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: UNICAMP, 1998.

MATOS, Carolina. *Mídia e política na América Latina: globalização, democracia e identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MITTMANN, Solange. Redes de Ressignificações no Ciberespaço. In: *Discursos Midiáticos: sentidos de memória e arquivo*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2008.

MORAES, Dênis de. A lógica da mídia no sistema de poder mundial. *Eptic: Revista de Economia Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación*, Sergipe, v. , n. 2, p.16-36, mayo - ago. 2004. Quadrimestral. Disponível em: <<http://www.eptic.com.br/arquivos/Revistas/Vol.VI,n.2,2004/ADenis.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2013.

MORAES, Dênis; RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascual. *Mídia, Poder e Contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.

MORAES, João Quartim de. O efeito desmistificador de A conquista do Estado na análise das bases sociais da contra-revolução. *E-premissas*, Campinas, v. 9, n. 01, p.131-146, junho/dez de 2006. Semestral. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/nee/epremissas/pdfs/01.09.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2013.

MORAIS, Fernando. *Chatô: rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

\_\_\_\_\_. Discurso e Texto: *Formulação e Circulação dos Sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2005.

PÊCHEUX, Michel. Remontemos de Foucault a Spinoza. In: BARONAS, Roberto Leiser. *Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011a.

\_\_\_\_\_. Metáfora e Interdiscurso. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011b.

\_\_\_\_\_. Foi "Propaganda" Mesmo o que Você disse? In: *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. Campina, SP: Pontes Editores, 2011c.

\_\_\_\_\_ e FUCHS, Catherine. A Propósito da Análise Automática do Discurso: atualizações e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010.

\_\_\_\_\_. Ler o Arquivo Hoje. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. *Gestos de Leitura: da história no discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010.

\_\_\_\_\_. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni. P. Orlandi (et. Al) – 2. Edição – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009a.

\_\_\_\_\_. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni. P. Orlandi (et. Al) – 2. Edição – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009b.

\_\_\_\_\_. O papel da memória. In: ACHARD, Pierre, (et al). *O papel da memória*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

\_\_\_\_\_. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

\_\_\_\_\_. Delimitações, inversões, deslocamentos. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas, (19): 7-24, Julh./dez. 1990.

PRADO JÚNIOR, Caio. *O que é Liberdade: capitalismo X socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

RECUERO, Raquel. *Fluxos de informação e capital social nos Weblogs: um estudo de caso na blogosfera brasileira*. Disponível em: <http://www.pontomidia.com.br/raquel/artigos/livroucsrecuero.pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. *Redes Sociais na Internet*. Porto Alegre: Sulinas, 2010.

RIBEIRO JR, Amaury. *A Privatária Tucana*. São Paulo: Geração Editorial, 2012.

SADER, Emir. Quem é progressista e quem é de direita? Disponível em: < <http://cartamaior.com.br/?/Blog/Blog-do-Emir/Quem-e-progressista-e-quem-e-de-direita/2/27162> >. Acesso em: 20 jan. 2013.

SANTOS, Milton. *Território, Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1998.

\_\_\_\_\_. *Por uma outra globalização*. São Paulo: Hucitec, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

VEYNE, Paul. *Quando nosso mundo se tornou Cristão: (312-394)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

VERNANT, Jean-Pierre e NAQUET, Pierre-Vidal. *Trabalho e Escravidão na Grécia Antiga*. Campinas, SP: Papirus, 1989.

ZOPPI-FONTANA, Monica. Língua política: modos de dizer na/da política. In: ZANDWAIS, Ana e ROMÃO; Lucília Maria Sousa. *Leituras do Político*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

## REFERÊNCIA DOS BLOGS ANALISADOS

ARAÚJO, Washington. Liberdade de Expressão e seus 30 novos significados. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Coluna/Liberdade-de-Expressao-e-seus-30-novos-significados/22041>> Acesso em: 13 set. 2010.

AZEVEDO, Reinaldo. Decreto golpista de Lula usa direitos humanos para tentar censurar a imprensa e quer movimentos sociais substituindo o congresso. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/decreto-golpista-de-lula-usa-direitos-humanos-para-tentar-censurar-a-imprensa-e-quer-movimentos-sociais-substituindo-o-congresso/>>. Acesso em: 22 agosto 2010.

BARBOSA, Bia. Millenium pauta a mídia contra Dilma. Disponível em: <<http://altamioborges.blogspot.com.br/2010/03/millenium-pauta-midia-contradilma.html>>. Acesso em: 22 set. 2010.

BESSINHA. Disponível em: <<http://www.conversaafiada.com.br/bessinha>>. Acesso em: 17 nov. 2011.

BORGES, Altamiro. Pela mais ampla Liberdade de Expressão. Disponível em: <[http://altamioborges.blogspot.com.br/2010\\_09\\_23\\_archive.html](http://altamioborges.blogspot.com.br/2010_09_23_archive.html)>. Acesso em: 30 out. 2010.

CIVITA, Roberto. Liberdade de expressão: “O mais perfeito dos sistemas seria uma monstruosidade se cassasse do homem a palavra”. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/liberdade-de-expressao-%E2%80%9Cco-mais-perfeito-dos-sistemas-seria-uma-monstruosidade-se-cassasse-do-homem-a-palavra%E2%80%9D/>>. Acesso em: 12 jun. 2011.

Comunicação Democrática. Plataforma para um novo Marco Regulatório das Comunicações no Brasil. Disponível em: <<http://www.comunicacaodemocratica.org.br/>>. Acesso em: 17 dez. 2014.

LATUFF, Carlos. Partido da Imprensa Golpista (PIG). Disponível em: <<http://rioblogprog.blogspot.com.br/2010/09/carlos-latuff-partido-da-imprensa.html>>. Acesso em: 15 dez. 2010.

MARINGONI, Gilberto. O Rosnar Golpista do Instituto Millenium. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Coluna/O-rosnar-golpista-do-Instituto-Millenium-/22777>>. Acesso em: 30 set. 2010.

OLIVEIRA, Conceição. A 'Liberdade de Expressão' dos Neocons do Instituto Millenium. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/mariafro/2010/05/12/a-%E2%80%98liberdade-de-expressao%E2%80%99-dos-neocons-do-instituto-millenium/>>. Acesso em: 5 jan. 2015.

PRESTES, Felipe. Franklin Martins: Constituição está do lado de quem quer democratizar a comunicação. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/franklin-martins-constituicao-esta-do-lado-de-quem-quer-democratizar-a-comunicacao/>>. Acesso em: 5 nov. 2011.

PRESTES, Felipe. Franklin Martins: Constituição está do lado de quem quer democratizar a comunicação. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/franklin-martins-constituicao-esta-do-lado-de-quem-quer-democratizar-a-comunicacao/>>. Acesso em: 5 nov. 2011.

SANTIAGO. Disponível em: <<http://www.caminhosdosantiago.com.br/blog>>. Acesso em: 13 set. 2012.

UEBEL, Paulo. Fórum – Democracia e Liberdade de Expressão. Disponível em: <<http://www.libermaneventos.com.br/clientes/forum/>>. Acesso em: 15 dez. 2010.